

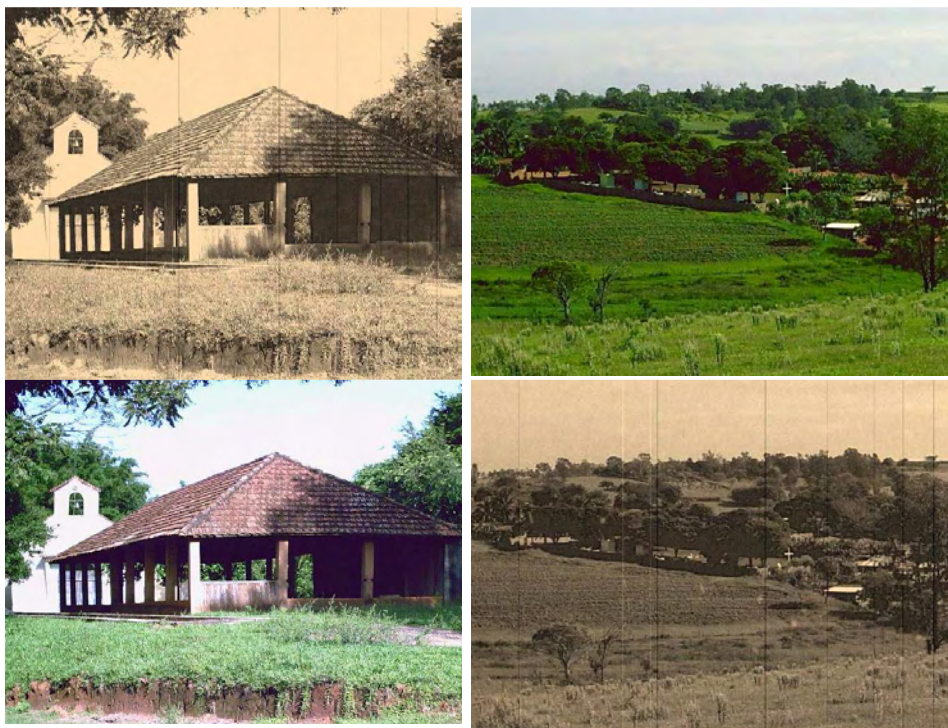


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**GEDRA – GRUPO DE ESTUDO DINÂMICA REGIONAL
E AGROPECUÁRIA**



ERIKA VANESSA MOREIRA



AS MÚLTIPLAS FONTES DE RENDA E A PLURIATIVIDADE NOS BAIRROS AEROPORTO, CEDRO, CÓRREGO DA ONÇA, PONTE ALTA E GRAMADO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE SP.

Presidente Prudente
Setembro de 2007



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**GEDRA – GRUPO DE ESTUDO DINÂMICA REGIONAL
E AGROPECUÁRIA**

ERIKA VANESSA MOREIRA

**AS MÚLTIPLAS FONTES DE RENDA E A
PLURIATIVIDADE NOS BAIRROS AEROPORTO,
CEDRO, CÓRREGO DA ONÇA, PONTE ALTA E
GRAMADO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
PRUDENTE SP.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Conselho de Pós-Graduação em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol.

Presidente Prudente
Setembro de 2007

Moreira, Erika Vanessa.
S580 As múltiplas fontes de renda e a pluriatividade nos bairros
i Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado no
Município de Presidente Prudente / Erika Vanessa Moreira. -
Presidente Prudente : [s.n], 2007
xviii, 265 f. : il.


Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Banca: Ana Rute do Vale, Arthur Magon Whitacker
Inclui bibliografia

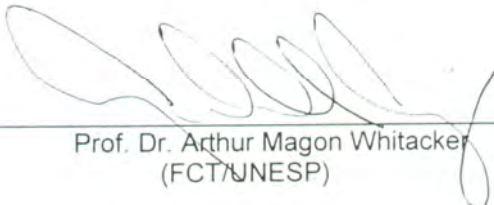
1. Geografia. 2. Geografia agrária. 3. Espaço rural. I. Autor. II.
Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e
Tecnologia.

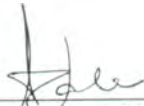
CDD(18.ed.) 910


Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

BANCA EXAMINADORA

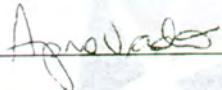

Profª, Drª. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol
(Orientadora)


Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker
(FCT/UNESP)


Profª, Drª. Ana Rute do Vale
(UFA)


Erika Vanessa Moreira

Presidente Prudente (SP), 24 de setembro de 2007.

Resultado: 

*Aos meus avôs (Eduardo e Clarinda),
por me ensinarem que os obstáculos
da vida foram feitos para serem
superados.*

*Ao Leandro Bruno (Vida), por me
fazer acreditar que a felicidade está
presente nas pequenas coisas e nos
mais simples gestos.*

Mas a história não acabou nem a esperança morreu. Somos outro modo de ser, outro jeito, outra espera, outra vereda na universalidade do mesmo gênero humano e nas diferenças próprias da dinâmica histórica. O que sobrou do que nos tiraram é o que fecunda a nossa espera. Nossas privações são a nossa riqueza.

José de Souza Martins (2000, p.13)

AGRADECIMENTOS

Torna-se relevante iniciar estes agradecimentos com as palavras de Yamamoto (2001), ao afirmar que um trabalho de pós-graduação está emerso num turbilhão de emoções. “Ele é parte e expressão da vida”, porque o desenvolvimento de uma dissertação é parte de uma caminhada na trajetória acadêmica e pessoal. Essa caminhada não cessa na concretização de um trabalho, ao contrário, revela o início de um outro. É sempre um devir.

Muitas pessoas foram e são importantes para a consecução desta dissertação, pois, certamente, o trabalho não é consolidado solitariamente, sendo fundamentado nos convívios diários, nas críticas, nos comentários pertinentes, nas trocas de experiência, enfim, no convívio *além do acadêmico*.

Primeiramente, agradeço a Deus, pela oportunidade e possibilidade de construir este trabalho e me mostrar que não se deve desistir das idealizações.

Aos meus avôs (Clarinda e Eduardo), os meus alicerces, pois sem eles não concretizaria mais esta etapa da vida.

À Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, pela orientação, paciência e confiança depositada desde a graduação, além de estar sempre disponível para amenizar as dúvidas e as incertezas neste percurso acadêmico.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pela bolsa de mestrado concedida entre março de 2005 e fevereiro de 2007.

Aos meus pais (Deonice e Shinco) e ao meu irmão Fabiano que, apesar da distância, estão sempre presentes na minha vida e no incentivo indireto e direto para a conclusão deste mestrado.

Aos meus familiares que, mesmo distante da universidade, são fundamentais na minha vida. Aos meus tios Silvio, Kelly, Sueli, Geraldo, além das primas e companheiras de saída de campo, Carol e Gaby, sem deixar de agradecer, também, a Inês, quando dizia “E a pesquisa? Já acabou?”. Não se pode esquecer da duplinha Léo e Guilherme.

Ao GEDRA (Grupo de Estudo Dinâmica Regional e Agropecuária), pela convivência tão benéfica e pelas oportunidades de debater e aprender com outros membros sobre temas variados, sobretudo as intervenções pertinentes do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

Aos professores da Graduação, em especial, ao Bernardo Mançano Fernandes, Miguel Benites Gimenez, Antonio César Leal e Manoel C. Toledo de Godoy, pelas discussões teóricas e as atividades realizadas ao longo do curso.

Aos professores da Pós-Graduação Eliseu S. Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito, José Gilberto da Silva e Marcos Aurélio Saquet, pelas oportunas disciplinas ministradas.

Ao pessoal da Graduação (turma de 2000-2003), pelo convívio durante quatro anos e que hoje estão lecionando geografia na rede pública de ensino, não vou citar os nomes para não “correr o risco de omitir” nenhum deles.

Aos colegas da Pós-Graduação, pelo convívio e pelos bate-papos que tanto motivaram no dia-a-dia, sobretudo aqueles mais próximos: Ademir Terra, Ademilson Damasceno, Adriano Amaro, Ana Lúcia, Anderson Antônio, Carlos Loboda, Diânice Oriane, Eduardo Ferreira, Eduardo Girardi, Eliane, José Marcos, José Sampaio; Luis Fernando, Matuzalém Cavalcante, Sergio Pereira, Sergio Gonçalves, Valéria Lima, Wagner Miralha.

Ao Departamento de Geografia, pela disponibilidade da Nair e da Lúcia;

À Seção de Pós-Graduação, Erynat, Edmilson, Márcia e Ivonete, por esclarecer as dúvidas relacionadas às questões burocráticas.

Aos Professores da banca de qualificação, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Arthur Magon Whitaker, pelas sugestões, críticas e intervenções profícuas incorporadas nesta dissertação.

Às pessoas que me auxiliaram no trabalho de campo, Rosângela Américo, Saulo, Fernando Velloso e Fernando Nascimento, enfrentando o sol, o calor e a poeira.

Ao Professor Paulo Bungart, pela elaboração do *abstract* e pela revisão ortográfica deste trabalho.

Aos moradores dos Bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado, pela presteza ao responder os questionários e pelas informações sobre a formação dos bairros.

As verdadeiras aulas de campo foram proporcionadas pelos produtores: Sra. Aurora pelo conhecimento e luta (Gramado); Sr. João Mazzaro (Gramado); Sr. Leonardo Cremonuzzi com seu jeito sorridente e feliz de ver a vida; Sr. Antonio Cremonuzzi com toda disposição (até mesmo para jogar, *religiosamente*, as partidas de futebol no bairro); Sra. Ercília pela força da mulher do campo; Sr. Newton Valera pelas lembranças de um tempo em que a agricultura imperava no bairro; Sr. José e suas histórias longas dos fatos mais inesperados. São essas pessoas que merecem, de fato, serem ouvidas e respeitadas.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente (João Altino); à SEDEPP - Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente (Marcelo Biancardi); ao EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural (Geraldo Nagai); à Casa da Agricultura de Presidente Prudente (Liliane Spejorini); à Secretaria de Planejamento Urbano de Presidente Prudente (Mônica Kuraki) e ao Escritório do IBGE de Presidente Prudente (Luis Carlos Foglia) pelas informações coletadas durante as entrevistas e pelo material cartográfico obtido;

À AGB Seção Local Presidente Prudente, por dois anos de atuação como primeira secretária da associação, marcada por realizações e, também, frustrações;

À comissão da Revista Formação, pelo aprendizado e a possibilidade de publicar dois volumes da revista sob a coordenação da Profa Dra Eda Maria Góes;

À turma do **SIM**, formada por pessoas especiais, Adilson, Aline, Elias, Vitor, Mariza e Fabiana, que permitiu aliviar os períodos de tensão e correria com nossas “reuniões” divertidas e regadas com muitas risadas e desconcentrações.

À Fabiana, amiga e irmã, sempre disponível para ouvir, conversar e dar ‘brincas’, além de transmitir sua força e determinação e, sem dúvida nenhuma, a mais *fashion* da turma;

À Regiane, também uma amiga e irmã, por dividir as angústias dos problemas acadêmicos e pessoais e, por compartilhar o mesmo grupo de pesquisa, os textos, as dúvidas e os momentos alegres;

À Luzia (Lú), para completar a turma, embora esteja longe, permanece tão presente, pelas risadas, pela motivação nos momentos de fraqueza e seu jeito de ver a vida com esperança e perseverança;

Por fim, a uma pessoa que se tornou muito especial na minha vida, Leandro Bruno, por me auxiliar em todas as etapas deste trabalho e, principalmente, por ser a força nos momentos de fraqueza e me mostrar que nunca é tarde para amar e sonhar.

Muito obrigada!

SUMÁRIO

Introdução	21
Cap. 1- As transformações recentes no espaço rural: ênfase na pluriatividade e nas múltiplas fontes de renda das famílias.....	29
Cap. 2- Os Bairros Rurais do Município de Presidente Prudente SP.....	82
Cap. 3- Dinâmica econômica das propriedades e organização do grupo familiar nos bairros rurais pesquisados do Município de Presidente Prudente.....	146
Considerações finais	248
Referências	254
Anexo e Apêndice	266

ÍNDICE

Introdução	21
As transformações recentes no espaço rural: ênfase na pluriatividade	
Cap. 1 e nas múltiplas fontes de renda das famílias	29
1.1 Estratégias de reprodução social e econômica.....	31
1.2 A apreensão teórica dos conceitos de <i>part-time farming</i> , do <i>multiple job holding</i> e da pluriatividade.....	37
1.2.1 Enfoque teórico sobre o <i>part time farming</i>	39
1.3 Notas explicativas sobre a pluriatividade.....	47
1.4 As causas da prática da pluriatividade e do desenvolvimento das atividades não-agrícolas no espaço rural.....	56
1.5 A pluriatividade e os elementos metodológicos: unidade de análise, escala de análise e as variáveis analíticas.....	63
1.5.1 Unidade de análise: a família rural.....	63
1.5.1.1 Família, pluriatividade e as atividades não-agrícolas: a individualização da força de trabalho e mudanças nas relações de gênero.....	66
1.5.1.2 Família, pluriatividade e atividades não-agrícolas: a dissociação entre a unidade da família e o local de trabalho.....	74
1.5.2 Escala de análise: bairros rurais.....	76
1.5.3 Variáveis metodológicas: renda e atividade.....	78
Cap. 2 Os Bairros Rurais no Município de Presidente Prudente SP	82
2.1 Processo de formação histórica do Município de Presidente Prudente SP.....	82
2.2 As mudanças no perfil demográfico do Município de Presidente Prudente SP.....	88
2.3 Estrutura fundiária do Município de Presidente Prudente.....	93
2.3.1 Número de estabelecimentos e área ocupada segundo os grupos de área.....	94
2.3.2 Utilização das terras no Município de Presidente Prudente.....	100
2.3.3 Condição de produtor no Município de Presidente Prudente.....	106
2.3.4 Pessoal ocupado no Município de Presidente Prudente.....	109
2.4 O Processo de formação sócio-espacial dos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente SP.....	113
2.4.1 Porção Sul: Bairros Aeroporto e Cedro.....	120

2.4.2 Porção Norte: Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta.....	132
2.3.3 Porção Nordeste: Bairro Gramado.....	141

Cap.3 Dinâmica econômica das propriedades e organização do grupo familiar nos bairros rurais pesquisados do Município de Presidente

Prudente..... 146

3.1 Estrutura fundiária, produtiva e infra-estrutura dos bairros rurais pesquisados.....	149
3.1.1 Aspectos culturais nos bairros rurais pesquisados.....	187
3.2 Família, rendas e atividades: a realidade dos bairros rurais pesquisados do Município de Presidente Prudente.....	193
3.2.1 Caracterização do grupo familiar nos bairros rurais pesquisados.....	196
3.2.2 Tipos de atividades e rendas nos bairros rurais pesquisados.....	205
3.3 O trabalho feminino nas propriedades rurais dos bairros rurais pesquisados do Município de Presidente Prudente.....	226
3.3.1 Mulher rural.....	229
3.3.2 A participação da mulher nas atividades agrícolas e não-agrícolas: uma apreensão empírica nos bairros rurais pesquisados.....	237

Considerações finais..... 248

Referências..... 254

Anexo e Apêndice..... 266

Lista de Gráficos

Gráfico 01-	População total, urbana e rural do Município de Presidente Prudente, entre 1940 e 2000.....	91
Gráfico 02-	Condição de produtor, segundo o número de estabelecimentos e área ocupada (hectares) referente aos Censos Agropecuários de 1970 a 1996 no Município de Presidente Prudente.....	107
Gráfico 03-	Pessoal ocupado, segundo o sexo referente aos Censos Agropecuários de 1970 a 1996 no Município de Presidente Prudente.....	109

Lista de Tabelas

Tabela 01-	População total, urbana e rural do Município de Presidente Prudente, entre 1940 e 2005.....	90
Tabela 02-	Número de estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área no Município de Presidente Prudente entre 1970 e 1996.....	95
Tabela 03-	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área no Município de Presidente Prudente entre 1970 e 1996.....	95
Tabela 04-	Utilização das terras no Município de Presidente Prudente.....	101
Tabela 05-	Principais lavouras temporárias cultivadas no Município de Presidente Prudente, entre 1970 a 1996.....	103
Tabela 06-	Principais lavouras permanentes cultivadas no Município de Presidente Prudente, entre 1970 a 1996.....	103
Tabela 07-	Condição do produtor, segundo o número de estabelecimentos e área ocupada (hectares) no Município de Presidente Prudente/SP entre 1970 a 1996.....	106
Tabela 08-	Pessoal ocupado, segundo o sexo e condição de produtor no Município de Presidente Prudente, entre 1970 e 1996.....	109
Tabela 09-	Tamanho das propriedades rurais pesquisadas nos bairros rurais pesquisados.....	149
Tabela 10-	Mudanças no tamanho das propriedades pesquisadas nos bairros rurais pesquisados.....	153
Tabela 11-	Formas de acesso a terra nas propriedades rurais pesquisadas nos bairros rurais pesquisados.....	155
Tabela 12-	Tempo de residência nas propriedades pesquisadas nos bairros rurais pesquisados.....	158
Tabela 13-	Forma de acesso água nos bairros rurais pesquisados.....	160
Tabela 14-	Destino do lixo nos bairros rurais pesquisados.....	163
Tabela 15-	Utilização das terras nas propriedades pesquisadas nos bairros rurais pesquisados.....	170
Tabela 16-	Origem dos chefes de família e esposa dos bairros rurais pesquisados.....	198

Tabela 17-	Faixa etária dos chefes de família nos bairros rurais pesquisados.....	200
Tabela 18-	Escolaridade dos chefes e esposas das famílias pesquisadas nos bairros rurais pesquisados.....	203
Tabela 19	Atividades desenvolvidas pelas famílias pesquisadas nos bairros rurais...	206
Tabela 20-	Tipos de atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos membros das famílias pesquisadas nos bairros rurais.....	209
Tabela 21-	Tipos de rendas das famílias pesquisadas nos bairros rurais.....	213
Tabela 22-	Orçamento total das famílias pesquisadas nos bairros rurais.....	214
Tabela 23-	Tipos de rendas que geram a maior proporção em valor monetário nas famílias pesquisadas nos bairros rurais.....	219
Tabela 24-	Tipos de famílias existentes nos bairros rurais pesquisados.....	225
Tabela 25	Exercem atividades? Em relação às esposas residentes nos bairros rurais pesquisados.....	238
Tabela 26	Principais atividades desenvolvidas pelas esposas residentes nos bairros rurais pesquisados.....	238
Tabela 27-	Local de trabalho das mulheres residentes com idade acima de 16 anos nos bairros pesquisados.....	243
Tabela 28-	Principais atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas mulheres residentes nos bairros rurais pesquisados.....	243

Lista de Mapas

Mapa 01-	Localização dos Bairros Rurais Pesquisados no Município de Presidente Prudente.....	22
Mapa 02-	Localização do Município de Presidente Prudente na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente.....	83
Mapa 03-	Localização do Bairro Cedro no Município de Presidente Prudente.....	122
Mapa 04-	Localização do Bairro Aeroporto no Município de Presidente Prudente.....	123
Mapa 05-	Localização do Bairro Córrego da Onça no Município de Presidente Prudente.....	134
Mapa 06-	Localização do Bairro Ponte Alta no Município de Presidente Prudente.....	136
Mapa 07-	Localização do Bairro Gramado no Município de Presidente Prudente.....	142
Mapa 08-	Tamanho das propriedades pesquisadas nos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente.....	151
Mapa 09-	Orçamento total das propriedades pesquisadas nos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente.....	215
Mapa 10-	Predominância de renda nas propriedades pesquisadas nos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente.....	220

Lista de Quadros

Quadro 01-	Síntese das estratégias adotadas pelos produtores rurais de Cariri/PB, Leme/SP e Ijuí/RS.....	34
Quadro 02-	Principais vertentes analíticas e referenciais teóricos do estudo das atividades complementares e a pluriatividade.....	51
Quadro 03-	Número total de propriedades pesquisadas.....	117

Lista de Fotos

Foto 01-	Bar no Bairro Aeroporto.....	124
Foto 02-	Uniesp no Bairro Cedro.....	125
Foto 03-	Comunidade Bom Pastor.....	127
Foto 04-	Áreas de Pastagens no Bairro Cedro.....	129
Foto 05-	Condomínio Residencial no Bairro Cedro.....	130
Foto 06-	Pesque-pague no Bairro Aeroporto.....	131
Foto 07-	Vista aérea da Uniesp no Bairro Cedro.....	131
Foto 08-	Estrada do Gramado.....	143
Foto 09-	Casa no Bairro Cedro.....	159
Foto 10-	Estilo de casa no Bairro Gramado.....	160
Foto 11-	Represas de água no Bairro Cedro.....	161
Foto 12-	Trecho do Córrego da Onça.....	162
Foto 13-	Rio Santo Anastácio e trecho do Córrego do Cedro.....	163
Foto 14-	Estrada Bom Pastor no Bairro Aeroporto.....	165
Foto 15-	Área limite entre Bairro Cedro e São João.....	166
Foto 16-	Área do PEMBH no Bairro Aeroporto.....	167
Foto 17-	Pecuária leiteira no Bairro Cedro.....	172
Foto 18-	Cultivo de mandioca e banana-maçã no Bairro Ponte Alta.....	174
Foto 19-	Cultivo de manga no Bairro Gramado.....	175
Foto 20-	Cultivo de pêra no Bairro Gramado.....	176
Foto 21-	Cultivo de Feijão no Bairro Ponte Alta.....	179
Foto 22-	Cultivo de mandioca e milho no Bairro Gramado.....	180
Foto 23-	Área central do Bairro Ponte Alta.....	190
Foto 24-	Igreja do Bairro Gramado.....	191

Lista de Siglas e Abreviaturas

AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA	Centro de Abastecimento
CEE	Comunidade Econômica Européia
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNJA	Conselho Nacional de Jovens Agricultores
COOVALP	Cooperativa de Laticínios do Vale do Paranapanema
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
ENGA	Encontro Nacional de Geografia Agrária
ERNA	Emprego Rural Não-Agrícola
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FEA	Faculdade de Economia e Administração
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
GEDRA	Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia e Administração
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
LEADER	Ligações entre Ações para o Desenvolvimento da Economia Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MJHFH	Multiple Job Holding Farm Houseld
MRG	Microrregião Geográfica
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
ORNA	Ocupação Rural Não-Agrícola
PAC	Política Agrícola Comum
PEA	População Economicamente Ativa

PEMBH	Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos
SEDEPP	Secretária Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
UFGRS	Universidade Federal Rio Grande do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIESP	União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo
UNICAMP	Universidade de Campinas
UP	Unidade Produtiva
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

MOREIRA, Erika Vanessa. **As múltiplas fontes de renda e a pluriatividade nos Bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado no Município de Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente.

As mudanças no espaço rural evidenciam a diversidade e a necessidade de investigá-las e de demonstrar que o rural não é unívoco nem tampouco homogêneo. Uma das transformações ocorridas se refere ao desenvolvimento da pluriatividade e à diversificação das fontes de renda das famílias rurais, com destaque àquelas obtidas sem vínculo agrícola. Neste trabalho, o objetivo principal é caracterizar e analisar as condições socioeconômicas das famílias residentes nos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Gramado, Córrego da Onça e Ponte Alta, localizados no Município de Presidente Prudente. A análise compreende o período entre o início da década de 1970 e o contexto atual (2007). Os procedimentos metodológicos adotados se baseiam, predominantemente, na articulação entre o levantamento bibliográfico e a aplicação de questionário junto a setenta famílias residentes nos bairros supracitados. O trabalho mostra que os bairros rurais devem ser apreendidos como lugares da singularidade e da diversidade, decorrentes dos elementos estruturais, isto é, da formação histórica e econômica e, também, da situação conjuntural - baseada na expansão das pastagens, no aumento da ociosidade de terras e na expansão territorial urbana. Uma das constatações refere-se à importância da aposentadoria, que, para os produtores idosos, é uma fonte de renda importante e estável. No âmbito geral, constatou-se que nos bairros rurais pesquisados há combinação de diferentes tipos de renda e atividades, com destaque àquelas sem vínculos agrícolas. Isso mostra o caráter múltiplo das famílias pesquisadas nessas unidades socioespaciais. Além disso, retratou-se a invisibilidade do feminino e a inserção das mulheres no mercado não-agrícola, sobretudo em empregos domésticos.

Palavras-chave: Bairros rurais. Pluriatividade. Atividades não-agrícolas. Múltiplas fontes de rendas.

ABSTRACT

MOREIRA, Erika Vanessa. **The multiple income sources and the pluriactivity in Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta and Gramado rural neighborhoods in the municipality of Presidente Prudente-SP.** Presidente Prudente, 2007. (Master's degree Dissertation) - School of Science and Technology – Paulista State University, Presidente Prudente.

The changes in rural space show the diversity and the necessity of investigate them and demonstrate that the rural is not uniform or homogeneous. One of the changes refers to the development of the pluriactivity and to the variation of income sources in rural families, distinguishing those without any link with agriculture. In this work, the main purpose is to characterize and analyze the socioeconomic conditions of the families inhabiting Aeroporto, Cedro, Gramado, Córrego da Onça and Ponte Alta rural neighborhoods, located in the municipality of Presidente Prudente. The analysis comprises the period between the beginning of the 1970s and the current year (2007). The methodological procedures adopted are predominantly based on the articulation of the bibliographical survey and the application of a questionnaire to seventy families living in the neighborhoods mentioned before. The work shows that the rural neighborhoods must be seen as spaces of singularity and diversity, due to structural elements, i.e., to economic and historical formations and also to the conjuncture, based on pasture extension, in the increasing of land inoccupation and in the urban territorial expansion. One of the evidences refers to the importance of retirement, which is an essential and stable income source to old producers. In the general context, it was verified that, in the rural neighborhoods researched, there is a combination of different types of income and activities, mostly those without any link with agriculture. It shows multiple characteristics of the families researched in these sociospatial unities. Also, the work discusses female's invisibility and women's insertion in non-agricultural market, mainly in household jobs.

Keywords: Rural neighborhoods. Pluriactivity. Non-agricultural activities. Multiple income sources.

INTRODUÇÃO

Inquietação, interesse e desafio. Estas são as palavras-chave que podem ser atribuídas aos temas presentes neste trabalho, isto é, os *bairros rurais*, a *pluriatividade* e o *trabalho feminino*. Inquietação pelas questões que surgiram no levantamento bibliográfico e no decorrer da pesquisa de campo, interesse pelos pormenores presentes nesta trama e, desafio, pela diversidade e complexidade encontrada.

O interesse pela temática ora proposta remonta ao segundo ano do Curso de Graduação em Geografia (2001), com o desenvolvimento de um estágio não-obrigatório junto ao Departamento de Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente, sendo este, aliás, nosso primeiro contato com a pesquisa científica. A pesquisa de campo realizada no final daquele ano mostrava que no Bairro Aeroporto, área escolhida para o desenvolvimento do estágio não-obrigatório, as atividades e rendas sem vínculos agrícolas eram significativas.

Então, o interesse pelo estudo dos bairros rurais tomou outro rumo, sendo incorporada a temática da pluriatividade e das atividades não-agrícolas. No ano de 2002, o projeto de Iniciação Científica foi aprovado pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), dando início a mais uma outra etapa dessa incipiente trajetória.

No ano de 2003, ao final da pesquisa, foi possível constatar que o Bairro Aeroporto estava situado numa área marcada pela coexistência de valores e por traços urbanos e rurais. Foi constatada, também, a importância das atividades e rendas sem vínculo agrícola, com destaque à participação da mulher nas diferentes atividades (agrícolas e não-agrícolas).

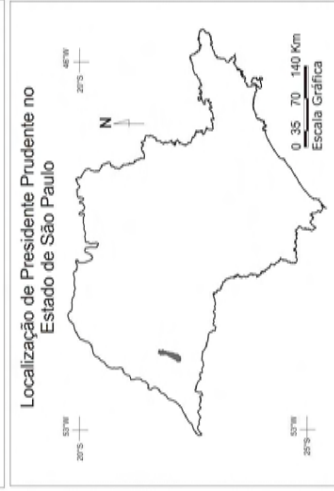
Em 2004, com o interesse em cursar o Mestrado, procedeu-se à elaboração de um pré-projeto de pesquisa com base nos desdobramentos dos relatórios finais do estágio não-obrigatório e da Iniciação Científica, a fim de compreender a tríade bairros rurais-pluriatividade-trabalho feminino. Com o ingresso no Mestrado no segundo semestre de 2004 e a aprovação da Bolsa MS (FAPESP) em 2005, foi possível realizar esta investigação.

O ponto-chave desta pesquisa respaldou-se, portanto, numa análise das atividades e rendas e do desenvolvimento da pluriatividade das famílias residentes nos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Gramado, Córrego da Onça e Ponte Alta, localizados no Município de Presidente Prudente (mapa 01). Esses bairros foram selecionados a partir de dois critérios: primeiro, a proximidade geográfica da malha urbana; segundo, a diversidade de funções e atividades desenvolvidas. Em relação ao primeiro critério, foram escolhidos dois (02) bairros localizados na área sul (área com forte expansão urbana), dois (02) bairros situados na área norte (presença de loteamentos populares) e um (01) bairro na área nordeste.

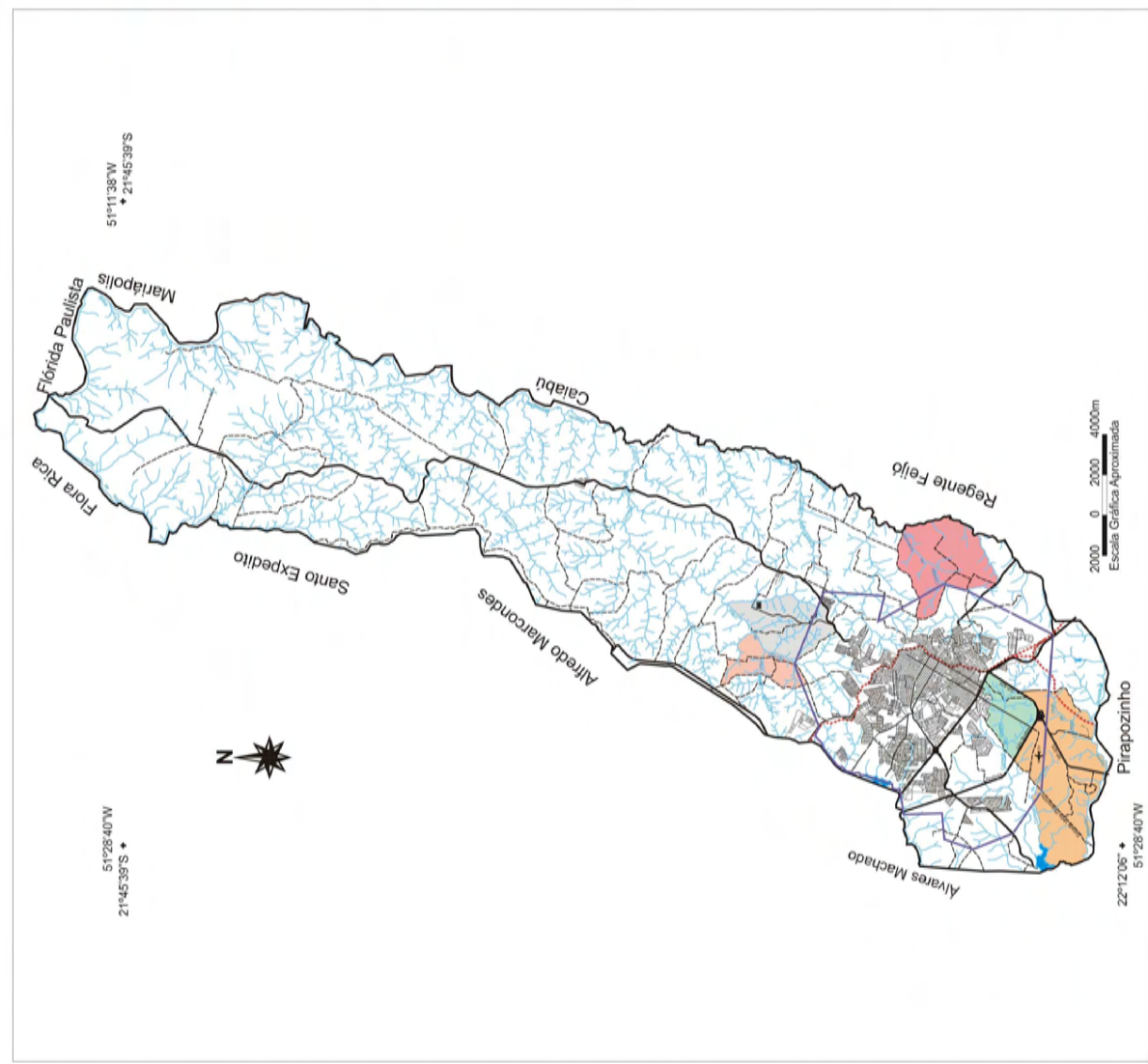
LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS RURAIS PESQUISADOS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

CONVENÇÕES

- Bairro Aeroporto
- Bairro Cedro
- Bairro Córrego da Onça
- Bairro Ponte Alta
- Bairro Gramado
- Principais Rodovias
- - - Principais vias pavimentadas
- Principais vias não pavimentadas
- ↖ Principais cursos d'água
- Barragem/represa
- Malha urbana
- Limite do perímetro urbano



Autora: Erika Vanessa Moreira	Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespagnol
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2005	Desenhista: Leandro Bruno Santos
Modalidade de Pesquisa: Dissertação de Mestrado	Mapa: 01 03
Instituição: unesp Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	Apoio:



Quanto ao segundo critério, cabe esclarecer que os bairros selecionados apresentaram uma gama de diversidade em termos de funções, atividades, atores sociais etc.

Considera-se o bairro rural como unidade socioespacial alicerçada em três elementos: a base físico-territorial, o sentimento de localidade (identidade) e a sociabilidade entre os moradores (as relações de vizinhança).

A sociedade é dinâmica e, por isso, estudar os bairros rurais significa considerá-lo como o palco de mudanças, coexistências e adaptações nas suas diferentes dimensões (econômica, social, cultural e espacial). O novo e o velho, mudanças e permanências são pares dialéticos de suma importância neste trabalho.

Dentre as mudanças evidenciadas no mundo rural, encontram-se a pluriatividade e as atividades não-agrícolas, que podem ou não levar à dissociação entre a unidade da família (a casa) e a unidade de trabalho. Os membros da família já não seguem a tradicional divisão do trabalho como há tempos atrás; no período atual há a combinação de ocupações e rendas entre as famílias residentes no meio rural.

Essas mudanças no interior das famílias rurais levam à transformação na relação de gênero, com a saída da mulher para exercer uma atividade remunerada fora da propriedade ou a atribuição de responsabilidade à mulher na ausência do chefe da família.

Nas leituras realizadas sobre o trabalho da mulher no espaço rural, foi possível enfatizar três pontos: 1) o campo é predominantemente masculino; 2) as atividades não-agrícolas exercidas pelas mulheres são, sobretudo, os serviços domésticos e as atividades relacionadas ao comércio e à prestação de serviços; e, 3) mesmo com as mudanças nas relações de trabalho e nas relações de gênero, ainda permanecem a invisibilidade de seu trabalho e a equivocada idéia de considerar o trabalho da mulher na agricultura como mera ajuda.

Na Geografia, o estudo de gênero ainda é bastante escasso e se torna mais crítico no que diz respeito às relações de gênero em bairros rurais. Por isso, um dos propósitos, neste trabalho, é abordar o papel da mulher nas propriedades rurais com o subsídio de outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a História e a Antropologia. A utilização de autores de outras áreas das Ciências Sociais não pressupõe subestimar a Geografia, mas sim criar um diálogo.

É importante salientar que o escopo do trabalho tem como eixo central, num primeiro momento, a pluriatividade e as atividades não-agrícolas nas unidades familiares presentes nos Bairros Rurais no Município de Presidente Prudente. Pretende-se, num segundo

momento, compreender o papel da mulher residente nos bairros rurais, enfatizando as dificuldades e a importância de dar visibilidade ao seu trabalho, seja remunerado ou não.

A estruturação metodológica de um estudo científico baseia-se na operacionalização racional e analítica tanto da pesquisa de campo como das reflexões teóricas. Por isso, os procedimentos metodológicos são importantes para o desenvolvimento da dissertação de Mestrado.

O *levantamento bibliográfico* constitui-se numa das etapas mais interessantes e desafiadoras, pois, ao mesmo tempo em que se deparou com poucos materiais referentes aos bairros rurais produzidos nos últimos dez anos, foi possível encontrar uma razoável bibliografia no que diz respeito aos estudos de comunidade na perspectiva sociológica e antropológica nos anos de 1960 e 1970.

O *levantamento bibliográfico* sobre a pluriatividade permitiu constatar dois aspectos instigantes: 1) os estudos pioneiros são oriundos de pesquisadores franceses e espanhóis; 2) a pluriatividade vem conquistando espaço nas reuniões científicas e nos periódicos nacionais e internacionais nos últimos dez anos. Essa notoriedade se justifica pela sua importância na elaboração de planos e estratégias para se alcançar o desenvolvimento rural. Isso não quer dizer que seja o único instrumento de ação, pois as variáveis endógenas e exógenas podem ser favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas¹.

O subsídio teórico sobre a mulher rural foi, em grande parte, respaldado em periódicos e revistas científicas² que direcionaram, na maioria das vezes, a apreensão da mulher nos assentamentos e acampamentos rurais e a militância de movimentos sociais rurais.

A troca de experiências e materiais com pesquisadores de outras áreas do conhecimento³, como sociologia e economia rural, antropologia cultural e história, foi extremamente importante. Schneider (2003) e Rua (2005) chamam a atenção para o fato de que a compreensão das transformações no rural não deve ficar “presa” apenas a uma área do conhecimento, sendo importante estabelecer um diálogo permanente e um profícuo debate⁴.

¹ Essa assertiva respalda-se na tese de Carneiro (2000) e Schneider (2003; 2003a).

² O aporte teórico está respaldado em periódicos publicados em anais de eventos: Revista Estudos Femininos, Revista Reforma Agrária, Boletim Goiano de Geografia, Caderno Prudentino de Geografia, Terra Livre, Textos de Discussão do IEA, Artigos do Projeto Rurbano www.eco.unicamp.br/rurbano, Boletim do Trabalho e Mulher www.seade.gov.sp.br, www.scielo.br/ etc.

³ Principalmente nos espaço de diálogos e comunicações livres presentes nos eventos científicos nacionais e internacionais, como o XLIII Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, o VI Encontro Nacional da ANPEGE, o XV Encontro Nacional de Geografia Agrária e o II Simpósio Internacional de Geografia Agrária e III Simpósio Nacional de Geografia Agrária etc.

⁴ O geógrafo João Rua descreve que um dos autores que trabalha muito bem a inter-relação entre a sociologia e a geografia é o sociólogo Sérgio Schneider. Schneider contempla que a interlocução entre as diferentes áreas do

O rigor teórico é importante para o trabalho científico, mas a teoria não deve ser a única guia e tampouco a única base de investigação, pois a realidade é mutável. Portanto, cabe ao pesquisador mostrar que o empírico não deve ser enquadrado *rigidamente* na teoria; todavia, a teoria deve ser um aporte para explicar e desvendar a realidade.

Estas arguições permitem construir uma concepção de bairros rurais pautada numa visão mais abrangente e dialética. O tradicional e o moderno, as mudanças e as permanências, o novo e velho são os pares dialéticos presentes nessa unidade geográfica heterogênea. No caso dos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente, foi possível constatar inúmeras transformações nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, e, ao mesmo tempo, encontrar manifestações socioculturais tradicionais. É o novo e o velho convivendo dialeticamente.

A *pesquisa de campo* foi a etapa de grande contribuição nessas reformulações, tendo em vista as diversas visitas realizadas nos bairros rurais. Durante a *primeira etapa*, foram realizadas visitas aos bairros com a utilização de mapa de localização do município obtido junto ao escritório do IBGE. O mapa permitiu a localização do perímetro urbano e auxiliou na delimitação dos bairros rurais.

A *pesquisa de campo*, nas palavras de Woortmann (1995, p. 58), representa um momento de grande relevância para o trabalho científico, tendo em vista que “o trabalho de campo age sobre a teoria” e permite adequar e repensar vários pontos do projeto, propiciando inquietações e “modificações no modo de perceber o mundo”.

É importante enfatizar que os Bairros Aeroporto e Cedro, localizados nas proximidades do núcleo urbano (do quilômetro 01 ao 06), têm uma parte considerável de suas áreas incorporadas ao perímetro urbano, fixado em 1996. Contudo, essa proximidade não os descaracteriza como bairros rurais, haja vista a presença de propriedades rurais, de relações de vizinhança, a identidade e a sociabilidade existente entre os moradores e a presença expressiva de funções rurais e o desenvolvimento das atividades agrícolas, sobretudo nos Bairros Aeroporto e Cedro.

Os questionários foram aplicados entre outubro de 2005 e março de 2006 junto às famílias residentes. A estruturação do questionário abrangeu as seguintes variáveis: a caracterização do grupo familiar; a estrutura fundiária; a estrutura produtiva; as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas; tipos de rendas; utilização de maquinário e produtos químicos; infra-estrutura; condição socioeconômica; aspectos culturais e perspectivas futuras

quanto à continuidade na propriedade e na agricultura; as aspirações dos filhos. Embora o questionário não contemplasse uma parte exclusiva sobre a mulher, a análise do papel da mulher foi abordada com base na caracterização do grupo familiar (apêndice).

Depois da aplicação do questionário, foram tabulados os dados de fontes primárias, elaborados as tabelas e gráficos e confeccionados os cartogramas para os objetivos propostos no projeto, ou seja, uma análise geográfica das variáveis importantes na compreensão da pluriatividade e das atividades e rendas sem vínculos agrícolas.

Foram realizados 02 (tipos) de sistematização, utilizando a planilha do Excel® para realizar a tabulação e a organização dos dados. A primeira sistematização foi elaborada com o objetivo de adquirir os dados gerais referentes às variáveis pré-selecionadas para cada bairro rural, como será possível averiguar no capítulo 03. Na segunda sistematização, elaborou-se uma planilha no Excel® apresentando as características de cada propriedade pesquisada. Nesse tipo de sistematização, foram abordados os seguintes aspectos: tamanho da área; tempo de residência; forma de acesso à terra; orçamento total; e os tipos de renda que geram a maior proporção em valor monetário.

Com os dados sistematizados e representados em tabelas e cartogramas, a etapa seguinte foi reflexiva e analítica, com o fito de correlacionar a parte teórica e os dados e informações de fontes primária e secundária.

Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas informais com as famílias mais antigas residentes nos bairros rurais, tendo em vista realizar uma construção do processo de formação histórica dos bairros e averiguar as mudanças ocorridas no interior das famílias e no âmbito do bairro. A escolha dessa metodologia pautou-se na preocupação de fazer uma contextualização histórica dos bairros rurais sob a ótica dos moradores (sujeitos da pesquisa). É oportuno esclarecer que não se utilizou diretamente a transcrição de histórias orais.

Sobre a contextualização histórica dos bairros, houve uma série de dificuldades. Dentre elas, destacaram-se: a falta de informações sobre o ex-proprietário da terra, no caso de moradores que adquiriram a propriedade após os anos de 1960; o falecimento ou o comprometimento da memória dos patriarcas etc. Não é propósito desta dissertação aprofundar sobre as questões que envolvem a memória, mas se propor a averiguar as mudanças e as permanências nos bairros rurais, com base na percepção desses moradores. Todavia, é necessário ter muito cuidado com as idéias preconcebidas ou aquelas impregnadas de discursos político e ideológico.

É preciso mencionar que muitos moradores narram fatos e acontecimentos contados pelos pais, avós, ou seja, nem chegaram a vivenciar tal fato, mas a história

permanece na memória. “Os relatos orais são simultaneamente uma técnica e um procedimento metodológico”, e permitem lembrar de fatos remotos que se constituem em muitas das vezes na “defesa do lugar”⁵.

Outro ponto importante obtido nas entrevistas foi a identidade do grupo ao lugar onde vive, evidenciando uma das características dos bairros rurais, o sentimento de pertencimento ao lugar. E a identidade não é construída com respaldo apenas na herança cultural, tendo em vista que recebe a influência de diferentes dimensões (social, econômica, política etc).

Utilizou-se, também, um roteiro de entrevista aplicado junto aos estabelecimentos não-agrícolas, com o fito de averiguar as vantagens, as desvantagens e os interesses que levaram a sua implantação nos bairros e a relação com os moradores. O propósito desse procedimento é cotejar as informações mais qualitativas e demonstrar que os bairros rurais são lugares que mesclam diferentes tipos de uso do solo, de relações de trabalho, de funções e de atores sociais.

A entrevista realizada com a engenheira agrônoma Liliana Spejorini, da Casa da Agricultura, permitiu compreender até que ponto o poder local está (ou não!) engajado em políticas para o espaço rural. Um dos projetos (talvez o único em execução) muito comentado pela engenheira refere-se ao Projeto Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (PEMBH), implantado em 2005 no Bairro Aeroporto, na bacia hidrográfica do Córrego do Cedrinho e em fase final no Bairro Córrego da Onça (2003-2005).

Para compreender a organização coletiva dos trabalhadores rurais, foi realizada uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Presidente Prudente, João Altino Cremonesi, que comentou sobre a estrutura e a organização do sindicato, além de caracterizar a relação estabelecida entre a organização e os sindicalizados.

Assim, a dissertação se mostra estruturada em três (03) capítulos, além das considerações finais, das referências bibliográficas, dos apêndices e dos anexos.

As transformações no espaço rural, a gênese e as características do *Part-time farming*, do *Multiple job holding farm household* e da pluriatividade são os eixos centrais

⁵ Segundo Santos (1999), a partir da memória evidencia-se a arte de lembrar das mudanças na relação espaço e tempo nos bairros rurais, pois, ao lembrar dos tempos remotos, sempre vem à tona os tempos de “fartura”, de tranqüilidade, da convivência familiar mais freqüente. É nítido um sentimento de nostalgia das festas, das rezas, das reuniões familiares, enfim, os aspectos lúdico e social aparecem como elementos que sofreram grandes transformações.

discutidos no primeiro capítulo. Propõe, também, tratar os elementos metodológicos, como a unidade de análise (família rural ou unidade familiar) e a escala de análise (bairros rurais).

O segundo capítulo trata do processo de formação do Município de Presidente Prudente, abrangendo a evolução demográfica no período compreendido entre 1940 a 2005, a estrutura fundiária, a utilização das terras, a condição de produtor e o pessoal ocupado. Os dados obtidos junto aos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6 e Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 foram as bases estatísticas utilizadas para traçar uma análise das mudanças ocorridas na estrutura fundiária, produtiva e populacional do Município de Presidente Prudente. No mesmo capítulo, foi contextualizado o processo histórico dos bairros rurais consubstanciado em fontes históricas. Num segundo momento, retratou-se o processo de formação dos bairros rurais, agrupados com base na sua localização geográfica, pautado nas informações obtidas na pesquisa de campo.

Apresenta-se, no terceiro capítulo, a análise da pesquisa de campo, cotejando, inicialmente, a dinâmica das propriedades rurais pesquisadas, com a abordagem da estrutura fundiária e produtiva, da infra-estrutura e dos aspectos culturais. Posteriormente, caracterizou-se o grupo familiar, abrangendo o tamanho da família, a faixa etária do chefe e esposa, o grau de escolaridade do casal e o local de origem destes. Nesse capítulo, também, foi retratado os tipos de atividades e fontes de renda, além de apresentar o orçamento obtido com as diferentes atividades e rendas.

No mesmo capítulo foram abordados os referenciais sobre gênero e as questões concernentes ao trabalho feminino no espaço rural. Além da apreensão teórica sobre gênero, buscou-se fazer uma análise dos tipos de tarefas realizadas pelas mulheres, suas participações no orçamento familiar e suas dificuldades.

As considerações finais foram construídas com base nos aportes teóricos e na pesquisa empírica, sobretudo em relação às múltiplas fontes de renda e atividades das famílias rurais dos bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta, enfatizando os possíveis fatores e as mudanças acarretadas com esta integração cada vez maior entre mercado de trabalho agrícola e não-agrícola, além da forte pressão exercida pelo processo de urbanização. As referências, os apêndices e os anexos encerram o trabalho.

1. AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL: A ÊNFASE NA PLURIATIVIDADE E NAS MÚLTIPLAS FONTES DE RENDA DAS FAMÍLIAS

Nossa civilização habituou-se a enxergá-las [áreas rurais] como local da produção agropecuária, no qual os imperativos da eficiência seriam incompatíveis com a manutenção de um tecido social rico e diversificado [...] Assim como nas cidades não existem apenas indústrias, no meio rural, tampouco, não há só agricultura e agricultores.

Abramovay (2002)

As mudanças evidenciadas no mundo rural demonstram a diversidade de “realidades” e a necessidade de investigá-las. Portanto, o rural não é unívoco e tampouco homogêneo. É a partir desta perspectiva que o trabalho será sustentado.

Uma das facetas destas transformações refere-se ao desenvolvimento da pluriatividade e à diversificação das fontes de rendas entre as famílias rurais, com destaque para as rendas obtidas sem vínculo agrícola. O foco central deste capítulo respalda-se numa apreensão teórica da pluriatividade e das atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais. Verificar-se-á, após a discussão teórica, a aplicabilidade da noção de pluriatividade e o crescimento das atividades não-agrícolas nos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta, localizados no Município de Presidente Prudente, além de cotejar as mudanças ocorridas na organização da família e nas relações de trabalho e gênero.

Parafraseando Carneiro (2000, p. 32) o rural não é apenas a dimensão econômica, mas abarca uma complexa teia de relações sociais, políticas, culturais, ideológicas e espaciais. Assim, o mundo rural refere-se a um espaço específico e diferenciado. Isso porque o rural mantém particularidades históricas, sociais, ecológicas e culturais, é o “lugar da vida”, “o lugar onde se vive e lugar onde se vê e se vive o mundo”.

Neste contexto, o rural constitui-se numa “entidade socioeconômica em um espaço geográfico”, alicerçado em quatro componentes: base físico-territorial; população; conjuntos de assentamentos (organização socioespacial); e o conjunto de instituições públicas e privadas (PÉREZ C., 2001, p. 17).

Desta maneira, compreender as transformações no rural e, sobretudo, as formas de trabalho e as rendas das famílias se tornam indispensáveis para uma análise abrangente e dialética deste espaço complexo e heterogêneo.

Foge do escopo do trabalho traçar uma análise pormenorizada de todas as transformações recentes ocorridas no espaço rural, em virtude da diversidade a ser encontrada e o perigo de se esboçar um trabalho sem o necessário aprofundamento e análise crítica. Portanto, julga-se pertinente situar a atenção no estudo da pluriatividade, das múltiplas fontes de rendas e de atividades desenvolvidas pelas famílias rurais.

Antes de tecer qualquer comentário a respeito da temática ora mencionada, torna-se importante pontuar 4 (quatro) premissas que serão debatidas ao longo do trabalho. Estes esclarecimentos possibilitarão enxergar o mundo rural desvinculado de uma visão estritamente agrícola e setorial.

1. O rural não é apenas o agrícola. Esta tese é defendida por muitos autores, dentre os quais cabe mencionar: Carneiro (1998, 2000); Saraceno (1996); Del Grossi; Graziano da Silva (1998); Graziano da Silva (1999); Pérez C. (2001); Alentejano (2001); Balsadi (2002); Marques (2002); Schneider (2002, 2003); Bagli (2004); Pontes (2004);
2. A pluriatividade não é sinônimo de atividade não-agrícola. Enquanto a primeira refere-se à combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, a segunda está vinculada às alterações no mercado de trabalho. Tais fundamentações estão presentes em autores como: Kageyama (1998); Schneider (2003, 2003 a); Conterato; Schneider (2005);
3. A pluriatividade não se constitui num fenômeno marginal, residual e precedente do período da protoindustrialização. Defende-se que a pluriatividade constitui um fenômeno novo, revestido de novas dinâmicas, novas funções e alicerçado na relação entre variáveis endógenas e exógenas. Tal assertiva fundamenta-se nos trabalhos de Carneiro (1998), Graziano da Silva (1999), Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (2003);
4. A pluriatividade não leva, necessariamente, à redução ou ao abandono da agricultura. A secundarização da atividade agrícola dependerá da presença das variáveis endógenas e exógenas. Os trabalhos de Carneiro (2000), Schneider (2003) e Conterato; Schneider (2005) abordam essa questão.

É importante enfatizar que a agropecuária constitui-se na principal atividade desenvolvida no meio rural, mas não é a única forma de obtenção de renda das famílias rurais. Isso porque há uma multiplicidade de rendas, atividades e funções no mundo rural que não estão, necessariamente, vinculadas ao agrícola, pois podem estar respaldadas nos distintos setores da economia, como a indústria, o comércio e a prestação de serviços.

Considera-se importante traçar uma breve explanação a respeito das estratégias de reprodução social e econômica, pois a presente pesquisa parte da premissa de que a pluriatividade e as atividades e rendas sem vínculo agrícola são estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelas famílias rurais para permanecerem no campo.

1.1 Estratégias de reprodução social e econômica

A permanência dos produtores rurais no campo está inserida na própria lógica do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital. Ao mesmo tempo em que o capital busca a exploração e a subordinação do pequeno produtor, é inegável a sua resistência no campo, como forma de garantir a manutenção da família. O capitalismo depende de relações de dominação, entre o dominado e o dominante, o explorador e o explorado, num movimento dialético e combinado (ALVES, 2004).

Na concepção de Schneider (2003), a resistência desses produtores familiares está atrelada às estratégias adotadas, as quais são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação ao indivíduo. Tais decisões envolvem fatores sociais, econômicos, étnico-culturais e espaciais:

Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente as contingências e situações objetivas (SCHNEIDER, 1999, p. 135).

Segundo Tedesco citado por Alves (2004), as estratégias e as racionalidades adotadas para a permanência da família na terra e a manutenção do seu modo de vida não envolvem apenas o caráter econômico e técnico, mas também o político e o cultural. Isso porque a intrínseca relação entre família (unidade de produção) e trabalho (conjunto de relações estratégicas e racionalidades adaptativas) permite entender que as estratégias de reprodução familiar são ações calcadas não apenas no econômico, mas, sobretudo, nas construções simbólicas e nos laços pessoais e de mercado.

Na concepção de Chayanov (1974), o conceito de estratégia refere-se a um conjunto de decisões, planejamentos e metas decididas no âmbito da família. Essas ações

visam estabelecer o equilíbrio entre os fatores e as técnicas de produção e as necessidades da família.

Para Sant'Anna; Costa (2004), as estratégias de reprodução das famílias rurais⁶ estão alicerçadas no modo de vida ligado à terra, na busca de rentabilidade para além da esfera econômica, ou seja, movidas por “fatores extra-econômicos”.

Segundo Alves (2004, p. 253), as estratégias desenvolvidas pelos produtores familiares são fundamentais para resistir ao processo de sujeição da renda da terra ao capital:

[...] a permanência da produção familiar no meio rural não é objetivada pela maximização da renda da terra e do lucro, mas pela possibilidade da família embora de nem todos os seus membros, reproduzir-se socialmente no campo. Assim, é devido ao fato da família buscar continuar na terra, preservando o seu patrimônio e os seus meios de produção, se reproduzindo com seu modo de vida calcado na solidariedade, na sociabilidade familiar, nos laços de vizinhança, de parentesco e comunitário, que a mesma consegue permanecer diante do intenso processo de exploração da renda da terra que se reflete nos baixos, às vezes, negativos rendimentos obtidos com a produção mercantil (ALVES, 2004, p. 253).

Nas palavras de Buainain; Souza Filho; Silveira (2002), as estratégias de reprodução familiar abarcam desde a utilização dos recursos (terra, mão-de-obra, instrumentos de produção) como meio de assegurar as necessidades básicas.

Desse modo, Plein; Schneider (2005, p. 5) salientam que nem todas as estratégias estão necessariamente relacionadas às atividades agropecuárias, pois “algumas delas resultam do próprio abandono da agricultura e do meio rural”. Contudo, isso não significa que as famílias não estejam se reproduzindo social e economicamente.

Tais autores mencionam como estratégias o desenvolvimento das atividades não-agrícolas, a aposentadoria, as migrações⁷, a integração à agroindústria⁸ e a educação dos filhos. Concorda-se com Plein; Schneider (2005, p. 2), ao afirmarem que as estratégias não devem ser consideradas apenas como “os vários mecanismos, alternativas e iniciativas dos agricultores e de suas famílias que possuem como objetivo a sobrevivência material”. Mas também aquelas relacionadas à satisfação imaterial (viver na propriedade que era dos avôs e depois dos pais, a sociabilidade entre os vizinhos, compadres e parentes etc).

⁶ Os autores distinguem 02 (dois) tipos de estratégias: *estratégias operacionais* e *estratégias de base*. A primeira constitui-se na busca de estabilidade ou elevação da renda, por meio de diversificação produtiva, obtenção de rendas não-agrícolas etc; a segunda estratégia, de base, está relacionada aos investimentos na unidade produtiva e também na construção de arranjos particulares, como as regras de herança e cooperação, as relações de vizinhança e parentesco etc. (SANT'ANNA; COSTA, 2004).

⁷ Para maiores informações, consultar Lamarche (1993; 1998) e Plein; Schneider (2005)

⁸ A integração às agroindústrias é mais expressiva entre os agricultores familiares do sul do Brasil, principalmente os produtores de suínos, aves, fumo e leite.

Por meio da realização de um estudo de caso no Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, os referidos autores abordam que as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares da localidade estão relacionadas a alguns fatores, dentre os quais: a proximidade das propriedades em relação às estradas asfaltadas, à sede do município e também aos centros consumidores regionais; a relação direta com as agroindústrias; a utilização de tecnologia; a contratação de mão-de-obra, entre outras.

Para Brumer et al. apud Lamarche (1993), as estratégias produtivas das famílias rurais variam de uma região para outra, uma vez que a diversidade das lógicas produtivas e as adversidades climáticas e econômicas acarretam a busca de alternativas distintas para a reprodução econômica das famílias.

Em cada país, e até em cada área, a unidade de produção familiar é, com efeito, submetida a pressões extremamente diversas e, mesmo conseguindo adaptar-se enquanto forma social de produção, no plano individual os desvios e os fracassos são sempre numerosos. A própria adaptação não segue uma trajetória linear. [...] (BRUMER et al. apud LAMARCHE, 1998, p. 170)

As estratégias familiares permitem “assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a sua exploração” (BRUMER et al. apud LAMARCHE, 1993, p. 205). Assim, a pluriatividade e as múltiplas fontes de renda, entendidas como estratégias de reprodução social, permitem, em determinadas regiões, evitar a saída da família do campo e proporcionar recursos para a permanência na agricultura.

Carneiro (2000) traz uma valiosa contribuição ao estudo da mulher rural e das questões relacionadas à transmissão hereditária e às relações de gênero entre os agricultores familiares do Município de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul, e do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. Para a autora, a relação de desigualdade entre homens e mulheres é visível no processo de transmissão hereditária das propriedades rurais, revestida de valores simbólicos, culturais e econômicos. As estratégias estão relacionadas com os fatores endógenos (tamanho da família, tamanho da propriedade etc.) e exógenos (aspectos econômicos, dinâmica regional etc.).

De acordo com Carneiro (2000), a desigualdade de gênero (homens e mulheres) na transmissão hereditária pode revelar tanto uma estratégia de reprodução social como a imposição de um modelo de família patriarcal.

As lógicas de transmissão da propriedade pelo sistema de herança se articulam com os sistemas de reprodução social aos quais essas lógicas estão referidas,

sofrendo influências dos valores da sociedade abrangente. Provocam-se, assim, crises e mudanças também nas relações intrafamiliares, sobretudo no que se refere à desigualdade dos direitos entre homens e mulheres. Aliás, o trabalho das mulheres no meio rural restringe-se, prevalentemente, às atividades de capina, ao cuidado com a horta e viveiro e a todas as tarefas domésticas. Ao homem, cabe a tarefa de comercializar, dirigir e administrar os implementos agrícolas.

Com o fito de sintetizar as estratégias adotadas pelos produtores rurais em três áreas distintas do território nacional estudadas (Cariri/PB, Leme/SP e Ijuí/RS), elaborou-se um quadro pautado na obra organizada por Lamarche (1998)⁹.

Quadro 01- Síntese das estratégias adotadas pelos produtores rurais de Cariri/PB, Leme/SP e Ijuí/RS.

Características	Cariri/PB	Leme/SP	Ijuí/RS
Preservação do patrimônio	Cooperação mútua, sistema de indivisão do patrimônio familiar e a pluriatividade.	Apenas os filhos homens assumem a direção da exploração - <i>transmissão não-igualitária</i> .	A propriedade concentra-se nas mãos de um único herdeiro, compensando os excluídos.
Diversidade das lógicas produtivas	Estrutura fundiária desigual, sistema de produção tradicional, criação de gado semi-extensiva e policultura de subsistência.	Produção das culturas agroindustriais e alto grau de mecanização e semi-especializada.	Especialização em um determinado produto, diversificação produtiva, utilização de técnicas modernas de maneira ainda não generalizada.
Trabalho externo	A pluriatividade ocorre de maneira significativa	O trabalho externo é pouco expressivo.	As atividades externas são mais freqüentes nas pequenas explorações.
Estrutura familiar	Famílias extensas com seis ou mais filhos.	Grupo doméstico composto de três a cinco pessoas	Estrutura familiar diversificada, tanto nuclear como extensa.
Futuro dos filhos	Menos da metade dos filhos exercem atividades agrícolas, em detrimento da insuficiência de terra e da família numerosa. Os pais não almejam a continuidade dos filhos na agricultura.	Os pais apreciam a profissão de agricultor aos filhos e funcionárias públicas para as filhas	Os pais almejam aos filhos e filhas a continuidade na agricultura, seja como agricultores, seja como agrônomos. Continuidade...

⁹ Foram responsáveis pelo trabalho de pesquisa realizado no Brasil (Ijuí/RS, Leme/SP e Cariri/PB) para compor as análises comparativas do livro organizado por Lamarche (1993, 1998): Maria de Nazareth Baudel Wanderley; Anita Brumer; Ghislaine Duque; e Fernando Antônio Lourenço.

Relação com o local	Predominam as relações de vizinhança, os vínculos comunitários e a pouca manifestação social.	Maior parte dos agricultores reside no perímetro urbano, por isso os laços de vizinhança são tênues.	Os laços de solidariedade se expressam significativamente. A vida social é intensa e a participação nas manifestações locais é freqüente.
Síntese	Adotam uma dupla estratégia: a prática de um sistema complexo de organização dos membros da família extensa e a busca de trabalho externo.	A família adota a transmissão não-igualitária e o investimento na educação dos filhos	A estratégia se pauta na atividade agrícola e na busca de fonte de renda externa, além de almejem a continuidade dos filhos na agricultura.

Fonte: Lamarche (1998)

Org: Erika Vanessa Moreira (2005)

O quadro (01) ilustra que as estratégias adotadas pelos agricultores familiares em três localidades brasileiras são distintas, em virtude da insuficiência de terra, do número de filhos, das adversidades climáticas e, sobretudo, da dinâmica econômica regional na qual estão inseridos.

Para Lamarche (1998), as lógicas produtivas familiares abarcam a inter-relação entre a terra, o trabalho e a reprodução familiar do estabelecimento. Além disso, o autor considera a terra uma das variáveis importantes para a análise das lógicas familiares dos produtores, tendo como recorte três pontos: 1) a propriedade fundiária pertence à família; 2) a importância dessa propriedade; 3) o apego à terra¹⁰.

É importante ressaltar que a relação com a terra não pode ser analisada apenas pelo viés econômico ou jurídico e, tampouco, pelo simbólico, pois a relação do agricultor com a terra não pode ser reduzida a uma delas. É preciso considerar uma relação múltipla entre as diferentes dimensões (econômica, social, política, jurídica, simbólica, étnica, cultural e espacial).

A relação do produtor com a terra é de suma importância para identificar quais os fatores e os motivos que permitem a sua resistência no campo, mesmo frente às inúmeras dificuldades impostas para o desenvolvimento da agricultura. Não é apenas o fator econômico que pesa na decisão de postergar a saída da propriedade rural, mas também o caráter simbólico que ela transmite ao longo das gerações.

Para Lamarche (1998, p. 114), as estratégias fundiárias são distintas e variam de área para área. Aliás, “a atitude dos agricultores em relação à terra não se define

¹⁰ Para maiores informações, consultar Lamarche (1998, p. 63).

apenas como uma necessidade; ela é, igualmente, dependente de suas representações”. A terra representa para o agricultor tanto um patrimônio simbólico-cultural como um instrumento de trabalho. A busca de estratégias familiares está relacionada às respostas “dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração”.

A fim de identificar os tipos de estratégias familiares no que diz respeito às aspirações dos pais em relação ao futuro dos filhos, Lamarche (1998) destaca as estratégias: *ruralista* (visa manter os filhos no campo), *patrimonial* (conservar um ou vários filhos homens no estabelecimento paterno) e *promoção social* (investir na formação superior dos filhos para almejar uma profissão com *status* social).

A partir dessas três variáveis, o autor define 8 (oito) tipos de estratégias:

1. *Estratégia ruralista, patrimonial, exolocal e tradicional*: os pais aspiram a permanência dos filhos no campo e, para as filhas, a cidade aparece como uma alternativa mais atraente. Os filhos casados deveriam residir no município, mas fora do estabelecimento paterno;
2. *Estratégia ruralista, patrimonial, patrilocal e tradicional*: o campo é privilegiado enquanto lugar de residência dos filhos e a agricultura é vista como uma profissão desejada pelos pais para os filhos e as filhas. Os filhos casados deveriam residir no estabelecimento;
3. *Estratégia ruralista, patrilocal e moderna, com promoção social para os filhos*: o campo comparece para os pais como o local desejado para a residência dos filhos, mas eles aspiram profissões com *status* social, como profissionais liberais para os filhos;
4. *Estratégia ruralista, patrimonial, patrilocal e moderna, com promoção social para as filhas*: a permanência no campo como local de moradia dos filhos e filhas é almejada pelos pais. Aliás, a agricultura aparece mais propícia aos filhos e as profissões com *status* social são mais propícias às filhas;
5. *Estratégia urbana, exolocal longínquas, tradicional, com uma pequena promoção social*: desejo de que os filhos vão para a cidade. Há uma forte tendência de preferir os filhos na cidade do que nas comunidades de origem;
6. *Estratégia rural-urbana, exolocal longínquas, sem promoção social*: há uma indiferença entre a residência dos filhos pelos pais. A profissão de agricultor aparece como raramente desejável pelos pais em relação às profissões técnicas. Tanto os filhos como as filhas esperam finalizar os estudos básicos para conseguir um emprego fora da agricultura;

7. *Estratégia urbana, moderna, exolocal longínqua com forte promoção social:* o local de residência para seus filhos é a cidade (principalmente para as moças). A agricultura aparece como uma das profissões menos desejadas para o futuro dos filhos, pois almejam profissões mais qualificadas e com *status* social e não acham oportuno a permanência do filho casado no estabelecimento;
8. *Os indecisos:* as escolhas profissionais e de residência para os filhos são raramente explicitadas pelos pais. A sucessão é incerta, assim como a continuidade na agricultura.

Estes oito (08) tipos de estratégias de reprodução familiar mostram a heterogeneidade de situações. No caso da realidade dos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente, os pais almejam a saída dos filhos da agricultura, mas não da propriedade. Ou seja, os pais vêm a propriedade, como retratado em passagem anterior, não apenas como um patrimônio financeiro, mas também permeada de um imaginário simbólico e cultural.

É importante esclarecer que a realidade não deve ser analisada com fundamento restrito apenas em tipologias. Parafraseando Lamarche (1998), a tipologia deve abarcar as realidades estruturais e funcionais das unidades, levando em consideração não apenas as dimensões econômicas e políticas, mas também o caráter sócio-cultural e ideológico. Contudo, é importante verificar a diversidade de situações que envolvem as estratégias de reprodução social das famílias rurais.

Para fomentar uma base de sustentação teórica à presente pesquisa e, sobretudo, para investigar as atividades desenvolvidas e a presença da pluriatividade nas unidades familiares situadas nos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta, localizados no Município de Presidente Prudente, abordar-se-á a trajetória histórica dos termos formulados para explicar a permanência das famílias no meio rural e a diversificação das rendas e atividades.

1.2. Apreensão teórica do *part-time farming*, do *multiple job holding* e da pluriatividade

O rural abarca uma dimensão mais ampla que simplesmente a ótica econômica. Ele é complexo, heterogêneo e dialético¹¹. Diante destas características, o rural torna-se ao mesmo tempo interessante e polêmico, permeado de sentidos e consensos. Analisar

¹¹ No rural existe uma multifuncionalidade no espaço rural e não uma unilateralidade (BAGLI, 2004).

as estratégias para resistir no campo, dentre elas as atividades não-agrícolas e a pluriatividade, revela-se o ponto central desta seção.

Nessa seção do trabalho, pretende-se abordar o contexto histórico do *part-time farming* (agricultura de tempo parcial), do *multiple job holding* (unidades agrícolas com múltiplas fontes de renda) e da pluriatividade no cenário internacional e nacional.

Pretende-se, também, apresentar as conseqüências do crescimento das atividades não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural, dentre as quais se podem mencionar: as mudanças nas relações de gênero e nas relações de trabalho; a dissociação entre a unidade da família e a unidade de trabalho; a individualização da força de trabalho; e a precarização dos serviços domésticos exercidos, sobretudo, pelas mulheres residentes rurais.

Diferentemente das teorias socialistas defendidas pelos clássicos da questão agrária, como Lênin (1985) e Kaustky (1986), que profetizavam que o avanço do capitalismo no campo levaria à desintegração da pequena produção rural, esta não é algo residual e marginal no processo produtivo, pois o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo tem como base de existência as relações desiguais e combinadas. Assim, a produção familiar deve ser compreendida no processo de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital, não devendo concebê-la como uma coisa alheia a ele (ALVES, 2004).

A busca de estratégias de reprodução social e econômica permite ao produtor familiar permanecer no campo e evitar sua expropriação diante da expansão do capital. Contudo, os tipos de estratégias adotadas pelos agricultores não estão atreladas somente às atividades agrícolas, pois o desenvolvimento das atividades não-agrícolas ganhou notoriedade nos últimos anos, tanto nos países desenvolvidos, como também nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Um fato é certo: a teoria do fim do pequeno produtor familiar não se aplica à realidade. Além disso, o *part-time farming* e a busca de atividades fora da agricultura não levaram apenas à proletarização e à decadência das unidades familiares, como afirmavam os clássicos da questão agrária e, tampouco, pode-se associar as atividades não-agrícolas e extradomésticas às formas residuais e marginais da agricultura.

A pluriatividade, as rendas e as atividades sem vínculos agrícolas reforçaram a multifuncionalidade do espaço rural, de modo a compreendê-lo não apenas vinculado ao agrícola, mas alicerçado em outras dimensões, como a social (moradia e segunda residência), a econômica (lazer, agroindústrias), a simbólica (patrimônio cultural) e a ambiental (preservação da natureza, ecoturismo).

Foi na década de 1990 que a temática da pluriatividade e das atividades não-agrícolas ganhou importância nas pesquisas brasileiras. Torna-se importante reiterar que a revisão teórica tem como base os trabalhos de geógrafos, economistas e sociólogos. Almeja-se, com este trabalho, criar um diálogo permanente e construtivo entre a Geografia e as demais áreas do conhecimento. Isso porque o rural constitui-se num espaço submerso em diferentes dimensões (econômico, político, social, cultural e ambiental).

A presença de poucos trabalhos referente ao estudo da pluriatividade na Geografia¹² suscita uma dificuldade na “garimpagem” sobre o tema e, ao mesmo tempo, se torna um fator estimulante para a investigação e para a contribuição dos estudos que retratam as transformações e as novas dinâmicas no meio rural brasileiro.

1.2.1. Enfoque teórico sobre o *part-time farming*

O *part-time farming*¹³ não é sinônimo de pluriatividade e tampouco é um fenômeno evolutivo das atividades acessórias do período de protoindustrialização¹⁴. Todas estas formas de trabalho são distintas e molduradas a partir do contexto histórico vivenciado.

Segundo Cunha et al. (2002), o primeiro referencial de importância para a análise e compreensão dos desdobramentos do trabalho de tempo parcial na agricultura foi o *part-time farming*, compreendido como regime de dedicação parcial despendido para a atividade agrícola pelo principal operador da propriedade rural.

A denominação *part-time farming* começou a ser utilizada com maior ênfase na década de 1930, especialmente na Europa. Segundo Fuller apud Schneider (1999, p. 179), essa denominação foi utilizada “para designar os agricultores que dedicavam parte de seu tempo ao desempenho de trabalhos fora da propriedade”.

Até os anos de 1950, na Europa e nos E.U.A. o objeto de análise era o chefe da família, que estava à frente de seu estabelecimento e, portanto, responsável pela obtenção de renda. Assim, o termo *part-time farming* levou à idéia de que a unidade de análise era o

¹² No campo geográfico, têm-se os trabalhos de Alentejano (2001, 2003), Conterato (2004), Oliveira et al. (2004), Moreira; Noronha (2004), Pontes (2004), Correia (2005), Rua (2005, 2006). São trabalhos apresentados em congressos e resultados de pesquisa de Iniciação Científica e Mestrado. Esse “engatinhar” na temática da pluriatividade e das atividades não-agrícolas é importante no estudo da Geografia Agrária porque o rural não é heterogêneo e tampouco sinônimo de agrícola.

¹³ Termo criado por Rozman em 1930 em Massachusetts (informação obtida em Sacco dos Anjos, 2003).

¹⁴ Posição argumentada por Carneiro (1998), Sacco dos Anjos (2003), Schneider (1999, 2002, 2003). Segundo revisão empreendida por Fuller (1984), acredita-se que o termo *part-time farming* tenha sido criado para diferenciar os agricultores que produziam apenas para subsistência daqueles que se ocupavam plenamente com a produção para a venda.

operador (*farm operator*) e não a família, dando, assim, a impressão de que os membros da família não exerciam outra atividade fora da propriedade rural.

Em oposição ao *part-time* cria-se o *full-time* (tempo integral), cujo critério se define pela utilização integral do tempo de trabalho na propriedade agrícola. Lund, citado por Kageyama (1998), propõe que se classifiquem os indivíduos em tempo parcial em oposição aos de tempo integral, utilizando-se dos seguintes critérios:

1. Trabalham menos do que a jornada integral estipulada no estabelecimento agrícola;
2. Possuem outra (s) ocupação (ões) remunerada (s);
3. Possuem alguma outra ocupação remunerada e a agricultura não é a principal atividade, seja em tempo de trabalho, seja em renda.

A partir destes critérios, Lund, citado por Kageyama (1998), considera o agricultor de tempo parcial aquele que trabalha menos de uma jornada integral estipulada na propriedade rural. O pluriativo seria aquele cujas características fossem iguais aos citados nos critérios 2 e 3.

Segundo as proposições de Schneider (2002), as transformações ocorridas na agricultura familiar contemplaram vários debates de cunho acadêmico e técnico, na busca de uma explicação sobre a relação das atividades não-agrícolas e a resistência dos agricultores no campo. Um dos autores que efetuou avanço considerável nos estudos sobre a agricultura de tempo parcial em escala internacional foi Anthony Fuller (1982). Fuller, citado por Schneider (1999), fez uma periodização dos avanços teóricos e etimológicos:

- 1) *Antes de 1930*: os estudos sobre a agricultura de tempo parcial estavam ligados à protoindustrialização e à emancipação das atividades fabris do período feudal;
- 2) *De 1930 até 1950*: a agricultura de tempo parcial era considerada incompatível com a modernização agrícola, sendo identificada como uma produção de baixa escala;
- 3) *Na década de 1950*: os estudos de cunho economicista passaram a pautar-se numa abordagem dos *worker-peasants*¹⁵, ou seja, trabalhadores que moravam no campo e eram operários nas cidades;
- 4) *Na década de 1960*: instaura-se um debate sociológico sobre a agricultura de tempo parcial, enfatizando-se que os deslocamentos migratórios e as

¹⁵ Para Fuller, citado por Schneider (1999), os *worker peasants* são conseqüências do processo de descentralização industrial e da falta de trabalho na agricultura.

transformações na agricultura apontavam o *part-time farming* como um elemento característico das sociedades em processos de transição, do rural para o industrial;

- 5) *De 1975 a 1985*: os estudos de cientistas sociais redescobriram a problemática da agricultura de tempo parcial e observaram uma forma alternativa para a fixação da população no meio rural, difundindo, assim, novas denominações, como o *multiple job holding* (MJHJH) e a *pluriactivité*;

A partir dessa periodização, pode-se evidenciar que as pesquisas desenvolvidas permitiram tanto difundir novos termos para as atividades exercidas fora das propriedades rurais, como contemplar os diferentes atores sociais presentes em cada contexto social e histórico.

De acordo com Sacco dos Anjos (2003)¹⁶, a compreensão do *part-time farming* deve abarcar tanto os aspectos *macroestruturais* (políticas das organizações internacionais, como OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) como os *microestruturais* (unidade da família), pois a conjugação de ambos permite uma visão mais ampla que não subestima nenhuma delas. Considera-se que essa leitura de Sacco dos Anjos (2003) possibilita evidenciar as características econômicas e políticas, cujo alicerce dessa contextualização é a dimensão histórica. O referido autor apresenta três (03) etapas, chamadas de *transição*.

A primeira etapa de transição refere-se à *crise da agricultura tradicional*, ocorrida entre a segunda metade do século XIX e a década de 1940, período no qual ocorre o avanço industrial nos países europeus e, mais tarde, nos países latino-americanos e asiáticos, marcado pelo processo de mercantilização das terras e dos recursos naturais.

Tal período marca a transição do sistema feudal (terras comunais, agricultura voltada ao autoconsumo, instrumentos de trabalho e técnicas rudimentares etc.) para o sistema capitalista, que prima pela industrialização e a individualização dos pequenos produtores familiares e, sobretudo, pela acumulação do capital via industrialização.

Sacco dos Anjos (2003) destaca que, além da expansão das monoculturas (trigo, soja etc.) e da expropriação dos produtores familiares, as indústrias necessitavam de mão-de-obra para a sua consolidação, sendo as pequenas explorações fornecedoras dessa mão-de-obra. Diante da impossibilidade de adquirir os instrumentos de trabalho, técnicas

¹⁶ Agradeço a importante contribuição do Professor Flávio Sacco dos Anjos, que nos enviou o seu livro “Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil” no início deste trabalho. As reflexões teóricas sobre a pluriatividade e o *part-time farming* permitiram esclarecer alguns equívocos e cotejar os fatores macroestruturais a partir de uma acurada revisão bibliográfica pautada na literatura internacional.

melhores e adubos químicos, os agricultores “encontravam na venda de sua força de trabalho um mecanismo essencial de sobrevivência” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 43).

A especialização produtiva, a utilização de maquinários agrícolas, o caráter individual e privado das propriedades rurais, a influência cada vez maior da indústria no processo produtivo da agricultura acarretaram, ao pequeno produtor rural, a sua expropriação total ou a adoção de estratégias de reprodução social, as chamadas atividades acessórias¹⁷ (artesanato, ofícios e assalariamento nas indústrias).

A segunda etapa (transição) compreende os anos de 1940 (Segunda Guerra Mundial) até a década de 1970 (*crise do sistema fordista*). “As mudanças incidentes sobre as técnicas de produção suscitam o crescente abandono das formas tradicionais, seja na produção vegetal, seja na produção animal, antes radicadas no uso de insumos naturais” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 50).

A Revolução Verde¹⁸ (modelo americano exportado aos países latino-americanos, inclusive ao Brasil) pregava uma agricultura modernizada mediante a utilização de insumos e defensivos químicos, maquinários e o incentivo à monocultura destinada ao mercado externo. “A agricultura de base fordista redundava em forte especialização e intensificação, acompanhada de uma dupla e crescente integração ao capital industrial” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 51). A agricultura estava dependente da indústria, tanto na compra de insumos e maquinários (jusante) como na absorção da produção agrícola (montante)¹⁹.

Houve um incentivo à modernização tecnológica e ao protecionismo aos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), sob influência das políticas formuladas pela Política Agrária Comum (PAC).

É nesse período que as atividades de tempo parcial desenvolvidas pelos agricultores fora da propriedade rural começam a ser criticadas e taxadas como obstáculos ao processo de modernização agrícola, como no caso da França. Isso porque a agricultura de base fordista “determina um crescente processo de especialização e profissionalização dos agricultores” e as atividades extradomésticas ocasionariam a proletarianização do pequeno produtor e, conseqüentemente, a sua expropriação.

¹⁷ Alguns autores chamam de subordinação ao capital industrial, haja vista a sujeição do pequeno produtor rural ao industrial.

¹⁸ Segundo Sacco dos Anjos (2003), a Revolução Verde foi imposta aos países latino-americanos e asiáticos sob a influência dos EUA, que se interessavam pela expansão dos insumos industriais aos países em desenvolvimento.

¹⁹ Sobre o tema, consultar GRAZIANO DA SILVA (1982); Smreczányi (1990).

Segundo síntese formulada por Sacco dos Anjos (2003), as resoluções políticas da PAC, criadas nos anos de 1960, levaram a alguns desdobramentos, destacando-se:

1. O crescimento da produção agrícola nos países integrantes da CEE e, concomitantemente, a diminuição da população agrícola e, sobretudo, dos empregados permanentes na agricultura;
2. A tendência à concentração das unidades produtivas, devido à expropriação de pequenos produtores familiares;
3. A crescente espacialização produtiva e profissionalização dos agricultores;
4. O rural aparece reduzido ao espaço das atividades agrícolas, perdendo a sua diversidade;
5. A regulamentação da agricultura no mercado e a mercantilização do espaço rural;
6. O enfraquecimento de organizações coletivas (associações e sindicatos, por exemplo) de produtores rurais²⁰.

Nos anos de 1970, as ações adotadas pela PAC, como os subsídios agrícolas e os incentivos à produção agrícola, ocasionaram a concentração fundiária, a especialização produtiva e a repulsa ao agricultor de tempo parcial, sobretudo na França. Para Sacco dos Anjos (2003), o período entre o final dos anos 1970 e o início do século XXI, caracterizado pela *reestruturação produtiva*, pela industrialização e pela internacionalização, constitui a terceira etapa de *transição*. A especialização agrícola, a especialização regional, o processo de centralização de indústrias alimentares e a monocultura são características desse período.

Carneiro (1998) destaca que a pluriatividade no debate técnico-político francês era repudiada pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Produtores Agrícolas (FNSEA) e pelo Centro Nacional de Jovens Agricultores (CNJA) que consideravam a prática das atividades não-agrícolas um freio à modernização agrícola²¹.

²⁰ Sacco dos Anjos (2003) destaca que “desde meados da década de 1960 ditas práticas [pluriatividade e agricultura de tempo parcial] são condenadas e rechaçadas” em decorrência de dois (02) pressupostos: a concorrência desleal para com os agricultores de tempo integral e a idéia dissimulada segundo a qual a atividade extradoméstica levaria ao atraso na modernização agrícola.

²¹ As atividades não-agrícolas foram desaprovadas e condenadas. Em nome de uma racionalidade empresarial, fundada na especialização da produção e numa concepção de “*métier de agricultor*”, atribuiu-se uma avaliação negativa às formas alternativas de produção que não respondiam ao modelo produtivista implantado pelo governo (CARNEIRO, 1998, p. 152).

A noção de dupla-atividade é, então, construída para caracterizar e designar essa população, que, para alguns pesquisadores, era a expressão de um processo de diferenciação social em curso que resultaria no desaparecimento de pequenos agricultores considerados inviáveis no contexto da modernização (CARNEIRO, 1998, p.150).

Órgãos como a Federação Nacional dos Agricultores Franceses ‘recusam, por opção política, o modelo de exploração que combina atividades extra-agrícolas’, dado que opõe-se à situação convencionalmente desejada e exemplar, na qual a unidade de produção baseada na mão-de-obra familiar, é suficientemente capaz de produzir uma renda suficiente para manter as pessoas que nela trabalham (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 55).

Porém, nos anos posteriores, constataram que somente a agricultura era incapaz de absorver os produtores expulsos e endividados do campo. Além disso, a crise de produtividade agrícola levou a se questionar se realmente a pluriatividade e a agricultura *part-time* eram nocivas e negativas ao desenvolvimento rural da França. Assim, “as organizações profissionais começam a perceber que o mercado produtivista não pode ser estendido a todas as situações, especialmente para as desfavorecidas, como as zonas das montanhas”, propícias à desertificação e com dificuldade de adotar técnicas e meios de trabalhos mais elaborados (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 55).

O *part-time* tem como principal variável o chefe da exploração agrícola e não a família, dificultando, portanto, uma análise abrangente, haja vista que as estratégias de reprodução sociais e econômicas não dependem somente de decisões individuais, mas também da inter-relação entre as decisões individuais e coletivas.

Alguns autores defendem a visão de que a agricultura *part-time* é uma forma marginal ou mesmo inferior de agricultura e que espacialmente representa uma forma de transição entre a agricultura tradicional e a exploração moderna. Assim, a agricultura em tempo integral seria a *norma* e a agricultura em tempo parcial a *exceção*. A busca de atividade externa à agricultura seria dispensável e calcada no fracasso do agricultor perante as adversidades climáticas ou aos problemas econômicos e políticos.

Entre os anos de 1960 e 1970 iniciaram-se os debates sobre os critérios de definição e os enquadramentos das unidades em tempo parcial. Os pesquisadores promoveram uma descrição das variáveis em torno desta prática, a partir de três caracteres: o *tempo de trabalho*, o qual se refere ao tempo dedicado às atividades internas e externas; a *origem dos ingressos econômicos*, ou seja, a participação das rendas agrícolas e extra-agrícolas; e a *articulação de ambas* (tempo de trabalho e a origem dos ingressos econômicos).

Era considerado *part-time* o agricultor que dedicasse menos de 271 dias de trabalho à agricultura durante o ano, no caso da França. Nos Estados Unidos, o critério para classificar um *part-time* era baseado no trabalho desenvolvido pelo chefe da exploração agrícola, cujo mínimo era de 100 dias de trabalho na sua unidade produtiva familiar. Cada

país adotou seu critério e suas variáveis, sendo que, no entanto, dois (02) pontos eram comuns: as análises estavam centradas no chefe da família e no tempo dedicado à agricultura.

A agricultura *part-time* constituiu-se numa forma antecedente, mas não evolutiva, à pluriatividade, na qual abarca 02 (dois) aspectos geográficos elementares: a localização da propriedade rural em relação aos núcleos urbanos e a potencialidade dos recursos da unidade.

Assim, o *part-time farming* “não constitui um fenômeno de transição ou uma fase provisória do desenvolvimento agrário e que tampouco pode ser exclusivamente interpretada do ponto de vista estrito da dinâmica do setor agrícola” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 79). O autor observa que:

A agricultura a tempo parcial pode surgir tanto da crise da agricultura tradicional [...] como certas explorações, havendo iniciado o processo modernizante, foram incapazes de manter-se ou consolidar-se nesta condição. Em outras palavras, os fatos parecem apontar no sentido de que se começa a entender a agricultura a tempo parcial como ponto de chegada da evolução de situações e circunstâncias distintas, evidenciando, deste modo, a natureza contraditória e extremamente complexa deste fenômeno (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 63).

As reformulações na PAC, sobretudo no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, permitiram a permanência da população no campo, sem, no entanto, levar ao aumento da produção agrícola. Desse modo, a pluriatividade passa a ser vista como positiva e como um instrumento eficaz no desenvolvimento rural em virtude de sua capacidade de ocupar e gerar renda para a população rural. As mudanças socioeconômicas evidenciadas no cenário político propiciaram o reconhecimento e a relevância acadêmica e social dos estudos sobre a pluriatividade.

No final da década de 1980 e início da de 1990, os estudos sobre o termo *part-time farming* caminharam para uma conceituação mais clara. Tal convergência estava respaldada em duas premissas: *primeiro*, a agricultura a tempo parcial não deveria ser associada apenas ao chefe da exploração agrícola, pois a participação do grupo familiar é importante; *segundo*, as atividades externas à propriedade não levaram à redução da produção agrícola, como afirmavam alguns autores.

Neste contexto, o *part-time farming* apresentava três (03) limitações, devido à: 1) dificuldade de definição e quantificação; 2) pouca atenção dada à família; 3) falta de consideração em relação aos elementos motivadores e pessoais. Desse modo, Fuller *apud* Sacco dos Anjos (2003, p. 57) reitera que a agricultura *part-time* “aparece associada a uma

agricultura de baixos ingressos e, por extensão de pequena escala” e as análises eram pautadas numa visão agrícola e economicista.

É preciso esclarecer que uma das diferenças primordiais entre o *part time farming* e a pluriatividade está na repercussão e na aceitação no âmbito político e econômico, pois enquanto a agricultura *part-time* era vista como um empecilho ao paradigma da modernização da agricultura (produtivista), sobretudo nos anos 1960 e 1970, quando as agendas políticas e as organizações de produtores rurais concebiam-na como algo residual e que tenderia a desaparecer a partir da consolidação do processo de modernização agrícola; a pluriatividade passa a ser valorizada e defendida como uma alternativa viável para a “sustentabilidade dos espaços rurais”. Assim, concorda-se que a pluriatividade é vista como um “fator positivo para o desenvolvimento do mundo rural”, possibilitando a permanência do agricultor no campo. (SACCO DOS ANJOS, 2003). Todavia, a aceitação no âmbito político da pluriatividade se deve às próprias mudanças engendradas no âmbito da PAC.

Entre a disseminação do termo *part-time farming* e pluriatividade houve a formulação de outros conceitos, termos e expressões, em virtude da importância da combinação de atividades e rendas no interior das famílias rurais e, também, por causa dos interesses políticos e ideológicos. O *multiple job holding farm households* (MJHFH) se constitui num dos termos formulados para ser utilizado na pesquisa da *Arkleton Trust Projects*.

A expressão *multiple job holding farm households* foi a base da pesquisa efetuada pelo *Arkleton Trust Research Project*²² nos anos de 1980, cuja base conceitual pauta-se na importância da diversificação produtiva e dos ingressos econômicos das famílias rurais.

Um dos percussores da MJHFH foi Anthony Fuller (SCHNEIDER, 2003, p. 76), no início dos anos de 1980, quando defendia que o termo permitia “reorientar a unidade de análise baseada exclusivamente no tempo de trabalho da unidade familiar”, permitindo abarcar uma combinação de múltiplas fontes de rendimentos nas unidades agrícolas. Fuguitt, nos anos de 1950/60, enfatiza o MJHFH a fim de mudar o foco da análise do indivíduo (chefe da família) para a família ou o domicílio. Os trabalhos direcionados ao estudo do MJHFH são escassos e pouco abordados. Isso decorre da associação do termo com a dimensão política e a rápida substituição da expressão pelo termo “pluriatividade”.

²² O *Arkleton Trust Project* foi um programa de pesquisa criado a partir da iniciativa de pesquisadores dos países ligados à Comunidade Econômica Européia (CEE) para estudar em profundidade as unidades familiares rurais que combinavam a agricultura com outras atividades, realizado em 24 regiões da Europa, com a utilização de *surveys* entre 1987 e 1991, em uma amostra estratificada de 300 estabelecimentos e painéis com 70 estabelecimentos nos anos intermediários (KAGEYAMA, 1998).

A incorporação da unidade familiar nas análises sobre a diversificação das fontes de renda deve levar em consideração três elementos: 1) a composição demográfica; 2) o processo de tomada de decisão; 3) as vontades/interesses dos indivíduos. Além destas variáveis endógenas, Fuller mencionado por Schneider (2003) enfatiza a importância das variáveis locais e históricas (exógenas), tais como o ambiente social e político, o mercado de trabalho etc.

Assim, o MJHFH tenta retirar a ênfase no setor agrícola e eliminar a conotação pejorativa do tempo parcial. O termo atrelou os fatores relacionados às lógicas interna e externa à unidade familiar, sendo eles: a composição e ciclo vital da família; a presença de mercados de trabalho não-agrícolas; e diversas outras características do contexto regional e local.

1.3. Notas explicativas sobre a pluriatividade

A noção de pluriatividade começa a ganhar notoriedade no meio acadêmico e político europeu no ano de 1984, através do documento “La Pluriactivité dans les Familles Agricoles”, elaborado pela Associação dos Ruralistas Franceses. É importante esclarecer que, no início dos anos de 1960, as organizações de produtores rurais da França, os sindicatos e as instituições ligadas a este setor não reconheciam a importância da pluriatividade para o desenvolvimento rural.

A iniciativa da pesquisa no âmbito do *Arkleton Research Project* surge em 1982 e seus primeiros levantamentos começaram no ano de 1987. Tal pesquisa defendia a “idéia de que a pluriatividade permite condensar, num só termo, duas outras noções fundamentais: a agricultura a tempo parcial e a diversificação econômica e produtiva” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 85). Isso porque, conforme mostra a pesquisa, das 300 famílias pesquisadas, 58% eram pluriativas no ano de 1987.

Em 1992, o relatório da CEE sobre a agricultura nos países europeus distinguiu os trabalhadores (empresários, familiares ou empregados) a tempo parcial (pessoas que trabalham apenas uma fração do tempo de trabalho anual de uma pessoa empregada “a tempo inteiro”) e os pluriativos (pessoas que possuem “outra atividade lucrativa”, além da atividade principal).

Dois elementos foram decisivos na mudança conceitual e metodológica do *part-time* para a pluriatividade, quais sejam: primeiramente, a família que, segundo o estudo de Kageyama (1998, p. 11), constitui-se numa “instância no âmbito da qual é tomada a

decisão de praticar a agricultura no todo ou em parte do tempo, pois essa decisão depende do conjunto dos recursos disponíveis e de escolhas e necessidades do grupo familiar”.

O tempo de trabalho se apresenta como o segundo elemento indispensável na análise da pluriatividade, pois está relacionado com o número de dias por ano contabilizado para medir o grau de atividade fora da propriedade. Na concepção de Kageyama (1998), a pluriatividade permitiu, de um lado, remover a ênfase no setor agrícola e, de outro, permitiu isentar o termo de conotações pejorativas ligadas à idéia de tempo parcial. Tais elementos permitiam questionar dois equívocos: a associação da pluriatividade e da agricultura a tempo parcial com áreas desfavoráveis à agricultura e a relação pluriatividade com a redução da produção agrícola.

Em relação ao primeiro equívoco, concorda-se com Sacco dos Anjos (2003), quando ele esclarece que não foram apenas os agricultores residentes em áreas desfavoráveis à agricultura que recorreram às atividades externas, mas também aqueles residentes em áreas “com potencial” agrícola, ou seja, a pluriatividade não se comporta apenas como um passo para a proletarização, mas rumo à revitalização de práticas tradicionais, como o turismo rural, o artesanato etc.

Na visão deste autor, o fenômeno comparece como uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, de adaptação ao modelo de agricultura dos anos de 1990, marcada pelo neoliberalismo e o interesse no produtivismo agrícola. Isso ocorre nos países europeus, pois no Brasil o crescimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas estão relacionadas à queda da produção agrícola, à crescente urbanização e à falta de políticas rurais. Trazendo para a realidade do sudoeste do Estado de São Paulo, mais precisamente para o Município de Presidente Prudente, o crescimento das atividades não-agrícolas, como será tratado posteriormente, tem como fatores a proximidade do núcleo urbano e a acessibilidade criada pelas vias de circulação (rodovias).

Compartilha-se, também, das idéias de Sacco dos Anjos (2003, p. 81) sobre a defesa do termo pluriatividade para dar conta do caráter amplo e diversificado das fontes de renda obtidas pelos agricultores, pois “propicia as condições para uma aproximação da multiplicidade de aspectos atinentes à dinâmica da exploração familiar”.

O que vai caracterizar uma unidade produtiva como pluriativa ou não, é emprego em outras explorações (assalariamento temporário em outra propriedade), as atividades para-agrícolas (processamento de alimentos, agregação de valor, produção de vinho etc.), as outras atividades desenvolvidas na própria unidade sem vínculos agrícolas (como o lazer de final de semana, por meio da existência de pesque-pague, de atividade de

produção artesanal etc.) e os trabalhos externos (empregos em diversos setores da economia tais como: indústria, comércio, prestação de serviço etc.), mas mantendo as atividades agrícolas.

Defende-se, neste trabalho, que a pluriatividade contemporânea distingue-se das atividades acessórias exercidas pelos camponeses no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, pois as mudanças ocorridas nas relações de trabalho e comerciais levaram o agricultor a buscar novas estratégias, não necessariamente vinculadas apenas às atividades agrícolas.

Desse modo, a população rural não é exclusivamente sustentada com base na agricultura, mas na combinação com outros tipos de atividades econômicas realizadas dentro ou fora da mesma unidade doméstica²³ (CARNEIRO, 1998).

Na França, as organizações sindicais e de produtores rurais (FNSEA e a CNJA) encaram, atualmente, a pluriatividade como: um recurso capaz de enfrentar a crise de superprodução agrícola; uma atividade capaz de garantir uma renda aos jovens antes de assumirem a direção da unidade produtiva; um recurso aos agricultores excluídos do mercado; e uma alternativa para a permanência das famílias no campo (CARNEIRO, 1998).

Sacco dos Anjos (2003, p. 89/90) define a pluriatividade como:

Um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização ao nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente implique no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

O autor destaca também o caráter integrado da noção de pluriatividade, cuja premissa central fundamenta-se em não tratá-la como um fenômeno conjuntural, mas como o “resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da reestruturação produtiva” no sistema capitalista. Desse modo, a pluriatividade não é um fenômeno conjuntural e tampouco

²³ A autora identifica três conjunturas econômicas e sociais nas quais as atividades não-agrícolas assumem funções distintas. O primeiro contexto se estende de 1890 a 1930 (economia polivalente); o segundo período compreende os anos de 1930 a 1970 (ocorre a individualização da força de trabalho no grupo familiar); o último inicia-se nos anos 1970 e se prolonga até o contexto atual (é marcado pela substituição da individualização para o interesse nas estratégias coletivas e desenvolvidas pelo grupo doméstico).

dissociado do mercado de trabalho urbano e de suas mudanças (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 91).

Alentejano (2001) discute a origem do conceito de pluriatividade na Europa e questiona se ele é válido para a análise da realidade agrária brasileira²⁴. Isso porque os vários aspectos que estiveram relacionados à pluriatividade nos países europeus não comparecem no contexto brasileiro, como a industrialização difusa, as indenizações compensatórias etc.

Concorda-se com Alentejano (2001) sobre a aplicabilidade da pluriatividade na realidade brasileira, haja vista que a concentração fundiária não deve ofuscar a presença das pequenas propriedades rurais. Portanto, a pluriatividade não deve ser considerada como a única saída, pois há regiões nas quais as potencialidades da produção agrícola podem apresentar bons resultados.

Não devemos cair no equívoco de criar mais uma dicotomia, mas, sim, criar condições para a multiplicação de estratégias de desenvolvimento no meio rural, de forma a garantir condições de vida mais digna para a população que habita hoje o meio rural, assim como para aqueles que poderão vir a buscá-lo como alternativa de sobrevivência (ALENTEJANO, 2001, p. 169).

Desse modo, a pluriatividade pode ser favorável em uma determinada região, enquanto em outra não. Para tanto, deve-se considerar as potencialidades e especificidades de cada localidade, sem, no entanto, renegar as influências das estruturas macropolíticas e econômicas.

No caso dos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente, a pluriatividade e a busca de rendas fora da agricultura decorrem da presença de um centro urbano significativo e da acessibilidade proporcionada pelos meios de transporte e vias de acesso. Mas, aliados a tais fatores, não se pode ocultar a retração das áreas cultivadas com lavouras desde a década de 1970 e, conseqüentemente, a expansão da pastagem.

Schneider (2003) distingue as categorias analíticas da trajetória da pluriatividade, caracterizando três (03) vertentes distintas sobre gênese e definição. Para facilitar a leitura e propiciar uma síntese dessas vertentes, elaborou-se o quadro 02 sobre os autores, as teses defendidas e as suas características, com o fito de situar as vertentes analíticas e estabelecer um diálogo entre as distintas posições teóricas e metodológicas.

²⁴ As transformações em curso na sociedade brasileira têm colocado novos desafios para os estudiosos das relações sociais no campo, exigindo a criação de novos termos, noções e conceitos na tentativa de melhor explicar os novos processos e atores que se configuram (ALENTEJANO, 2001).

Quadro 02 - Principais vertentes analíticas e referenciais teóricos do estudo das atividades complementares e da pluriatividade:

Vertente analítica	Referenciais teóricos	Tese defendida	Características
Atividades não-agrícolas e rendas complementares	Chayanov (1974) Kautsky (1980)	A pluriatividade não representa uma situação nova, pois já era praticada desde o período de protoindustrialização.	As atividades acessórias eram desenvolvidas para complementar o orçamento familiar, principalmente nas entressafras ou nos períodos em que ocorria alguma adversidade climática e/ou econômica. Portanto, a agricultura era a principal atividade econômica desenvolvida, o que diferencia dos tempos atuais, pois grande parte das famílias rurais tem a agricultura como algo complementar. Continuidade...
Pluriatividade e dupla-atividade	Carneiro (1998) Seyferth (1984)	A pluriatividade e as atividades não-agrícolas são interpretadas como uma fase passageira e transitória, ou seja, se as atividades agrícolas fossem valorizadas, a busca pelas atividades não-agrícolas cessaria.	A pluriatividade é algo passageiro, sendo um passo ao processo de proletarização, definindo como colonos-operários, os agricultores que exerciam outra atividade combinada com a agricultura. Nessa vertente, utiliza-se a noção de dupla-atividade, <i>ouvrier-paysans</i> (camponeses-operários), <i>doublé-activité</i> ; <i>worker-peasant</i> , entre outros. Continuidade ...
Pluriatividade na teoria social contemporânea	Kasimis; Papadopoulos (1997) Buttel; Larson; Gillespie Jr (1990) Marsden (1995) Fuller (1987, 1990)	Considera as múltiplas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. Defende a pluriatividade como imbricada: a economia regional e local, a família e as transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais.	A pluriatividade constitui-se na inter-relação: agricultura, unidade familiar e mercado de trabalho. Além disso, defende a pluriatividade como um elemento de diversificação e revalorização do espaço rural e intrínseca à (re)localização econômica do mercado de trabalho

Fonte: Schneider (2003)

Org: Moreira (2005)

Sobre os aspectos teóricos que envolvem a noção de pluriatividade no cenário intelectual, Sacco dos Anjos (2003) pormenoriza as vertentes conceituais e teóricas sobre a explicação do fenômeno e distingue três (03) blocos, quais sejam: a visão macro, a micro e a articulação de ambas.

Na vertente que entende a pluriatividade numa *perspectiva macro*, as mudanças nas estruturas sociais e econômicas são peças-chave para se compreender a pluriatividade. Nessa vertente está presente a relação estabelecida entre a pluriatividade e a reestruturação produtiva. Isso porque a pluriatividade seria uma resposta natural às condições

macroeconômicas - que favorecem a mobilidade do trabalho em perfeita sincronia e articulação com os ritmos da acumulação do capital. O caráter estrutural e permanente²⁵ ganha notoriedade dentro dessa vertente, que tem como defensores autores como Marsden (1986), Blanc (1987) e Delord; Lacombe (1984), mencionados por Sacco dos Anjos (2003).

No que diz respeito à segunda vertente, cuja argumentação central é compreender a pluriatividade numa *perspectiva micro*, há uma forte influência da tese de Chayanov (1974), uma vez que as análises fundamentam-se no ciclo vital e na lógica interna das famílias. Os defensores desta perspectiva criticam a vertente macro, repudiando a incapacidade de compreender as estratégias e a dinâmica no interior das famílias pelos fatores exógenos e macroestruturais econômicos. A família é utilizada como a unidade de análise por permitir entender as necessidades do grupo e a reconstituição do patrimônio familiar.

A terceira vertente estabelece que tanto a perspectiva macro como a micro são importantes para entender a pluriatividade, já que a articulação das duas permite uma *visão integradora* e não dicotômica²⁶. Tal vertente se respalda em duas características centrais: a unidade de análise é o grupo familiar e a necessidade da inter-relação entre o nível macro e o micro.

Adotou-se como posição coerente para o desenvolvimento deste trabalho a terceira vertente, porque permite compreender o fenômeno da pluriatividade na articulação das duas escalas e visões (micro e macro) e também proporciona o reconhecimento da família como unidade de análise importante para a investigação das atividades e fontes de rendas nos bairros rurais selecionados no Município de Presidente Prudente.

A pluriatividade apresenta-se como um fenômeno *polifacético*, capaz de fortalecer o tecido produtivo local, o equilíbrio territorial, a preservação ambiental e a reordenação do território, ao mesmo tempo em que pode ocasionar a precarização de algumas formas de trabalho (como o domésticos, por exemplo) e a subproletarização do agricultor diante das situações desfavoráveis à atividade agrícola (SACCO DOS ANJOS, 2003).

A pluriatividade²⁷ constitui-se num fenômeno no qual os rendimentos são obtidos por meio do desenvolvimento de diferentes atividades tanto no “interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de

²⁵ Segundo Sacco dos Anjos (2003), a pluriatividade é vista como uma peça a mais na era pós-produtivista e como resultado de uma agricultura modernizada.

²⁶ Schneider (2003) é um dos defensores dessa vertente, definindo a pluriatividade como um fenômeno resultante da interação entre as variáveis endógenas e exógenas.

²⁷ Sacco dos Anjos (2003, p. 91) relata que a pluriatividade não é um fenômeno conjuntural, mas o resultado do processo das transformações estruturais da agricultura. Em outras palavras, “na sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista”.

serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90).

Quando se utiliza exageradamente e sem uma leitura acurada e crítica um determinado conceito, há grandes chances de se cair na armadilha do modismo e numa postura a-crítica. Para tanto, adotou-se a pluriatividade e as atividades não-agrícolas como eixo central do trabalho por compreendê-las como formas de estratégias de reprodução social, nas quais a família e os bairros rurais se comportam como a unidade de análise e a unidade de escala, respectivamente.

A realidade do mundo rural se apresenta heterogênea, complexa e instigante. Essa heterogeneidade está imbricada em novas funções²⁸, novas atividades, novas fontes de renda, novos atores sociais e novos problemas. A introdução do novo não levou ao desaparecimento do velho, do tradicional. Portanto, a heterogeneidade está sustentada nessa relação dialética entre o novo e o velho, nas mudanças, nas adaptações e nas permanências.

A pluriatividade e a expansão das atividades não-agrícolas no meio rural não devem ser concebidas como uma panacéia. Em alguns locais, as potencialidades garantem o desenvolvimento das atividades agrícolas, enquanto que, em outros, a expansão das atividades não-agrícolas permite evitar a saída das famílias e, sobretudo, a melhoria do bem-estar.

Baccarin; Souza (2005) questionam a adequação e o alcance do conceito de pluriatividade, derivado dos países europeus, para os países em desenvolvimento, em especial no caso do Brasil, e indagam se o avanço das atividades não-agrícolas entre as famílias rurais pode ser explicado por meio desse conceito.

Para os autores, no Brasil, o que realmente está ocorrendo é a diminuição dos empregos no setor agrícola e o crescimento dos empregos assalariados não-agrícolas. Sendo a pluriatividade um instrumento na viabilidade do desenvolvimento da agricultura e na dinamização da pequena produção familiar, o que está acontecendo no Brasil, na opinião dos autores, é o crescimento das desigualdades e da pobreza no campo. Para Baccarin; Souza (2005, p. 7), as atividades não-agrícolas (nos serviços domésticos e não-domésticos) não se revelam como um instrumento de dinamização da pequena produção, mas como “um caminho da proletarização, ou de trabalhadores já despossuídos”.

Em outras palavras, o crescimento de membros da família rural ocupados em algum tipo de serviço ou emprego assalariado não significa que sejam famílias pluriativas.

²⁸ Almeida; Souza (2003) abordam que o rural não abarca apenas a função agrícola, mas também a segurança alimentar, e as funções social, ambiental, patrimonial, recreativa e estética.

O crescimento das famílias pluriativas se apresenta em números menores que a expansão das atividades não-agrícolas.

Nas palavras de Baccarin; Souza (2005), a pluriatividade no cenário europeu é um fator de reprodução e dinamização da pequena produção rural. Assim, deve-se separar a pluriatividade entendida como estratégia de reprodução social e o crescimento de atividades não-agrícolas.

Em tese, poder-se-ia supor que as atividades agrícolas seriam exercidas por algumas famílias, enquanto que outras exerceriam as atividades não-agrícolas. Além disso, ao invés da pluriatividade, os dados podem revelar a presença de trabalhadores assalariados a tempo parcial na agricultura brasileira (BACCARIN; SOUZA, 2005, p. 7).

Os autores supramencionados consideram a pluriatividade uma forma de postergar a saída dos pequenos produtores familiares do campo e uma ponte para a expropriação e proletarização dos agricultores. Assim, a pluriatividade seria um fenômeno residual, efêmero e transitório, tendendo a desaparecer com a expansão das atividades e dos investimentos na agricultura.

Baccarin; Souza (2005) relatam que as atividades não-agrícolas e a pluriatividade vêm apresentando expansão entre as famílias rurais porque não há políticas agrícolas eficazes direcionadas ao fortalecimento da produção familiar. E, longe de levar à dinamização da produção agrícola e ao fortalecimento da unidade produtiva, a atividade não-agrícola estaria contribuindo para postergar o abandono da agricultura.

Para esclarecer tais questionamentos, defende-se que a pluriatividade se refere à combinação de diferentes inserções ocupacionais desenvolvidas pelos membros de uma mesma família, sendo uma delas a agricultura, ou seja, Baccarin; Souza (2005) não separam a pluriatividade das atividades não-agrícolas. Enquanto a atividade não-agrícola está articulada às alterações no mercado de trabalho e nas decisões individuais, a pluriatividade pressupõe a alocação de recursos e rendas no interior da família, sendo importantes não apenas as transformações no mercado de trabalho, mas, sobretudo, as características internas do grupo familiar.

A expansão das atividades não-agrícolas não é sinônima de crescimento da pluriatividade. Os dados levantados por Schneider (2003), tendo como referência o Estado do Rio Grande do Sul, evidenciam o crescimento de atividades não-agrícolas entre a população rural e a estagnação do número de famílias pluriativas na década de 1990. Portanto, a pluriatividade pode ser considerada a causa e o efeito das atividades não-agrícolas, mas não é um fenômeno evolutivo dessas atividades.

Além disso, discorda-se das proposições levantadas por Baccarin; Souza (2005), referentes à definição da pluriatividade como um fenômeno residual, transitório e efêmero, que tenderia a desaparecer com políticas eficazes e com o desenvolvimento das atividades agrícolas. Considera-se a pluriatividade um fenômeno que pode ocorrer tanto em áreas com forte potencial agrícola, como naquelas vinculadas ao turismo, à prestação de serviço ou à descentralização industrial, ou mesmo em áreas sem nenhuma dessas características, mas com expressivo processo de urbanização (implantação de condomínios de alto padrão, condomínios de chácaras, proliferação de chácaras de lazer, pesque-pague etc.).

Outra interpretação da pluriatividade e das atividades não-agrícolas considera as duas como instrumentos ideológicos e políticos disseminados para camuflar as contradições e as desigualdades encontradas no espaço rural. Pontes (2004) sustenta a visão que a chamada “urbanização do campo”²⁹ seria uma forma de ocultar a realidade agrária brasileira e não resolveria os problemas estruturais existentes no campo.

De fato, a utilização do termo “urbanização do campo” é problemática e permite reforçar a velha dicotomia rural-urbano, tendo em vista que essa expressão leva à idéia de que o campo, ao receber infra-estrutura e equipamentos, recebe a denominação *campo urbanizado*. A presença de infra-estrutura e equipamentos urbanos no meio rural não é o mesmo que urbanização.

Outrossim, discorda-se de Pontes (2004) quando atribui à pluriatividade e às atividades não-agrícolas o caráter ideológico e político. As estratégias de reprodução social são distintas e heterogêneas e, portanto, não estão atreladas somente às atividades agrícolas, mas também à diversificação das fontes de rendas e às inserções ocupacionais dos membros da família rural.

Para Oliveira apud Bombardi (2003)³⁰, a agricultura está sendo colocada de lado em detrimento às “pluriatividades”, acarretando um incentivo às atividades não-agrícolas, subestimando as atividades agrícolas. A agricultura perderia importância e seria substituída pelo discurso da pluriatividade.

Respeita-se tal posição, mas não se concorda que a agricultura é colocada em segundo plano em detrimento ao desenvolvimento das práticas pluriativas, porque a agropecuária é ainda a atividade predominante no espaço rural. Todavia, é necessário

²⁹ Expressão formulada por Graziano da Silva (1999) para evidenciar a introdução cada vez maior de valores e atividades tipicamente urbanas no espaço rural. Também chamou de transbordamento das cidades no campo, fato que gerou muitas críticas.

³⁰ A posição adotada por Oliveira encontra-se na apresentação do livro de Bombardi “O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa”, publicado em 2003.

esclarecer que a agricultura é predominante, mas não é a única fonte de renda das famílias rurais. Outras atividades e funções estão presentes no mundo rural, pois ele é diversificado e heterogêneo.

O que vai determinar a secundarização³¹ da agricultura em relação às atividades não-agrícolas e à pluriatividade são os diversos fatores inseridos na trama. Desde o contexto social e político no âmbito local ou regional, até mesmo a composição da família (idade, número de membros, tamanho da propriedade etc.).

A pluriatividade não é um fenômeno antigo, isto é, que surgiu no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo, em que camponeses desenvolviam atividades complementares à agricultura. Concorde-se com Carneiro (1998) quando diferencia a pluriatividade contemporânea das atividades acessórias realizadas pelos camponeses do período da protoindustrialização.

No período atual, o debate sobre as mudanças no meio rural vem ganhando notoriedade devido à importância das atividades não-agrícolas e da pluriatividade para as famílias rurais. Tais atividades podem evitar a saída dessas famílias do campo e melhorar o bem-estar das mesmas. Contudo, uma grande parcela dos membros das famílias rurais está ocupada em atividades precárias, de baixa qualificação e baixíssima remuneração.

Na tentativa de cotejar as causas das práticas pluriativas e do desenvolvimento das atividades não-agrícolas, apresentar-se-á, a seguir, uma explanação a respeito dos elementos presentes na expansão desse fenômeno no espaço rural.

1.4. As causas da prática da pluriatividade e do desenvolvimento das atividades não-agrícolas no espaço rural

Retomando a trajetória conceitual e histórica da pluriatividade é indispensável considerar três (03) fatores que contribuíram para o reconhecimento da relevância acadêmica e social da pluriatividade a partir de 1980 nos países europeus (SCHNEIDER, 1999):

- 1) *De ordem conceitual*: o uso da noção de *part-time-farming* era impreciso e dificultava a separação do chefe da família da função produtiva da propriedade;
- 2) *O deslocamento etimológico*: por iniciativa de pesquisadores de países ligados à Comunidade Econômica Européia (CEE, atualmente União Européia-UE) para estudar em profundidade as unidades familiares rurais que combinavam a

³¹ Expressão utilizada por Carneiro (2000).

agricultura com outras atividades, formulando a pesquisa *Arkleton Trust Project*, na qual se adotou a unidade familiar como unidade de análise e não o chefe da propriedade rural ou o tempo de trabalho gasto em atividades agrícolas;

- 3) Os debates em torno da reforma da *Política Agrícola Comum* (PAC), iniciados no final da década de 1980 e concluídos em 1992.

Estes três fatores demonstram que a emergência da pluriatividade ocorreu na inter-relação de fatores macro e micro estruturais. Verifica-se que a utilização do termo pluriatividade permite incorporar os fenômenos da multiplicidade de formas de rendas de trabalho nas unidades rurais.

Assim, a pluriatividade permite apreender a propriedade como uma unidade de produção e reprodução não baseada apenas na agricultura, além de possibilitar separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, contemplando a separação do trabalho efetivo das suas rendas (SCHNEIDER, 1999, p. 186).

Segundo Romero (2003, p.5), o crescimento da pluriatividade e dos empregos não-agrícolas, especificamente no Uruguai, está articulado à própria dinâmica da família, pois é no âmbito da unidade familiar que se “realizan las decisiones relativas a las estrategias de sobrevivencia del grupo domestico y de reproducción de los activos aplicados en la explotación agrícola”.

Portanto, a pluriatividade está mais propícia a ocorrer numa unidade produtiva com maior número de membros ocupados em diferentes atividades. O desenvolvimento das práticas pluriativas possibilita caracterizar a unidade como multidimensional, na qual se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (FULLER apud ROMERO, 2003, p. 5).

Ainda com base nas argumentações de Romero (2003, p. 5), a pluriatividade deve ser entendida não como produto de uma decisão individual qualquer, mas “de una opción precisa de cierto tipo de trabajo, con permanencia en el tiempo, en la retribución y perspectivas de carreras bien determinadas”. Esta assertiva ressalta que a pluriatividade não é resultado de uma lógica individual, mas está imbricada nas decisões no âmbito da família.

Contudo, a individualização do trabalho é uma das principais facetas das transformações nas famílias pluriativas e não-agrícolas. Isso se deve pela inserção dos membros em atividades externas à agropecuária e, também, pela redução das áreas cultivadas com lavouras. Nos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente, mais

precisamente nas famílias pluriativas e não-agrícolas, é complicado falar em produção familiar, por dois motivos: 1) a atividade agropecuária não absorve mais todos os membros das famílias; 2) a saída dos filhos da propriedade na busca de uma inserção no mercado de trabalho urbano.

Assim, as mudanças societárias no meio rural proporcionaram novas facetas, novas dinâmicas e novas complexidades nas relações de trabalho, articulando profundamente todos os setores da economia e criando uma nuvem nebulosa entre o rural e o urbano. Dentre as mudanças apresentadas por Conterato; Schneider (2005) sobre a agricultura e o mundo rural, merecem destaque: a maior competitividade entre as regiões produtivas; o desenvolvimento de inovações no campo da biotecnologia e da genética; e, a preocupação ambiental. Pode-se acrescentar, também, a busca de especialização produtiva e a alusão do rural como espaço de consumo e de lazer.

Conterato; Schneider (2005) mencionam alguns fatores que podem levar à pluriatividade: a modernização técnico-produtiva; a queda das rendas agrícolas e o aumento dos custos da produção agrícola em decorrência da dependência cada vez maior dos insumos, maquinários e do capital financeiro e rentista; as políticas de estímulos às atividades rurais não-agrícolas e a contenção das migrações³²; as mudanças nas relações de trabalho; a dinamização do mercado não-agrícola; e o reconhecimento da importância da agricultura familiar.

Estes fatores são tanto de ordem macro como micro, ou seja, a expansão da pluriatividade e das atividades não-agrícolas dependem da interação das variáveis endógenas e exógenas, do micro e macro. Isso porque a decisão de desenvolver uma atividade não-agrícola combinada ou não à agricultura depende da composição da família, do tamanho da propriedade, da faixa etária dos membros em idade ativa, além do mercado de trabalho local, do contexto político e da conjuntura econômica vivenciada.

É pertinente a concepção de pluriatividade que Conterato; Schneider (2005, p.6) expõem, caracterizando-a como a “combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”. Tais inserções podem ser desde atividades agrícolas exercidas tanto dentro como fora da unidade familiar, até as atividades não-agrícolas praticadas no interior ou não da propriedade rural.

³² Esse fator é predominante nos países desenvolvidos, onde o Estado cria políticas de estímulo à dinamização do rural, não apenas como local de produção agrícola, mas também como moradia, lazer, preservação ambiental e cultural. E, mais do que isso, a superprodução agrícola e o pagamento elevado dos subsídios aos produtores rurais afetam diretamente as mudanças na PAC.

Apóia-se na perspectiva de Conterato; Schneider (2005), Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (2003) sobre o equívoco de associar a pluriatividade com formas marginais, ou seja, como se a pluriatividade tendesse apenas à proletarização e o espaço rural se comportasse como homogêneo e unívoco. Ao contrário, a pluriatividade se comporta como uma estratégia de reprodução social, na qual a família e os indivíduos traçam decisões tanto no plano imediato como alicerçado num planejamento racional.

As características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infraestrutura disponível [...] (CONTERATO; SCHNEIDER, 2005, p. 6/7).

Levar em consideração as variáveis endógenas e exógenas permite dar um caráter mais abrangente e integrador à pluriatividade, pois a busca de renda por parte das famílias rurais está estritamente articulada aos dois fatores (lógica interna da família e o ambiente externo). Se a região tem um potencial turístico, agrícola ou industrial, os meios e mecanismos para a prática destas atividades serão distintos. A adoção de estratégias depende deste jogo de variáveis.

Utilizando as contribuições de Etxezarreta (2003) mencionadas por Sacco dos Anjos (2003, p. 88), pode-se afirmar que a pluriatividade deve ser analisada numa postura integradora entre as dimensões macro e micro, pois a combinação de atividades não ocorre apenas pelas características internas da família, mas também “por el contexto econômico y social que le rodea y por las políticas económicas que le afectan”. Assim, a dimensão teórica e operacional da pluriatividade deve ser enquadrada como um fenômeno que abarca elementos endógenos e exógenos.

A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas sim do resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 91).

Segundo Graziano da Silva (1999), a pluriatividade, na maioria das vezes, se associa a um fator complexo, a combinação de vários tipos de atividades exercidas por um ou mais membros da família, podendo configurar-se em duas formas básicas:

- 1) Por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até empregados temporários nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, vidro, bebidas etc.);
- 2) Por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas (setor terciário) e a agropecuária.

Para Graziano da Silva (1999), a generalização da agropecuária em tempo parcial nos países desenvolvidos decorre da redução do tempo de trabalho necessário dos produtores e aponta dois aspectos favoráveis ao desenvolvimento da pluriatividade:

- ✓ O crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação das atividades criatórias;
- ✓ Os programas de redução das áreas cultivadas (*set-aside*) e/ou extensificação da produção agropecuária.

Assim, a pluriatividade está atrelada a 5 (cinco) aspectos primordiais nos países desenvolvidos:

1. O desmonte das unidades produtivas em função da possibilidade de externalização de várias atividades anteriormente realizadas nas propriedades através da contratação de serviços externos;
2. A especialização produtiva crescente, permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, como, por exemplo, de animais jovens, de mudas e de insumos;
3. A formação de redes, vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial;
4. O crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas, de conteúdos tipicamente urbanos, como motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais, vinculados às atividades rurais não-agrícolas;
5. A melhoria na infra-estrutura social e de lazer, maior facilidade de transporte e meios de comunicação, possibilitando maior acesso aos bens públicos, como previdência social, saneamento básico, assistência médica e educação, além da melhoria substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais.

Nos países em desenvolvimento, onde a conjuntura e a situação social, cultural, política e econômica são diferentes, a pluriatividade não se mostra invisível e oculta. Nos países latino-americanos, especificamente, está crescendo a busca por ocupações não-agrícolas e a combinação destas com a agricultura. No Brasil, está ocorrendo o crescimento

das atividades não-agrícolas relacionadas à proliferação de indústrias e agroindústrias e às novas demandas em termos de moradia, lazer, preservação ambiental e serviços.

Observa-se que a pluriatividade e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas constitui-se numa das alternativas das famílias rurais para elevar a renda e garantir a permanência no campo. Contudo, essa característica não é generalizada, ou seja, há áreas em que a pluriatividade tem um caráter transitório, enquanto em outras ela se manifesta como indispensável e consubstanciada nos empregos assalariados e domésticos. Portanto, caracterizar a pluriatividade como uma alternativa inquestionável para elevar a renda da população rural é equivocada. É necessário analisar a correlação das variáveis endógenas e exógenas.

Não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrícola, porque o conjunto de atividades não-agrícolas responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O autor supramencionado aponta que o mundo rural brasileiro ganhou novas funções e “novos” tipos de ocupações, tais como:

1. Propiciar lazer nos feriados e fins de semana, através de pesque-pague, hotel-fazenda etc.;
2. Dar moradia ao segmento crescente da classe média alta que prefere condomínios rurais fechados em zonas suburbanas;
3. Desenvolver atividades de preservação e conservação, o ecoturismo;
4. Abrigar o conjunto de profissões tipicamente urbanas, como mecânicos, digitadores, trabalhadores domésticos, entre outros.

A crise agrícola dos anos de 1980/90 e a queda dos preços das principais *commodities*, como suco de laranja, café e grãos, colocou limites à expansão da agropecuária, ao mesmo tempo em que proporcionou novas oportunidades aos pequenos produtores familiares (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O autor supracitado aponta que houve limites para o crescimento agrícola durante os anos de 1990, dando impulso às “novas”³³ atividades no meio rural.

Conseqüência do esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. E não pode ser considerada parte do processo de proletarização que resulta da decadência da

³³ Para Graziano da Silva (1999), o termo “nova” foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades são seculares no país, mas não tinham, até recentemente, importância enquanto atividades econômicas de “fundo de quintal”, “*hobbies* pessoais” que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural.

propriedade familiar; mas sim uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural, que está sendo construído a partir da valorização de bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritmos dos cotidianos agrícolas e pecuário. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 102).

Kageyama (2003, p. 58) assinala que a pluriatividade e as rendas não-agrícolas são “mecanismos que podem viabilizar a sobrevivência da agricultura familiar no capitalismo, contribuir para a fixação da população no meio rural e para aliviar a pobreza rural”. Na concepção de Heron citado por Kageyama (1998, p. 15), a pluriatividade pode representar tanto uma estratégia de sobrevivência como uma estratégia de expansão do capital, ou seja, o agricultor pode elevar sua renda, permitindo comprar mais terras e outros ativos produtivos. Assim, as unidades familiares adotam estratégias de reprodução social em resposta às crises econômica e social. A renda e o bem-estar das famílias rurais dependem da combinação de três componentes: 1) valor obtido com a produção agropecuária; 2) salários recebidos pelos membros da família como empregados em outras explorações agrícolas; 3) rendas não-agrícolas, como aposentadorias, pensões e outras fontes.

(...) há uma certa independência entre a atividade em setores não-agrícolas (pluriatividade) e rendas não-agrícolas. A quase totalidade dos domicílios que possuem rendas não-agrícolas dependem de aposentadorias, pensões, previdência e outros benefícios (...) A pluriatividade (...) está no caso brasileiro associada às múltiplas fontes de rendas, sendo que nos domicílios pluriativos as rendas não-agrícolas constituem 67% da renda total (KAGEYAMA, 2003, p. 68).

Nesse sentido, a pluriatividade engendra o conceito de rendas múltiplas, pois existem fontes de renda não derivadas do trabalho, mas de benefícios sociais, como a aposentadoria rural (KAGEYAMA, 1998).

Um dos pontos que instiga, neste trabalho, refere-se aos elementos operacionais e às variáveis metodológicas - como a unidade de análise, a escala e as variáveis (renda e atividades). Para esclarecer estes elementos presentes no estudo da pluriatividade e atividades e rendas não-agrícolas, propõe-se, a seguir, uma revisão sobre os elementos metodológicos e operacionais.

1.5. A pluriatividade e os elementos metodológicos: *unidade de análise, escala de análise e as variáveis analíticas.*

Com a realização de uma revisão teórica-metodológica sobre a pluriatividade, deparou-se com algumas inquietações, principalmente no caráter operacional e metodológico. A unidade de análise refere-se à família rural (extensa e não nuclear), haja vista que a pluriatividade está relacionada às diferentes inserções ocupacionais dos membros de uma mesma família.

Em relação à escala de análise, adotou-se como recorte espacial os bairros rurais, definidos como unidades socioespaciais, marcados pelas relações de vizinhança, por uma base físico-territorial, pelo sentimento de localidade (identidade) e pela presença das relações dialéticas de cooperação e conflito.

Outro aspecto a ser tratado é a explicação dos tipos de renda e atividades. Isso porque, adotou-se como variáveis analíticas as rendas e as atividades desenvolvidas pelas famílias residentes nos bairros rurais, já que a pluriatividade permite a combinação e a diversificação de múltiplas fontes de rendas por parte dos membros da família.

1.5.1 Unidade de análise: *a família rural*

A família é a unidade central nos estudos de Schneider (2003), Carneiro (1998 e 2000), Del Grossi; Graziano da Silva (1998), Plein; Schneider (2004) e Woortmann (1998). Parafraseando Saffioti (1979), a família constitui-se numa instituição social, mutável e relacionada às mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais.

Um dos pioneiros a utilizar como unidade analítica a família foi Chayanov (1974), que realizou uma análise da organização interna da unidade camponesa, cotejando as dificuldades e os desequilíbrios decorrentes da penetração do capitalismo no interior dessas unidades. Sua abordagem é direcionada numa perspectiva de dentro, ou seja, apreender os elementos morfológicos organizacionais da unidade familiar.

Com respaldo nesse autor, a família é a principal unidade de análise para explicar os processos de tomada de decisões dos membros em relação à produção, à alocação da força de trabalho e aos investimentos a serem feitos.

De fato, a família constitui-se numa unidade analítica para o estudo da pluriatividade, mas não deve ser o único elemento, porque a pluriatividade e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas incorporam variáveis endógenas (família) e exógenas (contexto regional e local).

Cabe reiterar que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas dependem tanto da lógica interna da família como do ambiente social externo na qual está inserida, ou seja, a utilização apenas de elementos endógenos não permite uma noção abrangente das transformações no espaço rural como um todo.

A família é entendida como uma categoria estruturante que orienta as lógicas de reprodução social e transcende o indivíduo³⁴. Os esforços individuais são submetidos a um cálculo coletivo, aos interesses familiares como um todo (TEIXEIRA, 1998).

Para Carneiro (2000, p. 131), a unidade familiar permite a articulação entre as relações de trabalho e os laços de parentesco, assim:

[...] eleger a unidade familiar ou o grupo doméstico, como unidade de observação revela-se um procedimento fundamental para a compreensão das transformações recentes no campo brasileiro, onde o aumento das atividades não-agrícolas, articuladas ou não à agricultura, exige um maior grau de complexidade.

Como unidade social, Carneiro (2000, p. 130) define a família, num sentido mais antropológico, como uma estrutura flexível, plástica, dinâmica, que não se limita apenas ao “grupo de pessoas formado por laços de aliança ou consangüinidade, mas que deve ser percebida como valor (próximo a um sentimento de identidade) que integra seus membros, dando sentido as suas relações”.

Segundo Martino apud Kageyama (2003), existem 3 (três) razões principais para que a unidade analisada seja a família:

1. A família é a unidade de alocação dos recursos familiares (monetário e não-monetário);
2. Há uma forte interdependência entre as decisões da família e o desenvolvimento da economia local (contexto);
3. A unidade familiar tem sido objeto de políticas agrícolas e sociais.

Desse modo, a família aparece como o núcleo no qual são tomadas as decisões sobre a produção no estabelecimento e as atividades que seus membros exercem.

³⁴ As regras de herança e transmissão do patrimônio, analisadas por Woortmann (1995), são bons exemplos para esclarecer o porquê de a família ser importante e definidora da organização da reprodução social do grupo doméstico. Para não fragmentar por demasiado a terra (entendida aqui não apenas como um patrimônio material, mas também como um patrimônio da família) e não inviabilizar a exploração técnica e econômica, nem todos os membros da família herdaram a propriedade. Há, assim, uma transmissão não-igualitária que pressupõe frequentemente regras próprias baseadas em acordos e compensações para os filhos que não herdaram o patrimônio. Entre as estratégias acionadas para evitar o excessivo parcelamento da colônia, a autora cita a "política patrimonial", ou seja, um casamento arranjado entre duas famílias. Esse casamento não é simplesmente uma questão de escolha individual, mas envolve um acordo, um negócio entre duas famílias para assegurar a reprodução de cada patrimônio familiar.

Para Kageyama (1998, p.10), a pluriatividade constitui-se numa das respostas das famílias às transformações no rural, ou seja, “a pluriatividade não é um fato totalmente individual e nem uma escolha puramente da lógica familiar”. É a articulação de ambas.

Portanto, a família se apresenta com um padrão particular de organização do trabalho, que envolve os membros orientados para um esforço coletivo em torno da reprodução social. O papel desempenhado por cada membro obedece à divisão sexual das tarefas e a hierarquia interna à família (SCHNEIDER, 2003).

Em suma, a família é a unidade de análise coerente para o estudo da pluriatividade em decorrência de dois aspectos (CARNEIRO, 2000):

1. A família é um agente integrador das relações sociais no interior dos estabelecimentos rurais;
2. A unidade familiar permite captar as múltiplas racionalidades coexistentes no interior dos grupos domésticos;

Embora analise a pluriatividade com base no indivíduo pluriativo, Schneider (2003)³⁵ não descarta a família rural como o elemento central de seu estudo sobre as estratégias de reprodução social, pois no interior do grupo familiar as relações sociais e as decisões são estabelecidas e permitem a desagregação de atividades e o desenvolvimento de outras ocupações, sobretudo aquelas desenvolvidas fora da agricultura, definidas como não-agrícolas.

O autor supracitado destaca a relação intrínseca da família como condicionante interno e o contexto socioeconômico como variável externa. Ou seja, a organização interna depende das variáveis externas e o contexto exógeno afeta e é afetado pelas decisões e ações tomadas pelos indivíduos e os grupos domésticos (endógenas).

Sendo a pluriatividade uma forma de reprodução social e econômica, ela “não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar”, mas da “intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e ambos com o ambiente social em que estão imersos” (SCHNEIDER, 2003, p. 106).

Carneiro (2000) apóia-se numa análise que leva em consideração a unidade familiar e não a unidade de produção familiar, em virtude da importância cada vez maior das rendas e atividades não-agrícolas dentre as estratégias de reprodução social. Segundo a autora, a unidade familiar permite “identificar as relações de força entre os agentes sociais situados

³⁵ Esse autor trata tanto da família pluriativa como do indivíduo pluriativo, o que contraria a própria concepção de pluri, tendo em vista que pluriatividade pressupõe o desenvolvimento de várias atividades concomitantemente. Ao invés de indivíduo pluriativo, o que se tem é um indivíduo polivalente.

diferentemente na esfera do parentesco ou produção” (CARNEIRO, 2000, p. 130). A família permite romper, modificar e manter valores (sociais e culturais).

Para efeito de análise, adotou-se a definição de família rural utilizada por Schneider (2003), ou seja, um grupo social que convive num mesmo espaço, mas não necessariamente numa mesma casa e que tem a propriedade da terra como um elemento em comum. O grupo familiar se mantém ligado pelos laços de parentesco, pela consangüinidade ou filiação e pelos membros não-consagüíneos (adoção).

Outrossim, considera-se coerente acrescentar, na definição de Schneider (2003), a importância dos valores simbólicos e culturais tão defendidos por Carneiro (1998).

Assim, a família como instituição social dinâmica não ficou imune às transformações ocorridas no campo, uma vez que sofreu mudanças na sua organização e estrutura, frente aos novos desafios, novos agentes sociais e novas funções. É por essa razão que se pretende cotejar as mudanças nas unidades familiares rurais, enfocando a dissociação entre a unidade da família e a unidade de trabalho, a individualização da força de trabalho e as mudanças nas relações de trabalho e gênero ocorridas.

1.5.1.1 Família, pluriatividade e as atividades não-agrícolas: *A individualização da força de trabalho e mudanças nas relações de gênero*

Os estudos pautados no entendimento do rural em todas as suas dimensões pressupõem como unidade de análise o grupo familiar. Esse grupo, por sua vez, difere da chamada família tradicional camponesa, cuja base de sustentação era assentada na articulação dos aspectos produção, reprodução biológica e social e consumo na propriedade rural. O que não condiz com a realidade das famílias no período contemporâneo (CARNEIRO, 1998, p. 64).

É importante esclarecer que a família tradicional rural era marcada por um grande número de membros, o que significava uma maior disponibilidade de mão-de-obra para as atividades agrícolas e, conseqüentemente, para a reprodução social da família. Durham (1984) ilustra muito bem esta característica ao apontar que as famílias extensas estavam atreladas à necessidade de conservação da propriedade e à continuidade dos sucessores na agricultura.

Com o avanço da industrialização e urbanização, a migração rural-urbana dos filhos dos agricultores, a falta de política aos produtores familiares e as inúmeras dificuldades na agricultura foram elementos que afetaram a organização e a estrutura da

família. Essas mudanças resultaram na constituição cada vez maior das famílias conjugais (DURHAM, 1984) ou nucleares (CARNEIRO, 1998).

A constituição da família conjugal (ou nuclear) deve-se, a princípio, a dois fatores: “a fragmentação da propriedade pela divisão entre os herdeiros, [...] e a fragmentação dos grupos locais pela migração dos filhos em busca de novas terras”. Todavia, há um ponto convergente, ou seja, as famílias buscam estratégias de reprodução social e econômica, sendo uma delas a constituição da família nuclear (DUHRAM, 1984, p. 63).

A família tradicional era monoativa nas atividades agrícolas, havendo uma fusão num mesmo espaço da unidade de trabalho (produção) e unidade da família (casa). As relações de parentesco e as relações de trabalho (na terra) asseguravam a reprodução social e econômica. O gênero e a idade eram (e continuam sendo) os critérios utilizados para definir a posição de cada indivíduo nas atividades agrícolas.

Na medida em que os membros da família começam a ter um salário, ocorre uma ruptura na identidade entre a família e a unidade de produção (CARNEIRO, 1998, p. 83). O salário torna-se referência no universo doméstico, que antes era pautado na tríade família, terra e trabalho. Assim, a renda passa a ser obtida de outras fontes (trabalho, aposentadoria etc.) e não necessariamente da atividade agrícola realizada na propriedade.

O desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas altera o grupo familiar, acarretando mudanças na estrutura organizacional das famílias rurais, com a diversificação da inserção profissional dos membros e a separação entre a unidade da família (a casa) e o local de trabalho.

A individualização da força de trabalho permite a “individualização da mulher nas relações familiares” (CARNEIRO, 1998, p. 83). Isso ocorre porque a mulher fica responsável pela propriedade no caso de o chefe da família estar inserido em outra atividade externa à propriedade e também pela inserção cada vez maior das mulheres rurais em atividades não-agrícolas.

Estas transformações nas unidades produtivas familiares acarretam, tanto ao chefe de família como para a esposa, um aumento na carga diária de trabalho (SCHNEIDER, 2002). Além disso, leva à individualização da força de trabalho e às mudanças nas relações de trabalho e gênero³⁶.

³⁶ Apreender as transformações no campo sob o viés do gênero permite traçar um eixo norteador importante para analisar como se concretizam as relações de poder e as diferentes posições que homens e mulheres têm ocupado no interior da família e no âmbito dos bairros rurais.

A pluriatividade e as rendas e atividades não-agrícolas são, ao mesmo tempo, causa e conseqüência da lógica interna da família, sem, no entanto, se desvincularem das variáveis externas (SCHNEIDER, 2003). Assim, a busca por uma fonte de renda fixa e mensal faz com que os membros da família saiam para exercer outra atividade, geralmente não-agrícola.

Na medida em que as atividades agrícolas já não garantem o sustento e a permanência da família no campo, ocorrem duas situações distintas: 1) a saída permanente em direção aos centros urbanos; 2) a busca de fonte de renda e atividade fora da propriedade ou sem vínculos com a agricultura.

A individualização da força de trabalho, principalmente a feminina, é expressiva entre as famílias pluriativas e aquelas não-agrícolas, acarretando alterações na antiga divisão sexual do trabalho na propriedade rural e nas relações de poder nas famílias rurais.

O crescimento da participação feminina em atividades não-agrícolas e nas práticas pluriativas decorre em virtude de alguns fatores, tais como:

- ✓ A desigualdade presente nas regras de transmissão hereditária da propriedade privilegiando o filho homem (primogênito ou ultimogênito). Raramente a mulher herda a terra, exceto no caso de viuvez, filha única ou da renúncia dos filhos homens em continuar nas unidades produtivas (MOURA, 1978, CAMARANO et al., 2001; BRUMER, 2004;);
- ✓ As mulheres apresentam níveis de escolaridade superiores a dos homens, com investimentos e incentivos dos pais e, portanto, têm melhores chances de se profissionalizar e ter uma ascensão profissional (GOUVEIA, 2003; BRUMER, 2004);
- ✓ O processo de modernização tecnológica na agricultura exclui cada vez mais as mulheres e acelera a masculinização no campo (ROSSINI, 2002). Em outras palavras, as oportunidades de trabalho no campo são cada vez mais reduzidas³⁷, elevando a inserção destas em atividades não-agrícolas (SHAAF, 1996);
- ✓ A necessidade de complementar o orçamento familiar e dinamizar a produção agropecuária. As mulheres deixam as atividades agrícolas não remuneradas para

³⁷ Parafrazeando Shaaf (1996, p. 88), a introdução de novas tecnologias no campo levou à redução do número de mulheres em regime familiar e ao aumento significativo dos trabalhos assalariados. Assim, “a falta de perspectivas futuras e a má imagem que tem o trabalho no meio rural” favorecem a saída das mulheres e dos jovens para exercer uma atividade não-agrícola, mesmo sendo esta precária, de baixa remuneração e, muitas das vezes, informal.

exercer uma atividade não-agrícola remunerada³⁸. A instabilidade, a sazonalidade do trabalho no campo e a baixa renda gerada nessas atividades acarretam a participação da mulher em atividades não-agrícolas, sobretudo em serviços domésticos (SHAAF, 1996; CAPPELIN, 1992; BALSADI, 2002);

- ✓ O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação e a incorporação de valores urbanos pelas mulheres e jovens rurais permitem uma maior mobilidade entre a propriedade (casa) e o local de trabalho (urbano ou rural). Além disso, a incorporação de valores urbanos ocasiona mudanças nas aspirações dessas mulheres, como a busca pelo reconhecimento de seu trabalho, a busca pela independência financeira etc. (CAPPELIN, 1992; SILIMPRANDI, 2003; BRUMER, 2004);
- ✓ O aumento da oferta de empregos não-agrícolas para a mulher rural, principalmente nos serviços domésticos, não-domésticos e nas repartições públicas.

Estes fatores estão imbricados, pois a migração das mulheres pode depender tanto das decisões no interior da família, como do caráter individual e emergencial. Em outras palavras, a renda obtida com essas atividades não-agrícolas é utilizada tanto para as despesas individuais como no orçamento familiar.

A saída dos membros das famílias residentes nas unidades rurais para exercer atividades não-agrícolas ocasiona alterações na organização e na estrutura da família rural, quais sejam:

- ✓ A ocorrência de sobrecarga de trabalho definida por Shaaf (1996) como “tripla jornada”, pois, além de exercer uma atividade fora da propriedade, a mulher é responsável pelos afazeres domésticos, pelo cuidado com a horta e com as pequenas criações;
- ✓ A mulher tem a possibilidade de inserir-se no espaço (externo) que até então era predominantemente masculino. Embora ainda permaneça o poder patriarcal, este é questionado e, de certa forma, “abalado” pela presença das mulheres nos espaços de comercialização, por exemplo;
- ✓ Quando o homem exerce uma atividade não-agrícola, cabe à mulher administrar a propriedade, cuidar das atividades produtivas (roça) e assumir as tarefas que até

³⁸ Silimprandi (2004) argumenta que as mulheres rurais buscam as atividades não-agrícolas tanto pela remuneração como pela realização pessoal, a busca por uma valorização enquanto trabalhadora, embora inseridas em subempregos precários.

então eram exclusivamente masculinas, como a comercialização, a compra de sementes e insumos, enfim, várias etapas do processo produtivo³⁹;

- ✓ Mello et al. (1992) frisam que a falta de perspectiva dos filhos em continuar na agricultura leva ao envelhecimento e à masculinização da produção familiar no Brasil, afetando a transmissão hereditária da unidade produtiva.

Gouveia (2003, p. 50) argumenta que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais e, em especial, pelas mulheres, está centrada na busca de emancipação e cidadania. E não representa uma ruptura, haja vista que “uma parte substancial dos rendimentos que as mulheres obtêm em trabalhos fora do espaço familiar é nele empregado, como gasto produtivo ou reprodutivo”. Contudo, esta emancipação e a cidadania podem ser questionadas já que ocorre a inserção da mulher em empregos precários e de baixa remuneração.

Parafrazeando Gouveia (2003), a pluriatividade deve ser pensada como um processo no qual o viés de gênero é um dos elementos primordiais, pois as mulheres estão se inserindo em atividades não-agrícolas. Por quê? Tal indagação pode ser respondida considerando-se que as mulheres (as jovens em geral) não têm perspectiva em permanecer na agricultura. Assim, a realização de uma atividade remunerada permite às mulheres “pensarem e atuarem como sujeitos de suas próprias vidas” (GOUVEIA, 2003, p. 49), embora elas estejam deixando as atividades realizadas na propriedade sem remuneração para se inserirem em atividades remuneradas externas à unidade, principalmente nos serviços domésticos e empregos informais.

Carneiro (1998) aponta um caráter positivo quanto à individualização da força de trabalho para a mulher, que é a remuneração pela atividade concretizada, pois as atividades agrícolas revelam-se não remuneradas e centradas na decisão masculina. Assim, muitas jovens são levadas a buscar uma remuneração própria, fora da unidade de produção familiar, para compensar a falta de poder de decisão sobre a renda oriunda da agricultura e, sobretudo, para neutralizar as relações desiguais de gênero.

De fato, o trabalho externo revela-se no imaginário social “uma conquista” e “subproduto da mecanização da agricultura que liberou a mão-de-obra feminina e da ampliação do mercado de trabalho urbano” (CARNEIRO, 1998, p. 85).

³⁹ Karan (2004) realizou uma pesquisa nas famílias de agricultores orgânicos na Região Metropolitana de Curitiba/ PR, e constatou que as mulheres eram as responsáveis pelo cultivo das hortaliças. Assim, à medida que os homens foram percebendo a rentabilidade deste tipo de cultivo, começaram a aderir ao sistema orgânico. A horta que, até então, era o “lugar de mulher”, passa a ser local predominantemente masculino.

Todavia, a maior parte dos empregos exercidos por essas mulheres é precária, sem qualificação, de baixa remuneração e sem direitos trabalhistas. As mulheres residentes rurais estão empregadas, em grande parte, nos serviços domésticos remunerados, pois, mesmo sendo de baixa qualificação e remuneração, se constituem em uma fonte de renda superior àquelas obtidas por meio das atividades agrícolas (NASCIMENTO, 2002).

Balsadi (2002, p. 35) retrata que “a falta de oportunidade de trabalho na agricultura ainda surge como o principal responsável pela inserção da mulher no mercado de trabalho não-agrícola”. Essas mulheres estão inseridas, majoritariamente, nos serviços domésticos⁴⁰ e nas atividades relacionadas ao comércio e artesanato.

No que concerne à realidade do Estado de São Paulo, os dados da Fundação SEADE revelam que, em 1999, 67,2% do total de residentes rurais ocupados em atividades não-agrícolas eram mulheres. Isso demonstra que as ocupações não-agrícolas passaram na década de 1990 a ter um peso muito mais importante do que a atividade agropecuária. Registrou-se aumento de 188.000 para 222.000 mulheres rurais empregadas em atividades não-agrícolas no Estado de São Paulo entre 1995 e 1999, ou seja, no intervalo de 4 anos, foram criados, em média, 34.000 postos de emprego no estado (LEONE, 2001).

Na década de 1990 houve uma incorporação expressiva de mulheres no mercado de trabalho formal e informal. Esses empregos variam entre dois extremos, ou seja, desde aqueles precários, sem carteira assinada e com baixa remuneração⁴¹, até as ocupações que exigem nível superior e garantem uma remuneração melhor⁴².

Neste direcionamento, pode-se citar outra informação divulgada por um boletim publicado pela mesma instituição⁴³, cuja participação das mulheres no interior paulista teve, entre 1994 e 1998, um acréscimo de 2,8% do trabalho feminino entre a População Economicamente Ativa (PEA). Ou seja, de 4.146 mil pessoas ocupadas ativamente, 42,3% eram mulheres e 57,7% correspondia ao percentual de homens.

⁴⁰ Com base no trabalho de Balsadi (2002), os serviços domésticos abarcam: arrumadeira, babá, cozinheira, diaristas, lavadeira, governanta, mordomo e atendente.

⁴¹ Segundo Bruschini (1996), não houve grandes mudanças nas ocupações tradicionalmente femininas, como aquelas relacionadas aos serviços de limpeza, magistério e serviços domésticos.

⁴² Todavia, as mudanças nos espaços ocupados pelas mulheres ocorreram nas áreas relacionadas aos profissionais liberais, como no setor de administração, o que denota a ampliação e a conquista de ocupações que exigem nível superior. “As mulheres ocuparam a maioria dos empregos gerados para pessoas com maior escolaridade, o segmento feminino respondeu por 71,6% das vagas para os mais escolarizados, o que está relacionado ao melhor desempenho das mulheres em ocupações de nível superior” (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2004, s/p).

⁴³ FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Mercado de trabalho da mulher no interior paulista 1994-1998**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Boletim 02, Janeiro de 2001, 70p.

Retornando à análise sobre a participação da mulher residente rural em atividades não-agrícolas, constatou-se que a posição de empregada doméstica absorveu 52,7% das mulheres em 1999. Tais atividades estão relacionadas aos serviços domésticos e de limpeza. Entre as atividades agrícolas, os dados da Fundação SEADE revelam que as mulheres estão exercendo o emprego temporário, em seguida comparece o trabalho familiar não-remunerado, sendo que de cada 100 pessoas residentes no rural e ocupada em atividades não-agrícolas, 39 eram mulheres (em 1999).

No emprego em atividades não-agrícolas, a ocupação predominante, para as mulheres, continua a ser o serviço doméstico, que emprega mais da metade das trabalhadoras rurais não-agrícolas (55, 1% em 1995, e 52,7% em 1999) [...] esses tipos de ocupação propiciam as mulheres jornadas de trabalho mais curtas do que o emprego na agricultura [...] (LEONE, 2001, p. 13).

As atividades não-agrícolas têm uma jornada de trabalho menor do que nas atividades agrícolas, o que não significa que a mulher diminuiu sua jornada “total”, pois, além de exercer uma atividade fora da propriedade, ela tem que se dedicar também às tarefas domésticas. Além dessa dupla jornada, a maioria dos empregos não-agrícolas é de caráter informal, sem registro em carteira e, portanto, sem contribuição para a Previdência Social.

Leone (2001) revelou que o número de trabalhadoras rurais com carteira de trabalho com registro era bem menor que o número de contribuintes da Previdência Social, ou seja, muitas mulheres estão contribuindo por conta própria para garantir uma aposentadoria no futuro.

Segundo os dados da Fundação SEADE, mais da metade das mulheres empregadas de forma permanente no setor agrícola não possuíam registro em carteira e também não contribuía para a Previdência Social. Em 1999, 48,4% das mulheres rurais com emprego agrícola possuíam registro em carteira.

Nos serviços domésticos a situação piora, pois 71,4% das mulheres residentes rurais ocupadas não possuíam registro em carteira e também recebiam remunerações menores do que os homens, já que no ano de 1999, as empregadas domésticas recebiam o correspondente a 73,2% dos rendimentos pagos aos homens nessa mesma função (LEONE, 2001).

Na concepção de Carneiro (2000), a pluriatividade e a prática de atividades não-agrícolas levam a uma contradição: ela pode ocasionar a *individualização da força de trabalho* (cada membro está empregado em atividades distintas, ocorrendo com maior

freqüência a saída dos filhos para exercer atividades no comércio ou na indústria, geralmente situados nos centros urbanos próximos) ou *resgatar os laços familiares ou intrafamiliares* (com a implantação, por exemplo, de um pesque-pague, em que os membros da família podem trabalhar num mesmo local).

Para a referida autora, a pluriatividade e as atividades não-agrícolas não se constituem apenas num produto da contradição gerada pelo progresso técnico, “cuja mecanização transformou a atividade agrícola numa atividade individual, exercido pelo chefe, descaracterizando as unidades produtivas que deixaram de ser engajadas exclusivamente na agricultura” (CARNEIRO, 2000, p. 140).

É importante relatar que a individualização da força de trabalho e a inserção cada vez maior das mulheres em serviços domésticos fora das propriedades rurais acarretam mudanças na sociabilidade dos moradores nos bairros rurais. As mulheres são fundamentais para a manutenção da trama do tecido social, econômico e cultural entre os vizinhos. Com a inserção em atividades não-agrícolas, a mulher acaba se afastando das atividades lúdicas realizadas no bairro e se distanciando dos vizinhos pela diminuição do tempo livre.

Nesse sentido, a tradição cultural e a trajetória das unidades familiares são dois elementos primordiais sobre a pluriatividade e a individualização da força de trabalho. Além disso, deve-se frisar que a individualização pode levar ou não à secundarização das atividades não-agrícolas. Para tanto, Carneiro (2000) aponta 3 (três) tipos de estratégias que tendem a secundarizar a atividade agrícola, sendo elas:

1. A propriedade rural funciona tanto como reserva de valor como um patrimônio simbólico, deixando a produção agrícola como atividade complementar. Isso ocorre devido à desvalorização dos preços agrícolas, ao envelhecimento dos patriarcas (pais) e à influência de valores urbanos. Assim, há uma grande probabilidade dessa unidade sofrer “ruptura dos laços entre família, propriedade e trabalho”, propiciando “novas utilizações do patrimônio fundiário e para elaboração de novas identidades sociais no meio rural” (CARNEIRO, 2000, p.146/147);
2. Os pais almejam uma qualificação profissional e melhores inserções ocupacionais dos filhos no mercado de trabalho, incentivando a escolarização. Tal estratégia pode acarretar uma crise na transmissão hereditária na agricultura e, conseqüentemente, na secundarização da atividade agrícola;
3. Os membros da família buscam se inserir em setores da economia que propiciem melhores salários, como o comércio e a prestação de serviço. Carneiro (2000)

define este tipo de alternativa como uma estratégia de ampliação da capacidade de capitalização da propriedade.

Essas três estratégias delineadas apontam que as famílias rurais tendem a desenvolver atividades não-agrícolas e a pluriatividade, levando à dinamização ou à secundarização da agricultura (BALSADI, 2002, p. 33).

De maneira geral, a pluriatividade e as práticas de atividades não-agrícolas alteram a organização e a estrutura das famílias rurais. Essas alterações, porém, não são generalizadas e homogêneas, levando a identificar as mudanças nos grupos familiares dos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente.

1.5.1.2. Família, pluriatividade e atividades não-agrícolas: *A dissociação entre a unidade da família e o local de trabalho*

O crescimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas pode levar a dissociação entre a unidade da família e o local de trabalho, pois os membros do grupo familiar estão, em sua maioria, ocupados em atividades não-agrícolas realizadas externamente à propriedade.

A dissociação entre a unidade da família e o local de trabalho não está separada da individualização da força de trabalho e tampouco das mudanças nas relações de gênero e trabalho. Todas essas alterações estão articuladas. A análise separada destas mudanças se pauta num recurso analítico e didático.

Se a família tradicional era sustentada na inter-relação entre a organização familiar, mercado e relações de produção⁴⁴, o mesmo não se pode dizer da família rural contemporânea, em virtude da separação geográfica entre o espaço da produção e da reprodução (KAGEYAMA, 1998).

Essa separação está atrelada a vários fatores⁴⁵, como as dificuldades de se manter apenas na agricultura, que decorrem, por sua vez, da falta de políticas direcionadas ao espaço rural, sendo a pluriatividade e as atividades não-agrícolas as conseqüências.

⁴⁴ É importante mencionar que a separação que ocorria na família tradicional era sustentada no gênero e na faixa etária. Assim, o espaço da casa (interno) era de responsabilidade da mulher e o local predominantemente feminino, o que difere do espaço externo (bairro, cidade e o roçado), cujas atividades eram associadas à figura do homem. Para maiores informações consultar: Moura (1978); Brandão (1983); Shaaf (1996); Leone (2001); Brumer (2004); Bombardi (2003).

⁴⁵ Como exemplos, pode-se mencionar: a saída dos filhos da propriedade para estudar, a falta de incentivos dos pais para a continuidade do filho na agricultura, a falta de oportunidade de trabalho na agricultura, o tamanho reduzido da propriedade e a inviabilidade de desenvolver uma atividade agrícola em escala maior, entre outros.

A diversificação e a combinação de diferentes inserções ocupacionais remuneradas internas ou externas à propriedade, desenvolvidas por parte dos membros da família, permitem que a unidade rural seja a referência para o local de moradia e descanso, isto é, não apenas como o local de trabalho e da produção agropecuária.

Em outras palavras, cada vez mais alguns membros da família rural, principalmente os filhos, estão “inseridos no universo profissional externo”(BARTHEZ apud KAGEYAMA, 1998, p. 9), o que ocasiona a ruptura da unidade familiar (grupo doméstico) com a unidade profissional (atividade econômica), como retrata Barthez apud Schneider (2003, p. 101).

Balsadi (2002) retrata que o fenômeno do *commuting* permite entender a separação e a mobilidade entre a casa (rural) e o local de trabalho (urbano). Isso porque o *commuting* refere-se à mobilidade (diária, semanal etc.) dos residentes rurais para as áreas urbanas. Também chamado de migração pendular, o movimento está atrelado ao acesso aos meios de transporte, à proximidade dos centros urbanos e, sobretudo, à maior oferta de emprego nas áreas urbanas (sem deixar de registrar os empregos informais, precários e de baixa remuneração).

Santos (1994) enfatiza que a mobilidade entre o urbano e o rural está pautado na disponibilidade de recursos econômicos, porque as pessoas que residem nas áreas rurais para as quais não têm condições de retornar todos os dias (ou semanalmente), acabam se mudando definitivamente para os centros urbanos.

De fato, tanto a posição de Balsadi (2002) como a de Santos (1994) são importantes na análise da mobilidade entre o local de moradia (propriedade rural) e o local de trabalho (setores urbanos), haja vista que o ir e vir está articulado à oferta de emprego e à dinamização do mercado local, o qual deve oferecer meios de transporte melhores e com preços acessíveis.

É importante enfatizar que a dissociação da unidade da família e do local de trabalho torna-se fundamental e permite averiguar a coexistência de múltiplos projetos e arranjos para a permanência no campo. Esses projetos podem até ser individuais, mas é no interior da família que as decisões são fixadas.

A separação analítica das unidades familiares em unidades de produção e grupos domésticos é particularmente operacional ao estudo de situações nas quais as famílias ou os indivíduos recorrem às atividades não-agrícolas e à pluriatividade como estratégias ou mecanismo para viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos, em geral traduzidos na busca de rendas mais altas ou

trabalhos menos penosos que a atividade agrícola (SCHNEIDER, 2003, p. 107).

Assim, apreender as transformações estruturais das relações de trabalho no rural é considerar que os estabelecimentos rurais já não são espaços de reprodução social e econômica, tendo em vista que uma parte dos membros da família começa a dedicar-se a outras atividades não-agrícolas, ainda que permaneça habitando no espaço rural, o que acaba levando a uma nova configuração das unidades rurais, que passam a ser mais um local de residência. No entanto, essa configuração não ocorre em todos os lugares e com a mesma intensidade, pois o espaço rural é heterogêneo e diversificado.

1.5.2. Escala de análise: Bairros Rurais

Adotou-se como unidade de escala os bairros rurais, em virtude de dois pressupostos: primeiro, porque é uma temática “esquecida” na Geografia; segundo, porque as transformações no rural (atividades, funções, rendas etc.) afetam diretamente a configuração dessa unidade na paisagem, na diversidade dos atores sociais e na multiplicidade de atividades e funções.

Assim, considerar os bairros rurais⁴⁶ como unidades geográficas significa concebê-los como unidades heterogêneas, diversificadas, complexas e centradas nas relações de vizinhança, no sentimento de localidade (identidade) e numa base físico-territorial. Essa tríade, por sua vez, está respaldada nas relações de cooperação e conflitos.

O bairro rural comparece como o palco dos acontecimentos, o lugar da vida cotidiana, das relações de vizinhança, da identidade e da permanência das formas de solidariedade e atividades lúdico-religiosas. As relações de vizinhança e o sentimento de localidade refletem o apego e a identidade ao lugar.

A unidade rural constitui-se o aspecto primordial da relação entre os indivíduos e o bairro rural, pois é o principal meio de trabalho, de sobrevivência e o patrimônio da família (não apenas no sentido econômico, mas simbólico e cultural).

A sociabilidade não fica restrita somente ao grupo familiar, extrapola os limites do bairro. Estreitam-se os laços entre os vizinhos e os parentes. As formas de solidariedade e atividades religiosas encontram na escala do bairro a sua base para

⁴⁶ Pode-se mencionar como referências sobre bairros rurais os seguintes autores: Muller (1951, 1966); Fernandes (1971, 1972); Queiroz (1973); Rodrigues (1973); Santos (1999); Bombardi (2003, 2004); Candido (2003); Paulino (2003) e Souza (2004).

materializar-se, por meio de festas, das trocas de dias, da ajuda mútua e da reciprocidade entre os vizinhos.

O bairro rural, enquanto lugar, está submetido constantemente às transformações econômicas, sociais, culturais e espaciais, com a introdução, por exemplo, de novas funções (preservação ambiental, lazer, patrimônio cultural, moradia etc.), novas relações de trabalho (pluriatividade e atividades não-agrícolas) e, também, com mudanças nas relações de gênero e no cotidiano das famílias rurais.

Dois características são centrais nos bairros rurais: a base territorial e o sentimento de localidade. Os elementos topográficos, a delimitação territorial, a identidade e a cooperação fazem parte das unidades que Candido (2003) denomina de bairro rural.

Um bairro mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro que convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire a sua manifestação mais importante [mutirão] (CANDIDO, 2003, p. 87).

Concorda-se com a posição de Muller (1966, p. 129) quando define bairro rural como “unidade de organização do espaço geográfico, podendo abranger várias categorias: proprietários (com predominância dos pequenos), parceiros, arrendatários, tarefeiros, diaristas, além daqueles que desenvolvem atividades não ligadas diretamente à terra”. A diversidade e a heterogeneidade são duas palavras chaves para o entendimento dos bairros rurais.

Assim, pode-se deduzir que o bairro rural configura-se como uma unidade de organização socioespacial pautada nas relações de vizinhança, no sentimento de identidade e na coesão social.

O bairro rural indica uma área, com limites imprecisos e uma forte relação e laços de vizinhança. Embora haja uma variação na disposição dos *habitats* rurais, as casas costumam estar localizadas próximas umas das outras (FERNANDES, 1972).

O sentimento de localidade, ou seja, o sentimento de pertencer a um lugar, nesse caso o bairro em que residem e mantêm relações sociais, é um elemento importante para definir o limite territorial do bairro. Esse sentimento de localidade está reforçado pela presença da igreja, da escola, da venda, enfim, de elementos que permitem reforçar a coesão social entre os moradores do bairro (FERNANDES, 1972, p. 2).

Muitas vezes o bairro rural é confundido e utilizado como sinônimo de grupo de vizinhança, pois os limites de um determinado grupo de vizinhança se confundem

com os limites geográficos do bairro. Porém, são os moradores que dão nome ao bairro e determinam os limites de sua área de abrangência.

Conceber os bairros rurais como o lugar das especificidades e das relações dialéticas permite considerá-los como “unidades que se caracterizam através da convicção das relações simbólicas e das relações sócio-econômicas na perpetuação da tradição e da memória” (SOUZA, 2004, p. 145).

Defende-se, neste trabalho, que os bairros rurais são unidades socioespaciais, consubstanciadas numa base físico-territorial, com uma rede de vizinhança estabelecida por meio de relações de trabalho e relações sociais, com sentimento de identidade e permeada de relações de conflito e cooperação. Portanto, os bairros rurais são fundamentados e delimitados a partir de um cruzamento entre elementos físicos (objetivos) e simbólicos e imateriais (subjetivos).

1.5.3. Variáveis metodológicas: *Renda e Atividade.*

O terceiro aspecto em relação ao caráter operacional a ser tratado refere-se às variáveis metodológicas adotadas neste trabalho, como os tipos de renda e atividades. A preocupação em distingui-las se justifica pelos equívocos e pelas associações errôneas que têm sido observados em trabalhos que abordam as transformações estruturais nas relações de trabalho no espaço rural.

As fontes de renda das famílias rurais são múltiplas, abarcando desde a renda agrícola, a renda não-agrícola, a renda de transferência social, a renda de outras formas de trabalho até outras fontes de renda (CONTERATO; SCHNEIDER, 2005).

A obtenção de renda não está necessariamente articulada a uma atividade ou um emprego ou ocupação desenvolvida. A aposentadoria, o aluguel de chácaras ou casas e os programas assistenciais do Estado são exemplos de fontes de renda que não dependem diretamente da inserção em uma determinada atividade produtiva.

Considera-se pertinente abarcar as fontes de renda e as atividades exercidas pelos membros das famílias como elementos operacionais na análise da pluriatividade dos grupos familiares residentes nos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente, em decorrência da presença significativa de atividades agrícolas e não-agrícolas e a multiplicidade de rendas existentes entre as famílias rurais.

Um das dificuldades ao adotar a renda como variável metodológica refere-se à falta de informações precisas coletadas junto aos residentes rurais, pois muitos omitem os

valores reais. Schneider (2003), por sua vez, optou por adotar as atividades exercidas pelos agricultores e não as rendas, porque o agricultor, ao ser questionado sobre a renda agrícola, responde o valor líquido, ou seja, contabiliza esse tipo de renda depois de ter realizado os pagamentos e descontos, isto é, a sobra. Para contornar o problema, o autor buscou identificar a origem das rendas e não dar ênfase no valor mercantil destas.

As fontes de renda das famílias rurais são múltiplas (SCHNEIDER, 2003; CONTERATO; SCHNEIDER, 2005) e podem ser classificadas em 5 (cinco) tipos:

- ✓ **Renda agrícola:** são oriundas de atividades relacionadas diretamente à agricultura e à pecuária (atividades agropecuárias) e também aquelas geradas a partir do processamento de determinado produto, com a agregação de valor ao produto *in natura* (atividade para-agrícola);
- ✓ **Renda não-agrícola:** provém das atividades não-agrícolas tanto como empregador, empregado ou conta-própria. Os serviços domésticos, não-domésticos, o comércio, as repartições públicas e os serviços gerais são exemplos desse tipo de atividade;
- ✓ **Outras rendas de trabalho:** a origem está sustentada no desenvolvimento de atividades agrícolas, como operadores agrícolas, na prestação de serviços agrícolas, no trabalho de feirante ou no comércio da própria produção em feiras e outros locais;
- ✓ **Rendas de outras fontes:** oriunda de aluguéis de casa e maquinário, juros e aplicações bancárias, arrendamentos e doações;
- ✓ **Rendas de transferências sociais:** decorrente de aposentadorias, pensões e programas assistenciais do governo, como a bolsa-escola, vale-gás etc.

É importante distinguir os tipos de renda para identificar quais são os fatores causais da expansão da pluriatividade e das atividades não-agrícolas. Além disso, se permite cotejar os tipos de pluriatividade predominante e, sobretudo, servir como um instrumento eficaz na elaboração de políticas públicas visando ao desenvolvimento rural (CONTERATO, SCHNEIDER, 2005).

Retornando as variáveis metodológicas, a última a ser abordada refere-se à atividade exercida pelos membros das famílias rurais, pois esta permite incorporar os empregos e as ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas⁴⁷.

⁴⁷ As atividades incorporam a ORNA (Ocupação Rural Não-Agrícola) e o ERNA (Emprego Rural Não-Agrícola). A ORNA é “exercida por pessoas residentes na área rural e ocupadas em atividades fora da agricultura, sejam essas desenvolvidas nas áreas rurais ou urbanas” (BALSADI, 2002, p. 62). E o ERNA

Para Del Grossi; Graziano da Silva (1998), o conceito de pluriatividade permite combinar as atividades agrícolas com outras atividades que geram ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária. São consideradas todas as atividades exercidas pelos membros das unidades familiares, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro ou fora da propriedade rural.

Carneiro (1998, p. 170) destaca que as atividades não-agrícolas podem dinamizar as unidades produtivas, viabilizando uma maior rentabilidade da produção agrícola. Ressalta, ainda, que “o esforço de manter a unidade produtiva em funcionamento responde muito mais a estratégia de conservar o patrimônio familiar do que a de desenvolver uma atividade produtiva eficaz”.

Adotou-se, neste trabalho, as *atividades* como variável metodológica, já que elas permitem separar a pluriatividade e o crescimento de atividades não-agrícolas, porque a pluriatividade refere-se à combinação de diferentes inserções ocupacionais a partir das decisões adotadas pelos indivíduos em relação à família e ao contexto econômico e social no qual estão inseridos. As atividades não-agrícolas, por sua vez, estão atreladas às ocupações em distintos ramos e setores da economia, sem vínculo agrícola. As atividades não-agrícolas estão relacionadas às alterações no mercado de trabalho e novas ocupações da força de trabalho (SCHNEIDER, 2003, 2003a; CONTERATO; SCHNEIDER, 2005).

Dessa forma, a pluriatividade permite analisar com maior precisão a forma como o trabalho é alocado pelas famílias em diferentes tipos de atividades, de onde emergem padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural, os quais transformam as unidades produtivas familiares em “unidades multidimensionais”, pois são praticadas atividades agrícolas e não-agrícolas, que geram diferentes tipos de remuneração (MATTEI, 2005, p.5).

Para averiguar a aplicabilidade da noção de pluriatividade e a presença de famílias com múltiplas fontes de renda na área de pesquisa, propõe-se, no capítulo posterior, uma caracterização dos bairros rurais selecionados, retratando, além do contexto histórico, as semelhanças e as especificidades.

Esta revisão bibliográfica é de suma importância na interlocução com a parte empírica. Para entender a presença das atividades e rendas sem vínculos agrícolas e a

pressupõe a inserção empregatícia de residentes rurais em empregos assalariados (formais ou informais). Ou seja, o ERNA é um componente da ORNA (Ocupações Rurais Não-Agrícolas), cujo diferencial está na categoria de empregado, tendo, portanto, vínculos empregatícios (carteira profissional assinada, contribuição previdenciária etc.).

pluriatividade no âmbito das famílias residentes nos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta, localizados no Município de Presidente Prudente, é que se propõe o capítulo seguinte.

2. OS BAIRROS RURAIS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Considerar os bairros rurais como o lugar da singularidade e da heterogeneidade permite averiguar as transformações e as permanências presentes nas dimensões econômica, social, cultural e espacial.

A contextualização do processo histórico da formação do Município de Presidente Prudente é indispensável, pois os bairros rurais são unidades socioespaciais que compõem a organização do espaço rural do referido município.

O processo de formação socioespacial do município ocorreu pautado em elementos comuns: retalhamento e venda de terras das Fazendas Montalvão e Pirapó-Santo Anastácio; expansão do café; e vinda de imigrantes e descendentes de italianos, espanhóis, portugueses e japoneses, além de ex-colonos, oriundos das áreas de ocupação mais antiga do Estado de São Paulo, e de mineiros.

Contudo, a presença destes elementos não se materializou de maneira homogênea nos bairros rurais, porque o processo é dinâmico, dialético e heterogêneo. Neste capítulo, apresentar-se-á o contexto de formação histórica do referido município, cotejando as mudanças no perfil demográfico (rural e urbano), as fases econômicas e as mudanças na estrutura fundiária e produtiva, consubstanciados nos dados obtidos junto aos Censos Demográficos (1950 a 2000) e nos Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1996) da Fundação IBGE. Almeja-se, ainda, efetuar a caracterização socioeconômica e cultural dos bairros rurais (Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta) selecionados para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1. Processo de formação histórica do Município de Presidente Prudente SP.

O Município de Presidente Prudente está localizado no Sudoeste do Estado de São Paulo, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (mapa 02) e ocupa uma área de 550 Km² (SEADE, 2005).

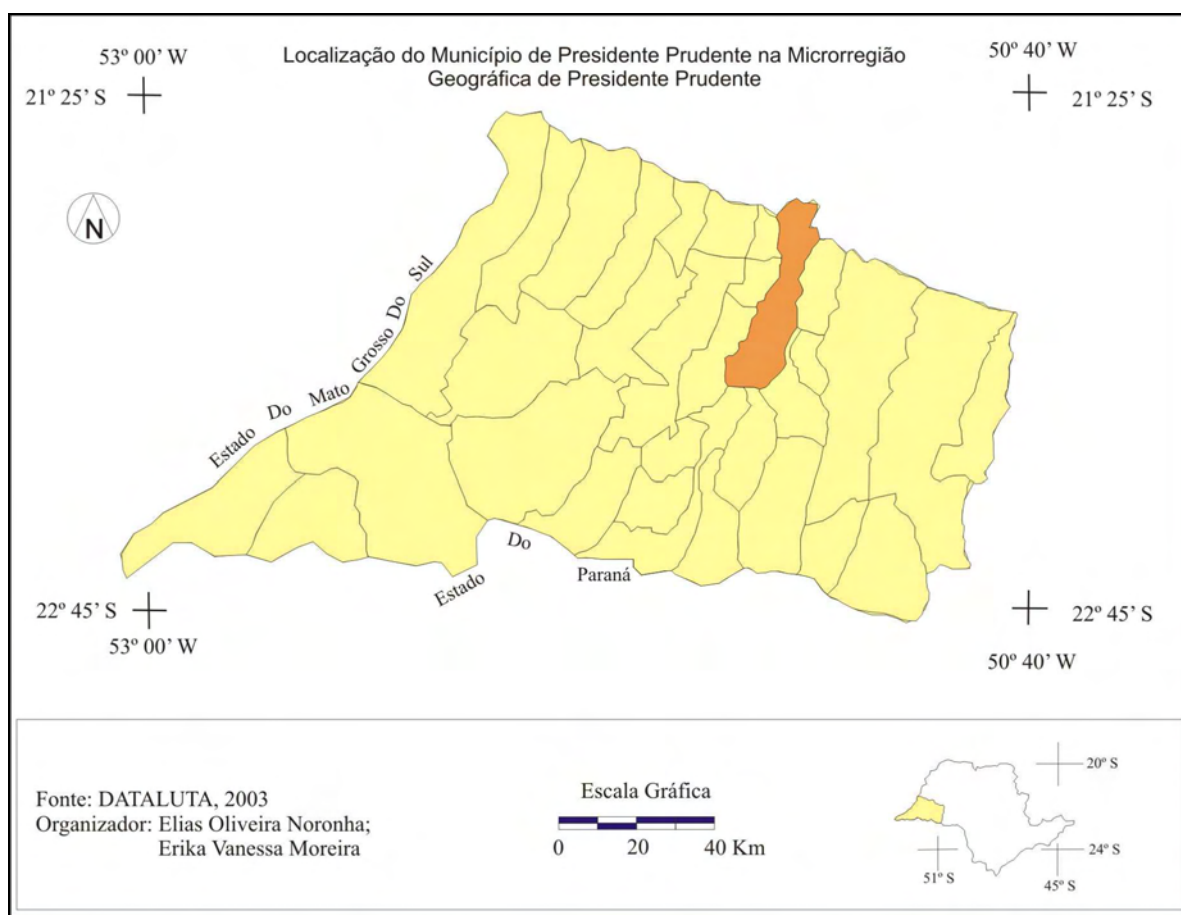
É relevante atentar para o fato de que Presidente Prudente apresentou-se como uma cidade importante no contexto regional desde o início do processo de ocupação. Com base nos dados do Seade⁴⁸ sobre os municípios paulistas (entre 2000 e 2002), Presidente

⁴⁸ As informações apresentadas foram sistematizadas a partir dos dados obtidos por meio da Fundação Seade, disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.seade.gov.sp.br/> Data de acesso: 23 de julho de 2005.

Prudente está inserido no Grupo 1, caracterizado desta forma: *Município com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais*, enquadrando-se na 14ª (décima quarta) posição no ranking dos municípios paulistas, com os melhores indicadores econômicos e sociais.

O município situa-se no planalto sedimentar paulista, apresentando uma paisagem monótona, marcada por relevo de colinas amplas (LEITE, 1972). Os seus limites político-administrativos são os seguintes: ao norte, os Municípios de Flora Rica e Flórida Paulista; ao sul, Pirapozinho e Regente Feijó; a leste, Caiabú e Mariápolis; e, a oeste, Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito. Além da sede municipal, abrange 4 (quatro) distritos: Ameliópolis, Floresta do Sul, Montalvão e Eneida.

Mapa 02



O Sudoeste do Estado de São Paulo, onde se localiza o Município de Presidente Prudente, era denominado no século XIX de Vale do Paranapanema ou Sertão do Paranapanema. Segundo Monbeig (1984, p 131), a frente pioneira em direção ao oeste paulista deparou-se com os indígenas, travando assim uma luta sangrenta entre os pioneiros e os índios.

O desbravamento do Sudoeste do Estado de São Paulo ocorreu com a frente de expansão, na segunda metade do século XIX, por meio da atuação dos mineiros. Para Martins (1987), a frente de expansão tem o caráter de uso privado da terra, predominando uma economia basicamente de autoconsumo, cujas alterações na organização espacial ocorrem de maneira pouco expressiva. A implantação da Estrada de Ferro Sorocabana será o marco entre as duas frentes de ocupação no Sudoeste do Estado de São Paulo. Locatel (2004) relata que as frentes de expansão e pioneira não podem ser consideradas etapas e tampouco um processo evolutivo, pois a chegada de uma frente pioneira não anula por completo as relações e mesmo as características da frente de expansão.

O primeiro desbravador a chegar, em meados do século XIX, nos sertões do Paranapanema, foi o mineiro José Teodoro de Sousa. Atingindo as margens do rio Turvo, Sousa regressou a Botucatu para registrar sua imensa posse por meio do registro paroquial. Além deste, outros dois mineiros, João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes, fizeram grandes posses na região.

A vinda de mineiros para a região do Paranapanema deveu-se à decadência da atividade mineradora, ao sucessivo retalhamento das propriedades rurais, ao temor dos jovens em serem convocados para a Guerra do Paraguai (1864-1870) e à busca de terras férteis com preços acessíveis.

As posses dos grileiros mineiros no Sertão do Paranapanema não dispunham de amparo legal, pois, segundo Abreu (1997, p. 62), “a Lei 601 de 18 de setembro de 1850 veda a apropriação de terra devoluta. Aquisição de terra só seria legítima por compra ou concessão do Estado brasileiro”. O grileiro José Teodoro de Sousa, por sua vez, mesmo adquirindo a sua imensa área depois da promulgação dessa lei, conseguiu o direito sobre as glebas que grilou, o mesmo ocorrendo com os outros dois desbravadores⁴⁹.

Abreu (1972) observa que a cidade de Presidente Prudente nasceu como “boca do sertão”, em função da expansão cafeeira e da especulação de terras. O café valorizou e povoou as terras descobertas pelos mineiros. Assim, os especuladores promoveram a venda de pequenas propriedades rurais. O sistema de loteamento foi rendoso, levando os fazendeiros a lotear, também, parte de suas terras para financiar as plantações.

Em 1917, o Coronel Francisco de Paula Goulart, dono de um vasto latifúndio, a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, chegou ao local em que se erguia uma das

⁴⁹ Com base em Abreu (1972, p. 27), “entre 1880 e 1890, foram legitimados oito imóveis na posse de José Teodoro de Souza, cinco na de João da Silva Oliveira e um na de Francisco de Paula Moraes: a Fazenda Montalvão”.

estações da Estrada de Ferro Sorocabana, localizada em suas terras. Em 14 de setembro de 1917, o Coronel Goulart delimitou as terras de sua fazenda, a Pirapó-Santo Anastácio, para iniciar a comercialização dos lotes que, posteriormente, viriam a ser o núcleo urbano de Presidente Prudente.

O Coronel José Soares Marcondes, proprietário de uma empresa colonizadora, a “Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio”, “retalhou”, em lotes, uma imensa gleba, pertencente ao Dr. Amador Nogueira Cobra, iniciando-se em 1919 a venda de 4.700 alqueires da fazenda Montalvão para a formação da Vila Marcondes.

De um lado da Estrada de Ferro Sorocabana, à sua frente, surge a Vila Goulart, e do lado oposto ficava a Vila Marcondes. Ambas se localizavam próximas à estação ferroviária para facilitar a prestação de serviços e o abastecimento de gêneros diversos. A rivalidade entre as duas “Vilas” era grande no cenário político, pois tinham como objetivo a supremacia política.

A criação do Município de Presidente Prudente ocorreu por meio da lei nº 1.798 promulgada em 8 de novembro de 1921, sendo instalado em 27 de agosto de 1923⁵⁰, abrangendo cerca de 18.000⁵¹ Km², criando também o distrito de paz.

Até o início da década de 1970, o Município de Presidente Prudente foi marcado pelas fases econômicas (LEITE, 1972) ou ciclos econômicos (PAULINO, 2001) do pastoreio, do café, do amendoim, do algodão, da mamona etc., além de predominar uma alta porcentagem de pequenas propriedades rurais (MONBEIG, 1984).

A cultura do café foi a atividade econômica mais importante no início da ocupação (1920 até 1930/40), sendo que a produção era escoada por meio do transporte ferroviário até o porto de Santos, tendo como destino o mercado internacional.

Na década de 1940, a cultura do café⁵² foi substituída pela do algodão, porque, segundo Abreu (1972, p. 113), “as pequenas propriedades encontravam vantagens no algodão, menos capital, menos mão-de-obra e a produção é mais rápida que o café”. A cultura do algodão expandiu-se, pois não requeria a inversão de muitos capitais para seu cultivo, produzindo em alguns meses. A instalação de pequenos produtores de algodão trouxe

⁵⁰ De acordo com Abreu (2005), o Município de Presidente Prudente abrangia uma extensão que ia do Rio do Peixe, ao norte, ao Rio Paranapanema, ao sul. À leste, do Rio Laranja Doce, ao Rio Paraná a oeste, totalizando uma área de 18.000 Km². Atualmente Presidente Prudente está reduzido a 550 Km².

⁵¹ A diminuição da área territorial deveu-se aos sucessivos desmembramentos e a criação, entre 1922 e 1995, de 29 municípios. Para maiores informações, consultar Sposito (2002) e Santos (2005).

⁵² A cafeicultura predominou como principal atividade agrícola até o final da década de 1930. A queda da bolsa de Nova Iorque em 1929 acarretou uma brusca desvalorização do produto, limitando a exportação e estagnando a atividade no país.

vantagens ao fazendeiro, que vendeu pequenas parcelas de terras antes cultivadas com o café. Outro fator que contribuiu para a expansão da lavoura do algodão nesse período foi a instalação de firmas estrangeiras na região, como a Anderson Clayton & Co. S/A, com a finalidade de não apenas comercializar, mas, sobretudo, de processar a matéria-prima (ABREU, 1972).

Com a instalação, em Presidente Prudente, na década de 1950/60, de empresas como a Saad S/A e a Matarazzo, houve o aumento da demanda pela extração de óleo de amendoim, pois os maquinários ficavam ociosos nas entressafras do algodão. Assim, a cultura do amendoim também ganhou impulso no município.

O algodão e o amendoim necessitavam de um grande contingente de trabalhadores (temporários e, em menor número, permanentes). Nos períodos de plantio e colheita, a mão-de-obra era recrutada no núcleo urbano e nos municípios vizinhos (Pirapozinho, Álvares Machado etc). A queda da renda obtida com essas plantas oleaginosas, a grande competitividade com outras áreas produtoras no país e a queda das exportações foram alguns dos fatores que levaram ao declínio deste tipo de cultura no município.

Na década de 1950 houve uma produção significativa de frutas cítricas, tais como a laranja, o limão, a lima, a tangerina e a poncã. Essas frutas eram comercializadas nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. A boa fase destas culturas acabou no ano de 1957, devido ao cancro cítrico (bactéria *Xantomona citri*), levando à erradicação de 1.033.190 (mil) pés de frutas cítricas.

É importante mencionar que os pequenos proprietários rurais sempre cultivaram, paralelamente às lavouras destinadas à comercialização, outras culturas que visavam ao abastecimento da família, sendo comercializados esporadicamente apenas os excedentes. A produção era utilizada para abastecer a família e o excedente era comercializado, possibilitando aos produtores efetuar o pagamento parcelado da propriedade. Como lembra Araújo Filho (1989), entre as lavouras de café eram plantados diversos tipos de lavouras (arroz, feijão, milho e batata),⁵³ proporcionando lucros, pois a terra apresentava boa fertilidade. Entre os cafezais, os pequenos produtores rurais plantavam culturas intercalares, tais como o milho, o feijão e o arroz, entre outras.

A pecuária esteve presente no Município de Presidente Prudente desde o início do processo de ocupação. Entretanto, sua expansão ocorreu de maneira mais intensa com a decadência do café e após o declínio das oleaginosas. A partir dos anos 1950, com a

⁵³ Monbeig (1984) chama de *quatuor de base*, o arroz, o feijão, a mandioca e o milho, ou seja, o quarteto de cereais importantes para o autoconsumo.

crise na cultura do algodão devido à necessidade de mais áreas e a crise nas indústrias de beneficiamento do caroço, houve a expansão da pecuária de corte estimulada pela instalação de frigoríficos na região.

Foi somente a partir dos anos de 1970 que a paisagem rural passou a modificar-se intensamente, devido à estagnação das áreas de lavouras e à substituição gradativa pela pecuária mista (leite e corte).

Essas mudanças na utilização das terras ocorreram atreladas a 2 (dois) aspectos: 1) a crise na agricultura regional; 2) a especulação imobiliária, resultante da expansão urbana, sendo que muitas áreas antes cultivadas passaram a ser utilizadas como reserva de valor.

Segundo Paulino (1997), a pecuária ganhou expressividade no município após o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, sobretudo porque os pequenos produtores rurais, ao não conseguirem financiar os implementos e maquinários necessários para o cultivo das lavouras, passaram a dedicar-se à pecuária, especialmente a leiteira.

Nos anos 1980, evidencia-se uma estrutura produtiva diversificada, com ênfase na produção de mandioca e batata-doce, cultivadas principalmente por pequenos produtores rurais. Além de exigir um número menor de mão-de-obra para a manutenção, também não necessitam de grande utilização de insumos químicos.

Na década de 1990, iniciou-se a expansão da cana-de-açúcar no município em virtude da instalação de uma usina de açúcar em Floresta do Sul, Distrito de Presidente Prudente. Todavia, a crise no setor sucroalcooleiro, que ocorreu no final da década de 1990, ocasionou a diminuição da área cultivada com esse tipo de lavoura.

Atualmente, há uma produção diversificada no município, com forte tendência à produção de cana-de-açúcar, principalmente nos Distritos de Eneida e Floresta do Sul, devido à implantação de usinas na Região de Presidente Prudente. Além da cana-de-açúcar, são significativos os cultivos de verduras, feijão de inverno, batata-doce e manga.

A pecuária mista também é significativa no município, todavia, é caracterizada mais pelo seu caráter muito mais especulativo do que produtivo, tanto em relação ao uso da terra como pela atividade de criação de gado (HESPANHOL, 2000).

A diminuição das áreas de lavouras e a expansão das pastagens refletiram diretamente na dinâmica populacional do município, no fraco desempenho da economia regional e no declínio da população rural a partir do final dos anos 1960.

Na década de 1970 houve a disseminação de um discurso local impregnado da “ideologia desenvolvimentista”, enfatizando que o desenvolvimento econômico do

município de Presidente Prudente só poderia ocorrer por meio do processo de industrialização⁵⁴.

Com a retração das áreas de lavouras comerciais, o pessoal ocupado na agropecuária migrou para as cidades maiores da região, como Presidente Prudente, ou para outras regiões do Estado de São Paulo, principalmente os produtores que não possuíam a propriedade jurídica da terra, como parceiros, arrendatários e empregados.

Essa (re)organização no município ocasionou mudanças nas dimensões *econômicas* (novos tipos de cultivos agrícolas, o crescimento de outros setores da economia, como comércio, prestação de serviços etc.), *sociais* (maior demanda por equipamentos urbanos e infra-estrutura), *políticas e populacionais*.

2.2. As mudanças no perfil demográfico do Município de Presidente Prudente - SP.

A diminuição das áreas de lavouras e a expansão das pastagens ocasionaram mudanças na dinâmica populacional do Município de Presidente Prudente. Torna-se importante reiterar que o referido município nasceu vinculado ao interesse fundiário, ou seja, os coronéis Goulart e Marcondes almejavam a venda de propriedades rurais e lotes urbanos, pois a terra ganhava um novo caráter, o valor mercantil.

Uma das características na estrutura agrária do município que vai implicar diretamente no núcleo urbano é a inexistência de fazendas auto-suficientes. Muitas vezes a grande propriedade funcionava como reserva de valor, a qual se mostrava cada vez mais disseminada na região. “Nem sempre os latifúndios foram abertos para a produção, permanecendo a maioria deles intocados, a espera de valorização das terras para serem então loteados” (ABREU, 1972, p. 103).

Ao longo dos anos 1920 e 1930, houve a implantação no Município de Presidente Prudente de várias máquinas de beneficiamento, de fábricas de farinhas e de estabelecimentos manufatureiros, como serrarias, olarias, curtumes etc. Dentre as indústrias implantadas, estão: a Matarazzo; a Sanbra; a Anderson Clayton etc. (ABREU, 1972).

Assim, os proprietários das máquinas de beneficiamento de café, arroz, algodão e das fábricas de farinha de milho e mandioca exerciam atividade industrial paralela, pois compravam a matéria-prima dos produtores que, depois de beneficiada, era revendida

⁵⁴ A necessidade de instalação do Distrito Industrial perdurou por vários anos nos discursos eleitorais municipais. A sua inauguração ocorreu em 1985, mas até hoje não alcançou o objetivo delineado: atrair indústrias para o município e, com isso, promover o dinamismo e o desenvolvimento econômico local (SANTOS, 2005).

tanto aos agricultores como aos cidadãos. As primeiras máquinas beneficiadoras de cereais surgiram para complementar a agricultura, denotando a importância da mesma para a efetivação da base econômica local (ABREU, 1972).

O campo e a cidade mantinham intrínsecas relações estabelecidas por meio do comércio, da prestação de serviços e das máquinas de beneficiamento⁵⁵. Abreu (1972) relata que o relacionamento econômico permitia o relacionamento social. A população do campo buscava na cidade serviços diversos e a comercialização de sua produção agrícola. As práticas religiosas, as atividades políticas, comerciais e de serviços estreitavam a relação campo-cidade.

A população rural nos anos de 1940 superava a urbana, por causa da ascensão das lavouras oleaginosas (algodão, amendoim e mamona) e da fraca intensificação do processo de urbanização e industrialização vivenciado nas principais cidades brasileiras, em especial aquelas localizadas nas proximidades das capitais nacionais.

Na década de 1960 ocorre um movimento inverso, pois a população urbana é superior à rural, representando 75,4% do total. Isso revela que, a partir deste ano (1960), Presidente Prudente adquire um impulso maior como centro de serviços e de equipamentos urbanos.

Na tabela 01 pode-se constatar a dinâmica populacional do Município de Presidente Prudente entre 1940 e 2005, segundo os dados obtidos nos Censos Demográficos (1940 a 2000) e na Contagem Populacional de 1996 da Fundação IBGE, e da estimativa da Fundação SEADE (ano de 2005).

⁵⁵ Toda produção rural era vendida na cidade. O agricultor, na época da safra dos cereais e do café, vendia sua produção para as máquinas de beneficiamento ou para os armazéns do comércio atacadista e varejista. A mercadoria era transportada em carroças ou caminhões e posta no armazém do comprador por conta do produtor (ABREU, 1972, p. 159).

Tabela 01 - População total, urbana e rural do Município de Presidente Prudente, entre 1940 e 2005.

Ano	Total	Urbana	Rural
1940	70.246	12.367	57.879
1950*	59.341	26.790	32.551
1960	72.782	54.980	17.802
1970	107.334	94.084	13.250
1980	141.129	133.510	7.619
1991	165.420	160.168	5.252
1996**	177.193	172.274	4.919
2000	189.104	185.150	3.954
2005***	201.647	-	-

Fonte: Censos Demográficos 1940-1991, Contagem Populacional de 1996 e Sinopse do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

* Ocorreu a emancipação de 08 municípios, por isso a população total apresentou uma diminuição acentuada.

** Contagem Populacional de 1996

*** Estimativa projetada pela Fundação SEADE

< www.seade.gov.sp.br >

Pode-se observar, na tabela 01, o aumento da população total no período compreendido entre 1940 e 2005, tendo em vista que, em 1940, havia 70.246 habitantes, elevando-se, em 2000, para 189.104 habitantes e, segundo estimativa apresentada pela Fundação Seade, em 2005 o referido município abarcava uma população de 201.647 habitantes. Diante disso, a taxa de urbanização que em 1940 representava 46,8%, em 2005 elevou-se para 98,2%, segundo as projeções apresentadas pela Fundação Seade.

Nota-se que os dados revelam o crescimento da população urbana entre 1940 e 2000⁵⁶, sobretudo a partir do final da década de 1960, período em que as lavouras oleaginosas começaram a dar sinais de dificuldades, levando à diminuição acentuada do pessoal ocupado no campo e a sua saída em direção aos centros urbanos.

Em contrapartida, verifica-se que entre 1970 e 1991, a população urbana passou de 94.084 para 160.168 habitantes. Concomitantemente, os residentes no meio rural diminuíram de 13.250 para 5.252 habitantes. Tal processo, marcado pelo aumento da população urbana e pela diminuição da população rural, continuou nos anos posteriores. No ano de 2000, os dados revelam uma discrepância ainda mais acentuada, pois 185.150

⁵⁶ A Fundação SEADE disponibiliza os dados referentes à população total e não faz distinção entre a situação de domicílio, rural ou urbana.

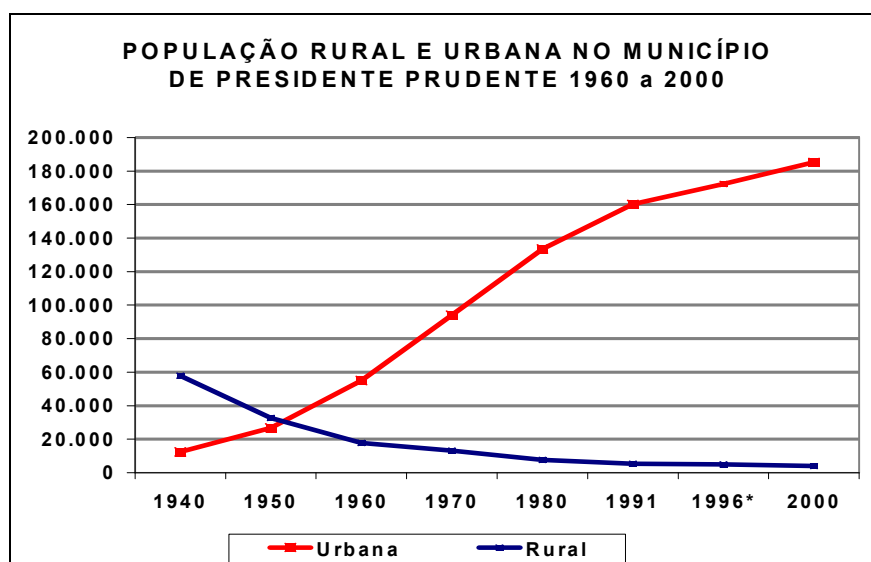
habitantes são residentes na área urbana e 3.954 residem no meio rural do Município de Presidente Prudente.

Segundo Hespanhol (2000, p. 126), o crescimento urbano de Presidente Prudente se deve a dois aspectos: 1) a concentração de serviços e equipamentos no núcleo urbano; 2) o grande decréscimo populacional das cidades pequenas da região, em decorrência da estagnação das lavouras e da expansão das pastagens, provocando a perda do dinamismo econômico.

Paulino (1997), por sua vez, esclarece que as transformações na base técnica da agricultura (mecanização, maquinização etc.) atuaram diretamente na concentração urbana em Presidente Prudente e na diminuição do pessoal ocupado no meio rural. Além da mudança na base técnica da agricultura, a referida autora acrescenta a atração urbana dos produtores rurais, a decadência das lavouras comerciais (café, algodão, amendoim), a expansão das pastagens, o desenvolvimento da pecuária mista (corte e leite) e a aprovação dos direitos trabalhistas ao trabalhador do campo.

O gráfico 01 expressa a dinâmica demográfica da população rural e urbana entre 1940 e 2000. A representação gráfica permite se ter uma noção clara da diferença entre a população residente na cidade e no campo

Gráfico 01



Fonte: Censos Demográficos 1940-1991, Contagem Populacional de 1996 e Sinopse do Censo Demográfico de 2000.

O crescimento territorial da malha urbana e a expansão do limite do perímetro urbano ocorreram em decorrência da migração rural-urbana no Município de Presidente Prudente.

Santos (2005) pontua alguns aspectos que afetam o dinamismo da MRG de Presidente Prudente, os quais são importantes para compreender até que ponto estes fatores podem estar relacionados ao crescimento das atividades não-agrícolas e à pluriatividade nos bairros rurais localizados no Município de Presidente Prudente:

1. Falta de recursos exógenos e escassez da alocação de recursos para investimentos em infra-estrutura;
2. Falta de representação política no âmbito do governo estadual;
3. Distância geográfica dos grandes centros consumidores e a péssima condição das estradas estaduais;
4. Efeitos dos incentivos fiscais aplicados nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul (Estados limítrofes);
5. Falta de organização social e articulação entre os diferentes setores da sociedade.

Não está no escopo deste trabalho analisar o capital social e tampouco as dimensões políticas e econômicas no referido município. Pretende-se reunir informações importantes sobre o contexto histórico e o período atual para traçar um panorama mais qualitativo das transformações (econômicas, políticas e sociais) no município, que afetaram os produtores rurais residentes nos bairros rurais pesquisados.

Para averiguar as mudanças na estrutura produtiva e fundiária do Município de Presidente Prudente, tecer-se-á considerações, a seguir, sobre a estrutura fundiária, a utilização das terras, as principais lavouras temporárias e permanentes, o pessoal ocupado e a condição do produtor. A estrutura produtiva e fundiária constitui-se em um dos aspectos indispensáveis ao trabalho, porque as mudanças na estrutura e na organização dos espaços rurais refletem a busca de estratégias de reprodução social, como a diversificação das fontes de renda, a migração pendular dos membros da família, as práticas pluriativas e a busca por atividades fora da agricultura.

2.3 Estrutura Fundiária do Município de Presidente Prudente

Na seção anterior, contextualizou-se a história do Município de Presidente Prudente, cuja base econômica até meados de 1970 pautava-se, predominantemente, nas fases econômicas (café, algodão, amendoim etc.). A partir desse período, constata-se a retração das áreas de lavouras e a expansão das pastagens. As mudanças envolveram uma série de transformações (social, política e econômica), tanto no campo como no núcleo urbano.

O campo e a cidade não são dois pólos opostos e tampouco isolados, um complementa o outro, ambos são interdependentes (BAGLI, 2003). Desse modo, as mudanças ocorridas no campo afetaram diretamente a dinamicidade do município, além do agravamento de questões sociais urbanas, como por exemplo, o surgimento de bairros periféricos sem a mínima infra-estrutura necessária - postos de saúde, transporte coletivo, pavimentação das ruas etc.

Muller (1951), ao retratar os sítios no Estado de São Paulo em 1945, constatou que a divisão da terra no Município de Presidente Prudente não ultrapassava 30 alqueires, pois os proprietários rurais desejavam o fracionamento e a venda de parte de suas propriedades.

Nos final dos anos de 1970, constata-se, por um lado, um período de estagnação na lavoura e, por outro, o crescimento territorial urbano de Presidente Prudente. Nesse período, houve a disseminação do discurso desenvolvimentista do poder local, privilegiando o setor industrial como sendo o único indutor do desenvolvimento econômico.

Contudo, o município não atingiu o desenvolvimento industrial tão almejado pelas lideranças locais, tampouco houve a modernização da estrutura agrícola de maneira expressiva e representativa como ocorrido em outras áreas do Estado de São Paulo.

A análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6 constitui uma das etapas metodológicas necessárias para se averiguar as mudanças estruturais e conjunturais no Município de Presidente Prudente. A sistematização dos dados levantados suscitou vários questionamentos e reflexões sobre a estrutura fundiária e produtiva do município. As mudanças locais não decorreram apenas de elementos endógenos, como também de influências exógenas. Houve uma relação imbricada de diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional.

Na tentativa de se verificar quais as mudanças na estrutura fundiária ocorridas nos últimos anos foram realizados e sistematizados os dados referentes ao número de estabelecimentos e à área ocupada segundo os grupos de área. Além dessa variável, escolheu-se para a análise os seguintes aspectos: a utilização das terras, o comportamento das

lavouras temporárias e permanentes, a condição do produtor e o pessoal ocupado (segundo o sexo). Tais elementos permitem dar um salto qualitativo no trabalho sobre a estrutura fundiária e produtiva do Município de Presidente Prudente durante os últimos 30 anos.

É preciso destacar que os dados mais recentes do Censo Agropecuário referem-se aos anos de 1995 e 1996, ou seja, já estão defasados em cerca de 10 (dez) anos. Nesse período, muitas coisas mudaram, mas outras permaneceram. Um dos aspectos que permanece é a estrutura fundiária marcada pela relação desigual entre os pequenos e os grandes estabelecimentos rurais.

2.3.1 Número de estabelecimentos e área ocupada segundo os grupos de área

Conforme mencionado no início do trabalho, o rural é heterogêneo, complexo, dinâmico e contraditório. Estas características compõem nos dados secundários coletados, sistematizados e analisados por meio dos Censos Agropecuários.

O recorte temporal adotado para a sistematização dos dados de fonte secundária compreende de 1970 a 1996, porque as transformações mais expressivas em Presidente Prudente ocorreram justamente após 1970, em virtude da significativa expansão territorial urbana e da retração das áreas destinadas às lavouras. Nesse período, houve a consolidação do modelo produtivista no cenário nacional, oriundo do processo de modernização agrícola, criando uma competitividade mais acirrada entre as áreas mecanizadas e produtoras de culturas de exportação.

Essas mudanças na escala local devem-se tanto aos fatores do próprio âmbito local, devido à imposição de um discurso desenvolvimentista com interesses voltados estritamente à industrialização, como aos fatores exógenos, como por exemplo o regime ditatorial, subsidiado na incorporação e no interesse do capital internacional.

Na tabela 02, comparecem os dados referentes ao número de estabelecimentos segundo os grupos de área. Na tabela 03 estão organizados os dados sobre a área ocupada (hectares) pelos estabelecimentos segundo os grupos de área, entre 1970 e 1996, no Município de Presidente Prudente.

Tabela 02 - Número de estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área no Município de Presidente Prudente entre 1970 e 1996.

Anos		< 1 e 10 há	De 10 e 20 ha	De 20 e 50 ha	De 50 e 100 ha	De 100 e 500 ha	De 500 e 1000 ha	Acima de 1000 ha	Total
1970	N	986	450	317	72	42	2	3	1872
	%	52,7	24,0	16,9	3,8	2,2	0,1	0,2	100,0
1975	N	454	286	241	109	64	5	6	1165
	%	39,0	24,5	20,7	9,4	5,5	0,4	0,5	100,0
1980	N	257	251	254	112	62	6	5	947
	%	27,1	26,5	26,8	11,8	6,5	0,6	0,5	100,0
1985	N	302	246	281	123	61	5	5	1023
	%	29,5	24,0	27,5	12,0	6,0	0,5	0,5	100,0
1995/6	N	267	227	274	109	76	4	5	962
	%	27,8	23,6	28,5	11,3	7,9	0,4	0,5	100,0

Fonte: FIGBE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Tabela 03 - Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área no Município de Presidente Prudente entre 1970 e 1996.

Anos		< 1 e 10 ha	De 10 e 20 ha	De 20 e 50 ha	De 50 e 100 ha	De 100 e 500 ha	De 500 e 1000 ha	Acima de 1000 ha	Total
1970	Área	5534	6343	9562	4898	7671	1302	6941	42251
	%	13,1	15,0	22,6	11,6	18,2	3,0	16,4	100
1975	Área	2594	4141	7493	7768	12020	2914	12218	49148
	%	5,3	8,4	15,2	15,8	24,5	5,9	24,9	100
1980	Área	1638	3633	8184	7934	11608	3887	11906	48790
	%	3,4	7,4	16,8	16,3	23,8	8,0	24,4	100
1985	Área	1785	3522	9057	8499	11440	3166	11009	48480
	%	3,7	7,3	18,7	17,5	23,6	6,5	22,7	100
1995/6	Área	1303	3068	8028	7187	12305	2647	7192	41730
	%	3,1	7,4	19,2	17,2	29,5	6,3	17,2	100

Fonte: FIGBE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Com base nas tabelas 02 e 03, torna-se possível traçar uma análise quantitativa da dinâmica fundiária do referido município entre 1970 e 1996. Inicialmente, é preciso fazer a ressalva de que tanto os estabelecimentos com menos de 1 a 10 hectares, como os estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares, foram agrupados para facilitar a análise.

Entre 1970 e 1996, o número total de estabelecimentos agropecuários diminuiu de 1872 para 962. No caso da área ocupada pelos estabelecimentos, houve um aumento na área total entre 1970 e 1980 e uma diminuição acentuada entre 1985 e 1996.

A importância e o peso dos pequenos estabelecimentos em termos relativos comparecem com grande expressividade no ano de 1970, pois os estabelecimentos agropecuários com áreas entre < 1 e 10 hectares somavam 986 (52,7%) do total. Em posição secundária, comparecem os estabelecimentos com área entre 10 e 20 hectares, com uma participação de 24% do total (ou em termos absolutos, 450). Os grupos de área entre 20 e 50 hectares alcançavam 16,9% (317 estabelecimentos), seguidos pelos estabelecimentos de 50 e 100 hectares, com 3,8% (72 unidades). A participação dos estabelecimentos com áreas entre 100 e 500 hectares, de 500 e 1.000 hectares e acima de 1.000 hectares obtiveram uma participação, respectivamente, de 2,2 % (em valores absolutos registrou-se 42 estabelecimentos), 0,2% (3 estabelecimentos) e 0,1% (2 estabelecimentos) do total de número do estabelecimentos agropecuários existentes no ano de 1970.

Assim, no mesmo período, verificou-se que o estrato de área com < 1 e 10 hectares representava 52,7% e ocupava 13,1% do total de área (hectares). No outro extremo, 0,2% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares abarcavam 16,5% da área total. Não há dúvida de que o processo de concentração fundiária no Município de Presidente Prudente não é algo recente, tampouco é advindo das crises política e econômica do período atual. A questão se arrasta desde o período de ocupação, haja vista que o sistema implantado era baseado no modelo bissetorial (pequenos e grandes estabelecimentos rurais).

O grupo de área entre 10 e 50 hectares respondeu, em 1970, por 37,6% da área total. No caso dos estabelecimentos situados nos estratos de 50 e 100 hectares e de 100 e 1000 hectares, a área ocupada abarcou, respectivamente, 11,6% e 21,28% do total da área. Os estratos de área acima de 1.000 hectares registravam 0,3 % em relação ao número de estabelecimentos e abarcavam uma área de 19,58 %.

É possível verificar que os estabelecimentos com área até 50 hectares representavam, em termos quantitativos, 93,7% do número total de estabelecimentos, mas abarcavam 50,7% das terras no ano de 1970.

Em 1975, o número de estabelecimentos de < 1 e 10 hectares apresentou uma acentuada diminuição, ou seja, de 52,7% (1970) diminuiu para 39,0% do total (454 estabelecimentos).

Houve, também, a redução do número total de estabelecimentos agropecuários existentes no município, passando de 1872 (1970) para 1165 estabelecimentos

(1975). Essa queda expressiva no número total de estabelecimentos agropecuários está intrinsecamente relacionada à diminuição acentuada dos estabelecimentos entre < de 1 e 50 hectares, como mostra os dados expressos na tabela 03.

A diminuição entre 1970 e 1996 de 772 estabelecimentos com área entre < 1 e 50 hectares está atrelada à expulsão de produtores não proprietários (arrendatários e parceiros), devido aos seguintes aspectos: os grandes estabelecimentos substituíram as áreas de lavouras pela pastagem, retomando as áreas arrendadas; a falta de recurso dos pequenos proprietários para investir em maquinários; e a falta de políticas destinadas a este grupo, privilegiando os grandes produtores rurais.

O aumento da área total está relacionado à expansão dos grupos de área entre 50 e 100 hectares, que ampliaram de 11,6% para 15,8% do total da área, ou seja, em termos absolutos, representou um aumento de 4.349 hectares em 1975.

No estrato entre 100 e 500 hectares, a participação em termos do número de estabelecimentos representou 5,5% (64 estabelecimentos). Em seguida, comparece o estrato de acima de 1.000 hectares, com 0,5% (5 estabelecimentos). Enquanto os estabelecimentos com até 500 hectares ocupam 24,5% (12020 hectares), os estratos até 1.000 hectares representam 5,9% (2914 hectares) da área total.

A concentração fundiária está atrelada à lógica da produção capitalista, que é ao mesmo tempo combinada e contraditória. O capital necessita de dominantes e dominados, da pequena e da grande propriedade, das relações de trabalho capitalistas e das relações de trabalho com base familiar (não-remunerada).

A década de 1980, conhecida como “década perdida”, é marcada pelas sucessivas crises econômicas e políticas no cenário nacional. Os dados apresentados na tabela 04 registram essas mudanças. O Município de Presidente Prudente não ficou imune a eventos de ordem nacional, havendo a estagnação da economia local, em virtude da perda de agroindústrias processadoras de alimentos e da pouca expressividade na incorporação de tecnologia na agricultura, entre outras.

As tabelas 02 e 03 ratificam as mudanças fundiárias e, conseqüentemente, a concentração fundiária. Entre 1980 e 1985, houve uma redução tanto no número total de estabelecimentos como na área total ocupada por eles. Observa-se que, entre 1980 e 1985, ocorre um pequeno aumento no número de estabelecimentos com área até 10 hectares, tanto em termos absolutos como em relativos. Passa-se de 257 (27,1%) para 302 estabelecimentos (29,5%), enquanto a área se amplia de 1.638 hectares (3,4%) para 1785 hectares (3,7%) em 1985.

No estrato de área entre 10 e 50 hectares, os valores absolutos registram um aumento de 21 estabelecimentos entre 1980 e 1985, ocupando uma área de 11.096 hectares, ou melhor, 26,6% da área total.

Um ponto interessante refere-se ao movimento cíclico dos estabelecimentos com área entre 50 e 100 hectares. Isso decorre da representatividade que os estabelecimentos desse estrato de área foram adquirindo ao longo da década de 1980, passando de 112 (1980) para 123 estabelecimentos em 1985, em termos relativos, representavam 11,8% (1980) e 12,0% (1985). A área ocupada por esses estabelecimentos representava, em termos absolutos, 8499 hectares em 1985, com uma participação percentual de 17,5% do total de área. Ou seja, entre 1980 e 1985, houve uma variação positiva.

Observou-se que os estratos de área entre 100 e 500 hectares e aqueles com área entre 500 e 1.000 hectares permaneceram com variações pouco expressivas, ou seja, enquanto o primeiro estrato indicado variou de 62 (1980) para 61 (1985) em número de estabelecimentos, o segundo estrato passou de 6 (1980) para 5 (1985) estabelecimentos.

O número de estabelecimentos com área acima de 1000 hectares permaneceu inalterado, mas a área ocupada apresentou uma tímida diminuição entre 1980 e 1985. No que diz respeito à área, as variações na década de 1980 estiveram sem grandes disparidades. Assim, o grupo de área entre 100 e 500 passou de 11.608 para 11.440 hectares, permanecendo com uma participação relativa de 23,8% do total da área ocupada. Os estabelecimentos com área entre 500 e 1.000 hectares tiveram, em valores absolutos, uma redução na área ocupada (de 3887 para 3166 hectares entre 1980 e 1985), sendo o número de estabelecimentos reduzido de 6 para 5 unidades em 1985.

O grupo de área acima de 1.000 hectares não apresentou mudanças no número de estabelecimentos, tendo permanecido com 5. Tal fato também se verifica na área ocupada, com 11.906 hectares (24,2%) em 1980, decrescendo no ano de 1985 para 11.007 da área total (22,7%).

A análise dos dados de 1996 demonstra a diminuição no número total de estabelecimentos agropecuários, permanecendo 962 unidades. Além disso, a área total sofreu uma abrupta redução, passando de 48.480 (1985) para 41.730 hectares.

Verifica-se, nas tabelas 02 e 03, que a disparidade entre o número de estabelecimentos e área ocupada por eles é acentuada. Os estabelecimentos com até 20 hectares representavam, em 1996, 51,4 % (494 estabelecimentos), mas a área ocupada representava apenas 10,5% (4.371 hectares). Há, portanto, uma participação expressiva nesse grupo de área (<1 e 20 hectares) no número de estabelecimentos. Porém, em termos de área

ocupada, há uma desproporcionalidade gritante entre a área ocupada pelos estabelecimentos de até 20 hectares e aqueles com área entre 500 e 1000 e acima de 1000 hectares.

Os estabelecimentos de 20 e 50 hectares, que em 1970 registravam 317 unidades (17,0% em relação ao total), passaram para 274 unidades em 1996, com uma participação relativa de 28,5% do total. Ocorreu, portanto, uma diminuição em termos absolutos e o aumento em valores relativos.

Os estabelecimentos com área de 50 e 100 hectares registraram uma queda em relação ao ano de 1985, pois passaram de 123 (12,0%) para 109 unidades (11,3%) em 1996. Tal diminuição também ocorreu na área ocupada, que passou de 8.499 hectares em 1985 para 7.187 hectares no ano de 1996.

No estrato de área de 100 e 500 hectares, a participação em número de estabelecimentos passou de 61 (1985) para 76 unidades em 1996. O mesmo ocorreu com a área ocupada, que se ampliou de 11.440 hectares (23,8%) em 1985 para 12.305 hectares (29,5%) em 1996.

Entre os estabelecimentos de 500 e 1000 hectares e acima de 1000 hectares, a participação foi, respectivamente, de 4 e 5 estabelecimentos. Nesse mesmo ano (1996), houve a redução na área ocupada, registrando no grupo de 500 e 1.000 hectares uma diminuição de 3.166 hectares (6,5%) em 1985 para 2.647 hectares (6,3%) no ano de 1996. O mesmo movimento ocorreu com os estabelecimentos acima de 1.000 hectares, ou seja, a área reduziu-se de 11.009 hectares (22,7%) no ano de 1985 para 7.192 hectares (17,2%) em 1996.

Verifica-se que o número total de estabelecimentos, entre 1970 e 1996, apresentou decréscimo. Todavia, o mesmo não ocorreu com a área, ou seja, houve um aumento na participação relativa dos estabelecimentos entre 50 e 500 hectares. Nesse período, ocorreu a diminuição de pequenas propriedades de até 50 hectares e as propriedades com área superior a 500 hectares não apresentaram mudanças significativas.

Essas informações quantitativas evidenciam a concentração fundiária no Município de Presidente Prudente no decorrer de 1970 e 1996, ficando ainda indagações sobre a situação atual, tendo em vista que o último Censo Agropecuário do IBGE foi realizado em 1996.

É importante destacar a importância das pequenas unidades produtivas no Município de Presidente Prudente, mesmo com a concentração fundiária acentuada. É válido mencionar que os pequenos estabelecimentos rurais são importantes não apenas como unidades produtivas agrícolas, mas também por outras funções exercidas, tais como moradia, relacionadas às atividades não-agrícolas, ao lazer e nichos de mercado etc.

As mudanças ocorridas na estrutura fundiária do município estão atreladas à utilização das terras e às relações de trabalho. No tocante à utilização das terras, buscar-se-á analisar as mudanças na estrutura produtiva, apontando as culturas que se sobressaíram nas últimas décadas, bem como averiguar a expansão da pecuária extensiva e suas implicações nas relações de trabalho no campo.

2.3.2 Utilização das terras no Município de Presidente Prudente

No período atual não se pode caracterizar o Município de Presidente Prudente como especializado em apenas uma determinada cultura, sobretudo por causa do desenvolvimento da horticultura, da cana-de-açúcar, da batata-doce, do feijão, da fruticultura (manga, pêra, melão e melancia). No entanto, há o predomínio da pecuária mista (leite e corte).

Com base nos dados disponibilizados pelos Censos Agropecuários de 1970 a 1995/6 sobre a utilização das terras no Município de Presidente Prudente, é possível averiguar, por meio da tabela 04, a expansão das pastagens e a diminuição das áreas destinadas às lavouras.

Tabela 04 - Utilização das terras no Município de Presidente Prudente entre 1970 e 1996.

Anos	Utilização das terras														Sem declaração	
	Lavouras						Pastagens				Matas e florestas				Área	%
	Lavoura Permanente		Lavoura Temporária		Pastagens Naturais		Pastagens Plantadas		Matas e Florestas Naturais		Matas e Florestas Plantadas					
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%		
1970	41939	1,6	14198	33,9	1499	3,6	22525	53,7	420	1,0	235	0,6	2411	5,7		
1975	47.644	2,4	8987	18,9	2893	6,1	33113	69,5	453	1,0	247	0,5	828	1,7		
1980	46.295	2,8	7146	15,4	4538	9,8	30375	65,6	495	1,1	812	1,8	1643	3,5		
1985	46125	2,0	7319	15,9	4400	9,5	32300	70,0	630	1,4	423	0,9	114	0,2		
1995/6	39948	1,5	3057	7,7	2972	7,4	32397	81,1	818	2,0	75	0,2	36	0,1		

Fonte: FIGBE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

A tabela 04 permite constatar as alterações quantitativas ocorridas em relação às lavouras (permanentes e temporárias) e ao crescimento das áreas destinadas às pastagens (naturais e plantadas).

Em 1970, as lavouras permanentes ocupavam uma área de 14.848 hectares, enquanto que no ano de 1996 a área ocupada foi de apenas 3.650 hectares. Esta redução acentuada decorre da retração das áreas cultivadas com lavouras oleaginosas (algodão, amendoim, mamona), saída de indústrias processadoras de matéria-prima, falta de incentivos por parte do poder local e estadual etc.

Diferentemente das áreas destinadas ao cultivo de lavouras, às pastagens (natural e plantada) ocupam uma posição predominante no município por causa da pecuária extensiva e do caráter misto (leite e corte). As áreas destinadas às pastagens naturais apresentaram um crescimento significativo entre 1970 e 1980, ampliando-se de 1.499 hectares (3,6% do total) para 4.538 hectares em 1980, representando em termos relativos 9,8% do total. Em 1985, as pastagens naturais reduziram-se para 4.400 hectares (9,5%), e prosseguiram diminuindo, chegando a 2.972 hectares (1995/6), com uma participação relativa de 7,4% do total.

Entre 1970 e 1975 verifica-se um crescimento significativo da área ocupada com pastagens plantadas, em virtude da retração das áreas de cultivo com lavouras (temporárias e permanentes), da expansão da pecuária extensiva e da implantação de frigoríficos na região (incentivaram a engorda de gado bovino).

Se em 1975 a área ocupada pela pastagem plantada alcançou 33.113 hectares (69,5%), no ano de 1980 a área reduziu-se para 30.375 hectares (65,6%). Nos anos seguintes, as pastagens plantadas obtiveram uma expressiva expansão, abarcando em 1995/6 um total de 32.397 hectares, representando 81,1% do total das terras do município.

As matas e florestas plantadas e naturais têm uma participação pequena se comparadas às áreas ocupadas pelas lavouras e pelas pastagens, haja vista que os valores percentuais variaram entre 1970 e 1995/6. A tabela 04 mostra que as matas e florestas, entre os anos de 1970 e 1980, não tiveram variações percentuais (1,0%), mas, em valores absolutos, houve um aumento de 420 hectares (1970) para 495 hectares (1980), alcançando 818 hectares (2,0%) em 1995/6. Com relação às matas e florestas plantadas, evidenciam-se variações entre 1970 e 1995/6. Entre 1970 e 1975, ocorreu um aumento da área de 235 para 247 hectares. No ano de 1980, a área era de 812 hectares e a participação relativa chegou a 1,8%. Entre 1985 e 1995/6, as matas e florestas plantadas apresentaram uma redução acentuada de suas áreas, reduzindo-se de 423 hectares em 1985 para 75 em 1996.

Para visualizar de maneira satisfatória o comportamento das lavouras temporárias e permanentes entre 1970 e 1996, apresentar-se-á as tabelas 05 e 06, com o fito de demonstrar a área ocupada e a quantidade produzida das principais lavouras. Os produtos selecionados neste trabalho foram escolhidos pelas suas participações efetiva e expressiva na economia local.

Tabela 05 - Principais lavouras temporárias cultivadas no Município de Presidente Prudente, entre 1970 a 1996.

Produto	1970		1975		1980		1985		1995/6	
	Produção (ton)	Área (hec)	Produção (ton)	Área (hec)	Produção (ton)	Área (hec)	Produção (ton)	Área (hec)	Produção (ton)	Área (hec)
Algodão herbáceos	2052	2124	1193	1254	784	690	4479	2800	235	212
Amendoim	18716	18720	5078	5482	4050	3124	1870	1241	64	38
Arroz	101	100	360	328	178	169	156	110	7	5
Batata inglesa	94	20	568	92	854	38	-	-	60	7
Batata doce	49	-	214	-	238	-	813	99	7200	300
Cana-de-açúcar	9	1	110	5	5357	112	4830	65	31029	459
Feijão	40	102	96	201	255	659	315	764	231	137
Mandioca	23	5	142	-	406	31	277	41	279	37
Milho	2598	2258	2546	2181	2485	1751	2409	1662	1773	843
Tomate	75	-	497	72	3145	142	1901	69	53	2,5

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6

Tabela 06 - Principais lavouras permanentes cultivadas no Município de Presidente Prudente, entre 1970 a 1996.

Produto	1970		1975		1980		1985		1995/6	
	Produção (ton)	Área (hec)	Produção (ton)	Área (hec)	Produção (ton)	Área (hec)	Produção (ton)	Área (hec)	Produção (ton)	Área (hec)
Banana *	17	37	17	27	13	15	6	9	14	17
Café **	159	383	590	521	665	706	587	459	72	78
Manga ***	52	-	362	-	409	-	977	22	836	82
Uva de mesa	157	108	121	60	100	41	53	14	19	13

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6

* Produção (mil cachos) ** Produção (toneladas) *** Produção (mil frutos)

Através da tabela 05 é possível constatar que as lavouras temporárias cultivadas apresentaram redução significativa entre 1970 a 1995/6, entre elas o amendoim, a batata inglesa, o milho, o arroz, o algodão e o tomate. A cana-de-açúcar foi a lavoura temporária que mais cresceu em produção (toneladas) e em área cultivada (hectares), por causa da implantação de usinas sucroalcooleiras na MRG de Presidente Prudente e no próprio município de Presidente Prudente.

Dentre as principais lavouras permanentes cultivadas mencionadas na tabela 06, apenas a manga teve uma participação positiva quanto à produção e à área cultivada, ou seja, numa área de 82 hectares, o volume produzido alcançou 836 mil frutos em 1995/6 (como pode ser constatada na tabela 06). Situação oposta ocorreu com o café em coco, com a banana e com a uva (tipo mesa). Os três produtos apresentaram uma acentuada diminuição no decorrer de 1970 e 1995/6. No caso do café em coco, no interregno de tempo mencionado, a área reduziu-se de 383 hectares (1970) para 78 hectares (1995/6), e a produção de 159 toneladas em 1970 retraiu para 72 toneladas em 1995/6.

Como se observa na tabela 06, a banana teve sua área cultivada reduzida de 37 hectares em 1970 para 17 hectares em 1995/6. Em 1970, a produção foi de 17 mil cachos, e a pior produção ocorreu em 1985, com 6 mil cachos, recuperando-se no ano de 1995/6, cuja produção chegou a 14 mil cachos.

No caso da uva, houve a redução da área cultivada e do volume produzido. Em 1970, a área cultivada era de 108 hectares, diminuindo em 1995/6 para 13 hectares. A produção reduziu-se de 157 toneladas em 1970 para 29 toneladas em 1995/6. É necessário frisar que os cultivos da uva e da banana eram realizados, predominantemente, nas pequenas propriedades com mão-de-obra familiar, de modo que a redução significativa nas áreas destinadas a essas lavouras teve reflexos diretos no número de empregos gerados no campo.

Diferentemente das lavouras permanentes, que entre 1970 e 1980 apresentaram uma ampliação na área, as lavouras temporárias reduziam-se de 14.198 hectares em 1970 para 7.146 hectares em 1980. A partir da sistematização dos dados, foi possível notar uma estreita relação dos principais produtos das lavouras temporárias com as culturas intercalares (autoconsumo), como o arroz, feijão, mandioca, milho e a batata.

Em relação à área cultivada com lavouras temporárias, houve uma redução de 14.198 hectares em 1970 para 3.057 hectares em 1995/6. Dentre os produtos que apresentaram redução significativa da área cultivada, é importante mencionar, em ordem decrescente, o algodão herbáceo, o amendoim em casca, o arroz em casca, a batata inglesa, o milho e o tomate. Por outro lado, a cana-de-açúcar, a batata doce, a mandioca e o feijão

tiveram uma ampliação na área cultivada entre 1970 e 1995/6, em especial no caso das duas primeiras lavouras temporárias mencionadas.

O algodão e o amendoim, que até a década de 1960 representavam as principais lavouras e a base econômica do município, após os anos de 1970, tiveram redução das áreas cultivadas. No caso do algodão, a redução foi de 2.124 hectares (1970) para 212 hectares (1995/6). A redução da área cultivada com a cultura do amendoim foi ainda mais acentuada, diminuindo de 18.270 hectares em 1970 para 38 hectares em 1995/6. A produção do amendoim, que no ano de 1970 registrou 18.716 toneladas, decresceu para 64 toneladas em 1995/6. O decréscimo na área cultivada e na produção do algodão e do amendoim ocorreu devido ao fechamento de várias indústrias processadoras no Município de Presidente Prudente. Enquanto as indústrias estiveram presentes no município, o cultivo dessas lavouras foi incentivado, quando as indústrias foram deslocadas ou fechadas, a produção entrou em declínio. Outro fator que contribuiu para a redução das culturas oleaginosas foi a implantação no país de indústrias de óleo de soja e a ampliação do mercado consumidor interno do produto.

Em 1985, as lavouras temporárias tiveram uma tímida ampliação na área, ou seja, passaram de 7.146 hectares em 1980 para 7.319 (1985). Esta retomada no crescimento das áreas destinadas às lavouras temporárias se deve à ampliação das áreas cultivadas com o algodão herbáceo, com a batata-doce e com o feijão. Entretanto, em 1995/6 houve uma sensível retração na área cultivada com lavouras temporárias, que passaram de 7.315 hectares (1985) para 3.057 hectares. Todavia, algumas lavouras tiveram ampliação no volume produzido, como a cana-de-açúcar e a batata-doce.

Ao analisar as variações das áreas sem declaração, verificou-se que a participação variou de ano para ano. Por exemplo, em 1970, 2.411 hectares estavam em descanso, diminuindo em 1975 para 828 hectares. Em 1980, essa área ampliou-se novamente, representando 1.642 hectares, cuja participação em termos relativos chegou a 3,5% do total. Nos anos de 1985 e 1995/6, as áreas sem declaração representavam, respectivamente, 0,3% (114 hectares) e 0,1% (36 hectares) do total.

Foram analisadas as variações das lavouras (temporárias e permanentes), matas e florestas (plantadas e naturais), pastagens (naturais e plantadas) e as terras produtivas não utilizadas entre 1970 e 1995/6. Evidenciou-se, com isso, a retração das áreas destinadas às lavouras e a expansão das áreas ocupadas pelas pastagens. Essas mudanças na utilização das terras no Município de Presidente Prudente terão implicações sobre a condição de produtor dos estabelecimentos agropecuário e do pessoal ocupado.

2.3.3. Condição de Produtor no Município de Presidente Prudente

Fazendo uma correlação entre a análise referente aos grupos de área, a utilização das terras e as principais lavouras cultivadas no referido município, é possível levantar a seguinte constatação: o espaço rural do Município de Presidente Prudente é marcado por uma concentração fundiária, e a produção agrícola, embora tenha apresentado um declínio nos últimos anos, ainda é uma das bases de sustentação, ainda que pequena, da economia local.

De acordo com Paulino (2001, p. 62), a estagnação das lavouras e a expansão das pastagens indicam uma intrínseca relação entre “uso da terra e densidade ocupacional”, visto que se ampliou a área ocupada pela pastagem e diminuiu os postos de trabalho. Além disso, os arrendatários e parceiros, enfim, os pequenos produtores foram alijados do acesso à terra, para fazer prevalecer o interesse dos grandes detentores de terra.

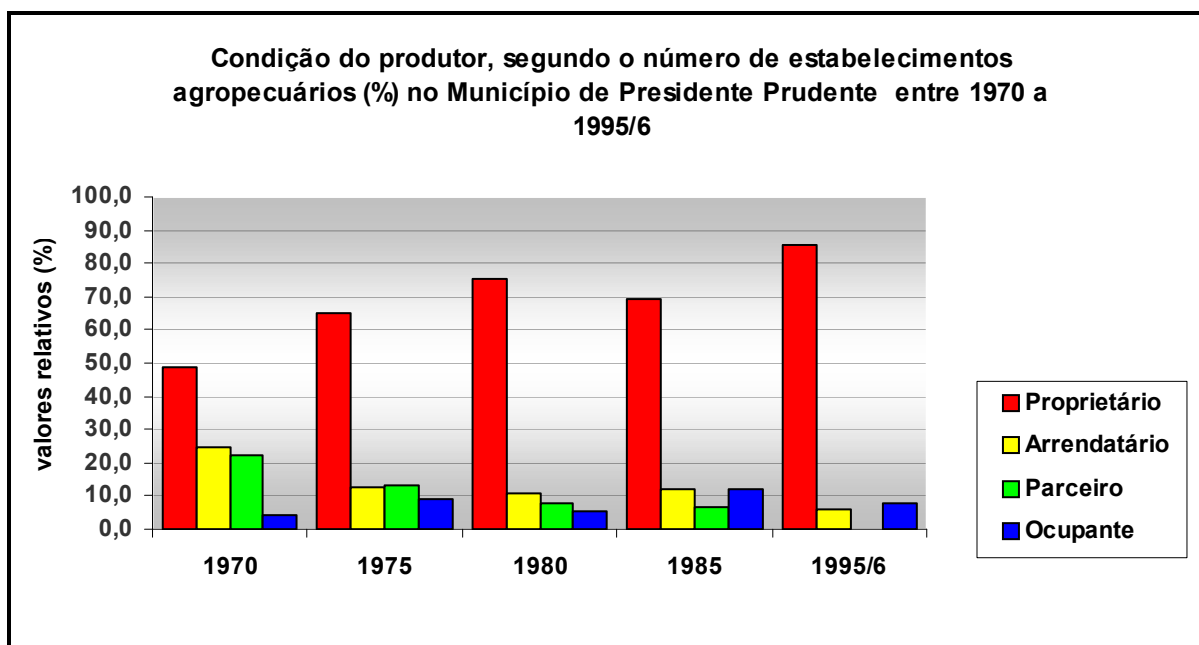
A seguir, comparece a tabela 07 e o gráfico 02 contendo dados sobre a condição do produtor no Município de Presidente Prudente entre 1970 e 1996, em relação ao número de estabelecimentos e de sua área ocupada.

Tabela 07 - Condição do produtor, segundo o número de estabelecimentos e área ocupada (hectares) no Município de Presidente Prudente/SP entre 1970 a 1996.

Anos		Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Total	
		N.	Área (ha)	N.	Área (ha)	N.	Área (ha)	N.	Área (ha)	N.	Área (hectares)
1970	N.	909	34201	466	4154	412	3079	85	815	1872	42249
	%	48,6	81,0	24,9	9,8	22	7,3	4,5	1,9	100	100
1975	N	761	44296	144	1802	154	1353	106	1697	1165	49148
	%	65,3	90,1	12,4	3,7	13,2	2,8	9,1	3,5	100	100
1980	N	715	44319	101	1697	77	1360	54	828	947	48840
	%	75,5	92	10,7	3,5	8,1	2,8	5,7	1,7	100	100
1985	N	715	42280	124	2343	71	770	121	3085	1031	48478
	%	69,4	87,2	12	4,8	6,9	1,6	11,8	6,4	100	100
1995/6	N	785	39146	53	1414	3	16	74	1157	915	41733
	%	85,8	93,8	5,8	3,4	0,3	0,04	8,1	2,8	100	100

Fonte: FIGBE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Gráfico 02



Fonte: FIGBE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

É importante reiterar que a retração das áreas de lavouras e a expansão das pastagens, sobretudo a partir dos anos de 1970, vão alterar significativamente todas as categorias de produtor.

Segundo Paulino (2001, p. 60), “a expansão das pastagens foi pouco a pouco limitando as áreas de cultivo, já que os arrendamentos eram uma concessão em troca da formação de pastos”. Assim, os grandes detentores de terras as retomavam, acarretando a expropriação daqueles produtores que não possuíam a propriedade jurídica das mesmas.

Os proprietários tiveram uma participação expressiva e predominante entre 1970 e 1995/6. Os arrendatários, parceiros e ocupantes possuem uma posição diferente, tendo em vista que a variação numérica dessas categorias diferencia-se de ano para ano. Por exemplo, em 1970, os proprietários abarcavam 909 estabelecimentos (90,9%), seguidos dos 466 arrendatários (24,9%), 412 parceiros (22,0%) e, em última posição, os 85 ocupantes (4,5%).

No ano de 1975, comparecem os proprietários rurais, representando 761 estabelecimentos (65,3%), em seguida aparecem os parceiros, com 154 estabelecimentos (13,2%), os arrendatários, cujos estabelecimentos chegavam a 144 (12,4%), e, por último, os ocupantes com 106 estabelecimentos. Nota-se, porém, que a área ocupada pelos parceiros é menor que a dos arrendatários.

A redução expressiva dos estabelecimentos e de sua área está relacionada à diminuição de estabelecimentos de todas as categorias. A área ocupada pelos proprietários e parceiros apresentou um tímido crescimento. No caso dos proprietários, a área passou de 44.296 (1975) para 44.319 hectares (1980), e os parceiros elevaram a área ocupada de 1.353 para 1.360 hectares (1980). As demais categorias apresentaram redução, em especial os ocupantes, cuja área abarcada reduziu-se de 1.697 (1975) para 828 hectares (1980).

Como mencionado anteriormente, as variações com os números de estabelecimentos ocupados pelos produtores rurais são de grande fluidez. Aliás, os dados de 1985 demonstram que o número de proprietários diminuiu para 715, mas a participação em termos relativos apresentou uma elevação, de 65,3% em 1975 para 75,5% em 1980. Isso ocorreu porque, no conjunto analisado, o total de área abarcada pelos estabelecimentos agropecuários reduziu-se de 48.804 para 48.708 hectares.

Diante das mudanças na metodologia e nos critérios elaborados pelo IBGE para o Censo Agropecuário de 1995/6, o total de estabelecimentos apresentou uma acentuada redução de 1031 para 915 unidades, e uma diminuição na área ocupada de 48.478 para 41.733 hectares. A ampliação do perímetro urbano e a constituição de aglomerados urbanos em áreas rurais são alguns dos fatores que contribuíram para essa redução da área ocupada por estabelecimentos agropecuários, principalmente aqueles com áreas até 10 hectares.

A categoria de parceiro foi a que mais apresentou uma abrupta redução, pois em 1970 eram 412 estabelecimentos e em 1996 permaneceram apenas 3 estabelecimentos ocupando 16 hectares (0,04% do total da área). A parceria no Município de Presidente Prudente foi expressiva nos períodos dos ciclos econômicos (café, amendoim, algodão, menta etc.). O que prevalece em termos de condição de produtor é a categoria de proprietário responsável por cerca de 785 estabelecimentos, representando 85,8% do total.

Os arrendatários e os ocupantes tiveram redução no número de estabelecimentos e na área ocupada entre 1985 e 1995/6, devido à fraca participação do município no cultivo de lavouras temporárias e permanentes.

De forma geral, todas as categorias de produtores apresentaram redução entre 1970 e 1996, embora o proprietário seja a categoria predominante em todos os anos. As mudanças na estrutura produtiva do município afetaram diretamente as relações de trabalho na agropecuária, levando à diminuição acentuada de produtores sem a posse jurídica da terra, como parceiros, arrendatários e ocupantes.

2.3.4. Pessoal Ocupado no Município de Presidente Prudente

Os dados coletados e sistematizados referentes ao pessoal ocupado segundo o sexo, permitem constatar, na tabela 08 e gráfico 03, a diminuição do número de pessoas ocupadas no setor agropecuário nos últimos trinta anos.

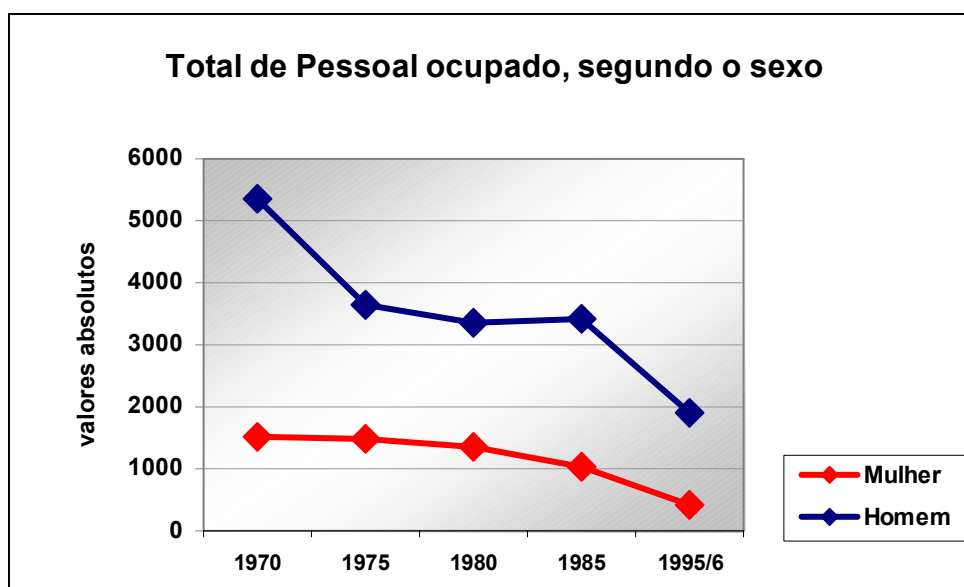
Tabela 08 - Pessoal ocupado, segundo o sexo e condição de produtor no Município de Presidente Prudente, entre 1970 e 1996.

Anos	Total		Sexo	Responsáveis e membros da família não remunerados		Empregados permanentes		Empregados temporários		Parceiros		Outra condição	
	Nº.	%		N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
1970	1512	22,0	Mulher	1367	19,9	42	0,6	103	1,5	0	0	0	0
	5356	78,0	Homem	3840	55,9	361	5,3	956	13,9	1	0,01	198	2,9
1975	1477	28,9	Mulher	1209	23,6	62	1,2	186	3,6	9	0,2	11	0,2
	3641	71,1	Homem	2353	46,0	311	6,1	679	13,3	19	0,4	279	5,5
1980	1346	28,7	Mulher	969	20,1	127	2,7	248	5,3	1	0,02	1	0,02
	3343	71,3	Homem	1943	41,4	484	10,3	897	19,1	11	0,2	8	0,2
1985	1028	23,1	Mulher	659	14,8	84	1,9	247	5,5	2	0,04	36	0,9
	3425	76,9	Homem	1877	42,2	542	12,2	891	20	5	0,1	110	2,5
1995/6	423	18,2	Mulher	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	1907	81,8	Homem	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Fonte: FIGBE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

- Dados não disponíveis

Gráfico 03



Fonte: FIGBE – Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6.

Constata-se que houve diminuição do número total do pessoal ocupado (sexo feminino e masculino), ou seja, em 1970 havia 6.868 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, reduzindo-se para 2.330 pessoas em 1996.

Contudo, a participação das mulheres ocupadas no meio rural do Município de Presidente Prudente vem apresentando uma diminuição acentuada, ou seja, em 1970 representava um contingente de 1512 mulheres, enquanto que em 1995/6 reduziu-se para 423 ocupadas nos estabelecimentos agropecuários.

A participação dos homens também teve um decréscimo acentuado entre 1970 e 1996, pois de 5352 homens ocupados reduziu-se para 1907 no último Censo Agropecuário disponível (1996).

Percebe-se, por meio da tabela 08, que o grupo mais representativo, do ponto de vista do pessoal ocupado, refere-se aos responsáveis e membros da família não-remunerados, tanto os homens como as mulheres. Entre 1970 e 1975, houve, em termos relativos, um pequeno aumento da participação das mulheres no pessoal ocupado em todos os grupos, mas em termos absolutos não houve crescimento. Além disso, foi nesse período (1970/1975) que ocorreu a maior diminuição no número de homens ocupados na agropecuária no referido município.

Considera-se pertinente fazer uma análise abordando, primeiramente, cada grupo – de não remunerados, empregados permanentes, empregados temporários, parceiros ou de outra condição – para, posteriormente, fazer uma análise geral do pessoal ocupado.

No que concerne aos responsáveis e membros da família não-remunerados, observou-se que a participação relativa das mulheres entre 1970 e 1975 teve um crescimento, passando de 19,9 % (1367 mulheres) para 23,6% (1209 mulheres). Nos anos posteriores, percebe-se em termos relativos e absolutos uma diminuição acentuada, chegando a 14,8% (659) em 1985.

Os ocupados do sexo masculino dentre os responsáveis e membros da família não-remunerados entre 1970 e 1985 diminuíram gradativamente, de 55,9 % (3840) em 1970 para 42,2% (1877) no Censo de 1985. Isso se deve à própria estrutura produtiva do município, marcada pela presença das pastagens, da pecuária mista e da expansão da cana-de-açúcar. Todas as atividades mencionadas não necessitam de um grande contingente de trabalhadores, fato que leva à busca por outras formas de renda fora da agricultura.

Em relação aos empregados permanentes, o resultado apresenta algumas especificidades. Primeiramente, a participação das mulheres entre 1970 e 1975, tanto em termos relativos como absolutos, teve um crescimento de 0,6% (42) para 1,2% (62). Em

virtude das lavouras de café, tomate e feijão apresentarem uma expressiva participação entre 1975 e 1980, houve um aumento de mulheres ocupadas como empregadas permanentes, chegando em 1980 a 2,7% (127 mulheres), fato que não teve continuidade no período subsequente, diminuindo para 1,9% (84) em 1985.

Os dados sistematizados na tabela 08 revelam um comportamento diferente no caso dos homens ocupados como empregados permanentes, pois entre 1970 e 1985 apresentaram crescimento tanto em números relativos como absolutos. Isso porque, em 1970, a participação dos homens registrava 5,3% (361), enquanto em 1975 alcançou 6,1% (311). No ano de 1980, a participação dos homens era de 10,3% (484), elevando-se em 1985 para 12,2% (542).

No caso de contratação de administradores ou empregados permanentes, apenas o homem dispõe de carteira de trabalho assinada, mesmo que toda a família more e trabalhe na propriedade. Isso propicia ainda mais a invisibilidade do trabalho feminino no meio rural.

Com relação aos *empregados temporários*, ocorreu de maneira semelhante aos empregados permanentes. As mulheres, por exemplo, ocupadas como tal, apresentaram crescimento entre 1970 e 1975, passando de 1,5% (103) para 3,6% (186). Até o ano de 1985, houve aumento em termo relativo das mulheres ocupadas como empregadas temporárias, ou seja, foram empregadas em caráter temporário 247 mulheres. Essa variação positiva esteve atrelada à produção expressiva do algodão e do feijão, culturas que necessitam de um contingente relativamente grande de empregados nos períodos de plantio e colheita.

A participação dos homens na categoria de empregados temporários na década de 1980 não apresentou grandes alterações entre os Censos realizados em 1980 e 1985. Em termos absolutos, ocorreu a diminuição de 6 empregados nesse período, o que em termos relativos representou uma variação positiva de 19,1% (1980) para 20,0% (1985). Essa variação positiva está relacionada à diminuição do pessoal ocupado de forma geral.

A parceria⁵⁷ - uma forma de exploração da terra sem ter a propriedade jurídica - apresentou pouca representatividade entre 1970 e 1985, haja vista que, a partir da década de 1970, muitos contratos de parceria não foram renovados. Segundo Paulino (1997,

⁵⁷ Segundo Paulino (2001), os parceiros e arrendatários estabeleciam acordos com os fazendeiros e, em contrapartida, tinham que formar a pastagem ao final do contrato. Assim, os parceiros e arrendatários cultivavam por um tempo e depois entregavam ao fazendeiro a pastagem formada. Isso representava vantagens aos fazendeiros, que não precisavam contratar empregados para administrar a propriedade e também não aplicavam nenhum capital para a formação das pastagens. “A expansão das pastagens foi pouco a pouco limitando as áreas de cultivo, já que os arrendamentos eram uma concessão em troca da formação de pastos: à medida que escasseavam as áreas de interesses, os arrendamentos foram se tornando inviáveis” (PAULINO, 2001, p. 60).

p. 141), esse alijamento dos parceiros deve-se à extensão dos direitos trabalhistas ao campo, substituindo os acordos verbais pelos contratos (direitos e deveres). Assim, “espalhou uma fobia generalizada entre os proprietários, sejam grandes, médios ou pequenos, que tinham em suas terras trabalhadores”. Acrescenta-se a isso, a expansão das pastagens e a diminuição das áreas ocupadas pelas lavouras.

Por meio da tabela 08, nota-se que os parceiros apresentaram pouca representatividade em relação ao conjunto. Em 1970, por exemplo, os Censos revelaram a existência de apenas 1 parceiro. As mulheres ocupadas nessa categoria apresentaram, em 1975, a maior participação (1970 e 1985), pois os dados revelam 9 parceiros do sexo feminino (0,2%). Nos anos posteriores, a participação feminina variou entre 1 (1980) e 2 (1985).

A participação dos homens também não se distanciou do ocorrido com as mulheres, pois em 1975 havia 19 (04%), reduzindo-se gradativamente para 5 parceiros em 1985 (0,1%).

Sobre o pessoal ocupado em outra condição, é importante registrar o que o Censo Agropecuário considera como outra condição: pessoa cujo regime de trabalho diferia do pessoal dos grupos anteriores, tais como agregados, moradores etc. Nesse grupo, comparece de maneira predominante a mão-de-obra masculina, pois em 1970 nenhuma mulher foi contabilizada nesse grupo, ao contrário dos homens, cuja participação foi de 198 ocupados (2,9%). Em 1975, percebe-se uma variação positiva, registrando-se 11 mulheres ocupadas e 279 homens. No censo posterior (1980), apenas 1 mulher estava ocupada e a redução dos homens empregados foi muito acentuada, ou seja, 271 homens já não estavam nesse grupo em 1980. Essa diminuição está relacionada ao crescimento do número de empregados temporários. Assim, muitos deixaram essa condição (agregados, moradores etc.) e recorreram ao emprego temporário, principalmente nas lavouras de algodão e feijão.

Parafraseando Paulino (2001), a diminuição do número de empregos no campo acarreta conseqüências sociais e econômicas, uma vez que a população alijada da terra no meio rural busca trabalho no núcleo urbano, local onde sequer há colocação para a população urbana, quanto mais para os oriundos do campo, sem qualificação profissional.

No caso da cidade de Presidente Prudente, a situação se agrava porque tal população oriunda da agropecuária não é totalmente absorvida, sendo a maior parte dos empregos centrados na prestação de serviços e nas repartições públicas, gerando altas taxas de desempregados e um aumento no mercado informal.

De maneira geral, o número total de pessoas ocupadas entre 1970 e 1996 apresentou variações negativas, principalmente se restringir a participação das mulheres na

agricultura. Assim, como ocorre em boa parte do campo brasileiro, a população residente no meio rural não está sobrevivendo apenas devido à agropecuária, mas sim à combinação de rendas advindas de outras fontes: atividades não-agrícolas, transferências sociais (aposentadoria, pensões), auxílios (bolsa-escola), trabalhos eventuais etc.

Desse modo, a multifuncionalidade do espaço rural, o crescimento de atividades não-agrícolas e a pluriatividade não são fenômenos restritos aos países desenvolvidos, pois estão presentes na realidade agrária brasileira, em particular nos bairros rurais do Município de Presidente Prudente. Estes dados relativos à estrutura fundiária e produtiva do espaço rural do município são importantes para se averiguar as mudanças ocorridas nos últimos 30 anos e a permanência da concentração fundiária. Na seção posterior, propõe-se uma explanação sobre os bairros rurais do Município de Presidente Prudente, tendo como objetivo identificar e apresentar uma caracterização da área de pesquisa.

2.4. O processo de formação socioespacial dos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente.

O processo de formação dos bairros rurais não foge às condições econômicas, sociais e políticas impostas na ocupação do Município de Presidente Prudente. A constituição dos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta, selecionados para esta pesquisa, ocorreu com o início do processo de comercialização dos lotes rurais e com a instalação das primeiras famílias em virtude da frente pioneira.

Segundo Queiroz (1973, p. 134), os bairros rurais “formam especificamente a maneira pela qual se organizaram as unidades de povoamento em que estão inseridos”. Desse modo, a organização social e espacial de cada bairro rural está relacionada às bases econômicas em que foram originados. No caso de Presidente Prudente, os bairros rurais apresentam duas características comuns, a expansão do café e a vinda de famílias oriundas das áreas de ocupação antiga do Estado de São Paulo.

Em 1917, o Coronel Francisco de Paula Goulart, dono da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, iniciou a comercialização das pequenas propriedades rurais e, mais tarde, a venda de lotes no incipiente núcleo urbano.

No ano de 1919, o Coronel José Soares Marcondes, proprietário de uma empresa de colonização, realizou o retalhamento e a comercialização dos lotes referentes à Fazenda Montalvão, limítrofe com a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

A visão empresarial de Marcondes e o interesse na valorização dos lotes urbanos do Coronel Goulart propiciaram o retalhamento das Fazendas Montalvão (do Coronel Marcondes) e Pirapó-Santo Anastácio (do Coronel Goulart) em pequenas, médias e grandes propriedades rurais.

Segundo Brandão (1983), a colonização do oeste paulista ocorreu cercada de fazendas e pequenas propriedades e, entre elas, se estabeleciam estreitos laços de solidariedade e dependência, sendo a roça e o bairro rural o lugar da vida, da identidade e das representações simbólicas.

A formação socioespacial dos bairros rurais, portanto, teve como base o retalhamento e a comercialização das Fazendas Montalvão e Pirapó-Santo Anastácio. O avanço da frente pioneira em direção ao oeste paulista com a expansão do café ocasionou a busca por terras férteis, haja vista que o café representava a principal fonte de riqueza daquele período.

Os Bairros Gramado, Córrego da Onça e Ponte Alta estão localizados nas terras da antiga Fazenda Montalvão e os Bairros Aeroporto e Cedro situam-se nos limites da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

Nas terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, o Coronel Goulart recomendava “aos sitiantes que não podiam somente comprar as terras e deixá-las cobertas de matas. Era necessário comprar as terras e ‘abrir’” (SANTOS, 1999, p. 209).

O real interesse de Goulart pautava-se na valorização das terras recém ocupadas e na implantação de um núcleo urbano. Cabe mencionar que o retalhamento desta gleba era realizado sem nenhum rigor. “O método de vendas não obedecia a nenhuma racionalização. Não havia levantamento prévio da área e delimitação certa” (ABREU, 1972, p.71).

Abreu (1972) observa que Goulart utilizava o sistema de “agregação”, em que o interessado era autorizado a “abrir” a mata e escolher o local desejado. O pagamento pela compra do lote não era realizado no ato da compra, mas por meio de acordos pré-estabelecidos. O comprador sugeria como e de que forma pagaria pela propriedade, sendo entregue a escritura lavrada somente após a quitação das prestações.

Porém, o sistema de agregação ocasionou grandes divergências entre os compradores e entre os compradores e o próprio Goulart, por causa dos limites imprecisos. A desorganização na comercialização de terras realizada por Goulart acarretou-lhe prejuízos, pois nunca soube exatamente o quanto podia dispor de suas terras. Muitos compradores

adquiriam lotes rurais e ganhavam lotes urbanos, com o objetivo de efetivar a ocupação e povoamento do núcleo urbano que era delimitado e planejado (ABREU, 1972).

Os lotes comercializados pelo Coronel Marcondes apresentavam certa “racionalidade” no retalhamento. Marcondes contratou o agrimensor Francisco Cunha para a medição e divisão em lotes da área. Assim, os compradores davam uma quantia de dinheiro como sinal e o restante era pago em até dois anos sem juros (ABREU, 1972).

É interessante a preocupação do Coronel Marcondes em delimitar os lotes, levando em consideração o acesso à água e a presença de terras altas. Essas recomendações feitas a Francisco Cunha (agrimensor responsável) visavam facilitar o cultivo do café e a criação de gado. No Bairro Gramado, mesmo após o retalhamento e inúmeras subdivisões, ainda é possível constatar a proximidade das propriedades em relação aos cursos de água. “Assim, todos os lotes tinham terras para café, para pasto e saída independente, o que evitava conflitos com os vizinhos” (ABREU, 1972, p. 72).

A Companhia de Terras de Marcondes representava uma nova concepção do valor da terra, ou seja, de caráter simbólico a terra passa a ter um caráter especulativo e econômico.

A venda de lotes na Fazenda Montalvão era predominantemente de pequenas propriedades, cujas áreas variavam entre 2, 3, 5, 10, 20 e 50 alqueires, além de poderem ser subdivididas em várias frações. O pagamento dos lotes era parcelado e, após a quitação, era concedida a escritura definitiva da propriedade.

Tanto Goulart como Marcondes configuravam-se como lideranças políticas do incipiente município que se formava. Os dois foram pioneiros das primeiras vilas que, posteriormente, levaram à instalação do Município de Presidente Prudente. De um lado, tem-se a figura de Goulart, cujo empreendimento baseava-se numa atuação individual, pessoal, sem planificação, tendo como único capital a terra herdada de seus pais. De outro lado, situa-se o caráter empresarial de Marcondes, respaldado na compra de terras de outrem, na propaganda e num sistema racional, representando a fase da especulação capitalista, na qual a propriedade da terra representava lucratividade e riqueza.

No início do processo de ocupação era expressiva a presença de ex-colonos, imigrantes portugueses, italianos, espanhóis e japoneses, além de migrantes provenientes de outras áreas de São Paulo e de Minas Gerais. “Os compradores de terra que aportavam [...] eram quase sempre oriundos das Zonas Mogiana, da Araraquarense e da própria Sorocabana” (ABREU, 1972, p. 99). A possibilidade de adquirir terras férteis, com preços baixos e

facilidade no pagamento foram os aspectos favoráveis à vinda desses migrantes para o município.

As propriedades eram limpas, as matas, derrubadas, as árvores, cortadas, e, aos poucos, os produtos eram cultivados, primeiramente as culturas de autoconsumo (arroz, feijão, mandioca, milho, batata etc.) e depois o café (cultura comercial). Uma parte da madeira cortada das matas era utilizada para a construção da casa e a outra parte era comercializada nas serrarias instaladas no núcleo urbano. As tarefas eram realizadas pelos membros da família extensa, reunindo os pais, filhos, tios, primos, sogros, avós, cunhados e irmãos.

Mesmo com pouca extensão de terras, as famílias rurais não conseguiam dar conta dos cafezais, de modo que, nos períodos de pico (colheita), eram contratados empregados temporários, sobretudo os residentes no núcleo urbano.

A posse jurídica da terra não foi possível a todos os produtores, sendo que muitos tiveram que se submeter a outras condições de trabalho, como empreiteiros, arrendatários e parceiros. Todas estas categorias baseavam-se numa relação desigual estabelecida entre o produtor e o fazendeiro (detentor da terra).

O café e as culturas intercalares permitiram a ocupação efetiva da área e sua valorização. Assim, “centenas de pequenas e médias propriedades espalharam-se por toda região em ‘habitat’ disperso e, quase sempre linear” (LEITE, 1972, p. 58).

Nos primórdios de Presidente Prudente, com a inexistência de fazendas auto-suficientes (complexos rurais), houve a implantação do sistema de empreitada, do colonato, dos contratos de parcerias e arrendamentos, proporcionando aos grandes proprietários inúmeras vantagens, pois recebiam o cafezal formado, a área com as matas derrubadas e limpas e sem despendar qualquer recurso econômico.

Outras propriedades funcionavam como reserva de valor, tendo em vista que “nem sempre os latifúndios foram abertos para a produção, permanecendo a maioria deles intocados, a espera de valorização das terras para serem então loteados” (ABREU, 1972, p. 103).

Santos (1999) observa que o surgimento dos bairros rurais no município de Presidente Prudente está atrelado à expansão capitalista na região, por meio da frente pioneira e da instalação da Estrada de Ferro Sorocabana. Nos bairros rurais selecionados para esta pesquisa, constatou-se que os primeiros moradores eram descendentes de italianos, portugueses e espanhóis. Além desses imigrantes, foi relatada a presença de pioneiros

(migrantes) provenientes de Minas Gerais e de outras áreas do Estado de São Paulo (Sorocaba, Limeira, Mococa, Cedral etc.).

Esta contextualização da formação socioespacial dos Bairros Rurais do Município de Presidente Prudente foi baseada na revisão bibliográfica e permitiu uma compreensão mais geral do processo.

Na tentativa de apresentar as principais características dos bairros rurais, optou-se por agrupá-los em 3 (três) blocos: aqueles localizados na porção sul (Aeroporto, Cedro); na porção nordeste (Gramado); e na porção norte (Córrego da Onça e Ponte Alta) do Município de Presidente Prudente.

Para contornar os problemas decorrentes da falta de dados oficiais sobre o número de propriedades existentes nos bairros rurais, utilizou-se 02 (dois) instrumentos metodológicos: 1) os dados fornecidos pelo escritório do IBGE de Presidente Prudente, por meio dos setores censitários, delimitados para a realização do Censo Agropecuário de 1996; e, 2) a pesquisa de campo. O quadro 03 apresenta o número aproximado de propriedades existentes nos bairros rurais selecionados e o número de questionários aplicados.

Quadro 03 - Número total de propriedades pesquisadas.

Bairros	N. de propriedades rurais*	Nº de propriedades pesquisadas
Aeroporto	65	26
Cedro	28	07
Córrego da Onça	30	11
Gramado	38	16
Ponte Alta	22	10
Total	203	70

Fonte: IBGE/ Pesquisa de Campo

*Dados obtidos de acordo com os setores censitários

Para traçar os limites dos bairros rurais, foram utilizados os elementos físico-naturais (estrada, rodovia, córrego e ponte) e o sentimento de pertencimento (a identidade dos moradores). Os setores censitários delimitados pelo IBGE para a realização do Censo Agropecuário de 1996 e o mapa obtido junto à Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente foram importantes para este procedimento cartográfico e metodológico.

O recorte espacial adotado no mapa (IBGE) fundamenta-se nos setores censitários do Censo Agropecuário de 1996⁵⁸.

Os Bairros rurais Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta foram delimitados a partir de 2 (dois) critérios, a saber: 1) os limites estabelecidos pelos córregos e estradas vicinais; e 2) identidade dos moradores. Adotou-se o cruzamento entre os aspectos subjetivos (identidade e sentimento de pertencimento dos moradores) e objetivos (elementos físicos, como córrego, estrada vicinal, espigão, etc) para evitar problemas durante a elaboração dos cartogramas.

Além disso, a presença dos córregos como elemento geográfico tem sua importância atribuída na própria terminologia dessas unidades geográficas. Como exemplo, constata-se o Bairro Gramado (nome decorrente do Córrego do Gramado), Córrego da Onça (nome associado ao Córrego que delimita o bairro), Ponte Alta (tem como referência o Córrego Ponte Alta) e Cedro (abarca o Córrego do Cedro).

A delimitação dos bairros rurais se justifica pela necessidade de representar, por meio de cartogramas, os resultados obtidos com a pesquisa empírica, ou seja, espacializar variáveis pertinentes na compreensão tanto da pluriatividade como das múltiplas fontes de renda e atividades. Dessa forma, considera-se coerente efetuar a representação cartográfica das estruturas fundiária e produtiva e a caracterização socioeconômica das famílias pesquisadas. Todas as propriedades rurais visitadas durante a aplicação do questionário foram localizadas no mapa como forma de identificar e analisar as características intra e inter-bairros rurais.

A princípio, antes de realizar o trabalho de campo, o objetivo era o de aplicar o questionário em 11 propriedades rurais no Bairro Cedro; contudo, com a presença de propriedades destinadas apenas à moradia e ao lazer⁵⁹, com a presença de estabelecimentos não-agrícolas⁶⁰ e de propriedades sem nenhum morador⁶¹, com existência de condomínios

⁵⁸ O mapa e a divisão dos setores censitários da área rural de Presidente Prudente só foram possíveis com a disponibilidade e a presteza do escritório do IBGE, na pessoa do Senhor Luis Carlos Foglia.

⁵⁹ Encontrou-se 05 propriedades para residência. Em uma propriedade localizada nas margens da rodovia Assis Chateaubriand, o proprietário dividiu a área em pequenos lotes e cedeu aos filhos para construir suas casas. Nenhuma dessas famílias desenvolve atividades agrícolas, nem mesmo para o autoconsumo, pois exercem atividades na cidade.

⁶⁰ Dentre os estabelecimentos não-agrícolas, constatou-se a presença de: pesque-pague; loja de materiais para construção; revendedora de tijolos e telhas; canil; motéis; clube recreativo; ferro velho etc.

⁶¹ Foi possível identificar 3 (três) propriedades sem nenhuma família residindo no local. Segundo informações obtidas junto aos vizinhos, as propriedades foram adquiridas a menos de 5 (cinco) anos, sendo 3 (três) de um mesmo proprietário. Tais propriedades abarcam algumas cabeças de gado de corte.

fechados⁶² e com a recém-instalação de um campus universitário⁶³, foram selecionadas apenas as propriedades que se enquadravam nos critérios pré-estabelecidos no projeto, isto é, 07 propriedades.

Cabe ressaltar que Santos (1999), um dos referenciais utilizados neste trabalho, tem a família como critério para a aplicação de questionário, independentemente de residir na mesma propriedade. No caso desta pesquisa, não se tem como critério a aplicação de questionário por família, mas por propriedade, o que justifica também o número reduzido de questionários.

Além disso, os setores censitários do IBGE (1995/6) foram delimitados há cerca de 10 anos e, portanto, ocorreram muitas transformações no Bairro Cedro, conforme mencionado.

No Bairro Aeroporto foi aplicado questionário junto a 26 famílias distribuídas pela Rodovia Assis Chateaubriand, Estrada Bom Pastor e Estrada Antiga de Pirapozinho. Foi aplicado um questionário por propriedade rural, mesmo nos casos em que havia mais de uma família residindo na mesma propriedade.

É importante esclarecer que não foi aplicado nenhum questionário na Comunidade Bom Pastor, no conjunto de Chácaras Filadélfia e no Condomínio de Chácaras Arilenas⁶⁴. Isso se deve ao fato de que as propriedades têm apenas as funções de moradia e de lazer, não desenvolvendo nenhuma atividade produtiva.

Além disso, cabe destacar que nas Chácaras Arilenas não há desmembramento dos lotes, apenas contratos de compra e não escritura da área. Nesse caso, as chácaras não pagam o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), pois estão cadastradas no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e realizam o pagamento do ITR (Imposto Territorial Rural) em sistema de condomínio.

Para o poder público municipal, esse condomínio está completamente irregular segundo o Plano Diretor de 1996, pois a área em que atualmente se encontra está nas proximidades do principal manancial que abastece o Município de Presidente Prudente, o Rio Santo Anastácio e seus afluentes. No embate entre poder público e privado, a força do econômico e do político prevalece sobre o ambiental.

⁶² No Cedro, existem 02 condomínios fechados: Golden Village (criado no final da década de 1990) e Quinta das Flores (implantado em 2003), ambos destinados à classe média alta.

⁶³ Há o campus “Templo do Saber”, da UNIESP - União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo, cuja construção foi iniciada no final de 2005, abrangendo uma área de aproximadamente 4 hectares no prolongamento da Avenida Coronel José Soares Marcondes.

⁶⁴ O Condomínio de Chácaras Arilenas abarca aproximadamente 130 lotes entre 1000 m² e 5000 m².

A proximidade da cidade (entre 3 e 6 Km no sentido norte-sul) possibilita a mobilidade dos moradores ao centro urbano, seja por meio de transporte coletivo municipal e intermunicipal⁶⁵, seja através de automóveis particulares.

2.4.1 PORÇÃO SUL: *Bairros Aeroporto e Cedro*

Os Bairros Aeroporto e Cedro estão localizados na porção sul do Município de Presidente Prudente e se encontram numa área limítrofe entre o rural e o urbano, segundo o limite legal estabelecido pelo perímetro urbano. Uma parte do Aeroporto já se encontra na área definida como urbana, e toda a área do Cedro situa-se dentro do limite do perímetro urbano⁶⁶. Convém esclarecer que as propriedades rurais, embora estejam numa área classificada como urbana, não pagam o IPTU e sim o ITR, pois as propriedades ainda mantêm algum tipo de função agropecuária.

Os limites dos bairros rurais não são imutáveis e estáticos. A subjetividade ocasiona a alteração desses limites, em virtude das transformações no espaço rural e urbano. Tais alterações envolvem as dimensões culturais, sociais, políticas, espaciais e econômicas. Houve, a princípio, certa confusão na delimitação entre os Bairros Aeroporto e Cedro, em decorrência da própria indefinição dos moradores e a proximidade física e social entre os dois bairros. Outro fator que levou a essa confusão foi a presença dos córregos do Cedro e Cedrinho⁶⁷ dentro dos limites espaciais do Bairro Aeroporto.

O **Bairro do Cedro** tem como limite ao *norte* o trevo entre a Rodovia Assis Chateaubriand (SP 545) e a Rodovia Raposo Tavares (SP 270), e ao *sul* o trevo entre a Rodovia Júlio Budiski (SP 510) e o prolongamento da Avenida Coronel Marcondes. A Rodovia Assis Chateaubriand estabelece o limite entre o Cedro e os Bairros Nova Prudente e Aeroporto no sentido *leste*. O Córrego do Cedro e o prolongamento da Avenida Coronel José Soares Marcondes situam-se como elementos divisores entre o Cedro e outros bairros (Chácara Macuco, Parque Higienópolis, São João, Limoeiro e Damha I e II) no sentido *oeste* (Mapa 03).

⁶⁵ A rodovia Assis Chateaubriand é a principal via de acesso entre Presidente Prudente e os Municípios de Pirapozinho, Nandiba, Tarabai, Nantes e Estrela do Norte.

⁶⁶ Perímetro Urbano refere-se a um traçado imaginário estipulado pela prefeitura municipal para disciplinar e planejar o direcionamento da expansão urbana de cada cidade. A lei do perímetro urbano foi instituída em 1996 no Município de Presidente Prudente, por meio do Plano Diretor aprovado no mesmo ano.

⁶⁷ No Bairro Aeroporto, está sendo desenvolvido o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no córrego do Cedrinho. O projeto não incorpora toda a extensão territorial do bairro, pois se restringe apenas à área da bacia hidrográfica do Cedrinho, segundo informações verbais fornecidas pela engenheira agrônoma responsável pela Casa da Agricultura, Liliane Spejorini.

O **Bairro Aeroporto** tem como pontos limítrofes a rotatória entre a Rodovia Assis Chateaubriand (SP-545) e a Rodovia Julio Budiski (SP-510) até a divisão política-administrativa com o Município de Pirapozinho (Rio Santo Anastácio) no sentido *norte-sul*; à *leste* a presença do Rio Santo Anastácio (limítrofe entre Presidente Prudente e Anhumas) e a presença do Córrego do Cedro no sentido *oeste* (Mapa 04).

É interessante destacar que o Bairro Aeroporto é o único que não apresenta sua nomenclatura relacionada a um elemento físico-natural, como ocorre com os Bairros Cedro, Gramado, Córrego da Onça e Ponte Alta, pois a sua designação deriva da implantação do Aeroporto. Antes da instalação do Aeroporto Adhemar de Barros, que ocorreu em finais dos anos de 1940, o bairro era comumente chamado de *Bairro da Estrada Boiadeira*, por causa da presença e importância dessa estrada no bairro (SANTOS, 1999).

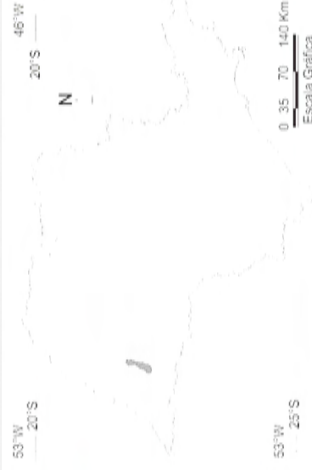
O Aeroporto e o Cedro localizam-se em áreas nas quais as vias de acesso são importantes na mobilidade das pessoas entre os bairros e o centro urbano do município. Essas vias de acesso são: a Rodovia Assis Chateaubriand (SP-545) e a Julio Budiski (SP-510); o prolongamento da Avenida Coronel José Soares Marcondes; as estradas vicinais Bezerra de Menezes, Bom Pastor (Estrada velha de Pirapozinho), Estrada do Cedro (conhecida como Estrada do Batalhão) e Quarto de Milha.

LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO CEDRO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

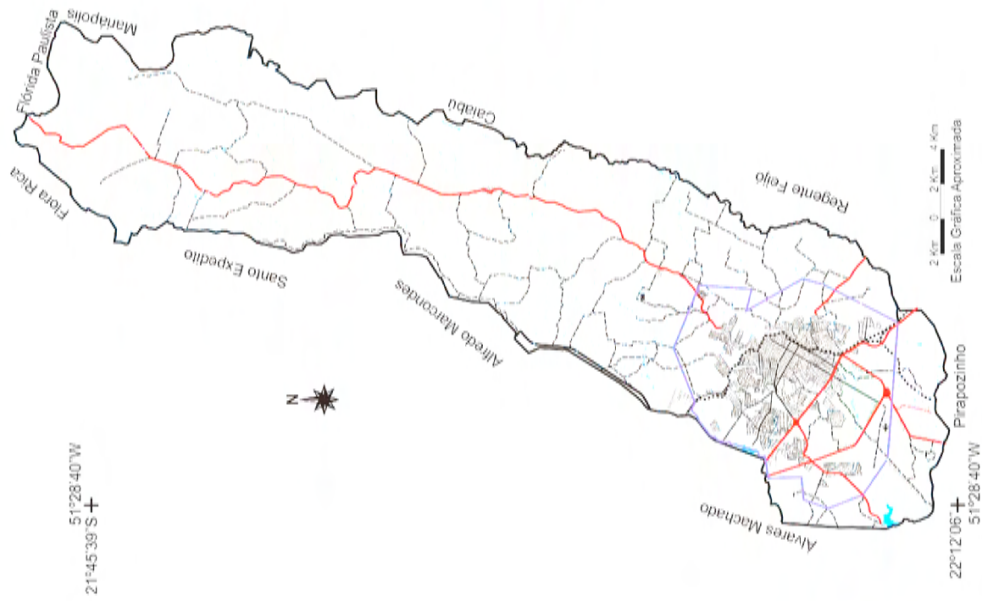
Legenda

- Propriedades pesquisadas
- Propriedades usadas como moradia
- ▲ Estabelecimentos não-agrícolas
- Condomínios fechados
- Universidade
- Rodovia
- Principais vias não pavimentadas
- - - Principais vias pavimentadas
- Malha Urbana
- Cursos d'água

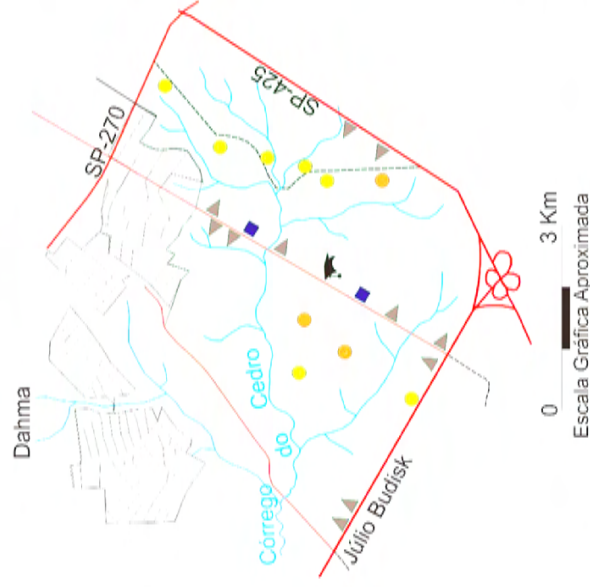
Localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo



Presidente Prudente



Bairro Cedro



Autora:

Erika Vanessa Moreira

Fonte:

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2005;

IBGE, 1996.

Modalidade de Pesquisa:

Dissertação de Mestrado

Orientadora:

Rosângela Aparecida Meeiros Hespanhol

Desenhista:

Leandro Bruno Santos

Mapa:

Página:

03 106

Instituição:

unesp

Apoio:

FAPESP
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO AEROPORTO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

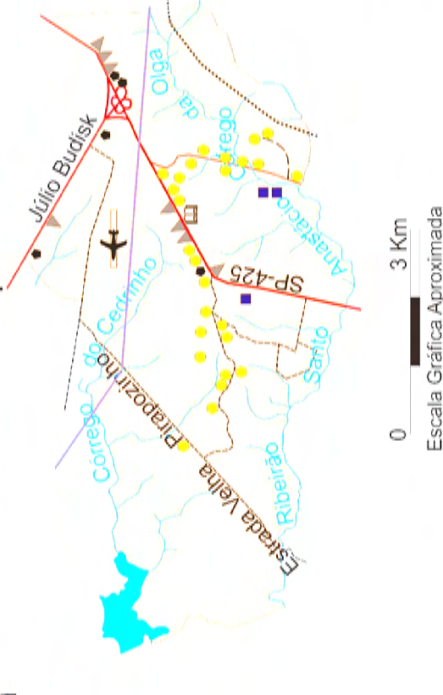
Legenda

- Propriedades pesquisadas
- ▲ Estabelecimentos não-agrícolas
- Condomínios de chácaras
- Chácaras de lazer
-  Escola
-  Rodovia
-  Estradas principais não pavimentadas
-  Ferrovia
-  Perímetro urbano
-  Estradas principais pavimentadas
-  Malha Urbana
-  Cursos d'água

Presidente Prudente



Bairro Aeroporto



Localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo



Autora:

Erika Vanessa Moreira

Fonte:

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2005; IBGE, 1996.

Orientadora:

Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol

Desenhista:

Leandro Bruno Santos

Mapa:

04

Modalidade de Pesquisa:

Dissertação de Mestrado

Instituição:

unesp

Apoio:

FAPESP
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Página:

122

A presença dessas vias de circulação favorece o fluxo do transporte coletivo municipal e intermunicipal, pois a Rodovia Assis Chateaubriand (SP 545) é a principal via de acesso aos municípios vizinhos (Pirapozinho, Tarabai, Estrela do Norte, Nantes etc.) e ao Estado do Paraná.

É notório, ao longo das principais vias de acesso, a presença de estabelecimentos não-agrícolas, como marcenaria, clubes recreativos, clínica de emagrecimento, cerealista, lava-jato de areia, fábrica de asfalto, casa de sementes, escola do meio ambiente, frigorífico de carne suína, bar (foto 01) e local de exposições e leilões.



Foto 01 - Bar no Bairro Aeroporto. Estabelecimento localizado às margens da Rodovia Assis Chateaubriand, Km 465, no Bairro Aeroporto. **Autor:** Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

O processo de ocupação dos dois bairros ocorreu, como destacado no início desta seção, através da comercialização das terras da antiga Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, pertencentes ao Coronel Goulart. Em decorrência das sucessivas vendas e subdivisões ocorridas nos bairros, muitas famílias pioneiras venderam as terras e outras mantêm as propriedades, mas residem na cidade.

A área sul é a mais valorizada no Município de Presidente Prudente, em virtude da atuação dos agentes econômicos na apropriação da renda fundiária, como analisou Sposito (1990) em sua tese de Doutorado. O autor supracitado constatou que, no decorrer dos anos 1970 e 1980, triplicou o preço do metro quadrado do terreno na área sul, compreendida entre os trevos das Rodovias Assis Chateaubriand e Raposo Tavares. O aumento do preço do solo está atrelado à atuação do Estado, através da duplicação da pista das principais rodovias

(Raposo Tavares e Assis Chateaubriand), da reformulação do sistema de viadutos e do rebaixamento do leito da rodovia (SPOSITO, 1990, p. 208).

Segundo as conclusões de Sposito (1990), os preços elevados já estariam exercendo pressão para a implantação de loteamentos com maior rapidez se comparados às demais áreas. Isso de fato ocorreu com a construção dos condomínios residenciais fechados Damha I e II, Golden Village, Quinta das Flores, além da Chácara do Macuco e Parque Higienópolis, entre os anos 1990 e o início deste século (XXI).

Contudo, segundo consta no Plano Diretor do município, não pode ocorrer a expansão da malha urbana em direção à área sul, por causa da presença do principal manancial que abastece a cidade de Presidente Prudente.

Recentemente, foi construída uma unidade da UNIESP⁶⁸ (União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo), abrangendo uma área de 38.000 m² (Foto 02).



Foto 02 – UNIESP no Bairro Cedro. **Autor:** Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

O Bairro Cedro não tem um “centro” ou uma “área core” (MULLER, 1966), não há escola, igreja, centro comunitário ou estabelecimento comercial (armazém, por exemplo).

No caso do Bairro Aeroporto, o núcleo abarca a Escola Municipal de Ensino Infantil Nirma Jorge (de 1º a 4º série), sob tutela do município e que funciona também como local de realização de missas e reuniões da comunidade. Nas proximidades da escola estão uma venda, um clube recreativo e o Aeroporto.

⁶⁸ A instalação da Universidade está gerando muita confusão, sobretudo com o Poder Público Local, por causa da falta de projetos e de relatórios de impacto ambiental e de vizinhança. Além disso, o Plano Diretor do Município de Presidente Prudente estabelece que a área sul é vetada a qualquer empreendimento urbano, devido à presença de córregos e afluentes do principal manancial que abastece a cidade, o Rio Santo Anastácio.

A Capela do Bairro Aeroporto será construída em frente ao Aeroporto, na entrada da Estrada Bom Pastor, com recursos obtidos pela Comunidade do Bairro, através da realização de festas e almoços beneficentes. O engajamento da comunidade na construção da capela perdura há um bom tempo, o que denota a permanência da solidariedade entre os moradores em torno de um projeto coletivo comum.

Diferentemente do Bairro Cedro, onde predominam moradores com tempo de residência entre 1 e 5 anos, o Bairro Aeroporto é marcado por uma parcela expressiva de moradores que lá nasceram, favorecendo uma intrínseca relação de vizinhança, de parentesco e de compadrio.

As famílias Alves Vilela, Domingues, Rena, Casarotti, Mazuchelli, Sitolino e Zerial são algumas das pioneiras que permanecem no Bairro Aeroporto. No Cedro, podem ser mencionadas as pioneiras, as famílias Caldeira, Madeira, Espigaroli, Baccarin, Espinhosa etc.

As organizações espaciais do Aeroporto e do Cedro são dispersas e lineares às vias de circulação (Rodovia Assis Chateaubriand e Estrada do Batalhão). A maior concentração de propriedades no Bairro Aeroporto está nos condomínios de chácaras (Arilenas, Bom Pastor, Filadélfia), as quais estão situadas nas proximidades da Rodovia Assis Chateaubriand e Estrada Bom Pastor (foto 03). As chácaras de lazer alugadas nos finais de semana são encontradas nas proximidades das Chácaras Arilenas e Rancho Quarto de Milha. Nestes estabelecimentos, os contratantes podem usufruir de piscina, *playground*, churrasqueiras e quiosques. Na Chácara Filadélfia, as chácaras têm a função de lazer e recreação, sendo freqüente a realização de festas e comemorações nos finais de semana. O anúncio de aluguel dessas chácaras pode ser encontrado nos classificados da imprensa local. Os proprietários são cidadãos que contratam caseiros⁶⁹ para a limpeza e manutenção das chácaras.

⁶⁹ Caseiro é a pessoa contratada pelo proprietário da propriedade ou imobiliária para a manutenção do estabelecimento mediante um salário pré-fixado, normalmente não ultrapassando R\$400,00.



Foto 03 – Comunidade Bom Pastor, no Bairro Aeroporto. **Autor:** Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

A proximidade em relação à cidade e o acesso ao transporte coletivo permitem a mobilidade e a utilização de serviços na cidade de Presidente Prudente. É importante enfatizar que, atualmente, a lógica urbana é predominante, mas nem por isso a lógica rural desapareceu. Uma está imbricada na outra.

A cidade não deve ser compreendida como uma unidade espacial homogênea e tampouco como uma territorialidade contínua. A produção territorial da cidade contemporânea se dá pela fragmentação, pela descontinuidade e pela separação social. As vias regionais de transporte, a localização e o preço da terra são elementos importantes para apreender a expansão das cidades (VILLAÇA, 2000).

Com respaldo no autor supracitado, deve-se destacar que as vias de transporte são importantes para compreender o crescimento físico e territorial das cidades, mas não devem ser consideradas como as únicas indutoras do processo.

As vias ferroviárias, por exemplo, proporcionaram um crescimento descontínuo e fortemente nucleado, diferentemente da malha rodoviária, cujo crescimento ocorre de maneira rarefeita, descontínua e menos nucleada. O crescimento da cidade de Presidente Prudente ocorria, até os anos de 1960/1970, próximo à ferrovia. Como retrata Leite (1972), a cidade crescia como a figura de um rosário, contígua e linear à Estrada de Ferro Sorocabana. Após este período, a ferrovia perde a sua importância para a rodovia, que se torna um elemento importante na expansão da cidade, a qual se estende, principalmente, para a área sul do município.

As diferenças entre as vias de circulação ferroviária e rodoviária em relação ao crescimento da cidade apontam para um elemento comum, a acessibilidade. A acessibilidade constitui-se num fator importante no direcionamento da expansão das cidades.

Para Villaça (2000, p. 74), “a terra urbana só interessa enquanto terra-localização, ou seja, enquanto meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade”. Além da acessibilidade no espaço intra-urbano, é importante considerar o deslocamento para fora da cidade, ou seja, a acessibilidade para além do espaço intra-urbano. Na medida em que a cidade incorpora novas áreas, ocorre a extensão dos equipamentos urbanos e a acessibilidade aos meios de transporte. Dessa maneira, a tendência é a valorização da terra urbana, pois “há uma contínua acumulação de trabalho humano criador de valor” (VILLAÇA, 2000, p. 80).

Além dos meios de transporte, Villaça (2000) aponta as vias regionais de transporte como outro elemento importante no direcionamento da expansão das cidades e na valorização dos lotes implementados.

A proximidade física de um terreno rural da cidade não o torna potencialmente urbano, porque é necessária, além da proximidade, a presença de infra-estruturas, a acessibilidade aos meios de transporte de passageiro de qualidade e preços baixos.

A implantação da malha rodoviária proporcionou o crescimento difuso das cidades, tendo em vista a flexibilidade do transporte e a valorização dos terrenos próximos a ela. “As vias regionais de transporte é o elemento mais poderoso na expansão urbana” (VILLAÇA, 2000, p. 85), podendo ser apontado como um dos fatores que redefine a relação centro-periferia.

É relevante mencionar que, além dos meios de transporte e das vias regionais de transporte, a atuação dos agentes privados e do poder público de forma articulada são elementos fundamentais no direcionamento da expansão das cidades.

Souza (2003), ao estudar a presença de áreas periurbanas no Rio de Janeiro, retrata que existem duas lógicas: a rural e a urbana. A lógica rural é caracterizada pela utilização dos solos para as atividades agropecuárias. Nessa lógica, o solo não tem valor apenas pela localização do terreno, mas também pela sua fertilidade natural.

Quanto à chamada lógica urbana, Souza (2003) observa que, nestes espaços, a utilização do solo é direcionada também para atividades industriais e para a implantação de loteamentos, condomínios e conjuntos habitacionais. Além disso, o uso do solo urbano independe da fertilidade natural, sendo a localização e a implantação de infra-estrutura elementos indutores de sua valorização.

Em relação a essas duas lógicas, Souza (2003) observa que na franja rural-urbana muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua com um aspecto rural, às vezes até belamente bucólico, algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de

pastagens para algumas cabeças de gado. Atrás dessa paisagem “rural”, está oculto o verdadeiro interesse, a especulação imobiliária.

A presença de áreas cobertas por pastagens está inserida não na lógica rural, mas no interesse urbano, sendo a terra utilizada como reserva de valor. Os empreendedores imobiliários utilizam-se da pastagem para “maquiar” o real interesse e usá-la como reserva de valor.

São, assim, terras de especulação, “*pousio social*”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto *status*, dependendo de sua localização (SOUZA, 2003, p. 28).



Foto 04 – Áreas de pastagens no Bairro Cedro. Observa-se, no primeiro plano, o Condomínio Residencial Dahma e, no segundo, verifica-se uma vasta área de pastagem adquirida pelo proprietário do Condomínio, no Bairro Cedro. **Autor:** Leandro Bruno Santos - Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

Ao caracterizar o espaço periurbano como espaço de especulação imobiliária, Costa (2004) enfatiza que o objetivo dos especuladores imobiliários não é o de construir casas, mas sim o de aplicar o capital (um exemplo que se pode mencionar é a aquisição de propriedades pelos proprietários dos Condomínios Residenciais existentes no Bairro Cedro, foto 04). Isso porque esses espaços são relativamente mais baratos que os lotes urbanos. A compra de uma propriedade rural representa imensa vantagem comparativa, tendo em vista, cada vez mais, a expansão urbana e a chegada dos equipamentos urbanos (água encanada, luz, telefonia, asfalto etc.).

É notório que a mobilidade residencial e a ocupação das áreas periurbanas estejam atreladas às mudanças econômicas ocorridas tanto no âmbito local como numa escala mais ampla.

A agricultura, a pecuária, o lazer e a moradia aparecem como as principais características destes espaços. Vale (2004) destaca que o espaço periurbano mescla paisagens rurais e urbanas, criando uma nova área (morfologia) em que predomina a plurifuncionalidade e a pluriatividade, proporcionando-lhe uma nova dinâmica.

O Bairro Cedro é um exemplo concreto de formação das chamadas “áreas periurbanas”, em que o urbano não se mostra claramente definido e o interesse dos empreendedores imobiliários acarretam a redução das áreas de lavouras e a expansão das pastagens, servindo como pano de fundo para a especulação imobiliária (ver foto 05).



Foto 05 – Condomínio residencial no Bairro Cedro. Na imagem, verifica-se a entrada do Condomínio Quinta das Flores. **Autor:** Leandro Bruno Santos – Pesquisa de Campo (agosto de 2006)

É relevante acrescentar que a lógica urbana nos espaços periurbanos vai predominar gradativamente, enquanto que a agricultura passa a ser algo residual ou “verniz, uma aparência que esconde a essência mais profunda”, ou seja, a especulação imobiliária nessas áreas (SOUZA, 2003, p. 76).



Foto 06 – Pesque-Pague entre os Bairros Cedro e Aeroporto. O Pesque-Pague está localizado às margens da Rodovia Assis Chateaubriand, instalado em 2000. **Autor:** Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (janeiro de 2003).

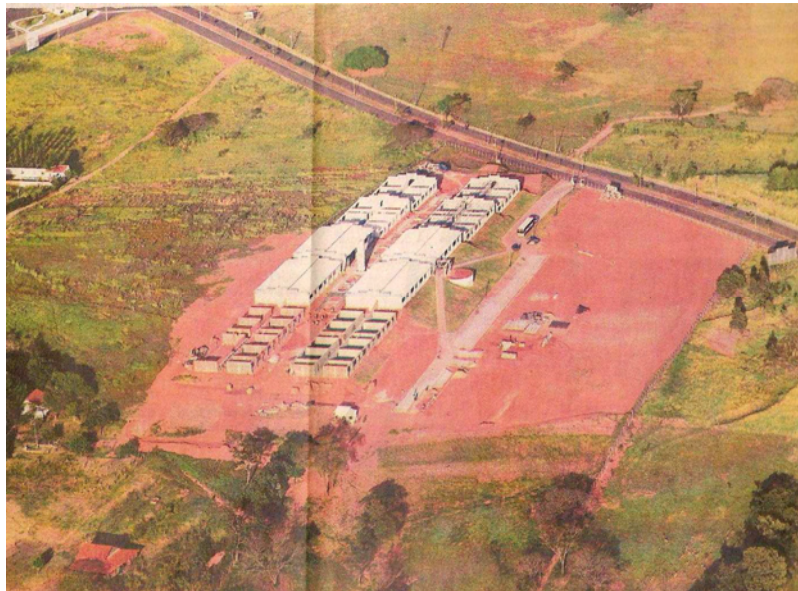


Foto 07 – Vista aérea da UNIESP, no Bairro Cedro. **Fonte:** Jornal O Imparcial, Abril de 2006.

A proliferação da segunda residência e dos condomínios residenciais localizados fora do meio urbano configura uma das características do espaço periurbano. No caso do bairro em apreço, a paisagem é dominada pelas pastagens, por estabelecimentos relacionados ao lazer (pesque-pague - ver foto 06 - e poucas chácaras de lazer), por madeireira, por cerâmica e, sobretudo, pela implantação de 2 (dois) condomínios fechados e pela construção de uma unidade da UNIESP (foto 07).

2.4.2 PORÇÃO NORTE: *Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta*

Na área norte do Município de Presidente Prudente há loteamentos populares destinados à classe baixa⁷⁰, construídos, em sua maioria, pela ação do poder público municipal. Na área sul, por sua vez, as propriedades apresentam uma valorização superior àquelas localizadas na porção norte. Isso leva a um assédio maior para a aquisição de propriedades situadas nos Bairros Aeroporto e Cedro.

No que concerne à diferença entre os bairros rurais situados nas porções sul e norte, Guirro (2003) observa que:

A especulação imobiliária em Presidente Prudente é muito intensa, principalmente em se tratando da presença das empresas que buscam implementar novos loteamentos e condomínios fechados ou não. Quem se apresentou para comprar são empresas ligadas ao ramo da construção civil que buscam novas áreas para a implementação de novos bairros e conjuntos residenciais de alto padrão, como também de padrão popular, através do apoio do poder público municipal, ou diretamente pelos órgãos públicos constituídos. Os mais assediados para venderem suas propriedades, estão localizados na região sul/sudoeste do município. É nesta região que se encontram os principais investimentos ligados a pluriatividade do município (grifo nosso).

Os Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta têm como referência comum a presença dos córregos com a mesma nomenclatura. Os moradores associam o lugar com um elemento significativo, que, no caso, são os próprios córregos.

A constituição dos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta está relacionada à própria ocupação no início dos anos 1920, com a vinda de famílias de origem italiana e japonesa, e de portugueses. O surgimento dos bairros iniciou-se com o retalhamento a partir da Fazenda Montalvão do Coronel Marcondes, que foi dividida em vários tamanhos, variando entre 2 e 50 alqueires. O pagamento pela propriedade era realizado em parcelas e a escritura era concedida após a quitação da dívida.









Segundo relato de um descendente de pioneiro da família Valera, o pai, vindo de Minas Gerais, chegou ao Córrego da Onça no ano de 1927, montado a cavalo, para reconhecer a área adquirida e desbravar a mata. A maioria das propriedades adquiridas no bairro, neste período, tinha como finalidade o cultivo do café, considerado a principal fonte de riqueza.

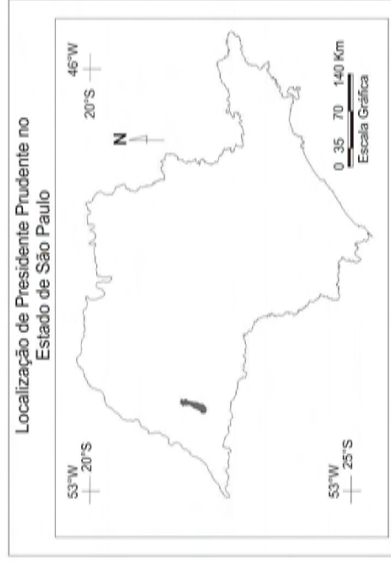
⁷⁰ Morada do Sol (Antigo Km 7), Parque Alexandrina, Augusto de Paula, Brasil Novo, Humberto Salvador e Francisco Galindo.



O **Córrego da Onça**, situado no extremo *oeste* do bairro com a mesma designação, constitui-se no elemento limítrofe entre os Bairros Ponte Alta e Córrego da Onça. À *leste*, a referência é o Córrego da Anta, que faz limite entre o Bairro KM 6 (Quilômetro seis) e o Córrego da Onça; a Estrada Municipal PSP-440 e a PSP-449 são os limítrofes no sentido *norte* e *sul*, respectivamente (Mapa 05).

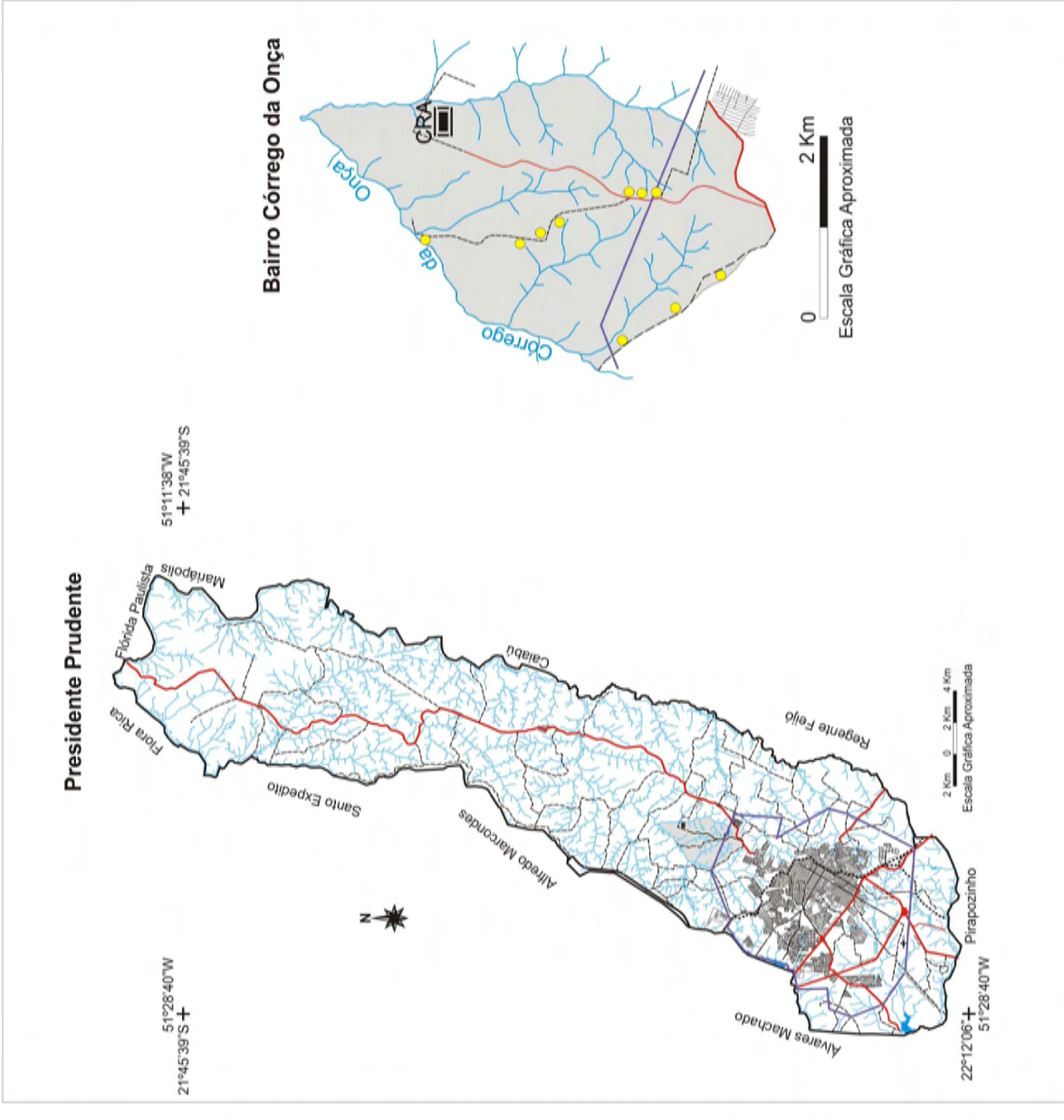
LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO CÓRREGO DA ONÇA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Legenda

-  Propriedades pesquisadas
-  Rodovia
-  Estradas principais não pavimentadas
-  Perímetro urbano
-  Estradas principais pavimentadas
-  Centro de ressociação
-  Malha urbana
-  Cursos d'água



Autora: Erika Vanessa Moreira	Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespanhol
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2005; IBGE, 1996.	Desenhista: Leandro Bruno Santos
Modalidade de Pesquisa:	Mapa: 05
	Página: 133
Dissertação de Mestrado	
Instituição: 	Apoio:  Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



Esse bairro é confundido com o Bairro Km 6 por causa da proximidade física e social; outros chamam de Bairro Montalvão, por causa da curta distância entre o bairro e o distrito de Montalvão⁷¹, e também porque o bairro é resultado do retalhamento da Fazenda Montalvão. Recentemente, algumas pessoas têm se referido ao bairro como Presídio, pela implantação nos anos de 1990 do Centro de Ressocialização de Presidente Prudente.

São interessantes os relatos de moradores antigos sobre o porquê do nome Bairro Córrego da Onça. Segundo os moradores, antigamente havia muita onça, pois o bairro era “tomado” por matas fechadas e, por isso, era comum a presença de animais silvestres. Mesmo sem ter visto nenhuma onça, alguns moradores afirmam que tinham receio de encontrá-la. Como no mundo rural, a história não é gravada ou escrita, a continuidade e a preservação da memória ocorre pelas histórias orais contadas e repassadas de pai para filhos.

O **Bairro Ponte Alta** é conhecido também como Bairro Rural Jabaquara, situando-se entre os Bairros Córrego da Onça e Primeiro de Maio (localizado no Município de Álvares Machado). O Córrego do Limoeiro à *oeste* estabelece o limite entre o bairro e o Município de Álvares Machado; o Córrego da Onça estabelece o limite tanto à *leste* como ao *sul* com o Bairro Córrego da Onça; no sentido *norte*, o córrego Ponte Alta situa-se como elemento limítrofe entre o Ponte Alta e o Bairro Km 6 (Mapa 06).

Os bairros localizados na porção norte têm como principais vias de acesso a Rodovia Raimundo Maiolini, a Estrada do Presídio e as estradas vicinais sem pavimentação. Ao longo dessas estradas encontram-se poucos estabelecimentos de caráter urbano, como ocorre nas vias de acesso situados nos Bairros Aeroporto e Cedro (zona sul). A maior parte das propriedades rurais situadas nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta é marcada pelos cultivos de horticultura, de frutas (manga, caqui, acerola, pêra) e pela pecuária mista.

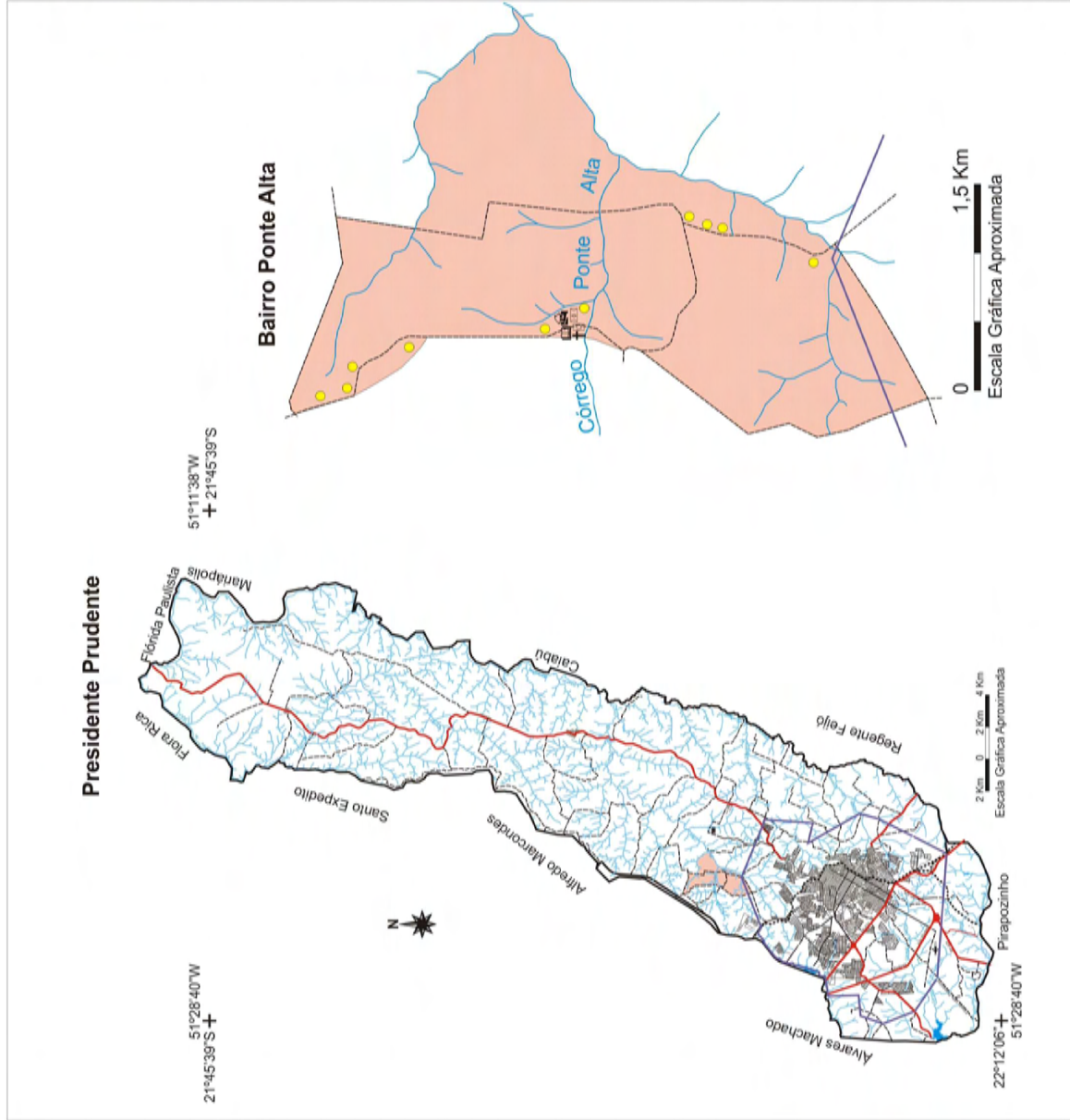
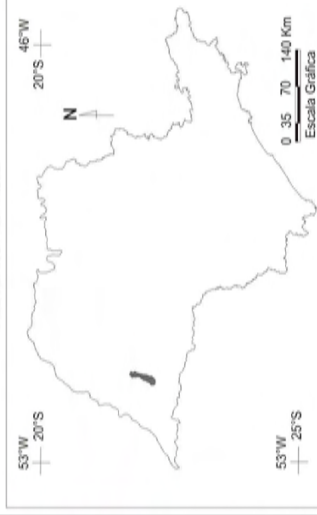
⁷¹ O Município de Presidente Prudente abarca o distrito-sede e os distritos de Montalvão, Ameliópolis, Eneida e Floresta do Sul.

LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO PONTE ALTA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Legenda

- Propriedades pesquisadas
- † Capela
- - - Estradas principais não pavimentadas
- Perímetro urbano
- Cursos d'água
- ☼ Venda
- ☐ Escola mista desativada
- ☐ Campo de bocha
- ☐ Campo de futebol

Localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo



Autora: Erika Vanessa Moreira	Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespagnol
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2005; IBGE, 1996.	Desenhista: Leandro Bruno Santos
Modalidade de Pesquisa:	Mapa: 06
	Página: 135
Instituição: unesp	
Apoio: FAPESP <small>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo</small>	
Dissertação de Mestrado	

A denominação Ponte Alta surgiu a partir da existência de uma ponte muito alta construída para facilitar o acesso dos moradores entre os bairros rurais (Córrego da Onça, Primeiro de Maio, Montalvão e Km 6). Como retrata Fernandes (1972), o nome dos bairros rurais pode estar associado a elementos físicos (córregos, rios, morros), ao sobrenome de famílias antigas, a presença de indústrias etc.

Em outras palavras, a nomenclatura do bairro rural não é imposta, em sua maioria, por agentes externos, mas construída a partir de uma identidade com o lugar. O Bairro Ponte Alta tem, portanto, seu nome vinculado a um elemento construído que foi muito importante, isto é, a ponte. E mesmo com a destruição da ponte, por razões desconhecidas, o bairro continua com essa designação.

O bairro localiza-se de 04 a 12 quilômetros da malha urbana do Município de Presidente Prudente, ou seja, da Rodovia Raimundo Maiolini até o núcleo do bairro é necessário percorrer, aproximadamente, 10 quilômetros pela estrada sem pavimentação, além da presença de quatro pontes sobre os Córregos da Onça, Ponte Alta e Limoeiro. Não há acesso ao transporte coletivo na estrada vicinal. Para utilizar esse tipo de transporte é necessário percorrer cerca de 03 quilômetros em direção ao Bairro Primeiro de Maio para se ter acesso ao ônibus da linha intermunicipal (Presidente Prudente-Álvares Machado).

A presença de terras altas e o acesso aos cursos d'água são dois aspectos encontrados no bairro e foram critérios estabelecidos pelo Coronel Marcondes para as subdivisões das propriedades oriundas da Fazenda Montalvão. Esses critérios foram estipulados para favorecer o cultivo do café e o pastoreio.

O processo de formação dos bairros rurais localizados na porção norte não foge às condições impostas no povoamento do município, ou seja, terras com preços facilitados e solos com matas virgens para o cultivo do café.

Segundo os moradores mais antigos do bairro, era preciso desbravar a mata fechada, “abrir picadas e abrir roça”. Diferentemente do Coronel Goulart, que recomendava aos compradores a não ociosidade da terra e sim o cultivo de cereais e do café, o Coronel Marcondes não estabelecia tal critério.

Os primeiros habitantes dos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta eram ex-colonos das áreas de ocupação antiga (Limeira, Tambaú etc), além de imigrantes japoneses e italianos e migrantes mineiros e paulistas. As famílias Valera, Cremonezzi, Rodrigues, Mundaeli, Carrion, Trombini, Eimori, Yamada, Tateishi, Yararra, Guilherme, Managoni e Zaupa foram mencionadas como pioneiras no bairro. Com exceção dos Rodrigues, Mundaeli e Zaupa, os demais membros das outras famílias permanecem

residindo no bairro, denotando a forte presença da transmissão hereditária como forma de acesso à terra.

Em entrevista com filhos de pioneiros do Bairro Córrego da Onça, constatou-se que as propriedades rurais variavam entre 10 e 30 alqueires, sendo que o senhor Manoel Rodrigues era um dos maiores detentores de terras no bairro, não sendo possível obter informações sobre o quanto de área possuía.

A família Eimori representa a permanência e a busca constante de novas estratégias de reprodução social, como a diversificação da produção agrícola. Os irmãos Takatero e Masataka Eimori vieram do Japão, adquirindo cada um 10 alqueires no bairro. Aos poucos eles foram comprando mais terras de vizinhos, tanto áreas contíguas como descontínuas à primeira propriedade. Atualmente são fruticultores e abarcam juntos 100 hectares (uma propriedade tem 60 e a outra 40 hectares), com cultivo de manga e limão, sendo que uma parte da propriedade é arrendada para a criação de gado.

No Córrego da Onça permanecem os herdeiros da família pioneira Cremonezzi. Segundo relatos dos irmãos Cremonezzi, o avô Antônio Cremonezzi chegou nessa área em 1927, vindo da Itália. A princípio, foram comprados 10 alqueires (24,2 hectares) para o cultivo do café. Após o seu falecimento, o herdeiro direto foi o filho João Cremonezzi, pai dos atuais moradores do bairro.

A partir desses 10 alqueires, o Senhor João foi adquirindo mais áreas contínuas e descontínuas, destinando para cada filho uma propriedade. Assim, com o seu falecimento, cada um dos 13 filhos herdou uma propriedade localizada no Bairro Córrego da Onça, Bairro Montalvão ou no Km 6. Atualmente, apenas os filhos homens permaneceram como produtores rurais; no caso das filhas, algumas venderam uma parte da propriedade aos irmãos e outras continuam com a propriedade, mas utilizam como segunda residência e patrimônio fundiário, não desenvolvendo atividade produtiva.

No final dos anos de 1930, houve a instalação de uma colônia japonesa formada pelas famílias Eimori, Yarra, Yoshio, Yamada e Tateishi, localizada entre o Bairro Córrego da Onça e o Distrito de Montalvão. Esta relação estabelecida pelo fator étnico-cultural fortalecia as relações de vizinhança e a manutenção das atividades tradicionais, como as festas periódicas organizadas pela comunidade, a realização das reuniões e cultos budistas, a prática do beisebol e até o funcionamento de uma escola japonesa no bairro. As professoras eram contratadas para lecionar em japonês e todas as despesas eram custeadas pela comunidade.

A escola foi demolida e há poucas informações sobre ela e a constituição dessa colônia japonesa. A desativação e a demolição da escola estão relacionadas à saída dos filhos dos produtores rurais em direção à cidade, decorrente da redução da produção agrícola, do falecimento dos pais e da não continuidade dos filhos na agricultura.

A família Guazzi reside no Bairro Ponte Alta desde 1935, com a chegada do pioneiro Alfredo Guazzi, oriundo de Regente Feijó. Alfredo Guazzi comprou 20 alqueires na Fazenda Montalvão (Coronel Marcondes) para o cultivo, inicialmente, do café. Com o seu falecimento, o filho Antônio Guazzi herdou a propriedade e continuou nas atividades agrícolas até o seu falecimento. A propriedade, originalmente de 20 alqueires, será desmembrada em 6 partes de, aproximadamente, 3,5 alqueires para cada herdeiro.

Embora tenha ocorrido uma saída expressiva de tais categorias de produtores rurais (camaradas, parceiros, meeiros) e o falecimento dos patriarcas, as famílias proprietárias permanecem no Bairro Ponte Alta: Carrion, Carnelese, Guazzi, Pelloso, Cremonezzi, Santos Amaro e Santos. A existência de muitas famílias próximas, física e socialmente, levou os moradores do bairro a denominá-lo de “colônia”, pela cooperação existente entre os vizinhos e pela existência de elementos de coesão social comum, como a etnia, a religião, os costumes etc. É importante esclarecer que colônias são agrupamentos de famílias com a existência de elementos culturais fortes, como a língua, a religião, os hábitos alimentares e os costumes.

A organização espacial dos bairros rurais é dispersa e as casas estão localizadas próximas às estradas, além de apresentarem um relevo suavemente convexo, com colinas amplas. O Bairro Ponte Alta se enquadra no exemplo retratado por Muller (1966), com a presença de um núcleo (*área core*) e a periferia. Como no Bairro Córrego da Onça não há um núcleo, seus moradores utilizavam com mais frequência o centro do Bairro Ponte Alta, onde funcionou entre 1967 e 1998, quando foi desativada, uma escola mista construída de madeira (diferentes séries numa mesma sala de aula). A capela, a venda, o campo de bocha, o campo de futebol e o salão de festas ainda permanecem e são utilizados de forma comunitária.

Ao redor destes equipamentos (escola, capela, campo de bocha e futebol, venda e salão) no Ponte Alta, estão presentes três casas pertencentes à família Carrion; aliás, o núcleo do bairro está nas terras do senhor Terue Carrion. A família Carrion, constituída de descendentes de espanhóis, chegou ao bairro nos anos 1930, adquirindo terras através da compra da família do Senhor Manoel Rodrigues.

O café era o principal produto cultivado nos bairros entre 1930 e 1940, cujas terras altas, solos virgens e presença de cursos d'água, favoreceram o seu cultivo. A mão-de-obra familiar era insuficiente nas fases de colheita, recorrendo-se à troca de dias com os vizinhos e à contratação de diaristas. A presença de parceiros e camaradas foi expressiva no bairro, inclusive o número de casas era maior do que existe atualmente. Como no espaço rural é difícil dissociar trabalho e lazer, no final de cada empreitada (colheita do café, por exemplo) era servida, pelo proprietário, uma farta mesa de pães, bolos, doces, vinho e aguardente como forma de agradecer e comemorar a colheita.

As atividades lúdico-religiosas (quermisses, novenas e terços) eram constantes devido à presença de um número maior de famílias residentes, de relações de parentesco e um maior envolvimento dos vizinhos.

Embora o café tenha predominado na paisagem dos bairros até final de 1940, o feijão, a mandioca, o milho, o arroz e as hortaliças eram cultivados para o autoconsumo, sendo comercializado apenas o excedente. As plantas oleaginosas, como o algodão e o amendoim, no início da década de 1950, geraram vantagens econômicas aos produtores rurais, pois toda a produção era comprada pelas máquinas de beneficiamento, além de não exigirem tanto o uso de insumos químicos. Além disso, o algodão permitia renda e trabalho para a família, utilizando-se na fase de colheita a contratação de mão-de-obra externa à propriedade. Para a colheita do algodão eram contratadas cerca de 30 pessoas por propriedade, trazidas de caminhão da cidade. No final dos anos 1960, a produção das oleaginosas sofreu uma retração, restando como alternativa aos produtores rurais substituí-la pelo feijão, pela batata inglesa, pelas frutas (manga, uva, banana, caqui) e pelas hortaliças.

No início da década de 1970, a produção de frutas como manga, caqui, banana, maçã e limão começou a se destacar nos bairros, sendo realizada, principalmente, pelos descendentes japoneses.

O Plano Real (1994) permitiu vantagens aos produtores rurais, sobretudo àqueles que cultivavam feijão, batata-doce e hortaliças. Mas, o período “de ouro” foi curtíssimo, encerrando-se em 1999 com a superprodução de alguns produtos, como a batata-doce, a concorrência com outras áreas produtoras no país e a entrada cada vez maior das importações de alimentos.

Houve o abandono da agricultura voltada ao mercado, sobretudo no final dos anos de 1990, mas foi mantida uma produção agrícola direcionada ao autoconsumo e às vendas esporádicas, principalmente os produtores mais idosos e sem herdeiros para continuar

a atividade agrícola. Atualmente, a paisagem é tomada pelas pastagens, pequenas hortas e poucas lavouras de batata-doce, feijão e cana-de-açúcar.

A pecuária mista, a horticultura (verduras e legumes), o cultivo de mandioca, batata-doce, feijão, cana-de-açúcar e as frutas como manga e banana-maçã compõem a paisagem do bairro. Não se constatou a existência de nenhuma chácara de lazer ou segunda residência e estabelecimentos não-agrícolas, em virtude da permanência das famílias pioneiras no bairro.

2.4.3 PORÇÃO NORDESTE: *Bairro Gramado*

O **Bairro Gramado** situa-se na porção nordeste do referido município, abarcando em seu domínio territorial os Córregos Mandaguari e Gramado, que perfazem os limites *leste* e *oeste*, respectivamente (mapa 07). A estrada municipal do Gramado estabelece ao *sul* a divisão entre o Bairro Colina do Sol e Gramado, e o Rio Mandaguari⁷² à *norte* estabelece o limite entre o Bairro União e Gramado. Cabe relatar que a delimitação do bairro baseou-se nas informações obtidas junto aos moradores, pois os limites estabelecidos no setor censitário do IBGE apresentavam divergências daqueles traçados pelos moradores.

⁷² Segundo relato de uma moradora de 67 (sessenta e sete) anos, o Rio Mandaguari era o principal manancial que abastecia o Município de Presidente Prudente. Anos atrás, existia o reservatório da Sabesp nas margens do Mandaguari, localizado no Bairro Gramado.

LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO GRAMADO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

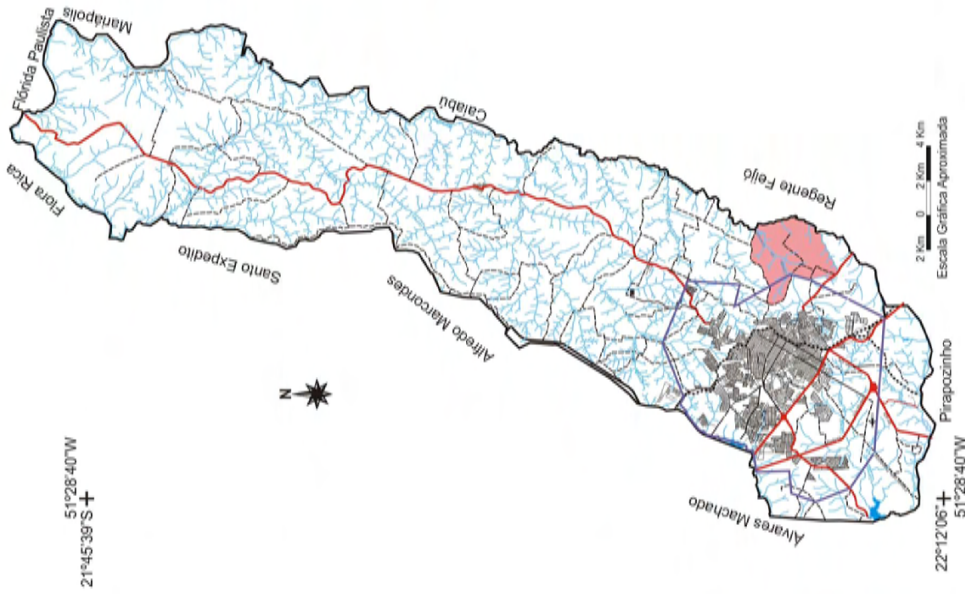
Legenda

- Propriedades pesquisadas
- + Capela São Pedro
- Rodovia
- - - Estradas principais não pavimentadas
- Perímetro Urbano
- ~ Cursos d'água

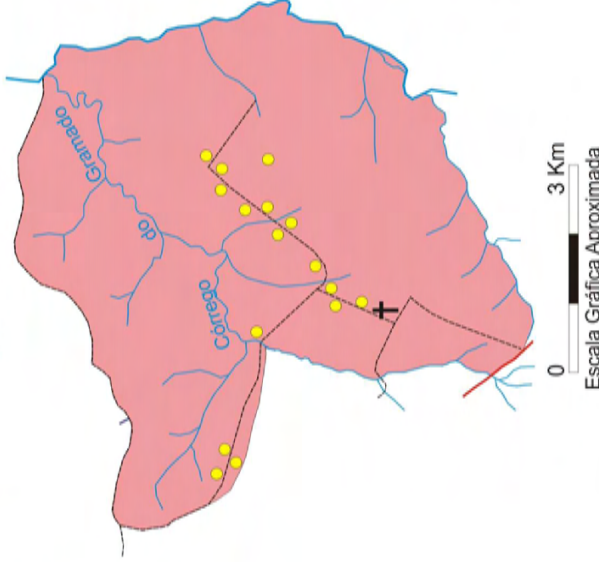
Localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo



Presidente Prudente



Bairro Gramado



Autora:

Erika Vanessa Moreira

Orientadora:

Rosângela Aparecida
Medeiros Hespanhol

Fonte:

Prefeitura Municipal de
Presidente Prudente, 2005;
IBGE, 1996.

Desenhista:

Leandro Bruno Santos

Mapa:

07

Página:

141

Modalidade de Pesquisa:

Dissertação de Mestrado

Instituição:



Apoio:



As principais vias de acesso ao bairro são a Rodovia Ângelo Rena, implantada em 1998 para ligar os Municípios de Presidente Prudente e Regente Feijó, e as estradas vicinais sem pavimentação do Gramado (foto 08) e do Imoplan. Ao percorrer o bairro, depara-se com muitas pontes que estão em péssimo estado de conservação.



Foto 08 – Estrada do Gramado. **Autor:** Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (Outubro de 2005).

As propriedades existentes no bairro começaram a ser adquiridas com o retalhamento da Fazenda Montalvão (de propriedade do Coronel José Soares Marcondes), cuja área total chegava a 1.400 alqueires.

A busca por terras férteis para o cultivo do café e a facilidade no pagamento das terras foram dois elementos importantes na ocupação do bairro. Segundo os moradores mais antigos, a Família Furquim era detentora de uma grande área na porção leste e nordeste do município. O desmembramento dessa propriedade em outras menores possibilitou a venda para várias famílias, dentre elas Perucchi, Mazzaro, Ricci e Ono.

A partir da venda das “glebas” e, posteriormente, sua ocupação, iniciou-se a formação do que hoje é denominado Bairro Gramado. Alguns moradores informaram que o bairro adotou tal denominação em virtude da presença do córrego com o mesmo nome. Outros moradores relataram que na área central do bairro funcionava a igreja, a escola, a venda e um campo de futebol - muito freqüentado pelos moradores do próprio bairro e dos bairros adjacentes.

O campo era freqüentemente utilizado para as reuniões da comunidade e, ao mesmo tempo, era um local de sociabilidade das famílias rurais, ganhando notoriedade na

década de 1970. Assim, a comunidade associava o campo (gramado) como ponto de referência, sendo que com o passar dos anos passou-se a adotar tal terminologia.

As famílias Perucchi, Mazzaro, Ricci, Vieira, Ono e Mungo foram pioneiras no processo de ocupação do Bairro Gramado. Com exceção da família Perucchi, todos os descendentes das demais famílias residem no bairro, mas nem todos estão envolvidos nas atividades agrícolas. Nos anos de 1960, a família Perucchi era detentora de muitas propriedades, sendo uma parte destinada à implantação da escola e da capela. A venda das propriedades ocorreu no final desse período pelo senhor Ângelo Perucchi

Os primeiros moradores eram oriundos de áreas de ocupação antiga do Estado de São Paulo, além de descendentes de italianos, espanhóis, portugueses e japoneses. A família Mázzaro reside há mais de 60 anos no bairro; o patriarca, seu João Mázzaro, oriundo de Tambaú, comprou 60 alqueires de terra em 1935, entre o córrego do Gramado e o Rio Mandaguari, para o desenvolvimento da pecuária de corte. Após a morte do patriarca, a propriedade foi desmembrada aos filhos em partes iguais. O filho do senhor João, Vitório Mázzaro, comprou as partes das irmãs, ou seja, retomou sob sua tutela o tamanho original da propriedade antes de ela ser desmembrada. A propriedade abarca quatro casas, uma capela desativada e um barracão para guardar os maquinários.

Até a década de 1960, o bairro tinha como paisagem predominante o cultivo do café, que era comercializado com os proprietários das máquinas de beneficiamento existentes no município, como a Matarazzo. Após o ciclo do café, o algodão foi a cultura adotada pelos produtores, sendo chamado de “ouro branco”, mas que de “riqueza” não deixou nada. Muitos produtores adquiriram financiamentos bancários para investimento no algodão, acreditando na valorização do preço e na estabilidade dos intermediários. Entretanto, muitos comentaram que os juros bancários cobrados foram elevados e a renda obtida com a venda do algodão mal deu para quitar as dívidas no banco. O pagamento da dívida era um acordo de honra ou, como diziam, primeiro deveriam pagar o que deviam para posteriormente usar o dinheiro com outras finalidades.

Depois do algodão, o bairro conviveu com o plantio de diversas lavouras temporárias, como o milho, a mandioca, a batata-doce e a horticultura. Dos anos de 1990 até os dias atuais (2007), os proprietários reduziram drasticamente as áreas ocupadas com lavouras. Atualmente, a pastagem é a paisagem predominante no bairro.

Até 1998, funcionava a escola mista do bairro. O poder público municipal e o proprietário da área em que a escola foi construída decidiram pela desativação e pela

demolição do grupo escolar. Os estudantes do bairro precisam ir à cidade para freqüentar a escola, sendo fornecido pela prefeitura municipal o transporte escolar gratuito.

A indignação dos moradores se deu devido ao não cumprimento do que havia sido acordado, no qual seria construído no lugar da escola um salão comunitário para a realização das atividades lúdico-religiosas da comunidade. O local onde funcionava a escola foi cercado e em seu lugar foi construído um agrupamento de casas, com a função de moradia, o que trouxe indignação aos moradores do bairro.

Neste capítulo ficou evidente que o processo de formação dos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente, do ponto de vista do processo de formação histórico, apresenta semelhanças com o retalhamento das propriedades e a vinda de famílias oriundas das áreas de ocupação antiga do Estado de São Paulo para o cultivo do café na década de 1920. Além disso, apresentam especificidades, com as mudanças na estrutura fundiária, produtiva e social nos últimos anos.

Foi possível constatar uma diversidade de atores sociais nos bairros da área sul, em virtude dos novos estabelecimentos implantados e, conseqüentemente, ocasionando uma nova configuração espacial. Nos bairros da área norte e nordeste, por sua vez, as mudanças estão ocorrendo de maneira mais lenta, em detrimento à distância até o perímetro urbano e a existência de uma infra-estrutura ainda precária.

Para tecer uma caracterização mais aprofundada destes bairros rurais, propõe-se, no capítulo seguinte, uma análise das estruturas fundiária e produtiva, da infra-estrutura e dos aspectos culturais, com o fito de averiguar como esses bairros rurais incorporaram as mudanças na estrutura agropecuária desde a década de 1970 até o início deste século (XXI).

3. DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DAS PROPRIEDADES RURAIS E ORGANIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR NOS BAIRROS RURAIS PESQUISADOS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP.

Partir-se-á da seguinte premissa: os bairros rurais são unidades geográficas importantes para a compreensão do rural⁷³, mas é necessário frisar que essa apreensão deve levar em consideração as relações de conflito e cooperação⁷⁴.

Considera-se pertinente as definições de bairro rural descritas por geógrafos como Muller (1966), Rodrigues (1973) e Souza (2004). Tais autores foram fundamentais para a concepção de bairro rural adotada neste trabalho.

Para Muller (1966), o bairro rural não é uma unidade rígida e exclusiva, mas susceptível às mudanças e, também, à resistência ao novo. A autora conceitua o bairro rural com a preocupação de apreendê-lo numa perspectiva geográfica, ou seja, “o bairro rural constitui um tipo de *habitat* bastante comum no Estado de São Paulo”, também definido como unidade de povoamento heterogêneo. A diversidade e a heterogeneidade são duas palavras-chave para o entendimento dos bairros rurais paulistas.

Muller (1966, p. 129) define bairro rural como:

[...] todo conjunto de casas, suficientemente próximas para que se estabeleçam contatos sociais entre seus moradores. É uma célula de comunidade rural que existem certos tipos de parentesco ou de vizinhança, reforçados freqüentemente pela existência da venda, capela ou escola e cujo raio de ação marca os limites do bairro.

Numa perspectiva geográfica, Rodrigues (1973, p. 3) retrata os bairros rurais como:

[...] uma unidade espacial, de limites imprecisos, caracterizado pelo sentimento de localidade, sendo uma área de referencia do espaço mais amplo representado pelo município. Como unidade espacial pode abrigar mais que um grupo de vizinhança, os quais se integram no seio do grupo de localidade que lhes corresponde.

⁷³ Segundo Bombardi (2004, p. 56), o conceito de bairro rural na Geografia Agrária deve ser apreendido numa abordagem singular, pois “fornece elementos importantíssimos para a interpretação e a análise da realidade do campo”.

⁷⁴ Considera-se o conceito de lugar o mais propício para entender os bairros rurais, entendido como um espaço vivido e uma construção social. Aliás, compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato-imediato, real-simbólico). O lugar expressa a cooperação e o conflito, a permanência e a mudança, a criação e a recriação das dinâmicas impostas pelas forças internas e externas do mundo (ARROYO, 1996). Estão presentes nos bairros rurais os pares dialéticos formados entre o novo e o velho, o tradicional e o moderno, o exógeno e o endógeno, enfim, as mudanças e as permanências.

A organização espacial e as relações entre os bairros e a sede do município parecem ser os aspectos fundamentais na reflexão da autora. Diferentemente dos sociólogos (QUEIROZ, 1973; CANDIDO; 2003), que atribuem aos bairros rurais o caráter de grupo de vizinhança, Rodrigues (1973) demonstra que pode existir mais de um grupo de vizinhança no interior dos bairros e que os grupos mantêm afinidades e certo grau de parentesco. Assim, não existe um único grupo de coesão social, tampouco um grupo de vizinhança centrado numa relação harmoniosa e sem atritos.

Além disso, nem todos os bairros rurais possuem uma centralidade ou mesmo um centro (área core), fato que acontece na realidade do Município de Presidente Prudente, em que o centro de um determinado bairro rural é utilizado e serve como referência para os bairros adjacentes. Essa centralidade agrupa bairros até mesmo de diferentes municípios, como é o caso dos Bairros Aeroporto (localizado no Município de Presidente Prudente) e Noite Negra (situado no Município de Anhumas), pois as festas beneficentes e religiosas ocorrem, freqüentemente, com a cooperação dos moradores dos dois bairros no núcleo do Bairro Noite Negra. A inexistência de uma área central no Bairro Cedro faz com que os moradores participem das atividades religiosas e lúdicas nos Bairros Aeroporto e Noite Negra.

A centralidade dos bairros rurais estudados tem como principais alicerces a religiosidade e as relações de parentesco. No núcleo do Bairro Ponte Alta, há a capela, a venda, os campos de bocha e futebol e uma escola desativada. Os moradores dos bairros vizinhos (Córrego da Onça, Km 06, Jabaquara) participam das missas e das atividades lúdicas e religiosas na área central do Bairro Ponte Alta. Há, portanto, uma relação social estabelecida entre os moradores, sobretudo pelos mais idosos dos bairros. Essa relação é ainda mais estreita devido às relações de parentesco estabelecidas pelas famílias pioneiras.

Souza (2004, p. 145) concebe os bairros rurais como “unidades que se caracterizam através da convicção das relações simbólicas e das relações sócio-econômicas na perpetuação da tradição e da memória”. Ou seja, não são apenas os aspectos culturais e subjetivos que definem os bairros rurais, sendo necessário incluir a organização social e econômica.

Em resumo, destaca-se a importância dos bairros rurais como “componente da geografia e da história local” e como “expressão da resistência no campo material”. Ou seja, os bairros rurais resistem às transformações estabelecidas pela lógica do modo capitalista de produção e também à dissimulação dos modos de vida e valores urbanos (SOUZA, 2004, p.146).

Uma das perspectivas deste trabalho é a de contribuir para o entendimento dos bairros rurais no período contemporâneo. Como a realidade é dinâmica, a própria configuração e conceituação de bairros rurais estão submetidas às transformações em curso, isto é, o espaço rural não é estagnado e tampouco atrasado. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, as relações entre o campo e a cidade se acentuaram, não sendo mais possível falar, no caso do Município de Presidente Prudente, de bairros rurais isolados e autárquicos; ao contrário, são unidades nas quais a lógica rural e a lógica urbana imperam.

Ao fazer uma articulação da leitura desses autores, os bairros rurais podem ser conceituados da seguinte maneira: unidades geográficas sustentadas na tríade lugar, vizinhança e diversidade. Assim, o bairro rural é o palco dos eventos e da relação dialética entre a cooperação e o conflito. É nessa sociabilidade entre os moradores (grupos) e o lugar⁷⁵ que se sustenta a definição de bairro rural. Não são apenas os elementos culturais e simbólicos que dão contorno a essa unidade, mas também os aspectos econômicos, sociais e espaciais.

É notório registrar a permanência de aspectos tradicionais nos bairros rurais, mesmo recebendo influência de valores e hábitos de consumo da sociedade urbana. Convivem numa relação dialética entre o novo e o velho.

O trabalho, por exemplo, é visto pelos moradores rurais como uma obrigação e, ao mesmo tempo, é incorporado às dimensões lúdica e religiosa. O lazer, a religiosidade e o aspecto lúdico permitem criar os círculos de sociabilidade entre os vizinhos e os parentes. O trabalho no meio rural nunca acaba, pois sempre há tarefas, na casa ou na lavoura. Assim, o lazer ocorre muitas vezes entre as pausas do trabalho.

Desse modo, propõe-se a análise sobre os bairros rurais em relação à estrutura produtiva e fundiária, infra-estrutura e aos aspectos culturais. Essa análise tem como objetivos demonstrar que: a) os bairros rurais são unidades geográficas heterogêneas e dinâmicas e não estagnadas e autárquicas; b) a estrutura produtiva, fundiária, infra-estrutura e grupo familiar são fatores que podem explicar as causas e os efeitos da pluriatividade e das atividades e rendas sem vínculos agrícolas.

A partir dos dados levantados em fonte secundária e do questionário aplicado nos bairros rurais, pretende-se enfatizar, a partir das diferenças (especificidades) e

⁷⁵ Para compreender o lugar e sua conceituação, foram utilizados os seguintes autores como referenciais teóricos: Arroyo (1996); Carlos (1996 e 1996a); Ferreira (1996); Ferreira (2000 e 2002); Holzer (1997); Leite (2005) e Santos (1994, 2003 e 2005).

das semelhanças de cada bairro, que as transformações não ocorrem de maneira geral e com a mesma intensidade.

3.1 Estrutura fundiária, produtiva e infra-estrutura dos bairros rurais pesquisados

A estrutura fundiária é um dos elementos indispensáveis para se compreender o desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural, pois o tamanho da propriedade é um dos fatores que levam à busca de estratégias de reprodução social.

O processo de formação dos bairros rurais situados na porção norte do Município de Presidente Prudente e à distância relativa do perímetro urbano (que varia de 04 a 12 Km) têm reflexos no tamanho das propriedades rurais.

Outrossim, os Bairros Cedro e Aeroporto, localizados na área sul, distam do perímetro urbano entre 03 e 06 Km, e, portanto, há maior incidência de pequenas propriedades e chácaras de final de semana. No Gramado, constatou-se que, embora se situe próximo à malha urbana (04 e 08 Km), a presença de chácaras de lazer é nula.

Para tanto, apresentar-se-á, na tabela 09, o tamanho das propriedades rurais visitadas na pesquisa de campo realizada nos bairros rurais, segundo o estrato de área. Além da tabela, pode-se, também, visualizar no mapa 08 as diferenças entre o tamanho das propriedades pesquisadas nos bairros situados nas áreas sul, norte e nordeste do município.

Tabela 09 - Tamanho das propriedades rurais pesquisadas nos bairros rurais

Estratos de área (hectares)	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 3,9 hectares	16	61,5	02	28,6	00	0,0	00	0,0	00	0,0
De 4 e 10,9 hectares	06	23,1	01	14,3	01	9,1	00	0,0	06	37,5
De 11 e 19,9 hectares	01	3,8	02	28,6	03	27,3	03	30,0	06	37,5
De 20 e 29,9 hectares	01	3,8	01	14,3	03	27,3	02	20,0	01	6,2
De 30 e 70 hectares	02	7,7	01	14,3	04	36,3	05	50,0	03	18,8
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

A presença de pequenas propriedades rurais com área de até 3,9 hectares no Bairro Aeroporto apresenta-se com grande expressividade, representando-se, em termos relativos, com 61,5 % do total das propriedades pesquisadas do bairro. No Cedro, tanto no estrato de área com até 3,9 hectares como naquelas com áreas entre 11 e 19,9 hectares, comparecem com 28,6% cada estrato.

No Aeroporto, as propriedades pesquisadas com área entre 30 e 70 hectares apresentam menor participação entre todos os bairros rurais pesquisados, ou seja, apenas 7,7% do total das propriedades visitadas.

Tanto no Aeroporto como no Cedro, o retalhamento de uma grande propriedade rural em várias outras com áreas reduzidas permitiu a venda para mais de um proprietário. No Bairro Aeroporto está ocorrendo a proliferação de chácaras destinadas ao lazer e à moradia, com áreas de até 3,9 hectares.

Em contrapartida, verifica-se, por meio da tabela 01, que não houve registro de nenhuma propriedade pesquisada com menos de 3,9 hectares nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta, localizados na área norte. Nesses bairros encontra-se a maior proeminência das propriedades pesquisadas na faixa entre 11 e 29,9 hectares, sendo registrado 54,6% no Córrego da Onça e 30,0% no Ponte Alta. Além disso, evidencia-se que 50,0% das propriedades pesquisadas no Ponte Alta encontram-se na faixa entre 30 e 70 hectares.

TAMANHO DAS PROPRIEDADES PESQUISADAS NOS BAIRROS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

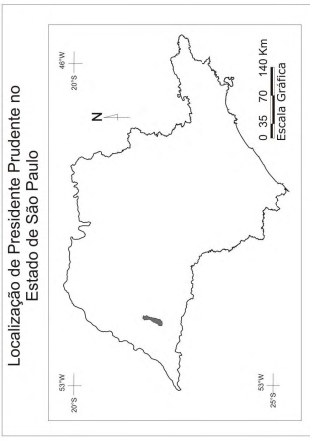
CONVENÇÕES

Tamanho das propriedades

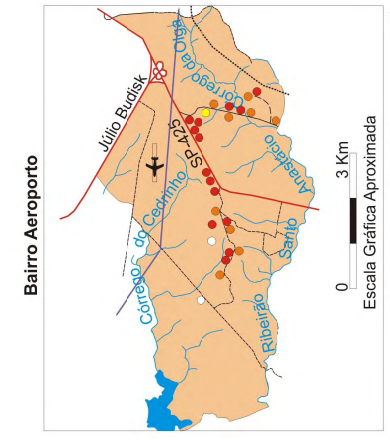
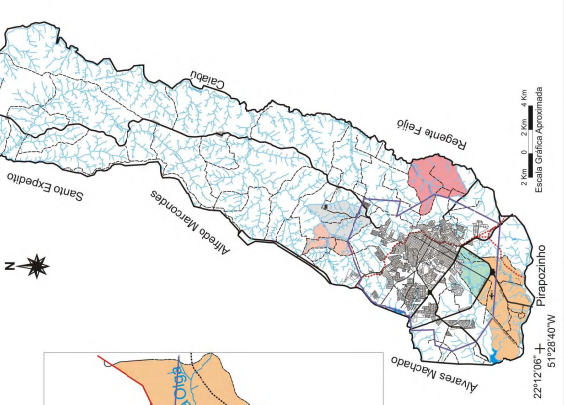
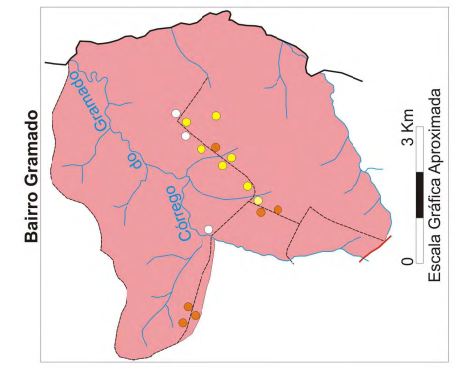
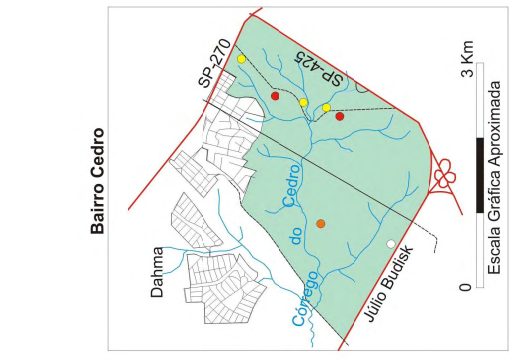
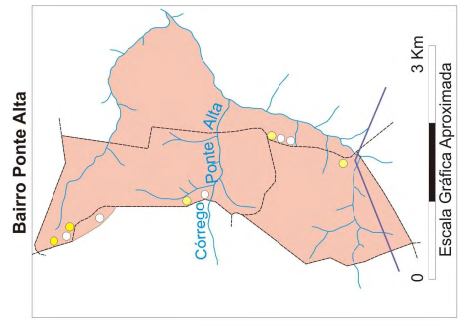
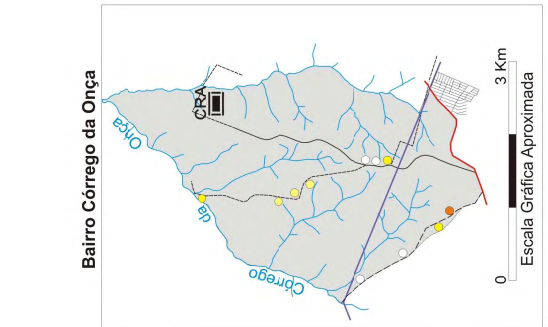
- Até 3,9 ha
- 4 e 10,9 ha
- 11 e 19,9 ha
- 20 e 29,9 ha
- 30 e 70 ha

Menor (círculo menor) / Maior (círculo maior)

- Principais rodovias
- Principais vias pavimentadas
- Principais vias não pavimentadas
- Ferrovia
- Aeroporto
- Centro de Ressocialização de Pres. Prudente
- Principais cursos d'água
- Barragem/represa
- Malha urbana
- Limite do perímetro urbano
- Limite intermunicipal



Autora: Erika Vanessa Moreira	Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hiespanhol
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2005; IBGE, 1996.	Desenhista: Leandro Bruno Santos
Modalidade de Pesquisa: Dissertação de Mestrado	Mapa: 08 Página: 150
Instituição: unesp Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	
Apoio: FAPESP	



É possível perceber, ao se visualizar a tabela 09 e o mapa 08, que as propriedades rurais pesquisadas são maiores nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta, permitindo o cultivo de lavouras comerciais, como as frutas (manga, limão e banana-maçã) e a pecuária mista.

A expressiva presença de propriedades relativamente maiores em comparação com os Bairros Aeroporto e Cedro está associada à presença das famílias pioneiras e à não realização do desmembramento de propriedades após o falecimento do patriarca. Além disso, o processo de ocupação na área norte ocorreu pautado em propriedades maiores.

Os estudos da pluriatividade e a busca de atividades não-agrícolas mostram que o tamanho da propriedade é representado como um dos fatores que levam a essas práticas, característica evidenciada no caso dos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente.

O Bairro Gramado, embora situado nas proximidades da malha urbana, não se assemelha aos Bairros Aeroporto e Cedro. Uma das constatações foi a ausência de propriedades pesquisadas com área até 3,9 hectares no bairro, evidenciando a inexistência de chácaras de lazer e finais de semana. As propriedades situadas entre 04 e 19,9 hectares representam 75,0% do total de propriedades pesquisadas no Gramado. Os 18,8% de propriedades pesquisadas entre 30 e 70 hectares são utilizadas, predominantemente, para a criação da pecuária de corte e para o cultivo de lavouras temporárias (cana e milho) para a alimentação desses animais.

A partir da variável tamanho das propriedades é possível apontar um aspecto divergente entre os bairros pesquisados, como a presença significativa de pequenas propriedades nos Bairros Aeroporto e Cedro (área sul), a constatação de propriedades maiores no Córrego da Onça e Ponte Alta (área norte) e uma situação intermediária no Bairro Gramado (área nordeste). A estrutura fundiária, para alguns autores, constitui uma variável importante na compreensão da pluriatividade e das atividades e rendas sem vínculos agrícolas. Isso ocorre em virtude da área ser insuficiente para aumentar a produção e, conseqüentemente, não gerar renda suficiente para manter economicamente todos os membros da família, além de não conseguir absorver toda a mão-de-obra familiar.

O mecanismo de acesso à terra, pautado, majoritariamente, na transmissão hereditária, permite amenizar os problemas decorrentes das subdivisões da terra. A tabela 10 revela que, de todos os bairros pesquisados, na maioria das propriedades não houve mudanças de tamanho.

Tabela 10 - Houve mudanças no tamanho das propriedades?

Mudanças no tamanho das propriedades	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não houve mudanças	19	73,1	05	71,4	07	63,6	06	60,0	13	81,3
Foi ampliada	01	3,8	00	0,0	02	18,2	00	0,0	01	6,2
Foi dividida	04	15,4	00	0,0	02	18,2	04	40,0	01	6,2
Uma parcela foi vendida	01	3,8	02	28,6	00	0,0	00	0,0	01	6,2
Não soube informar	01	3,8	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	10	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

A partir da tabela 10 é possível observar que em todos os bairros rurais, a maior parcela das propriedades pesquisadas não sofreu nenhum tipo de mudança em termos de tamanho.

No caso dos Bairros Aeroporto e Cedro, a produção agropecuária não visa, em primeiro plano, à comercialização, sendo direcionada ao autoconsumo. Assim, 73,1% das propriedades no Aeroporto e 71,4% no Cedro não sofreram alterações em relação ao seu tamanho original. Constata-se, assim, que a maior parcela das propriedades não sofreu mudança em termos de tamanho. Contudo, isso não quer dizer que a propriedade não tenha sido dividida internamente, de modo informal. Em outras palavras, os filhos casados residem em casas separadas, mas dentro da propriedade do pai, sem ocorrer legalmente o desmembramento ou o seu retalhamento.

Em relação às propriedades pesquisadas, constatou-se que no Bairro Aeroporto, 15,4% das propriedades pesquisadas apresentaram processo de desmembramento em virtude do falecimento dos patriarcas e à transmissão hereditária aos herdeiros. Um exemplo é o da família Alves Vilela, que teve a propriedade dividida em virtude do falecimento do patriarca (Valter Alves Vilela) no ano de 2005. A família era detentora de 12 (doze) hectares, que foram divididos entre seus 3 (três) filhos: 2 (dois) receberam 3,6 hectares e 1 (um) herdou 4,8 hectares. Apenas 01 (um) filho reside na propriedade e a cultiva, embora também exerça uma atividade não-agrícola fora da unidade.

De forma minoritária, em 3,8% das propriedades pesquisadas no Bairro Aeroporto compareceram as propriedades com uma parcela de área vendida, outra com uma parte ampliada, afora um entrevistado que não soube informar. No Bairro do Cedro, em 28,6% das propriedades visitadas houve venda de parcelas da área para terceiros (empresários / cidadãos).

Nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta, a situação não foi diferente, ou seja, a maior parte das propriedades pesquisadas não apresenta mudanças no tamanho da propriedade, representando em termos relativos 63,6% e 60,0% , respectivamente.

No Córrego da Onça, 18,2% do total das propriedades pesquisadas tiveram sua área ampliada, como é o caso da família Eimori. Já no Ponte Alta, divisão comparece em 40,0% das propriedades pesquisadas, por causa do desmembramento oficial, isto é, cada herdeiro tem a escritura de sua propriedade. Esse procedimento foi realizado com a finalidade de evitar qualquer conflito entre os herdeiros e para garantir a participação de todos na partilha da terra. As famílias Cremonuzzi, Guazzi, Carrion e Peloso realizaram o desmembramento e a oficialização de cada propriedade no bairro.

Em 81,3% das propriedades pesquisadas no Bairro Gramado, não houve mudanças no tamanho, e em 6,2% compareceram as propriedades que tiveram uma parcela vendida, ampliada e dividida (tabela10).

Além da forte presença de propriedades obtidas por meio do processo de transmissão hereditária em todos os bairros rurais pesquisados, é necessário destacar a ocorrência da participação expressiva das famílias que residem no local há mais de 41 anos, fato que poderá ser acompanhado posteriormente.

Para a maioria dos pesquisados nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta, a área é suficiente para as atividades que estão desenvolvendo, pois cultivam produtos destinados ao autoconsumo e culturas que não necessitam de áreas maiores, dentre elas a mandioca e a batata-doce. Em duas famílias visitadas, a produção de frutas (manga, pêra, caqui e limão) embora seja comercializada, não necessita de grandes extensões de terra, já que são intensivas em termos de capital e mão-de-obra.

Em todos os bairros pesquisados, as famílias são nucleadas e pequenas, diferentemente dos tempos remotos em que as famílias rurais eram extensas e numerosas. Essa mudança no padrão demográfico está relacionada ao tamanho reduzido da propriedade, inviabilizando tanto absorver todos os membros da família como auferir uma renda⁷⁶ suficiente para permanecer na propriedade.

⁷⁶ É importante esclarecer que o tamanho da propriedade não é um obstáculo (mas é um limite) para gerar trabalho e renda. O que impede o fortalecimento da pequena produção rural, em termos de renda, é a dificuldade em obter a infra-estrutura, as inovações tecnológicas e a assistência técnica capacitada para investir num determinado produto ou na agregação de valor. Como exemplo, pode-se mencionar o cultivo de hortaliças em estufa ou em sistema hidropônico, o cultivo de legumes em estufas e de forma vertical, e o beneficiamento de polpas de frutas. Enfim, o tamanho da propriedade não seria problema se o pequeno produtor rural tivesse possibilidade de adotar essas inovações tecnológicas.

Para se ter uma noção mais acurada da estrutura fundiária e econômica das propriedades pesquisadas nos bairros rurais selecionados no Município de Presidente Prudente, apresentar-se-á os dados sobre a situação de acesso à terra, por meio da tabela 11.

Tabela 11 - Formas de acesso à terra nas propriedades pesquisadas nos bairros rurais

Formas de obtenção	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Compra	12	46,1	03	42,8	03	23,6	01	10,0	08	50,0
Herança	08	30,8	02	28,6	07	63,3	06	60,0	05	31,2
Cedida/alugada	06	23,1	02	28,6	00	0,0	02	20,0	03	18,8
Parceria	00	0,0	00	0,0	01	9,1	01	10,0	00	0,0
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

A forma de acesso à terra se apresenta de maneira diferenciada nos bairros pesquisados, pois a compra da propriedade rural compareceu significativamente nos bairros rurais da área sul, representando 46,1 % no Bairro Aeroporto e, em menor porcentagem, no Cedro (42,8%). Cabe ressaltar que esses dois bairros possuem maior acessibilidade à sede do município, além de representarem um número maior de pequenas propriedades rurais.

Nos bairros rurais situados na área norte, a herança caracteriza-se como a principal forma de acesso à terra, pois 63,3% no Córrego da Onça e 60,0% no Ponte Alta tiveram suas propriedades obtidas por meio de transmissão hereditária. É forte também as relações de parentesco, com a presença das famílias Eimori, Valera, Carrion e Cremonuzzi.

Segundo informações adquiridas na pesquisa de campo realizada nos Bairros Aeroporto e Cedro, a aquisição por meio da compra da propriedade ocorreu por pessoas que não residiam no bairro. É importante mencionar um caso interessante narrado em uma das visitas de campo no Bairro Aeroporto. Refere-se a um chefe de família que comprou há 7 (sete) anos a propriedade que era de seu pai e onde viveu toda a sua infância nos anos 1950. Por razões não mencionadas, o pai vendeu a propriedade e toda a família mudou-se para o núcleo urbano de Presidente Prudente e, depois de contrair o matrimônio e constituir uma família, foi residir em São Paulo (capital). Com a aposentadoria, esse chefe de família decidiu retornar ao município de origem, comprando a propriedade que em tempos remotos pertenceu a seu pai. A passagem citada se mostra interessante, pois revela que o apego ao lugar pode permanecer mesmo com o passar do tempo.

A parceria comparece, de maneira minoritária, nos Bairros Córrego da Onça (9,1%) e Ponte Alta (10,0%). As propriedades enquadradas como cedidas estão presentes, com maior expressividade, nos Bairros Aeroporto (23,1%) e Gramado (18,8%).

O acesso à terra por meio da compra revelou-se a forma mais mencionada pelos entrevistados, seguida pela transmissão hereditária que, em termos relativos, representa 28,6% no Cedro e 30,8 % do total de propriedades pesquisadas no Aeroporto (tabela 11). As famílias Sitolino e Coimbra (Aeroporto) e Madeira Caldeira (Cedro) revelam-se como exemplos dessa forma de obtenção das terras. Isso decorre dos desmembramentos ocorridos após o falecimento dos patriarcas.

No caso da família Sitolino, o pai era detentor de uma área de mais de 100 hectares, abrangendo inclusive a área em que está situado, atualmente, o Aeroporto Estadual Adhemar de Barros. Com a idade avançada do patriarca e a formação de novas famílias mediante o casamento dos filhos, a propriedade foi dividida em 6 (seis) partes entre 3 e 4 hectares⁷⁷, permanecendo 04 (quatro) dos herdeiros no bairro. Há outros casos semelhantes, como das famílias Sitolino, Alves Vilela, Zerial, Espinhosa etc.

Nos anos 1950 e 1960, as propriedades eram maiores; entretanto, com a idade avançada ou o falecimento dos pais e a independência dos filhos em virtude do matrimônio, foi ocorrendo o retalhamento dessas propriedades pesquisadas e legitimadas em nome dos filhos. Todavia, muitos filhos preferiram exercer outra profissão fora da atividade agrícola. No Cedro, por exemplo, tem-se o exemplo da família Madeira Caldeira, que até os anos 1980 era detentora de uma grande área no bairro, mas com as sucessivas divisões e vendas permaneceu com apenas três propriedades utilizadas como moradia e pastagem do gado.

Na tabela 11 constata-se que 28,6% das propriedades pesquisadas no Cedro se enquadram como alugadas ou cedidas, por meio de acordos verbais entre as partes envolvidas. Em entrevista realizada com um dos herdeiros da Família Madeira Caldeira, este comentou que 2 (duas) propriedades, inclusive a sua, foram compradas por um único empresário, que também vem adquirindo outras propriedades nos Bairros Cedro e Aeroporto. O interessante é que a propriedade foi vendida, mas o antigo proprietário permanece na mesma, não havendo a necessidade do comprador contratar um caseiro ou empregado para cuidar da propriedade. Essa forma de acesso à terra permite ao proprietário certa segurança, além de poupar gastos com a contratação de caseiros e/ou empregados permanentes, pois o

⁷⁷ Uma parcela da área foi vendida para a construção do Aeroporto Adhemar de Barros.

antigo proprietário, que obteve a cessão, fica responsável por cuidar da propriedade, com autonomia de cultivar algum tipo de lavoura temporária e/ou permanente.

Apenas 20,0% das propriedades no Ponte Alta são cedidas. Esses dados são diferentes da realidade pesquisada nos bairros rurais da porção sul (Cedro e Aeroporto), em que as propriedades cedidas e/ou alugadas apresentavam uma porcentagem bem maior e o acesso à terra através da compra predominava. As propriedades caracterizadas na situação de cedida correspondem àquelas em que o proprietário permitiu ao morador residir no lote, cultivar algum tipo de lavoura e, em contrapartida, cuidar da manutenção da propriedade.

O sistema de parceria, expressivo no Município de Presidente Prudente até 1960, tornou-se raro em virtude da preferência pelo sistema de aluguel ou arrendamento. No Bairro Córrego da Onça, apenas 9,1% das propriedades visitadas são enquadradas no sistema de parceria e no Ponte Alta apenas 10%.

No Bairro Gramado, 50,0% das propriedades pesquisadas foram compradas de terceiros. Essas vendas foram realizadas, em sua maioria, pela Família Perucchi, que desmembrou uma grande propriedade rural, tendo como objetivo a comercialização de lotes, sistema também empregado pela família Furquim. A herança foi responsável pelo acesso à terra por 31,2% das propriedades visitadas, como é o caso das famílias Mázzaro, Ricci, Ono, Gomes e Oliveira.

As propriedades cedidas no Gramado correspondem a 18,8% do total de pesquisadas. As propriedades são cedidas sem a realização de nenhum contrato formal e sem nenhuma troca econômica, pois o proprietário da terra permite a residência e o cultivo de lavoura e, em contrapartida, que o beneficiado cuide da propriedade.

A heterogeneidade e a diversidade são as características centrais nos bairros rurais, tanto no aspecto econômico e social como no cultural e espacial. Encontram-se tanto moradores antigos e descendentes dos pioneiros como aqueles que residem há menos de 5 (cinco) anos. Para averiguar o tempo de residência nos bairros, apresentar-se-á a tabela 12.

Tabela 12 - Tempo de residência das famílias pesquisadas nos bairros rurais

Tempo de residência no bairro	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Menos de 1 ano	02	7,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0	01	6,2
De 1 e 10 anos	11	42,3	04	57,1	01	9,1	01	10,0	04	25,0
De 11 e 20 anos	04	15,4	01	14,3	01	9,1	00	0,0	01	6,2
De 21 e 40 anos	08	30,8	02	28,6	00	0,0	02	20,0	03	18,8
Acima de 41 anos	01	3,8	00	0,0	09	81,8	07	70,0	07	43,7
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

A participação de moradores com tempo de residência entre 1 e 10 anos aparece com maior predominância no Aeroporto (42,3%) e no Cedro (57,1%). Os moradores não mudaram para os bairros com o objetivo de desenvolver uma atividade como complementar à renda não-agrícola.

Enquanto no Cedro o tempo de residência varia entre 11 e 40 anos, concentrando 42,9% das propriedades pesquisadas, no Aeroporto abrange 46,2% do total de propriedades pesquisadas (tabela 12). A partir da pesquisa de campo e dos dados expressos na tabela 12, foi possível constatar três pontos: 1) as propriedades rurais estão sofrendo um processo de retalhamento por causa da transmissão hereditária e da venda de parte da área; 2) são herdeiros de pioneiros e consideram o tempo de residência na propriedade atual, embora tenham morado com os pais em outro local no bairro; 3) a permanência de famílias antigas.

Em relação à caracterização das moradias, constatou-se que 73,1% das propriedades pesquisadas no Aeroporto e 42,8% no Cedro são próprias. Todas as propriedades pesquisadas (Aeroporto e Cedro) possuem banheiros internos e fossa para escoar o esgoto doméstico. Das propriedades pesquisadas no Cedro, 14,3% são arrendadas. Ao alugar a propriedade rural, o inquilino fecha o contrato com o proprietário para usufruir a casa e também a possibilidade de cultivar uma horta ou uma outra cultura, desde que não comprometa a área destinada à pecuária.

Diferentemente do Aeroporto, em que há predomínio de casas de alvenaria (73,1%), no Cedro a maior parte das casas é de madeira (85,7%) e apenas 14,3% são de alvenaria (foto 09).



Foto 09 - Casa no Bairro Cedro. **Autor:** Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

Como se percebe na tabela 12, o tempo de residência das famílias pesquisadas nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta situa-se, prevalentemente, acima de 41 anos, mais precisamente compreendido, respectivamente, entre 70,0% e 81,8%. Isso indica que os laços de parentesco e o apego ao lugar são características presentes nesses bairros, ou seja, a forte presença de famílias e de seus descendentes faz com que a mobilidade seja pouco freqüente.

Os moradores, estando há muito tempo no bairro, presenciaram as mudanças na infra-estrutura, principalmente com a chegada da energia elétrica há, aproximadamente, trinta (30) anos. A utilização da energia elétrica, porém, não ocorreu de forma generalizada, pois em uma propriedade no Córrego da Onça a energia está presente há apenas sete (07) anos, em virtude da falta de recursos econômicos para a implantação do transformador.

A partir da eletrificação na década de 1960, as famílias puderam ter acesso aos eletrodomésticos (geladeira, freezer, televisão, aparelho de som etc.). Em todas as propriedades pesquisadas há a presença de energia elétrica, elemento importante no bombeamento da água de poços para as residências e para o sistema de irrigação das hortaliças.

A maioria das casas, tanto no Córrego da Onça (27,3%) como no Ponte Alta (70,0%), é própria, sendo que a maior parte das casas é de alvenaria, sendo 63,6% e 70,0%, respectivamente. Em todas as casas pesquisadas existem banheiros internos e o esgoto doméstico é escoado para as fossas sépticas.

No Bairro Gramado, 43,7% das famílias pesquisadas residem há mais de 41 anos no bairro, fato que se assemelha aos bairros Córrego da Onça e Ponte Alta.

No que concerne à infra-estrutura, verifica-se no Bairro Gramado que 81,3% dos pesquisados residem em casas próprias, enquanto 18,8% são casas cedidas pelo proprietário. Desse total, 62,5% são casas de alvenaria e 37,5% foram construídas de madeira (foto 10). As residências ficam dispersas na paisagem e de forma linear às estradas vicinais, sendo que todas têm acesso à energia elétrica.



Foto 10 – Estilo de casa no Bairro Gramado.
Autor: Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (outubro de 2005).

Todas as propriedades visitadas, e mesmo aquelas que foram excluídas da pesquisa empírica, possuem energia elétrica. Em relação à água, a tabela 13 apresenta as diferentes formas de acesso.

Tabela 13 - Formas de obtenção da água nos bairros rurais

Formas de acesso à água	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mina	00	0,0	01	14,3	03	27,3	07	70,0	01	6,2
Poço comum	11	42,3	05	71,4	05	45,5	01	10,0	06	37,5
Poço semi-artesiano	09	34,6	01	14,3	02	18,2	00	0,0	06	37,5
Poço artesiano	05	19,2	00	0,0	01	9,1	02	20,0	02	12,5
Não soube informar	01	3,8	00	0,0	00	0,0	00	0,0	01	6,2
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

A obtenção de água através de minas comparece com grande ênfase em 70,0% das propriedades visitadas no Ponte Alta, havendo o bombeamento da água para o

interior das casas e para a irrigação manual das hortaliças. O interessante é que essas minas ficam em locais altos e próximos aos cursos d'água.

Nos demais bairros, como o Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça e Gramado, a principal forma de obtenção de água ocorre por meio de poços comuns. A energia elétrica também permitiu o uso de bomba para a obtenção de água de minas para o interior das residências e para a utilização na lavoura.

No Cedro, o acesso à mina compareceu em apenas 01 propriedade (14,3%). Essa mina vem apresentando, nos últimos meses, uma diminuição no volume de água e até mesmo a sua ausência em certos períodos - considerado algo atípico - haja vista que o proprietário afirmou que nunca enfrentou esse tipo de problema antes.



Foto 11 – Represa de água no Bairro Cedro.
Autor: Leandro Bruno dos Santos – Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

A presença dos Córregos Ponte Alta, da Onça e do Limoeiro, além de outros cursos d'água temporários, faz com que os bairros da área norte tenham uma paisagem marcada pelas colinas amplas e muitos fundos de vale. Essas características favoreceram o cultivo do café e a criação de animais no início da ocupação, mas prejudicaram o meio ambiente. O acesso do gado para beber água às margens dos córregos levou à destruição das matas ciliares e ao assoreamento, que, de 0,80 centímetros de profundidade não ultrapassam, no período atual, os 0,20 centímetros.

Antigamente, os produtores rurais utilizavam o córrego para irrigar as lavouras; atualmente, com a poluição dos cursos d'água e o assoreamento, tornou-se impossível utilizar a água. Com a expansão da cidade, sobretudo a partir da década de 1970, houve a degradação e o despejo de esgotos domésticos nos córregos (ver foto 12).



Foto 12 - Trecho do Córrego da Onça, entre os Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta. **Autor:** Erika Moreira – Pesquisa de Campo (fevereiro de 2006).

Os moradores falam com tristeza e revolta da atual situação dos córregos e das matas presentes no bairro, principalmente da “invasão” de garrafas de plástico (*pet*), das inúmeras sacolas plásticas, móveis usados e embalagens em geral jogadas nos cursos d’água. É importante mencionar que a Bacia do Córrego da Onça foi a primeira área do município na qual foi implantado o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo⁷⁸, entre 2003 e 2005.

No Bairro Gramado, os poços (comuns, artesanos e semi-artesianos) estão localizados, em sua maioria, próximos às casas e a água é bombeada para o uso interno nas residências. Em 6,2% das famílias pesquisadas, a água é obtida através de minas, sendo propriedades localizadas mais próximas ao Rio Mandaguari, que estabelece o limite entre os Bairros Gramado e Sete Copas (Indiana).

Outro aspecto que merece ser tratado em relação à infra-estrutura dos bairros é o destino do lixo doméstico, como está sendo ilustrado na tabela 14.

⁷⁸ O objetivo do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas é propiciar o aumento do bem-estar das populações rurais, através da implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam melhoria nos níveis de renda, mais produtividade das unidades de produção, recuperação, recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a qualidades e a quantidade das águas (<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php>).

Tabela 14 - Destino do lixo nas propriedades rurais dos bairros rurais

Destino do lixo	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Enterrado	01	3,8	00	0,0	00	0,0	01	10,0	04	25,0
Queimado	10	38,5	06	85,7	09	81,8	08	80,0	12	75,0
Coletado	14	53,8	00	0,0	00	0,0	01	10,0	01	6,2
Levado para o lixão	00	0,0	01	14,3	02	18,2	00	0,0	02	12,5
Não informado	01	3,8	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	***

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

*** múltiplas respostas

De forma corriqueira e tradicional, 85,7% das propriedades pesquisadas no Cedro e 38,5% no Aeroporto queimam o lixo doméstico. O Bairro Aeroporto tem como peculiaridade a presença efetiva dos serviços de coleta de lixo, além da pavimentação das estradas. A implantação do Condomínio de Chácaras Arilenas (I, II e III), longe do perímetro urbano (cerca de 5 a 8 Km), proporcionou a extensão dos serviços públicos aos moradores. Nessas chácaras, moram aposentados, funcionários públicos, profissionais liberais etc. A prefeitura disponibilizou os serviços de coleta de lixo e transporte coletivo e escolar aos moradores do condomínio. Isso permite levantar a seguinte hipótese: há o interesse do poder público na valorização da área, mesmo com uma restrição do plano diretor do referido município à expansão urbana, devido à presença do manancial do Rio Santo Anastácio e de seus afluentes (foto 13).



Foto 13 – Rio Santo Anastácio e Córrego do Cedro. **Autor:** Erika Moreira – Pesquisa de Campo (março de 2006).

A coleta de lixo pelo serviço público municipal é realizada em 53,8% do total das propriedades pesquisadas e que estão localizadas às margens da Rodovia Assis Chateaubriand, Estrada Bom Pastor, Estrada do Arilenas e do prolongamento da Avenida Coronel José Soares Marcondes. É possível encontrar os suportes de colocação dos latões de lixo em frente às propriedades, como acontece na área urbana.

Os Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta não têm coleta pública de lixo. Com isso, a prática mais comum é a abertura de valas para queimar os resíduos, cuja realização ocorre em 81,8% e 80,0%, respectivamente, das propriedades pesquisadas. Os resíduos orgânicos (cascas de legumes, folhas secas, restos de vegetais) são utilizados como adubo natural em hortas ou numa determinada plantação, enquanto os demais resíduos domésticos são queimados.

No entanto, em 10,0% das propriedades visitadas no Ponte Alta, os moradores levam os resíduos até o local em que o lixo urbano é depositado, evitando o transtorno de queimá-los ou enterrá-los. Portanto, levam para os depósitos de lixos no espaço urbano. O acesso ao automóvel e a mobilidade diária entre a propriedade e a cidade facilitam tal forma de destinação dos resíduos.

Percebe-se que as respostas superam 100% no Bairro Gramado, isso porque muitas famílias residentes no bairro responderam a mais de uma alternativa. A maior parcela queima os resíduos domésticos (75,0%), ao passo que 25,0% enterram-nos em valas profundas. Em duas propriedades há a seleção dos materiais recicláveis (destinado à cooperativa de reciclagem) dos orgânicos (para depositar nas hortaliças).

Em alguns trechos próximos às estradas vicinais, foram encontrados restos de materiais de construção e também lixo doméstico amontoado. Esses entulhos e lixos são oriundos de bairros urbanos localizados nas proximidades do Bairro Gramado.

No que diz respeito à avaliação dos pesquisados sobre a infra-estrutura, verifica-se que a péssima condição das estradas vicinais comparece, em todos os bairros analisados, como a principal reclamação.

Em relação aos Bairros Aeroporto e Cedro, localizados na área sul, constatou que para 57,7% (Aeroporto) e 57,1% (Cedro) dos pesquisados as mudanças na infra-estrutura do bairro foram boas, enquanto que 15,4% (Aeroporto) e 14,3 % (Cedro) avaliaram como ruins as mudanças nos seus respectivos bairros.

Como aspectos positivos, foram mencionados no Bairro Cedro a chegada da energia elétrica no final da década de 1940, o prolongamento e a pavimentação da Avenida Coronel José Soares Marcondes, o acesso ao transporte coletivo e a construção dos

condomínios fechados, pois, na percepção dos moradores pesquisados, houve o aumento da patrulhamento privado nos arredores, permitindo uma sensação de segurança aos moradores que tem propriedades na proximidade.

Dentre os aspectos negativos no Bairro Cedro, foram relatados a má conservação das estradas vicinais do Batalhão e do Cedro, a poluição e o assoreamento do Córrego do Cedro e Cedrinho.

Das famílias entrevistadas no Bairro Cedro, 57,1% apontaram as estradas como o elemento mais problemático em relação à infra-estrutura do bairro (ver foto 14). Secundariamente, comparece a reclamação sobre a falta de segurança e a presença de pessoas estranhas próximas às casas (28,6%).



Foto 14 – Estrada no Bairro Aeroporto. Na foto, nota-se a Estrada Bom Pastor (Aeroporto) no percurso que deixa de ser pavimentada. **Autor:** Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (março de 2006).

Como relatado anteriormente, os moradores que residem nas proximidades dos condomínios fechados e estabelecimentos não-agrícolas que possuem segurança privada se vêem mais protegidos do que aqueles localizados nas margens das rodovias e mais afastados desses estabelecimentos (ver foto 15).



Foto 15 – Área limite entre Bairro Cedro e São João. Na foto à esquerda, observa-se a Avenida Miguel Damha e a ponte sob o Córrego do Cedro. Na foto à direita, tem-se uma área de preservação permanente, sob cuidado do grupo Encalso. **Autor:** Leandro Bruno dos Santos – Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

A avaliação dos moradores do Bairro Aeroporto em relação às mudanças na infra-estrutura do bairro no decorrer dos últimos anos é percebida como positiva para 57,7% dos entrevistados, principalmente no que se refere à implantação da eletrificação; ao asfaltamento do prolongamento da Avenida Coronel José Soares Marcondes e da Estrada Bom Pastor; à coleta de lixo e ao acesso ao transporte coletivo. Por outro lado, 15,4% avaliaram como negativo, principalmente pelos moradores daquelas propriedades localizadas nas estradas vicinais sem pavimentação e em péssimo estado de conservação. A outra reclamação mencionada foi a poluição do Rio Santo Anastácio e a presença de pessoas estranhas rondando a propriedade. Os moradores mais novos responderam como indiferentes (15,4%) ou não responderam (11,5%) sobre as mudanças ocorridas no bairro, alegando que estas não ocorrem de maneira tão significativa.

De forma geral, constatou-se que as propriedades localizadas às margens das principais vias de acesso apresentaram uma boa avaliação pelo fato de terem acesso ao transporte coletivo e serem servidas pela coleta de lixo. As propriedades mais distantes das vias de acesso enfrentam dificuldades para utilizar as estradas no período de chuva e certa insegurança quando precisam deixar a propriedade para ir até a cidade. Todavia, as propriedades localizadas às margens dessas vias são principalmente chácaras de lazer, estabelecimentos não-agrícolas e propriedades utilizadas apenas como moradia.

Na Estrada Bom Pastor, a pavimentação tem início a partir da Rodovia Assis Chateaubriand até a entrada da Chácara Filadélfia, ou seja, poucos metros antes do limite entre Presidente Prudente e Anhumas através da ponte sobre o Rio Santo Anastácio. O

material para a pavimentação foi cedido pela Comunidade Bom Pastor e a execução da obra foi realizada pela prefeitura municipal.

No lado direito, no sentido Presidente Prudente – Pirapozinho, a Estrada Vicinal conhecida como Estrada da Fazenda Pagador está em péssimo estado de conservação, tornando-se mais crítica em épocas chuvosas. As reclamações foram encaminhadas à Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, tanto de forma individual como por meio do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas⁷⁹ (CATI/Casa da Agricultura/Prefeitura), mas nenhuma melhoria foi realizada (ver placa do Programa na foto 16). Todavia, os moradores pesquisados relataram que a prefeitura chega a trazer entulhos de materiais de construção para tampar os buracos, mas deixa expostos pedaços de ferros, o que acaba prejudicando ainda mais a mobilidade dos moradores.



Foto 16 – Área do PEMBH no Bairro Aeroporto. **Autor:** Leandro Bruno dos Santos – Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

Em relação aos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta, a reclamação mais mencionada em relação à infra-estrutura nos dois bairros foi a péssima condição das estradas (27,3% e 27,3%, respectivamente). As estradas estão com muitos buracos, sendo que em alguns trechos o tráfego torna-se perigoso, principalmente próximo às pontes. A situação da Estrada Córrego da Onça é muito ruim, prejudicando o trânsito em épocas de chuva, devido aos inúmeros sulcos na estrada. A construção de bacias de contenção nas margens da estrada, construídas pelo PEMBH, foi importante por dois motivos: 1) por evitar a formação de sulcos e erosão na estrada; 2) por ter a função de reservatório de água para o gado. Nesse bairro, os

⁷⁹ O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo iniciou, no ano de 2005, a sua implantação do Programa no Córrego do Cedrinho, no Bairro Aeroporto.

moradores, ao invés de solicitarem ao poder público o aplainamento e a compactação com a utilização do trator, procuram fazer os reparos necessários.

Como a escola do Bairro Ponte Alta foi desativada, o transporte escolar é diário e é o único meio utilizado pelos estudantes para o deslocamento até a cidade, já que não há transporte coletivo no bairro. Aliás, a ausência de transporte coletivo no Bairro Ponte Alta é apresentada como reclamação por 20,0% dos pesquisados, seguido pela falta de segurança e de equipamentos e serviços urbanos (telefone público e coleta de lixo), correspondendo a 20,0% do total dos pesquisados. Com exceção das estradas, as demais reclamações e sugestões não foram encaminhadas ao poder público local, pois os moradores pesquisados alegam o menosprezo e a burocracia no encaminhamento das demandas.

A avaliação dos pesquisados quanto às mudanças na infra-estrutura dos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta é satisfatória, pois 81,8% e 70,0%, respectivamente, disseram que as mudanças foram boas, com relação à presença da energia elétrica, do transporte escolar, da implantação das linhas de telefone residenciais e da pavimentação da estrada do presídio, que percorre um pequeno trecho do Bairro Córrego da Onça.

É preciso mencionar que a construção do Centro de Ressocialização de Presidente Prudente (chamado de Presídio de Montalvão) é vista com “bons olhos” pelos produtores do Córrego da Onça, principalmente por aqueles que residem na estrada do presídio, pois tiveram a via pavimentada, tendo acesso ao transporte coletivo em três horários diferentes do dia, além de se sentirem mais seguros com a presença constante de policiais. A única reclamação é o mau cheiro exalado pelo presídio e o despejo de detritos no córrego. Para 9,1% dos pesquisados no Córrego da Onça, as mudanças, em termos de infra-estrutura, foram negativas, tendo como maior motivo a destruição das matas e a poluição dos córregos. Para 30,0% dos pesquisados no Ponte Alta, a falta de transporte coletivo e a péssima condição das pontes foram apontados como aspectos ruins presentes no bairro.

No Bairro Gramado, as famílias pesquisadas apontaram como o problema mais grave do bairro as péssimas condições das estradas vicinais, que estão sem pavimentação (62,5%). As péssimas condições das estradas estão associadas ao mau estado de conservação das pontes sobre o Córrego Gramado e outros cursos d'água perenes. Segundo relatos dos produtores pesquisados, para o poder público municipal, a verba já foi destinada para a pavimentação da estrada principal (Estrada do Gramado) durante a gestão de 1996-2000, mas a obra só consta no projeto.

A falta de segurança e a presença de pessoas estranhas próximas às propriedades rurais foram apontadas por 25,0% dos entrevistados como aspectos negativos do

bairro. Nos últimos quinze (15) anos, houve a implantação de bairros urbanos (Sumaré, Parque Alvorada, Parque José Rotta, Chácara Mariza etc.) destinados à classe média baixa em direção às áreas rurais circundantes, como o conjunto de chácaras Imoplan, Colina do Sol e Gramado. O crescimento da cidade trouxe não apenas a falta de segurança aos moradores do Bairro Gramado, como também a poluição dos córregos e a deposição de entulhos às margens do córrego. Para 25,0% dos pesquisados não há nenhuma reclamação em relação à infraestrutura ou mesmo algum problema existente no bairro, afirmando que, atualmente, as condições melhoraram muito, pois há trinta anos atrás o bairro não contava com energia elétrica e nem era servido com transporte escolar.

O panorama da infra-estrutura dos bairros rurais pesquisados denota dois aspectos: 1) Os bairros rurais localizados na área sul, próximos à malha urbana, apresentam como principal reclamação a falta de segurança, exceto as propriedades localizadas nas proximidades dos condomínios fechados, pois são servidas de transporte coletivo, rodovias pavimentadas, coleta coletiva de lixo, enfim, maior acessibilidade à cidade e aos equipamentos urbanos; 2) Diferentemente do que ocorre nos bairros localizados na área norte e nordeste, que não são atendidos por transporte coletivo, as principais vias de acesso são estradas vicinais em péssimas condições e onde não há coleta coletiva de lixo. Há, portanto, duas realidades distintas e que, conseqüentemente, estarão relacionadas à estrutura produtiva e às atividades desenvolvidas.

A análise da estrutura produtiva e econômica é indispensável para se compreender o desenvolvimento da pluriatividade e a busca de rendas sem vínculos agrícolas. Considerar as variáveis endógenas e exógenas é importante nesse contexto, ou seja, não é apenas a unidade interna (tamanho da família, faixa etária, tamanho da unidade etc.), mas também a relação estabelecida com os elementos externos (mercado de trabalho e consumidor, infra-estrutura, poder local etc.).

As pastagens são predominantes na paisagem dos bairros, principalmente no Aeroporto e no Cedro. A tabela 15 apresenta as informações relativas ao uso da terra, como a pecuária de leite e de corte, as lavouras temporárias e permanentes, o cultivo de hortas, a criação de pequenos animais e a ociosidade de terras. Os bairros rurais pesquisados mostram diferenças e semelhanças na estrutura produtiva e econômica, demonstrando a importância de se verificar a realidade socioeconômica de cada unidade.

A pastagem prevalece na paisagem, o “verde” das lavouras desenvolvidas até os anos 1960 foi substituído pelo “verde” das pastagens plantadas. A pecuária de caráter extensivo predomina no Município de Presidente Prudente a partir dos anos de 1970, por

causa tanto da retração das áreas dedicadas às plantas oleaginosas como da implantação de frigoríficos no próprio município e na região.

A substituição das lavouras pela pastagem está no cerne da especulação imobiliária e na falta de perspectiva em investir na agricultura. Como reflete Schneider (2003), a relação agricultura x pluriatividade não se apresenta de maneira geral e homogênea em todas as localidades, mas assume características específicas. É por isso que os estudos de caso são importantes para a compreensão e a apreensão dos elementos indutores e motivadores da pluriatividade e das atividades não-agrícolas.

Tabela 15 - Utilização das terras nas propriedades pesquisadas nos bairros rurais

Utilização das terras	Aeroporto*		Cedro*		Córrego da Onça*		Ponte Alta*		Gramado*	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Lavouras temporárias	16	61,5	03	42,8	11	100,0	09	90,0	10	62,5
Lavouras permanentes	10	38,5	01	14,3	06	54,5	07	70,0	05	31,3
Pecuária leiteira	08	30,8	06	85,7	05	45,5	06	60,0	09	56,3
Pecuária de corte	03	11,5	04	57,1	06	54,5	05	50,0	07	43,8
Cultivo de hortas	16	61,5	05	71,4	08	72,7	05	50,0	00	31,3
Criação de animais	16	61,5	06	85,7	03	27,3	09	90,0	09	56,3
Área de Preservação Permanente	00	0,0	0,0	00	02	18,2	00	0,0	00	0,0
Terras ociosas	07	26,9	01	14,3	00	0,0	01	10,0	01	6,2

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

* múltiplas respostas: base de cálculo – Aeroporto (26 propriedades); Cedro (07 propriedades); Córrego da Onça (11 propriedades); Ponte Alta (10 propriedades) e Gramado (16 propriedades).

Para facilitar a compreensão sobre a estrutura produtiva dos bairros rurais pesquisados e as possíveis articulações com as demais variáveis, buscar-se-á fazer uma análise geral, mas sem se desvincular das especificidades de cada bairro estudado.

Na tabela 15 é possível constatar que a pecuária leiteira apresenta-se expressiva, em termos do número de propriedades pesquisadas, em três bairros rurais, representando 85,7% do total no Bairro Cedro, 60,0% no Ponte Alta e 56,3% no Ponte Alta.

O leite obtido pelos produtores do Cedro tem destinações diferentes, pois enquanto 28,6 % utilizam o produto apenas para o autoconsumo e para ofertar aos parentes e amigos, 28,6% confeccionam queijos artesanais e vendem, esporadicamente, mediante encomenda. O leite comercializado esporadicamente é vendido a R\$ 1,00 o litro. Em 28,6%, o leite *in natura* é destinado ao laticínio COOLVAP (Cooperativa de Leite do Vale do Paranapanema) e um outro cujo nome não foi relatado, localizado no Município de Álvares

Machado-SP. O caminhão da Cooperativa busca o produto na parte da manhã em latões de alumínio. Em nenhuma propriedade é utilizada a ordenha mecânica, embora a Vigilância Sanitária exija o resfriamento do leite. A baixa produtividade do rebanho e a falta de recursos para investir em equipamentos são elementos que dificultam a adoção de tanques de resfriamento e a ordenha mecânica. A renda bruta obtida pelas propriedades (02) que destinam o leite para a cooperativa situa-se em torno de R\$ 3.000,00 /mês.

Os queijos e os doces de leite fabricados nas propriedades são comercializados nos Municípios de Presidente Prudente e Pirapozinho. Numa das visitas realizadas a uma propriedade que agrega valor ao leite *in natura*, através da fabricação de queijos, constatou-se que são fabricados cerca de 50 (dez) queijos por mês, sendo comercializados a R\$ 6,00 cada unidade. Cabe sublinhar que os queijos são fabricados pela esposa do produtor, que fica responsável por todas as etapas do processo produtivo, desde a preparação do coalho até a embalagem. A comercialização e a parte financeira ficam sob tutela do esposo, que se dirige aos compradores e registra os pedidos e encomendas. A renda aproximada da venda dos queijos artesanais equivale a R\$ 300,00/ mês.

Nenhuma propriedade no Córrego da Onça comercializa o leite e apenas 9,1% das propriedades confeccionam queijos artesanais para o autoconsumo e parentes. Um produtor rural levantou a possibilidade da implantação de um mini-laticínio no Bairro Montalvão. Houve reuniões entre os moradores dos bairros vizinhos com o objetivo de verificar a possibilidade de comprar o leite dos produtores, mesmo que seja 2 (dois) litros por dia. Isso seria vantajoso para os produtores e para o proprietário do laticínio, tendo em vista que os produtores teriam uma renda mensal (mesmo baixa) com o leite e o proprietário do laticínio não precisaria buscar a matéria-prima em propriedades distantes, amenizando os custos com o transporte. O funcionamento desse laticínio, destinado à fabricação de queijos e manteiga, está na dependência da autorização final da Vigilância Sanitária.

No Ponte Alta, a comercialização do leite ocorre em 40,0% das propriedades pesquisadas, sendo que em 20,0% delas o leite é comprado pela Coolvap e em 20,0% é utilizado apenas para o autoconsumo. A renda obtida com a pecuária leiteira, segundo os produtores, é de aproximadamente R\$ 1.000 por mês.

No caso do Bairro Gramado, 6,2% das propriedades comercializam o leite *in natura* para o Laticínio Líder (6 litros/dia – R\$0,36 litro de leite) e outros vendem a granel esporadicamente. O leite destinado ao laticínio é armazenado em galões de alumínio e levado pelo caminhão da empresa. Não houve nenhum caso de agregação de valor ao leite (queijo,

requeijão ou doces) para a comercialização, apenas para uso interno da família. A renda obtida com o leite é baixa, cerca de R\$ 250,00 por mês.

Em 30,8% das propriedades visitadas no Bairro Aeroporto há o desenvolvimento da pecuária leiteira, mas apenas 7,7 % comercializam o leite *in natura*. A maior parcela (23,6 %) destina apenas ao autoconsumo ou à venda a granel, sendo realizada por meio da encomenda de vizinhos e terceiros. Os produtores que comercializam o leite o vendem a R\$ 0,40 o litro para a Cooperativa Vale do Paranapanema (Coolvap), e a R\$ 1,00 o litro a granel. A renda obtida com a venda do leite para a cooperativa está entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 /mês.

O gado bovino serve como uma forma de segurança “financeira”, ou seja, no caso de ocorrer uma adversidade climática ou econômica, os produtores recorrem à venda de algumas cabeças.



Foto 17 – Pecuária leiteira no Bairro Cedro. **Autor:** Leandro Bruno Santos – Pesquisa de Campo (agosto de 2006).

No Bairro Aeroporto, a pecuária de corte representa 11,5% das propriedades pesquisadas e, para a prática de montaria, 3,8 %, sendo ambas destinadas à venda no caso de emergência. A princípio, ficou uma inquietação quanto à presença da pecuária extensiva ao longo da rodovia e das estradas vicinais, mas, a partir da coleta e sistematização dos dados, constatou-se que a participação é irrisória. Como explicar tamanha desproporção? Primeiramente, há uma parcela de propriedades que são cedidas, portanto o proprietário permanece com o gado na propriedade, mas o morador não consegue nenhuma renda quando este é comercializado e, como ele não se considera proprietário do gado, não menciona a presença destes.

A pecuária de corte está presente em 54,5% das propriedades visitadas no Córrego da Onça e em 50,0% das propriedades no Ponte Alta, mas a comercialização não ocorre de maneira freqüente. O gado é considerado como uma reserva de valor e como uma fonte de renda nos períodos de dificuldades na agricultura. Como é proibido abater o gado na propriedade, os produtores levam para o frigorífico de Montalvão e depois comercializam tanto neste Distrito como na sede do Município de Presidente Prudente. Como a venda da carne é esporádica, os produtores apresentaram uma renda média de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 por abate.

Em relação às lavouras permanentes, constatou-se que os Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta apresentaram maior participação desses tipos de cultura, em termos de número de propriedades, com destaque para o café, a manga e a banana-maçã.

Nos Bairros Aeroporto e Cedro, o cultivo de lavouras permanentes é menos significativa que a participação das lavouras temporárias. No caso do Bairro Cedro, 14,3% das propriedades pesquisadas cultivam manga, poncã e uva. A produção não é destinada ao mercado, mas ao autoconsumo. Os excedentes são comercializados entre vizinhos, não sendo possível quantificar uma renda aproximada obtida por meio da venda dessas lavouras. A comercialização esporádica e a produção sazonal não permitiram traçar um valor monetário da produção.

No caso das lavouras permanentes cultivadas nas propriedades pesquisadas no Aeroporto, a tabela 15 indica que 38,5% cultivam algum tipo de produto nessa categoria. A maioria esmagadora (90,0 %) não ultrapassa 1 hectare com esse tipo de lavoura, ao passo que 10,0 % cultivam entre 1,1 e 5 hectares. A maior parte das lavouras permanentes cultivadas nos Bairros Cedro e Aeroporto são frutas: banana-nanica, coco-anão e manga, em 05 propriedades. O coco-anão é comercializado em mini-mercados localizados nos bairros urbanos, cuja renda é de aproximadamente R\$50,00. A manga e a banana-nanica são comercializadas com feirantes e conhecidos, cujo valor obtido é muito baixo, dificultando a quantificação do valor.

Em todos os bairros rurais, os pés de frutas cítricas (laranja, lima, limão, poncã e tangerina) foram exterminados das propriedades pesquisadas por causa do surto de cancro cítrico no início de 2001. Os produtores falam com desprezo dessa atitude, pois as mudas foram adquiridas junto à CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), com todo rigor e cuidado.

Em 70,0% das propriedades pesquisadas no Ponte Alta e em 54,5% das propriedades no Córrego da Onça há cultivo de lavouras permanentes, cuja área cultivada

abrange entre 1 e 5 hectares. Dentre as lavouras cultivadas nas propriedades pesquisadas, destacam-se os cultivos de café (30,0% no Ponte Alta), cuja comercialização ocorre nas feiras e nas máquinas de torrefação, como por exemplo, na Macali em Presidente Prudente.

Nas propriedades rurais, além do café, são cultivadas as seguintes frutas: manga tipo exportação *Parmer* e *Tommy*, em 18,2% das propriedades pesquisadas no Córrego da Onça e em 20,0% no Ponte Alta; a banana-maçã, em 20,0% das propriedades no Ponte Alta (ver foto 10), e o limão *Taiti* em 20,0% das propriedades no Córrego da Onça. Com exceção da manga e da banana, comercializadas no Supermercado Econômico, localizado na cidade de Presidente Prudente, e através da venda esporádica para terceiros, as demais frutas são apenas para o autoconsumo. A renda obtida com a comercialização das frutas varia entre R\$ 60,00 e R\$ 200,00 por mês.



Foto 18 – Cultivo de mandioca e banana-maçã no Bairro Ponte Alta. **Autor:** Erika Moreira – Pesquisa de Campo (março de 2006).

Em 31,3% das propriedades pesquisadas no Bairro Gramado há desenvolvimento de alguma cultura permanente. Em 50,0% delas o cultivo das lavouras permanentes abarca menos de 1 hectare, e são culturas destinadas ao autoconsumo e à venda esporádica, destacando-se o café, o coco-anão, a jabuticaba, a manga, a laranja, a uva e o palmito pupunha. Mas, em 50,0% das propriedades, as culturas permanentes ocupam entre 6 e 10 hectares, com destaque ao cultivo da manga (*Parmers* e *Tommy*), da pêra (japonesa e nacional), do caqui e do café (ver foto 19).



Foto 19 – Cultivo de manga *Tommy* no Bairro Gramado. **Autor:** Erika Moreira – Pesquisa de Campo (janeiro de 2006).

Verifica-se que a maior parte das culturas permanentes é constituída de frutas. Nesse bairro destacam-se a manga, o caqui, a laranja e a pêra. A jabuticaba, o palmito, a laranja e a uva são destinadas, predominantemente, ao autoconsumo e raramente são comercializadas. No caso do café e do coco, a venda é esporádica e destinada apenas aos conhecidos e amigos.

Em uma propriedade visitada, constatou-se o cultivo de 5 (cinco) tipos de manga, sendo que a produção é destinada à exportação. Todas as fases da produção, desde a poda das árvores (600 pés) até a seleção e embalagem, são controladas pela esposa do produtor rural. O marido ficava responsável apenas pelas atividades externas à propriedade, tais como: ir à agência bancária, comprar insumos, estabelecer contrato com os compradores etc.

Até o ano de 2005, no período da safra, a manga era colhida entre sábado e segunda-feira, pois na terça-feira de manhã era realizada a seleção das frutas por peso, tamanho e tipo, a fim de serem acomodadas nas caixetas e embaladas com filme plástico. Nessa etapa final de seleção e embalagem, eram contratados trabalhadores temporários. Na terça-feira à tarde, o caminhão da Prudensafrá (empresa responsável pelo transporte de produtos perecíveis até o CEAGESP de São Paulo) buscava as caixetas para a comercialização no Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), sendo então comercializadas com países como Argentina e Uruguai.

Atualmente, a senhora Aurora, viúva do proprietário, teve que comercializar a produção de mangas na safra/2006 por preços irrisórios, só para não perder a produção, haja vista que os acordos com a Prudensafrá e a Ceagesp, em São Paulo, eram realizados pelo esposo. Isso porque, com a morte do marido, os filhos não têm interesse em continuar na

atividade agrícola. A renda auferida com a produção da manga situa-se entre R\$ 3.000,00 e R\$ 3.500,00 por safra.

Nos períodos de entressafra das frutas, os produtores que cultivam frutas como manga e pêra, recorrem à produção de limão, cebola e verduras.



Foto 20 - Cultivo de pêra no Bairro Gramado
Autor: Erika Moreira – Pesquisa de Campo (janeiro de 2006).

As pêras e os caquis são comercializados no CEASA e nos supermercados de Presidente Prudente. As duas unidades que produzem frutas (foto 20) são de descendentes de japoneses.

No que se refere às lavouras temporárias, a batata-doce, a mandioca e a cana-de-açúcar são as culturas mais expressivas nos bairros pesquisados.

No Bairro Cedro, destacam-se as produções de mandioca, milho e cana-de-açúcar, as quais são destinadas ao autoconsumo, à venda esporádica e à alimentação do gado. Essas lavouras ocupam menos de 01 hectare (10.000 m²), sendo que a renda auferida com a venda chega a aproximadamente R\$ 50,00 / mês.

Em 61,5% das propriedades pesquisadas no Bairro Aeroporto têm-se o cultivo de alguma cultura temporária, estando a mandioca presente em 12 propriedades, a cana-de-açúcar em 07 e o milho cultivado em 06 propriedades. Em 62,5% a área cultivada é inferior a 1 hectare e 37,5% abarca entre 1,1 e 5 hectares. No caso da mandioca, apenas 11,5% das propriedades visitadas no Bairro Aeroporto comercializam o produto, sendo destinado, em sua maioria, a terceiros (intermediários), mercados de pequeno porte e feirantes. Os 11,5 % que comercializam a mandioca, conseguem entre R\$100,00 e R\$ 200,00 com a venda, não sendo possível fazer um balanço mensal, porque a produção agrícola não gera uma renda permanente e estável, mas somente no período de colheita.

A cana-de-açúcar é destinada ao autoconsumo e à alimentação do gado; o mesmo ocorre com o milho, pois uma parcela é consumida pela família e a outra é utilizada para alimentar os animais. Apenas 7,7 % comercializam o milho entre conhecidos, vizinhos, feiras e pequenos mercados. A renda obtida com a venda do milho é tão baixa que se torna difícil contabilizar o valor.

É importante esclarecer que a cultura da batata-doce, até 2002, era expressiva no Bairro Aeroporto, como pôde ser constatado na pesquisa de IC⁸⁰. A produção era comercializada no CEASA (Centrais de Abastecimentos S/A), nas feiras livres e em mercados da cidade, sendo que uma parcela considerável era levada para São Paulo e para as cidades da região.

O cultivo da batata-doce no Bairro Aeroporto e em Presidente Prudente se expandiu devido aos poucos gastos com produtos químicos, adubos e defensivos, já que o produto não necessita de irrigação, utiliza pouca mão-de-obra para a sua manutenção, requerendo maior volume de trabalhadores apenas na fase da colheita e da lavagem. Além dessas vantagens do ponto de vista produtivo, a comercialização realizada por meio de atravessadores se apresentava de forma assegurada, sendo que estes eram responsáveis pelo transporte do produto até o comprador.

A batata-doce se tornou uma alternativa sem muitos custos econômicos para o produtor, tendo ampliado tanto em quantidade produzida como de área ocupada desde o final da década de 1990 até 2002. Esse aumento levou a uma queda no valor pago, pois uma grande oferta do produto no mercado ocasionou a redução do preço pago ao produtor. A caixa de 20 quilos de batata-doce, que nos anos de 1998 a 2001 chegava a R\$ 6,00, atualmente é vendida por apenas R\$ 1,50. Além do preço muito baixo, é difícil encontrar compradores, o que acaba gerando prejuízos ao produtor rural e o conseqüente abandono da produção. A renda total obtida com a venda da batata-doce na safra 2005/2006 ficou entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.800,00, em média. Contudo, essa renda deve ser dividida em 6 (seis) meses, pois é o tempo que normalmente se estabelece entre uma colheita e outra. Então, a renda líquida mensal fica entre R\$ 170,00 e R\$ 300,00.

Um produtor de batata-doce no Aeroporto sofreu um enorme prejuízo no início de 2005, porque com o valor obtido com a venda do produto não conseguiu nem quitar o financiamento contraído no Banco do Brasil para o custeio do produto e, atualmente, trabalha como empregado temporário em outra propriedade rural.

⁸⁰ A partir da pesquisa de Iniciação Científica realizada entre 2002 e 2003, com apoio financeiro da FAPESP, constatou-se que a cultura temporária mais expressiva no Bairro Aeroporto em 2002 era a batata-doce.

As lavouras temporárias estão presentes em todas as propriedades visitadas no Córrego da Onça (100,0%) e Ponte Alta (90,0%), como revelam os dados da tabela 15. Nas propriedades visitadas no Córrego da Onça, 72,7% delas ocupam até 1 hectare (10.000m²) com as lavouras temporárias, enquanto que no Ponte Alta, 50,0% das propriedades pesquisadas abarcam entre 1 e 5 hectares com as lavouras temporárias.

O cultivo de mandioca está presente em todas as propriedades pesquisadas nos dois bairros, sendo comercializada com maior relevância no Córrego da Onça, em que 18,2% das propriedades pesquisadas destinam a produção às feiras livres e mercados de Presidente Prudente e do Distrito de Floresta do Sul, além do autoconsumo. O valor obtido com a venda da mandioca chega a aproximadamente R\$ 150,00 / mês.

O milho também foi citado como uma das principais lavouras temporárias, sendo que uma parte é destinada ao autoconsumo da família e para a alimentação das criações, e a outra é vendida de maneira esporádica, a granel. A comercialização do milho é tão baixa que não foi possível obter um valor exato.

O cultivo do feijão de inverno é expressivo no Ponte Alta, estando presente em 50,0% das propriedades pesquisadas, sendo que em 20,0% destas é destinado ao autoconsumo e em 30,0% é direcionado para a comercialização na feira livre e nas cerealistas situadas nos Distritos de Montalvão, Floresta do Sul e de Presidente Prudente. A renda obtida com a venda do feijão é favorável ao produtor, chegando a aproximadamente R\$ 3.000,00 por safra.

O cultivo da batata-doce é expressivo nos bairros da porção norte, sendo que a maior parte é destinada à comercialização no Distrito de Floresta do Sul e em feiras livres de Presidente Prudente-SP, Piedade-SP e São Paulo-SP. A batata-doce ocasionou grande descontentamento e prejuízo aos produtores na safra 2005/2006 por causa do preço muito baixo na venda, além da falta de compradores. Segundo um produtor do Bairro Córrego da Onça, foram gastos R\$ 3.600,00 para o cultivo de 1 hectare de batata-doce, mas com a venda do produto ele conseguiu em torno de R\$ 2.880,00, ou seja, o produtor teve um prejuízo de R\$ 720, isso sem contabilizar o tempo gasto para o plantio e a colheita. O que ameniza um pouco é que a batata-doce não necessita da utilização de produtos químicos, sistema de irrigação e maquinários.

Em 02 propriedades pesquisadas no Ponte Alta, a batata-doce não foi nem colhida, sendo que em uma serviu para a alimentação do gado e, em outra, foi substituída pelo feijão.



Foto 21 – Cultivo de Feijão no Bairro Ponte Alta. **Autor:** Erika Moreira – Pesquisa de Campo (março de 2006).

A produção da cana-de-açúcar é predominante para a alimentação do gado. O maracujá também é direcionado ao autoconsumo e, esporadicamente, comercializado com feirantes ou terceiros. A área ocupada pela cana-de-açúcar e pelo maracujá não ultrapassa 1 hectare.

Os dados expressos na tabela 15 revelam que 62,5% das famílias pesquisadas no Bairro Gramado cultivam lavouras temporárias. Em 40,0% das propriedades pesquisadas, as lavouras temporárias ocupam menos de 1 hectare, com destaque à produção de abobrinha, mandioca e milho. Em 20,0% das propriedades pesquisadas, as lavouras temporárias abarcam de 6 a 10 hectares, com destaque ao cultivo da batata-doce, do feijão, da cana-de-açúcar, da mandioca e do milho. A renda obtida com as lavouras temporárias situa-se entre R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00 por mês (ver foto 21). Como a renda obtida na lavoura não é uma renda mensal e estável, o valor mencionado foi calculado na seguinte base: o valor total da venda dividido por 12 meses, descontando os custos.

A produção das lavouras temporárias é destinada ao consumo interno, principalmente a abobrinha, o feijão e a mandioca. No caso do milho e da cana-de-açúcar, a produção é direcionada para a alimentação dos animais. Em 12,5% das propriedades pesquisadas, a produção é comercializada nas feiras livres de Presidente Prudente.

A venda direta aos supermercados comparece em 6,2% das propriedades visitadas, com a produção de mandioca, batata-doce e milho verde. Como a comercialização com supermercados é esporádica, o valor auferido é calculado com base na média e não na renda obtida mensalmente. Assim, o produtor consegue em média R\$ 300,00. A batata-doce é vendida para atravessadores das cidades de Piedade-SP e Sorocaba-SP. Os atravessadores buscam a produção na propriedade e pagam entre dois e quatro meses após a compra.

Em virtude das péssimas condições das pontes e estradas do Bairro Gramado, o caminhão não consegue chegar até as lavouras, sendo necessário transportar as caixas com batata-doce nas carrocerias fixadas ao trator até quase a entrada do bairro. Houve casos em que o caminhão tentou passar na ponte e despencou no córrego, perdendo toda a produção e quase perdendo o caminhão. O preço pago por caixa de batata-doce, nos últimos 5 anos, vem apresentando queda acentuada, pois em 1999 a caixa chegou a custar R\$ 4,00 e na última safra (janeiro de 2006) a caixa foi vendida entre R\$ 1,00 e R\$ 1,50.

Essa queda no preço pago ao produtor está relacionada à grande quantidade de batata-doce disponível no mercado, ou seja, quanto maior a oferta no mercado, menor é o preço a ser recebido pelo produtor. Ao indagar porque os produtores continuam cultivando a batata-doce mesmo com valor muito baixo obtido na comercialização, todos responderam que a batata-doce é uma cultura que não exige irrigação, aplicação de produtos químicos, manutenção permanente e pode ser colhida em qualquer época do ano. Além disso, eles preferem cultivar a batata-doce ao invés do algodão, que ocasionou grandes prejuízos aos produtores do bairro.



Foto 22 – Cultivo de mandioca e milho no Bairro Gramado. **Autor:** Erika Moreira – Pesquisa de Campo (janeiro de 2006).

O cultivo de hortaliças está presente em 57,1% das propriedades pesquisadas no Bairro Cedro e em 61,5% no Aeroporto, cuja área cultivada não ultrapassa a 1 hectare (10 mil m²).

As hortas são cuidadas pelas mulheres e, em pequena proporção, pelos homens. Cabe ressaltar que as hortas destinadas à comercialização são cuidadas pelos homens que, geralmente, realizam a entrega do produto e os acordos com os compradores.

Normalmente as hortas são cultivadas próximas às casas, para facilitar o cultivo das verduras e legumes.

Em nenhuma das propriedades dos Bairros Rurais Cedro e Aeroporto foi constatada a utilização do sistema de irrigação, sendo que os cultivos são regados manualmente. A comercialização das verduras ocorre em 7,7 % das propriedades pesquisadas no Aeroporto, tendo como destino as feiras livres (3,8%) e supermercados da cidade de Presidente Prudente (3,8 %). Uma propriedade no Bairro Aeroporto é produtora de verdura orgânica, com certificado da Associação dos Produtores Orgânicos de Presidente Prudente, cuja produção é escoada para supermercados desta cidade, com embalagem e selo personalizados.

O cultivo de hortas comparece, expressivamente, em 90,0% das propriedades visitadas no Ponte Alta, sendo que em 60,0% delas o cultivo ocorre em menos de 1 hectare e em 30,0% delas há o cultivo numa área entre 1 e 5 hectares. Estes últimos destinam a produção para a comercialização nas feiras livres de Presidente Prudente e para a venda em supermercados de Presidente Prudente e Montalvão. O sistema de cultivo nas hortas destinadas ao autoconsumo é predominantemente orgânico, e no cultivo para o mercado há a utilização de produtos químicos para evitar a presença de formigas e insetos. Em todas as propriedades pesquisadas a irrigação é realizada manualmente.

Embora presente em 31,3% das propriedades pesquisadas no Bairro Gramado, a comercialização das verduras ocorre em 20,0% das propriedades, que a destinam a quitandas de bairros urbanos, pequenos mercados, feirantes e conhecidos. A renda auferida por 20,0% do total de propriedades que cultivam hortaliças é de aproximadamente R\$ 1.000,00 mensais (bruto). São cultivados, em todos os bairros rurais pesquisados, vários tipos de verduras, tais como alface (lisa, americana, mimosa e crespa), almeirão, rúcula, cebolinha, salsinha, couve, chicória, além de berinjela, pimentão e vagem.

A criação de pequenos animais é realizada em 80,0% das propriedades pesquisadas no Cedro, com destaque à engorda de porcos e à criação de galinha e galos. Raramente os ovos de galinha são comercializados, apenas em casos de encomenda e quando há um excedente considerável. Tanto as hortas como os pequenos animais estão sob a responsabilidade das mulheres e, em alguns casos, as atividades são realizadas conjuntamente pelo casal.

No Cedro, em 14,3% das propriedades há a engorda de porcos para a comercialização nos Municípios de Presidente Prudente e Pirapozinho. Para diminuir os custos com a alimentação dos suínos, o produtor busca diariamente restos de comida nos

restaurantes das empresas Liane, Vitapelli e H2 (localizadas na cidade de Presidente Prudente). A venda dos porcos permite uma renda líquida aproximada de R\$ 150,00 por mês.

A criação de pequenos animais - galinhas, perus, codornas, porcos, caprinos e patos – ocorre em 61,5 % das propriedades pesquisadas no Bairro Aeroporto, embora apenas 3,8 % comercializem a carne e 3,8% vendam os ovos. A comercialização da carne e dos ovos ocorre em casos esporádicos, quando se necessita de alguma renda ou quando há um excedente. Por isso, é muito complicado contabilizar esses produtos. A renda obtida com a venda de ovos e frangos, por não ser estável, variando de mês em mês, chega a R\$ 100,00 por mês.

No Bairro Aeroporto, um proprietário que comercializava carne de galinha caipira (3,8%) relatou que o período atual está desfavorável à venda, pois o preço do frango congelado no mercado baixou significativamente, chegando, em alguns casos, a R\$ 0,95 o quilo do frango, o que prejudica a venda dos frangos caipiras cujo preço chega a R\$ 3,00 o quilo. Em uma propriedade visitada, o produtor estava com o freezer cheio de frangos caipiras abatidos. O que ameniza a situação é que a venda desses frangos é complementar e não a principal fonte de renda da família.

A criação de animais ocorre em 90,0% das propriedades pesquisadas no Ponte Alta, com destaque à engorda de suínos e à criação de frangos. Tanto os suínos como as galinhas são direcionados, predominantemente, ao autoconsumo. A carne suína é comercializada a granel e geralmente com pessoas conhecidas e sob encomenda. No caso das galinhas, apenas os ovos são comercializados entre os vizinhos. É rara a venda de frangos porque o preço da sua carne no mercado está muito baixo, devido ao surto da crise aviária (Países Asiáticos e Europeus), que gerou a retração nas exportações desse produto.

Em 56,3% das propriedades pesquisadas no Bairro Gramado há criação de animais, como porcos, galinhas, perus e coelhos. Com exceção dos suínos, os demais animais ficam soltos no quintal e são alimentados pelas mulheres. A maior parcela dos animais é destinada ao autoconsumo (suínos e galinhas), sendo comercializados em casos esporádicos e sob encomenda. Como a venda dos ovos e da carne é esporádica, não foi possível contabilizar a renda obtida com a comercialização desses produtos.

As propriedades com matas naturais representam 18,2% e estão localizadas nas margens do Córrego da Onça, tendo sido mantidas para evitar o assoreamento do córrego. Apenas em 10,0% das propriedades pesquisadas no Ponte Alta a terra se mantém ociosa, pois o chefe da família não sabe qual tipo de lavoura vai desenvolver, em virtude dos prejuízos obtidos nos últimos anos com o cultivo da batata-doce.

A existência de terras ociosas, presentes em 6,2% das propriedades pesquisadas no Bairro Gramado, ocorre porque o solo estava sendo preparado para a pastagem e a criação de gado é de caráter extensivo. O proprietário reside na cidade, mas a propriedade foi cedida a um casal, com o direito de usufruir da casa e de desenvolver atividades agrícolas. Como o casal mudou há menos de um ano, a terra estava sendo preparada para o cultivo de lavouras temporárias e para a criação de ovelhas.

A diminuição na área cultivada com lavouras nos Bairros Aeroporto e Cedro tem reflexos na baixa utilização de maquinários e produtos químicos, pois em 71,4% das propriedades pesquisadas no Cedro e em 73,1% no Aeroporto não há utilização de qualquer tipo de maquinário, haja vista o tamanho reduzido da área cultivada e o fato de a prática da pecuária dispensar o uso desses equipamentos. Apenas 28,6% das propriedades no Cedro e 26,9% no Aeroporto utilizam o arado animal e mecânico, a grade e a plantadeira manual. É importante esclarecer que algumas propriedades podem até possuir tais maquinários, mas a sua utilização é esporádica e, em alguns casos, foi abandonada.

O uso de produtos e insumos químicos também é pequeno nos Bairros Aeroporto e Cedro devido à baixa produção agrícola e, principalmente, ao caráter de autoconsumo. Em 28,6% das propriedades visitadas no Cedro e 7,7% no Aeroporto há utilização de fertilizantes, formicidas e uréia (destinada, principalmente, ao cuidado com o gado bovino). No caso dos formicidas, as embalagens são devolvidas nas lojas onde foram adquiridas, mas no caso dos adubos e insumos as embalagens são queimadas e depois enterradas como resíduos comuns.

Em virtude de a produção agrícola ser direcionada, em primeiro plano, ao autoconsumo, o arrendamento de terras para terceiros ocorre em 11,5% das propriedades pesquisadas no Aeroporto e 14,3% no Cedro, sendo que o pagamento mensal é feito em dinheiro, variando entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 por mês para o uso da pastagem.

No Bairro Aeroporto, constatou-se a presença de dois produtores que utilizaram financiamento do Banco do Brasil do tipo custeio para o cultivo da batata-doce no ano de 2000 e, hoje, enfrentam dificuldades em quitar a dívida que aumenta ano após ano.

Como a produção agropecuária em ambos os bairros é pequena e direcionada ao autoconsumo, não foi detectada, na safra 2005/2006, nenhum tipo de financiamento ou crédito rural. Apenas 14,3% no Cedro responderam terem utilizado financiamento para a agricultura, com o cultivo do algodão no final dos anos de 1970. É importante mencionar o caso de um produtor rural que realizou um financiamento no Banco do Brasil para custeio da lavoura de algodão no final dos anos 1970, mas com a queda no

preço do produto, devido à superprodução e à atuação de atravessadores, quase não conseguiu cobrir as dívidas contraídas no banco. É notório o receio dos produtores rurais em realizar algum tipo de financiamento, de um lado pela instabilidade na agricultura e, de outro, porque alguns não possuem a propriedade jurídica da terra.

A produção agropecuária nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta é expressiva e, por isso, constata-se a utilização de maquinários em 100% das propriedades pesquisadas. A utilização do trator comparece em 90,9% das propriedades pesquisadas e apenas 18,1% alugam para terceiros. Do total de produtores pesquisados, 9,1% não possuem trator e alugam da prefeitura municipal por R\$ 20,00 a hora.

A utilização de insumos químicos, como fertilizantes, fungicidas e adubos, comparece em 72,7% das propriedades do Córrego da Onça. As embalagens são devolvidas no local da compra. Os 27,3% que não utilizam nenhum tipo de produto alegam cultivar em baixa escala (autoconsumo) e, por isso, é dispensável o uso de defensivos químicos.

O receio de contrair dívidas no sistema financeiro é o motivo que faz com que em 90,9% das propriedades no Córrego da Onça e em 90,0% no Ponte Alta não haja a utilização de nenhum tipo de financiamento. A própria instabilidade da agricultura, os preços baixos obtidos na comercialização e a demora do pagamento pelos atravessadores são citados como fatores de risco para contrair uma linha de crédito. Apenas 18,1% das propriedades pesquisadas (Córrego da Onça) e 10,0% (Ponte Alta) utilizam crédito rural, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), para o custeio da produção da batata-doce, da manga e de hortaliças.

O Bairro Gramado apresentou o maior número de propriedades que arrendam terras para o cultivo agrícola, pois 20,0% dos proprietários visitados arrendam terras de vizinhos e parentes, e 60,0% arrendam terras para terceiros. O pagamento do arrendamento é feito em dinheiro, sendo que são cobrados, em média, entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00 por mês, independentemente do tamanho da área.

A instabilidade da agricultura e a burocracia dos bancos refletem na baixa participação de financiamento de crédito para a agropecuária, pois apenas 6,2% utilizam o crédito do Pronaf para custeio do cultivo da batata-doce e para a aquisição de instrumentos de trabalho. O valor financiado foi de R\$ 2.000,00 para ser pago em até 12 meses, com juros de 2% ao ano. Muitos produtores rurais do Bairro Gramado têm interesse em adquirir um financiamento para a agricultura, mas o receio de não conseguir quitar as dívidas e o risco de ter a propriedade hipotecada são apontados como motivos pelos quais não buscam crédito rural.

Em 31,3 % das propriedades pesquisadas constatou-se que houve o financiamento para agricultura, sobretudo para o cultivo do algodão e da batata-doce. No caso do algodão, os produtores tiveram prejuízos em virtude da seca de 1994 e do baixo retorno do produto no mercado. Muitos tiveram que refinancejar a dívida, perante o Banco do Brasil, em várias prestações para não ter o nome cadastrado como inadimplente.

A participação em organização coletiva é um reflexo do desenvolvimento da agropecuária, isso porque 57,1% (Cedro) e 61,5% (Aeroporto) não são filiados a nenhum tipo de organização, enquanto que 42,8% (Cedro) e 19,2% (Aeroporto) são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente. Os demais 19,3% no Bairro Aeroporto não responderam.

No Bairro Ponte Alta, a participação dos produtores em organização coletiva é muito baixa, apenas 40,0% estão associados a algum tipo de organização. Destes, 30 % estão filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente e 10,0% são filiados a uma associação.

Em relação ao Bairro Gramado, apenas 18,8% são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente, 6,2% são associados à Associação de Produtores de Frutas (Prudensafra), 6,2% são filiados à Cooperativa Mista de Presidente Prudente e 6,2% são credenciados no Sindicato Rural Patronal de Presidente Prudente. No bairro não há associação de produtores rurais e nem associação de moradores.

Os filiados ao sindicato dos trabalhadores rurais mencionam que a instituição é importante como respaldo aos serviços burocráticos, como a declaração do ITR, a aquisição do talão de produtor rural, além de prestar serviços de assistência odontológica.

No caso da Associação de Produtores de Frutas (Prudensafra), apenas 1 proprietário do Bairro Gramado participa dessa organização. O interessante é que, além das funções comuns de uma associação (compra de insumos mais baratos, facilidade no escoamento da produção para São Paulo, divulgação de cursos e técnicas de plantio etc.), também são realizadas viagens organizadas pelas esposas dos produtores rurais para fins de lazer. A associação é composta de produtores de frutas de Presidente Prudente e municípios da região, como Álvares Machado, Estrela do Norte, Anhumas, Emilianópolis etc.

O caráter familiar é predominante nas propriedades rurais de todos os bairros rurais pesquisados, sendo inexpressiva a contratação de empregados permanentes e temporários. Apenas em uma propriedade no Cedro há a utilização de mão-de-obra permanente, representando 20,0% das propriedades visitadas. No Bairro Aeroporto, constatou-se, por meio do questionário, que 15,4% das propriedades pesquisadas empregavam

trabalhadores permanentes e 7,7% de empregados temporários. Os empregados permanentes são contratados para manutenção da propriedade, recebendo um salário mensal pré-fixado que não ultrapassa os R\$ 400,00. Esses empregados residem na propriedade, com direito de cultivar e de possuir algumas cabeças de animais.

Os empregados temporários são contratados na fase da colheita. Nos últimos anos, porém, com a queda e o abandono da produção da batata-doce, o número de empregados temporários contratados diminuiu drasticamente. Os empregados temporários recebem R\$ 20,00 por dia e residem tanto no próprio bairro rural como em bairros urbanos próximos. No Bairro Córrego da Onça, a contratação de empregados temporários comparece em 27,3 % das propriedades pesquisadas, sendo utilizados nas fases da colheita de manga, feijão e batata-doce.

Em 37,5% das propriedades pesquisadas no Bairro Gramado são contratados empregados temporários na fase da colheita, principalmente da batata-doce, da manga e da pêra. Os produtores contratam diaristas nos bairros urbanos próximos (Sumaré, Furquim e Itapura II) por R\$ 20,00 o dia de trabalho. Normalmente, os produtores contratam as mesmas pessoas todo o ano, estabelecendo um vínculo, ainda que informal, entre o produtor e o diarista.

Em 72,7% das propriedades visitadas no Córrego da Onça, a mão-de-obra utilizada é predominantemente familiar. Neste bairro, 27,3% das propriedades empregam trabalhadores permanentes, principalmente nas unidades em que o casal apresenta idade avançada. Os empregados residem na propriedade em casas separadas e recebem mensalmente um salário de R\$ 400,00 reais para a manutenção da lavoura e para cuidar do gado, além de tombar e arar a terra. O pagamento é feito apenas para o chefe da família, mesmo que todos os membros tenham auxiliado na atividade agrícola.

Até os anos 1970, era freqüente a contratação de empregados temporários (diaristas), principalmente nas fases da colheita (algodão, amendoim, feijão e tomate), pois a mão-de-obra familiar era insuficiente. Atualmente, a produção agrícola é tão irrisória e voltada apenas para o autoconsumo que dispensa a contratação de mão-de-obra externa. A produção agrícola é tão pequena que não ocupa nem todo o tempo dos membros da família, tampouco gera renda a todos os residentes, ocasionando a busca por renda externa à propriedade. Desse modo, as formas de solidariedade, como o mutirão, a ajuda mútua e a troca de dias de trabalho, não são mais vivenciadas, tendo em vista que a produção agrícola é muito pequena e não há necessidade de contratação de mão-de-obra externa à propriedade.

Um dos moradores antigos do Bairro Cedro lembrou que, entre os anos de 1950 e 1960, na época de colheita do algodão e do amendoim, era necessário buscar mão-de-obra volante, geralmente de bairros urbanos de Presidente Prudente e de Pirapozinho. Além de empregados temporários, era expressiva a existência de arrendatários e parceiros. A crise nessas lavouras e, conseqüentemente, a substituição pela pastagem, ocasionou o abandono da atividade agrícola para fins comerciais por muitos produtores, além da saída de muitos deles do bairro.

Ao indagar sobre as dificuldades enfrentadas na agricultura, a maior parte dos pesquisados alegava a idade avançada do produtor e da esposa, a desvalorização dos produtos agrícolas, a falta de segurança e os roubos freqüentes nas propriedades.

No Bairro Gramado, o que mais chamou a atenção foi o fato dos produtores mencionarem os freqüentes roubos às propriedades, principalmente naquelas situadas próximas ao Bairro Colina do Sol e nas proximidades da Rodovia Ângelo Rena. Esses acontecimentos estão relacionados à proximidade de bairros urbanos periféricos que foram se instalando nos últimos dez anos, como o Parque Furquim, Sumaré e Itapura I e II, que abarcam uma população de baixa renda, situando-se nas proximidades do Bairro Gramado.

A análise da estrutura fundiária e produtiva dos bairros rurais pesquisados, sobretudo o Aeroporto e o Cedro, possibilitou compreender o enfraquecimento das relações entre os vizinhos e as atividades lúdico-religiosas. Isso porque os laços estabelecidos entre os vizinhos estavam baseados nos aspectos social e econômico, que tinham suas bases na prática do trabalho agrícola. A troca de dias de trabalho deu lugar ao assalariamento, denotando mudanças nas formas de solidariedade nas relações de trabalho.

3.1.1 Aspectos culturais nos bairros rurais pesquisados

É difícil dissociar o lazer do trabalho no campo, pois as formas de solidariedade, tais como a ajuda mútua, o mutirão e as trocas de dias de serviços ocorriam para suprir a falta de mão-de-obra e a falta de recursos para contratar assalariados. As mudanças na estrutura produtiva afetaram os aspectos culturais, ocasionando tanto a permanência como a adaptação desses elementos.

Como foi constatado nos bairros rurais pesquisados, as formas de solidariedade como o mutirão e a ajuda mútua desapareceram. Houve a substituição dessas formas de solidariedade grupal pelo assalariamento mensal e pela contratação de diaristas. Os

moradores dos bairros rurais pesquisados revelaram que a ajuda mútua não ocorre por meio do trabalho agrícola, haja vista que a produção é realizada em pequena escala.

Todavia, a ajuda mútua não funciona apenas como forma de solidariedade nas relações de trabalho, mas pode ocorrer também por ocasião de um interesse coletivo, como por exemplo a construção da Capela do Menino Jesus de Praga às margens da Rodovia Assis Chateaubriand (KM 465), próximo ao grupo escolar e ao Aeroporto. A religiosidade é forte no Bairro Aeroporto, sendo que 84,6% são católicos, 11,5% são protestantes e 3,8% são espíritas. A participação da comunidade do bairro em novenas, terços, missas e reuniões, é realizada pelos moradores católicos, ao passo que os protestantes participam de cultos realizados na cidade de Presidente Prudente, pois não há nenhuma igreja evangélica no bairro.

A ausência de uma capela ou igreja no Bairro Cedro faz com que 57,1% dos católicos, 28,6% dos protestantes e 14,3% dos espíritas participem das atividades religiosas realizadas em outros bairros rurais e na própria cidade de Presidente Prudente. No caso dos moradores católicos, há uma participação assídua nas missas realizadas no primeiro domingo de cada mês na Escola Nirma Jorge, localizada no Bairro Aeroporto. Outros preferem participar das atividades da Igreja Bom Jesus, localizada na Vila Industrial em Presidente Prudente, ou na capela do Bairro Santa Fé, próximo ao Cedro.

As festas do padroeiro, as festas juninas, os terços, as festas comemorativas no final de uma boa colheita, as novenas, as quermesses, o sistema de mutirão e ajuda mútua, os bate-papos nas porteiras com os vizinhos nos finais de semana ou ao anoitecer do dia não são mais encontrados no Bairro Cedro. As atividades de lazer e de solidariedade foram substituídas, pelos mais jovens, pelos passeios no *shopping*, nos clubes recreativos ou pela televisão em casa. O mutirão e a ajuda mútua deram lugar ao assalariamento e, no caso do Bairro Cedro, o trabalho na agricultura é tão irrisório que os membros da família cuidam sozinhos dessas atividades.

Diferentemente do Cedro, no Bairro Aeroporto, mesmo com a proximidade da cidade e com a incorporação de valores urbanos, não enfraqueceu e tampouco desapareceu uma das características dos bairros rurais, a relação de vizinhança. Isso porque há uma cooperação dos moradores na organização de atividades lúdico-religiosas em prol da construção, por exemplo, da capela, denotando que o bairro rural não se define somente a partir do aspecto econômico, mas ainda pela dimensão sociocultural.

Verifica-se que 73,1% dos pesquisados no Bairro Aeroporto pretendem continuar na propriedade, pois nasceram no bairro e gostam muito deste tipo de vida. A tranquilidade e a utilização da propriedade como moradia compareceram como motivos para a

sua permanência. Para 7,7% dos pesquisados, a saída da propriedade comparece como perspectiva futura em decorrência da idade avançada e do fato de não serem proprietários da terra. A indecisão, de 19,2 % dos pesquisados, em permanecer no bairro, está relacionada à forma de acesso à terra, ou seja, são propriedades cedidas e sem contratos formais.

No Cedro, 42,8% responderam que pretendem continuar na propriedade, ao passo que 28,6% estão à espera de receber uma boa proposta de venda por parte da prefeitura ou de um empreendedor imobiliário, e 28,6% não responderam se pretendem ou não continuar no bairro por não serem proprietários da terra.

No Bairro Córrego da Onça não há um núcleo (*core* área) e nem uma associação de moradores. Os moradores católicos (72,7%) freqüentam a capela no Bairro Km 6 e no Ponte Alta, os 18,2% protestantes participam dos cultos em Presidente Prudente, e os 9,1% budistas freqüentam, esporadicamente, as reuniões no templo budista em Presidente Prudente.

No Bairro Ponte Alta há a realização de uma missa mensal pelo pároco do Distrito de Montalvão na capela (ver foto 23). Às terças-feiras, são realizadas reuniões religiosas organizadas pela comunidade, com a participação de moradores dos bairros vizinhos (Primeiro de Maio e Córrego da Onça). A religião católica é predominante (80,0%) entre as famílias pesquisadas e, em segundo lugar, comparecem as famílias protestantes (20,0%). A religião é um elemento de coesão social, pois permite estabelecer uma relação mais estreita entre os moradores.

As formas de solidariedade tão significativas nas relações de trabalho em períodos remotos permanecem, atualmente, apenas na realização e na organização das atividades lúdico-religiosas (quermesses, festas do padroeiro, festa junina). O mutirão, a ajuda mútua e a troca de dias não são freqüentes e, portanto, desapareceram das relações de trabalho, porque as atividades agrícolas são de baixa escala e, assim, dispensam o uso de mão-de-obra externa ou a ajuda do vizinho. O uso de maquinários e de tratores reduz a necessidade de mão-de-obra na agricultura. Dessa forma, a produção visando ao autoconsumo e o uso de maquinários e de tratores são dois elementos importantes quando se propõe verificar o desaparecimento dessas formas de solidariedade.



Foto 23 – Área central do Bairro Ponte Alta. No primeiro plano, o campo de bocha e, no segundo, a capela. **Autor:** Erika Vanessa Moreira – Pesquisa de Campo (março de 2006).

As formas de solidariedade, como a ajuda mútua, o mutirão e a troca de dias de trabalho não são mais presenciadas no Bairro Córrego da Onça, perdurando as atividades lúdico-religiosas, como as novenas e os terços. A relação de vizinhança está sustentada nas práticas religiosas e nas relações de parentesco. Não há realização de festas, almoços e outras atividades festivas no bairro. Nos finais de semana são realizados jogos de futebol na propriedade do senhor Antônio Cremonezzi, com a participação dos vizinhos, cidadãos e parentes.

As visitas ocorrem em casos de doenças e mortes, com a organização das novenas e dos terços, com as relações de parentesco ou para esclarecer uma dúvida em relação à lavoura. Geralmente, as visitas ocorrem com menor frequência (54,5%), mensalmente (27,3%) e semanalmente (9,1%), denotando que as relações de vizinhança não estão associadas diretamente com a frequência de visitas, mas na cooperação dos moradores em uma determinada atividade.

O apego ao lugar e a identidade com o bairro comparece com grande expressividade entre os moradores, pois a maioria não tem a pretensão de mudar do bairro (72,7%) e muito menos a de vender a propriedade. A propriedade não é vista apenas como um patrimônio econômico, pois, no caso dos proprietários que herdaram a terra, ela tem um valor simbólico muito forte. Desse modo, a propriedade representa “o lugar da vida”⁸¹ e, por isso, muitos moradores responderam “gostar de morar no sítio”.

O desaparecimento de formas de solidariedade, como a ajuda mútua e o mutirão, não significa que o Bairro Gramado não seja mais um bairro rural, porque o

⁸¹ Expressão utilizada por Carneiro (2000) quando aborda o valor da unidade rural para os produtores familiares.

fortalecimento das formas de solidariedade ocorre nas atividades religiosas, por meio da organização dos almoços beneficentes em prol da construção do salão comunitário. A organização de almoços, festas religiosas e quermesses envolvem os moradores do bairro na arrecadação de prendas e alimentos para as festas e nos preparativos. É importante mencionar que não são apenas os católicos (81,3%) que participam das atividades, mas há ainda a colaboração de produtores budistas (6,2%) e protestantes (12,5%).

Em relação à preparação do local e dos alimentos, há um grupo que organiza e estabelece a escala do pessoal para auxiliá-lo. Além dos moradores do bairro, participam cidadãos e as famílias vinculadas à Comunidade da Igreja São Pedro (Vila Brasil) da zona leste. As relações de vizinhança, portanto, não devem ser somente associadas à frequência das visitas realizadas. Embora as visitas ocorram raramente (75,0%), não há enfraquecimento das relações entre os moradores na realização das atividades lúdico-religiosas.



Foto 24 – Igreja do Bairro Gramado e Estrutura de bambu para a realização da festa de Nossa Sra Aparecida na propriedade da família Gomes. **Autor:** Erika Moreira – Pesquisa de Campo (outubro de 2005).

Além das atividades lúdico-religiosas e das relações de vizinhança, o uso de plantas medicinais é expressivo entre os moradores do Bairro Gramado (75,0% utilizam algum tipo de planta medicinal), o que demonstra a permanência de certos aspectos tradicionais no bairro. É importante mencionar que os hábitos alimentares e o modo de consumo são predominantemente urbanos, pois em todas as propriedades há o consumo de alimentos industrializados. Um exemplo bem ilustrativo é o hábito de consumir suco concentrado de frutas em embalagem *tetra pak*, ao invés do suco natural, ou seja, preferem consumir o produto industrializado e processado ao produto cultivado e obtido na propriedade. É a relação dialética entre mudança, permanência e adaptação.

Não são apenas as relações de vizinhança que se tornaram raras, mas também as próprias relações de compadrio e parentesco. A saída dos moradores antigos, a chegada de uma gama diversificada de atores sociais e a implantação de estabelecimentos não-agrícolas fazem com que as relações com os moradores dos bairros vizinhos, Aeroporto e Nova Prudente, sejam menos freqüentes que as relações entre os vizinhos do próprio bairro.

Ocorreram mudanças e houve o desaparecimento de aspectos tradicionais, como a prática das atividades lúdico-religiosas, as relações de vizinhança e as formas de solidariedade. Todavia, há a entrada de novos hábitos alimentares, novas necessidades de consumo e novos tipos de lazer.

Por fim, cabe relatar que a mobilidade criada pela presença de importantes vias de circulação e a existência de transporte coletivo (urbano e intermunicipal) são alguns dos fatores exógenos da prática da pluriatividade e das atividades não-agrícolas urbanas, além da proximidade geográfica do centro urbano. Em relação aos fatores endógenos, é visível o tamanho reduzido da propriedade, o incentivo dos pais visando ao estudo dos filhos e a sua inserção em atividades sem vínculos agrícolas.

Os Bairros Cedro e Aeroporto são marcados pela plurifuncionalidade do uso do solo e pela diversidade de atividades e atores sociais, o que acarreta uma paisagem tomada por uma mescla de propriedades rurais, estabelecimentos não-agrícolas e condomínios fechados, que foram implantados a partir da década de 1990.

Para tecer uma análise profícua do grupo familiar, cotejando as atividades e as rendas auferidas pelos seus membros residentes nos bairros rurais pesquisados, é que se propõe a subseção seguinte, com o fito de verificar as semelhanças e as especificidades.

3.2 Família, rendas e atividades: a realidade dos Bairros Rurais Pesquisados no Município de Presidente Prudente.

A elaboração de uma pesquisa de Mestrado não deve estar centrada apenas no plano teórico e tampouco fechada numa investigação empírica descritiva. A parte teórica só tem validade se utilizada como veículo de compreensão da realidade, isto é, não que a teoria explique tudo, mas ela deve sim servir de aporte na investigação e na apreensão de fatos e eventos reais.

Desse modo, buscar-se-á, nesta subseção, traçar uma caracterização do grupo familiar, dos tipos de renda e das atividades desenvolvidas pelas famílias pesquisadas nos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta.

Na seção anterior foi realizada uma análise da estrutura fundiária e produtiva, da infra-estrutura disponível e dos aspectos culturais, permitindo, assim, abstrair algumas variáveis importantes sobre as causas e as conseqüências da pluriatividade e as diversas rendas e atividades sem vínculos agrícolas.

Considera-se pertinente traçar uma análise reflexiva-crítica e comparativa, isso porque cada bairro apresenta suas especificidades e aspectos em comum. O objetivo central nesta parte do trabalho é, portanto, encontrar as variáveis semelhantes e aquelas divergentes em relação à pluriatividade e à busca de renda e atividades sem vínculo agrícola.

O Município de Presidente Prudente passou por mudanças na estrutura agropecuária, mediante a estagnação das áreas de lavouras e expansão das pastagens. Além disso, nesse mesmo período, anos 1970, houve a expansão territorial urbana em todos os sentidos, cujo motor de crescimento foi a substituição da ferrovia pela rodovia e os avanços nos meios de transporte e comunicação. Com as mudanças tanto no espaço rural como urbano, ocorreu a migração rural-urbana e as novas relações entre o campo e a cidade. A migração pendular (também chamada de *commuting*) e a pluriatividade são aspectos visíveis dessas mudanças.

A pesquisa de campo tem como base de análise o grupo familiar. Todos os trabalhos e pesquisas acadêmicas que se dedicam à investigação do espaço rural incorporam a família em suas análises, porque a compreensão da organização do trabalho e das estratégias de reprodução social é indispensável no âmbito da família.

A família é uma instituição social mutável e, portanto, as mudanças que ocorrem no espaço rural afetam a dinâmica e a estrutura das famílias rurais. Todavia, isso não é uma regra geral, pois a família está submetida à correlação de variáveis endógenas e exógenas.

Segundo Durhan (1984, p. 62), a análise dos bairros rurais deve partir do grupo doméstico (família), uma vez que “a vida comunitária se organiza sobre a base de unidade relativamente autônoma”. Essa autonomia refere-se à organização familiar do trabalho.

No período correspondente entre o século XVIII e o início do XIX, predominava a constituição de famílias extensas, porque eram “capazes de mobilizar de modo permanente e efetivo um grupo mais amplo de cooperação econômica e social” (DURHAN, 1984, p. 62).

Com a fragmentação da unidade, o casamento dos filhos e a migração para as áreas de fronteira agrícola, há substituição das famílias extensas pelas famílias conjugais e nucleadas. Isso perdura no contexto atual, em especial nas Regiões Sul e Sudeste, pois as famílias são relativamente pequenas e constituídas pelo casal e filhos.

A família é a unidade de análise porque constitui “el núcleo que toma las decisiones sobre la producción del establecimiento y expone a cada uno de los miembros de la familia en el proceso de decisión” (ROMERO, 2003, p. 7). Assim, a base de organização da família está pautada na subordinação das mulheres aos homens e dos mais jovens aos mais idosos. A divisão das tarefas e responsabilidades era feita segundo o sexo e a idade, situação que ainda se mantém. Parafraseando Schneider (2003), a análise clássica sobre as famílias rurais, cujo modelo considera a família que abarca uma atividade e uma renda, não pode ser mais considerada no contexto atual, já que há múltiplas fontes de renda e diversas atividades não necessariamente articuladas à agricultura dentro dos grupos familiares.

A pluriatividade estaria alterando o conteúdo da unidade familiar, pois passa de uma situação na qual a propriedade era, ao mesmo tempo, lugar da residência e de produção para outra na qual ela é somente o local de moradia, uma vez que o trabalho e a produção dissociam-se geograficamente (SCHNEIDER, 2003, p. 101).

Mas essas mudanças apresentadas anteriormente não são fatos generalizados e aplicados a todas as realidades, pois existem atividades não-agrícolas que são desenvolvidas não necessariamente fora da propriedade, como o artesanato, a implantação de pesque-pague etc.

Barthez *apud* Schneider (2003) e Kageyama (2000) argumentam que o estudo da pluriatividade deve partir da articulação família/indivíduo, porque ela pode levar à individualização, na medida em que os membros da família buscam se inserir cada vez mais no mercado de trabalho não-agrícola.

Assim, o ponto de partida para a compreensão da pluriatividade deve se consubstanciar nas inserções ocupacionais individuais no âmbito da família. É importante estudar “a mobilidade individual dos membros que pertencem ao grupo de co-habitantes”, considerando a independência pessoal, os projetos e planejamentos em relação ao grupo familiar (BARTHEZ citado por SCHNEIDER, 2003, p. 102).

Concorda-se com Mattei (2005) ao afirmar que a família é dinâmica e que vem se transformando em um agregado de estratégias individuais, as quais nem sempre estão ligadas às atividades das explorações agrícolas. Assim, quando se busca compreender o fenômeno da pluriatividade em sua totalidade, a unidade de análise deve ser a família ou o domicílio, sendo que a escolha entre uma ou outra unidade depende de fatores práticos e teóricos.

Em relação às mudanças nas famílias rurais, especialmente com a expansão da pluriatividade e com o crescimento das atividades agrícolas, torna-se possível esboçar dois pontos importantes:

1. A introdução da pluriatividade e das atividades não-agrícolas altera as relações de trabalho e de gênero entre as famílias rurais, implicando no aumento da sobrecarga de trabalho e da responsabilidade da mulher, além da individualização da força de trabalho (feminina e masculina);
2. Ocorre uma dissociação entre a unidade da família e o local de trabalho⁸², permitindo apreender o grupo familiar como um elemento integrador das relações sociais.

Nesse sentido, Mattei (2005) relata que os pesquisadores que abordam a pluriatividade adotam a família rural como a unidade de análise capaz de averiguar com precisão as transformações decorrentes dessas novas inserções ocupacionais dos residentes rurais.

Para Newby (1987), a unidade de análise não pode mais ser os estabelecimentos agropecuários, uma vez que para se entender as forças que definem as atividades das unidades familiares de produção é necessário estudar todos os componentes da renda familiar e a forma como as necessidades de trabalho são divididas entre os membros familiares. Neste caso, a família e não a unidade de produção, passa a ser o elemento central para se compreender a emergência de temas novos, como é o caso da pluriatividade (MATTEI, 2005, p. 04).

⁸² A dissociação entre a unidade da família e o local de trabalho apresenta um caráter extremamente geográfico, haja vista a mobilidade constante dos membros da família, entre a propriedade e o local de trabalho (geralmente externo à unidade da família). Por isso, considera-se pertinente enfatizar esse tipo de mudança no espaço rural frente à expansão da pluriatividade e das atividades não-agrícolas.

Portanto, ao adotar a pluriatividade e as múltiplas fontes de renda como estratégias de reprodução social, convém enfatizar que:

[...] a pluriatividade não é um fato totalmente individual e nem uma escolha puramente da lógica familiar. A família representa o núcleo que toma as decisões sobre a produção do estabelecimento e a presença de um de seus membros que trabalhe fora influencia tais decisões. A alocação de trabalho entre o estabelecimento familiar e o mercado é fruto de decisões interdependentes no interior da família e a intensidade da pluriatividade dentro da família não depende só da demanda externa de trabalho, mas sobretudo das variáveis endógenas "clássicas" da família. A pluriatividade, nesse esquema, não é uma escolha ocupacional qualquer, mas sim uma opção precisa, de certo tipo de trabalho, com duração, retribuição e perspectiva de carreira bem determinadas e sua difusão contribui fortemente para incentivar processos de homogeneização social entre famílias agrícolas e não-agrícolas (KAGEYAMA, 1998, p.10)

Nesse direcionamento, propõe-se, a seguir, retratar a caracterização das famílias rurais residentes nos bairros rurais selecionados, cotejando, inicialmente, os aspectos vinculados à faixa etária, grau de escolaridade, origem, tamanho da família e, posteriormente, os tipos de renda e atividades.

3.2.1 Caracterização do grupo familiar nos bairros rurais pesquisados

Apresentar-se-á, nesta parte da dissertação, a caracterização do grupo familiar, cotejando o tamanho da família, a origem do chefe e esposa, a escolaridade e a faixa etária do casal.

De fato, a família constitui-se numa unidade analítica para o estudo da pluriatividade, mas não deve ser o único elemento, porque a pluriatividade e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas incorporam variáveis endógenas (família) e exógenas (contexto regional e local). Cabe reiterar que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas dependem tanto da lógica interna da família como do ambiente social externo no qual estão inseridas. Ou seja, a utilização apenas de elementos endógenos não permite uma noção abrangente das transformações no espaço rural como um todo.

Em todos os bairros rurais pesquisados, as famílias são nucleadas e formadas predominantemente pelo casal e filhos solteiros. O tamanho da família é uma variável endógena importante na compreensão das causas da pluriatividade e das múltiplas fontes de renda.

Foram pesquisadas 07 famílias no Bairro Cedro, perfazendo um total de 26 pessoas, ou seja, uma média de 3,7 membros por família. No Aeroporto, foi aplicado

questionário junto a 26 famílias, considerando um questionário por propriedade, num total de 82 pessoas, cuja média de membros por família equivale a 3,4 pessoas.

No Bairro Córrego da Onça, foi aplicado questionário junto a 11 famílias, considerando um questionário por propriedade rural, num total de 38 pessoas, cuja média é de 3,7 pessoas por família. A maior parte das famílias é do tipo conjugal, constituída pelo casal e filhos solteiros que, dificilmente, ultrapassam 04 membros (81,9% das famílias pesquisadas) no Córrego da Onça. Em 54,5% das famílias pesquisadas, constatou-se a presença de filhos residindo na propriedade (em casas separadas) e, em contrapartida, em 45,5% das famílias visitadas não há nenhum filho residindo na propriedade e muito menos exercendo atividade agrícola.

Foram pesquisadas 10 famílias no Ponte Alta, perfazendo um total de 44 pessoas, cuja média foi de 4,4 membros por família. As famílias abarcam entre 02 e 08 membros, com predomínio daquelas constituídas com até 05 membros (80,0% das famílias pesquisadas), sendo que, em 70,0% dos casos, todos residem na mesma casa da propriedade.

Na porção nordeste foi aplicado questionário junto a 16 famílias residentes no Bairro Gramado, perfazendo um total de 59 pessoas. As famílias com até 04 membros correspondem a 62,5% do total pesquisado e 13,5% são de famílias numerosas (entre 07 e 08 membros).

Esses dados revelam que os filhos casados estão saindo da propriedade e se inserindo em ocupações sem vínculo agrícola. Os filhos que residem na propriedade e não exercem nenhuma atividade fora são, em sua maioria, menores de idade ou portadores de necessidades especiais. Isso coloca em xeque a continuidade da unidade produtiva e o envelhecimento dos produtores rurais.

O tamanho da família comparece como uma das variáveis endógenas importantes para averiguar as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelos seus membros, tendo em vista que a busca de atividades não-agrícolas combinadas ou não com a agricultura depende da participação dos indivíduos dentro do grupo familiar.

Em relação à origem dos chefes de família e esposas, a tabela 16 apresenta a localidade de origem do casal. Essa variável é importante para examinar a mobilidade da família.

Tabela 16 - Origem dos chefes de família e esposa residentes nos bairros rurais

Origem	Aeroporto				Cedro				Córrego da Onça				Ponte Alta				Gramado					
	Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa			
	N	%	N	%	N	%	Nº	%	N	%	Nº	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Nasceu no bairro	05	19,2	01	3,8			01	14,3			01	9,1	04	40,0	01	10,0			02	12,5	01	6,2
Município de Pres. Prudente	10	38,5	12	46,2			02	28,6			02	18,2	03	27,3			05	50,0	08	50,0	08	50,0
MRG de Pres. Prudente	04	15,4	04	15,4			02	28,6			02	18,2	02	18,2			00	0,0	04	25,0	01	6,2
Estado de São Paulo	02	7,7	02	7,7			01	14,3			01	14,3	01	9,1			02	10,0	01	6,2	02	12,5
Outros Estados	05	19,2	05	19,2	01	14,3	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	01	9,1	00	0,0	01	6,2	03	18,8
Outro País	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	01	9,1	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Sem cônjuge	00	0,0	02	7,7	00	0,0	01	14,3	00	0,0	01	9,1	00	0,0	01	9,1	00	0,0	00	0,0	04	40,0
Não informado	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	02	18,2	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Total	26	100,0	26	100,0	07	100,0	07	100,0	11	100,0	11	100,0	10	100,0	10	100,0	10	100,0	16	100,0	15	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Jan/Março de 2006)

Nos Bairros Cedro e Aeroporto, a maior parte dos chefes de família é oriunda do Município de Presidente Prudente, correspondendo a 38,5% e 28,6%, respectivamente. Entre as esposas, a maior predominância situa-se no Aeroporto, com 46,2% das nascidas no referido município, como se observa na tabela 16. No Bairro Aeroporto, verificou-se que 19,2% dos chefes de família nasceram em outros Estados (Bahia, Paraná, Mato Grosso e Alagoas), ocorrendo o mesmo percentual com as esposas.

A partir dos dados apresentados na tabela 16 sobre o Bairro Gramado, nota-se que 50,0% dos chefes de família nasceram no Município de Presidente Prudente. Verifica-se, também, que 25,0% são oriundos de municípios da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (Indiana, Presidente Venceslau, Regente Feijó e Santo Anastácio). O percentual de esposas oriundas de outros bairros no Município de Presidente Prudente chega a 50,0%. Em seguida, comparecem aquelas nascidas em outros municípios do Estado de São Paulo (12,5%), como Catanduva e Assis.

Diferentemente dos bairros rurais da porção sul e nordeste, os bairros situados na área norte apresentam o maior percentual de chefes de família que nasceram no próprio bairro, sendo 36,4% do Córrego da Onça e 40,0% residentes no Ponte Alta. Em relação às esposas do Bairro Córrego da Onça, 18,2% nasceram no Município de Presidente Prudente (área rural); com a mesma proporção comparecem as esposas oriundas de outros municípios da MRG de Presidente Prudente (Álvares Machado e Pirapozinho).

No que concerne à origem das esposas do Bairro Ponte Alta, 30,0% nasceram no Estado de Minas Gerais e 30,0% são oriundas do Município de Presidente Prudente.

Esses dados mostram que é reduzida a participação dos chefes de família e esposas nascidas nos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro e Gramado se comparada aos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta (porção norte). Além disso, foi significativa a presença de chefes de família e esposas oriundos de outros bairros do Município de Presidente Prudente e de municípios pertencentes à MRG de Presidente Prudente.

Outra variável importante na compreensão da família e, possivelmente, na relação com a pluriatividade refere-se à faixa etária dos chefes de família e esposas, cuja maior concentração situa-se na faixa etária acima de 61 anos (tabela 17).

Tabela 17 - Faixa etária dos chefes de família e esposas nos bairros rurais

Faixa etária	Aeroporto				Cedro				Córrego da Onça				Ponte Alta				Gramado				
	Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
De 19 a 25	00	0,0	01	3,8	01	14,3	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	6,2	01	6,2	
De 26 a 30	00	0,0	01	3,8	02	28,6	01	14,3	00	00	00	00	00	00	00	00	00	0,0	01	6,2	
De 31 a 40anos	07	26,9	08	30,8	02	28,6	02	28,6	01	9,1	01	9,1	01	10,0	01	10,0	01	6,2	02	12,5	
De 41 a 50 anos	06	23,1	05	19,2	01	14,3	00	0,0	03	27,3	03	27,3	01	10,0	02	20,0	04	25,0	03	18,8	
De 51 a 60 anos	07	26,9	05	19,2	00	0,0	01	14,3	02	18,2	02	18,2	04	40,0	02	20,0	05	31,2	04	25,0	
Acima de 61 anos	06	23,1	05	15,4			01	14,3													
Sem cônjuge	00	0,0	01	3,8	02	28,6			05	45,4	05	45,4	04	40,0	01	10,0	05	31,2	03	18,8	
Não informado	00	00	00	00	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	04	40,0	00	0,0	01	6,2	
Total	26	100,0	26	100,0	07	100,0	07	100,0	11	100,0	11	100,0	10	100,0	10	100,0	16	100,0	15	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo (Jan/Março de 2006)

Os dados apresentados na tabela 17 revelam um envelhecimento da população rural, fato que gera, inevitavelmente, um questionamento sobre a continuidade dos atuais produtores na agricultura ou mesmo no espaço rural. Outro aspecto a ser lembrado é que a aposentadoria, considerada uma renda de transferência social, se constitui numa forma de estratégia de reprodução social, haja vista que é uma renda mensal e permanente.

Verifica-se, na tabela 17, que a maior parte dos chefes de família e esposas do Bairro Córrego da Onça situa-se na faixa etária entre 51 e 60 e acima de 61 anos (63,6%). No caso das esposas, a situação se assemelha aos produtores, pois 63,6% situam-se na faixa etária entre 51 e 60 e acima de 61 anos.

No Ponte Alta, a maior concentração de chefes de família situa-se entre 51 e 60 anos, representando 80,0% das famílias pesquisadas. Em relação às esposas, 40,0% estão na faixa entre 41 e 60 anos. Também é expressivo, neste bairro, o número de chefes de família sem cônjuge (40,0%).

A maior participação dos chefes de família do Bairro Gramado situa-se na faixa etária entre 51 e 60 anos e acima de 61 anos, em 62,4% das famílias pesquisadas (tabela 17). No que concerne às esposas, pode-se averiguar que a maior participação ocorre também nessa faixa etária, com 43,8%. Esses dados são semelhantes aos demais bairros, com a predominância de uma população relativamente idosa.

Há uma concentração de chefes de família com idade entre 26 e 40 anos no Cedro (57,2% das famílias pesquisadas). Já no Bairro Aeroporto, destacam-se aqueles situados entre 31 e 40 anos (26,9%) e entre 51 e 60 anos (26,9%).

Esses dados evidenciam tanto a participação de chefes de família idosos (acima de 61 anos) no caso dos Bairros Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado, como a presença de chefes mais novos (entre 31 e 40 anos) nos Bairros Aeroporto e Cedro.

Dados que, no caso dos Bairros Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado, ilustram o envelhecimento da população rural e a falta de incentivos dos pais na continuidade do filho na agricultura. Os pais almejam aos filhos profissões sem nenhum vínculo agrícola, mas não gostariam que os filhos deixassem a propriedade, ou seja, compreendem que a propriedade é mais do que um meio de trabalho, ela representa o lugar da família, das lembranças, do convívio e da vida.

É significativo relatar um caso pertinente sobre a continuidade dos filhos na agricultura e a idade avançada do casal. Um casal de produtores no Córrego da Onça (70 e 65 anos, chefe e esposa, respectivamente) abandonou a lavoura há mais de 3 (três) anos, em virtude da saída dos filhos para exercerem a atividade de apicultor no próprio bairro e também

pelo prejuízo sofrido com o cultivo da batata doce. A perspectiva para os próximos anos é de vender a propriedade ou arrendá-la e mudar-se para o Distrito de Montalvão, em virtude do abandono da agricultura, da idade avançada dos produtores e da necessidade de utilizar os serviços médicos. Por essas razões, a propriedade, que foi adquirida na década de 1920, deve ser vendida ou arrendada a terceiros para a criação de pecuária extensiva.

Além da faixa etária, do tamanho da família e da origem do chefe de família e esposa, é importante averiguar o grau de escolaridade, com o propósito de correlacionar as variáveis (tabela 18).

Tabela 18 - Escolaridade dos chefes e esposas das famílias pesquisadas nos bairros rurais

Escolaridade	Aeroporto				Cedro				Córrego da Onça				Ponte Alta				Gramado					
	Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa		Chefe		Esposa			
	N	%	N	%	N	%	Nº	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Sem instrução	04	15,4	01	3,8	00	0,0	00	0,0	01	9,1	00	00	00	00	00	00	03	18,8	03	18,8		
Ensino Fundamental Incompleto	13	50,0	16	66,6			07	100,0	04	57,1	06	54,5	06	54,5	10	100	08	50,0	08	50,0		
Ensino Fundamental	04	15,4	01	3,8			00	0,0	01	9,1	00	00	01	14,3	00	00	02	12,5	00	00		
Ensino Médio Incompleto	00	0,0	01	3,8			00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	00	00	00	00	01	6,2	
Ensino Médio	02	7,7	03	11,5	00	0,0	00	0,0	01	9,1	02	18,2	01	14,3	00	00	03	18,8	01	6,2		
Ensino superior incompleto	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	91	00	00	00	00	00	00	00	00	00	
Ensino Superior	03	11,5	03	11,5	00	0,0	00	0,0	02	18,2	00	00	00	0,0	00	00	00	00	00	02	12,5	
Sem cônjuge	00	0,0	01	3,8	00	0,0	00	0,0	00	00	01	9,1	01	14,3	00	00	00	00	04	40	01	6,2
Não informado	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	9,1	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Total	26	100,0	26	100,0	07	100,0	07	100,0	11	100,0	11	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100	16	100	16	100

Fonte: Pesquisa de Campo (Jan/Março de 2006)

A tabela 18 revela que, em todos os bairros rurais pesquisados, o nível de escolaridade predominante é o ensino fundamental incompleto.

No Cedro e Ponte Alta, 100 % dos chefes de família têm o ensino fundamental incompleto. Cabe enfatizar que a maioria tem apenas o antigo primário (até 4ª série), pois as escolas rurais lecionavam até os primeiros quatro anos do ensino básico. Em muitos grupos escolares não havia a separação por sala e série, mas um sistema misto, ou seja, todos os alunos estudavam na mesma classe, independentemente da série cursada. Como o Bairro Cedro situa-se muito próximo à cidade, os alunos antigamente iam até o grupo escolar do Bairro Aeroporto ou do Bairro São João para estudar.

Em relação ao Gramado e Aeroporto, 50,0% dos chefes de família cursaram até o ensino fundamental incompleto. No Bairro Aeroporto, foi possível encontrar dois extremos, pois 15,4% dos chefes de família não têm instrução (oriundos da área rural do Estado de Alagoas) e 11,5% têm o ensino superior completo (Administração de empresas e Direito).

É importante relatar que no Bairro Aeroporto há um maior percentual de esposas com ensino superior completo (11,5%), com destaque aos cursos de Administração de empresas e Pedagogia. Já no Bairro Gramado, 12,5% das esposas têm o ensino superior (Pedagogia e História).

O grau de escolaridade é importante para correlacionar às atividades desenvolvidas. Isso porque o grau de informalidade entre os residentes rurais é mais expressivo entre membros com baixa escolaridade.

Assim, a escolaridade é uma variável importante na análise das características das atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos membros das famílias rurais, pois quanto maior o nível de escolaridade, melhor é a possibilidade de conseguir uma ocupação com boa remuneração. Essa premissa, no entanto, necessita ser constatada; para tanto, buscar-se-á tratar sobre as atividades e as múltiplas fontes de renda das famílias pesquisadas nos Bairros Cedro e Aeroporto.

A partir dessas variáveis (tamanho da família, faixa etária e grau de escolaridade, origem), buscar-se-á correlacionar, inicialmente, com os tipos de atividades e rendas segundo as famílias pesquisadas, para, posteriormente, articular as características do grupo familiar, a estrutura fundiária e produtiva com as atividades e as múltiplas fontes de renda com ou sem vínculo agrícola.

3.2.2 Tipos de atividades e rendas nos bairros rurais pesquisados

Os membros da família rural têm múltiplas fontes de renda e exercem diferentes atividades (agrícolas e não-agrícolas). Por isso, busca-se confirmar tal assertiva.

As *atividades* e as *rendas* são utilizadas como variáveis metodológicas neste trabalho porque abarcam tanto as ocupações como os empregos e, conseqüentemente, propiciam uma análise mais profícua da situação socioeconômica das famílias rurais residentes nos bairros rurais localizados no Município de Presidente Prudente.

Além disso, as atividades permitem separar a pluriatividade e o crescimento de atividades não-agrícolas. Isso porque a pluriatividade refere-se à combinação de diferentes inserções ocupacionais a partir das decisões adotadas pelos indivíduos em relação à família e ao contexto econômico e social no qual estão inseridos. As atividades não-agrícolas estão atreladas às ocupações em distintos ramos e setores da economia, sem vínculo agrícola. As atividades não-agrícolas estão relacionadas às alterações no mercado de trabalho e às novas ocupações da força de trabalho (SCHNEIDER, 2003, 2003a; CONTERATO; SCHNEIDER, 2005).

Tecer-se-á uma análise a partir de algumas variáveis centrais, tais como: os tipos de atividades desenvolvidas; as atividades que geram a renda principal da propriedade; os tipos de atividades não-agrícolas; os motivos que levaram os membros da família a buscarem atividades não-agrícolas; além de se comentar sobre os tipos de renda, o orçamento total e as fontes de renda que geram a maior porcentagem de recursos econômicos no orçamento familiar. Desse modo, quatro aspectos são primordiais: 1) tipos de atividades (agrícolas e não-agrícolas); 2) tipos de renda; 3) fontes de renda; e, 4) tipos de família a partir das três variáveis apresentadas.

Os dados da pesquisa empírica em relação às atividades desenvolvidas pelas famílias pesquisadas nos bairros rurais pesquisados, independentemente de serem rentáveis ou não, são apresentados na tabela 19.

Tabela 19 - Atividades desenvolvidas pelas famílias pesquisadas nos bairros rurais

Atividades desenvolvidas*	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Agropecuária**	24	92,3	06	85,7	10	90,9	10	100,0	14	87,5
Apenas pecuária	05	19,2	01	14,3	01	9,1	01	10,0	09	56,3
Apicultura	00	0,0	00	0,0	01	9,1	00	0,0	00	0,0
Para-agrícola****	01	3,8	02	28,6	01	9,1	00	0,0	01	6,2
Trabalho eventual	03	11,5	00	0,0	01	9,1	01	10,0	01	6,2
Não-agrícola	18	69,2	05	71,4	03	27,3	06	60,0	09	56,3

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

* Múltiplas respostas - Base de cálculo – nº.total de propriedades pesquisadas em cada bairro

** Agropecuária refere-se ao cultivo de lavouras (temporárias e permanentes), à horticultura, à pecuária de corte e de leite e, também, à criação de suínos, galinhas e coelhos.

**** Para-Agrícola refere-se ao beneficiamento e/ou agregação de valor, como a seleção de verduras em embalagens do tipo isopor, confecção de doces e queijos artesanais etc.

A atividade agropecuária é predominante em todos os bairros rurais pesquisados, independentemente de ser comercializada ou apenas direcionada ao autoconsumo, como ocorre no Aeroporto (92,3%) e no Bairro Cedro (85,7%).

Por meio da tabela 19, é possível verificar que a agricultura está presente em 90,9% das famílias pesquisadas no Córrego da Onça e em 100,0% no Ponte Alta, com ênfase no cultivo da batata-doce, da manga, do limão, do feijão de inverno, da cana-de-açúcar e do milho. Em 90,9% das propriedades pesquisadas no Córrego da Onça e 100,0% no Ponte Alta, desenvolvem a pecuária, com destaque à pecuária mista (corte e leite), além da criação de pequenos animais como porcos, coelhos, ovelhas e galinhas. O leite *in natura* é comercializado em laticínios e na venda à granel, mas a carne bovina é raramente vendida, pois a produção é voltada, prevalentemente, para o autoconsumo.

A agricultura é desenvolvida em 87,5% das propriedades pesquisadas no Bairro Gramado, sendo que 56,3% destinam a produção à comercialização. Em seguida, comparece a pecuária, presente em 56,3% das propriedades pesquisadas.

A agricultura e a pecuária, embora presentes no Bairro Gramado, não são rentáveis e tampouco se constituem como a principal fonte de renda. Os motivos que levaram ao abandono da atividade agrícola com caráter comercial são três: 1) baixo retorno econômico da produção agrícola; 2) idade avançada dos produtores; 3) tamanho reduzido da propriedade.

A péssima situação das estradas vicinais, o preço alto dos insumos agrícolas e o tamanho reduzido das propriedades são apontados como aspectos desfavoráveis ao cultivo

de lavouras. Para amenizar tais dificuldades, seria necessário, na concepção dos pesquisados, estabelecer um preço mínimo para os produtos a serem vendidos aos atravessadores, colocar em prática uma política agrícola voltada ao pequeno produtor rural, estabelecer financiamentos com juros menores e menos burocracia e o apoio do Estado para subsidiar a aquisição dos maquinários, implementos agrícolas e infra-estrutura em geral.

No Município de Presidente Prudente não houve a consolidação de um modelo de modernização agrícola (implantação de maquinários de alto nível tecnológico, por exemplo) por causa, principalmente, do desinteresse dos grandes proprietários de terra, que tinham interesse na pecuária e na extração da renda da terra por meio do arrendamento e da parceria.

O Bairro Cedro não foge às condições ora mencionadas, ou seja, a retração das lavouras e a expansão das pastagens não foram aspectos favoráveis à implantação de maquinários e implementos modernos, já que as propriedades são tão pequenas que inviabilizam a utilização de maquinários. Além disso, acrescenta-se a expansão da cidade em direção à porção sul, com a valorização propiciada pela criação (asfaltamento) das rodovias na década de 1970, como elemento indutor na busca de atividades e rendas fora da propriedade e no desenvolvimento da agricultura para o autoconsumo.

Embora a dimensão econômica seja predominante, é preciso considerar o caráter social e cultural. Além disso, a decisão de combinar diferentes atividades agrícolas e não-agrícolas não decorre apenas do indivíduo, mas da relação com o grupo familiar.

No Cedro comparece o maior percentual de famílias que desenvolve algum tipo de atividade para-agrícola (28,6%), como a fabricação de queijos artesanais. No Bairro Aeroporto, esse tipo de atividade (3,8%) é pequeno, com a seleção, o processamento e a preparação de legumes e verduras em embalagens de isopor.

A maior participação de famílias inseridas em atividades não-agrícolas está presente no Bairro Aeroporto, em 69,2% das famílias pesquisadas.

Das 07 famílias pesquisadas no Bairro Cedro, 06 possuíam pelo menos um membro inserido em atividade sem vínculo agrícola (85,7% das famílias pesquisadas), somando no total 06 indivíduos. No caso do Bairro Aeroporto, foram visitadas 26 famílias, das quais 21 possuíam pelo menos um membro exercendo atividade não-agrícola (80,8%). No total, foram contabilizados 34 indivíduos trabalhando em atividades sem vínculos agrícolas. A maior parte dos membros inseridos nas atividades não-agrícolas é do sexo masculino (64,7%), ao passo que 35,3% são do sexo feminino.

No Bairro Gramado, a atividade não-agrícola está presente em 43,8% das famílias pesquisadas, permitindo retorno econômico aos membros inseridos em algum tipo de atividade externa à propriedade. Das 16 famílias pesquisadas no Bairro Gramado (num total de 59 pessoas), foi constatado que em 50,0% delas há pelo menos um membro inserido em atividade não-agrícola, e 50,0% com pelo menos uma pessoa aposentada na família. Das 59 pessoas residentes, 13 exercem uma atividade sem vínculo agrícola, sendo 06 (40,0%) do sexo feminino e 07 (60,0%) do masculino.

No Córrego da Onça, em 9,1% das famílias há a prática da apicultura (produção de mel). Apenas 9,1% do total de famílias pesquisadas no Córrego da Onça desenvolvem atividade para-agrícola⁸³, como a fabricação de queijos. As atividades não-agrícolas comparecem nas famílias visitadas no Córrego da Onça e no Ponte Alta, respectivamente 27,3% e 60,0%, com o destaque aos empregos domésticos, aos serviços gerais, aos funcionários públicos e aos apicultores.

Em 06 propriedades visitadas no Ponte Alta e 03 no Córrego da Onça há pelo menos um membro da família exercendo atividade sem vínculo agrícola. Nos bairros Córrego da Onça e Ponte Alta, os membros inseridos em atividades não-agrícolas somam, respectivamente, 09 e 07 (tabela 20).

Quando se analisa as atividades que geram renda às famílias, constata-se que a atividade não-agrícola nos Bairros Aeroporto e Cedro lidera no que se refere às fontes de renda, enquanto que as atividades agropecuárias são significativas nos bairros da área norte (Córrego da Onça e Ponte Alta) e nordeste (Gramado).

⁸³ Para-agrícola refere-se às atividades que buscam agregar ou beneficiar os produtos agrícolas, como a fabricação de queijos, doces, tomates secos etc.

Tabela 20 - Tipos de atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos membros das famílias pesquisadas nos bairros rurais

Tipos de atividades não-agrícolas	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Agroindústria (frigorífico suíno)	02	5,9	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Agente penitenciário	00	0,0	00	0,0	01	11,1	00	0,0	00	0,0
Apicultores	00	0,0	00	0,0	04	44,4	00	0,0	00	0,0
Autônomo	01	2,9	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Beneficiamento	02	5,9	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Comércio	02	5,9	01	16,7	00	0,0	02	28,6	01	7,7
Emprego doméstico	07	20,6	01	16,7	02	22,2	01	14,3	00	0,0
Feirante	02	5,9	00	0,0	00	0,0	00	0,0	04	30,8
Funcionário público	04	11,8	00	0,0	01	11,1	00	0,0	01	7,7
Mecânico	00	0,0	01	16,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Policial	00	0,0	00	0,0	01	11,1	00	0,0	00	0,0
Prestação de serviço	05	14,7	01	16,7	00	0,0	00	0,0	03	23,1
Serviços gerais	02	5,9	01	16,7	00	0,0	03	42,8	02	15,4
Trabalho eventual	03	8,8	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Transporte	03	8,8	00	0,0	00	0,0	01	14,3	01	7,7
Vigia/segurança	01	2,9	01	16,7	00	0,0	00	0,0	01	7,7
Total	34	100,0	06	100,0	09	100,0	07	100,0	13	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

Os dados expostos na tabela 20 revelam que, dentre as atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos residentes nos bairros rurais pesquisados, se destacam as relacionadas ao comércio, à prestação de serviços e/ou serviços gerais (limpeza).

No Cedro, não há um setor predominante, como expressa a tabela 20, pois, dentre os membros que exercem algum tipo de atividade não-agrícola, 16,7% estão inseridos no comércio como balconista, vigia noturno de empresa de cargas, auxiliar geral, bancário, mecânico e zelador no próprio bairro. Os membros das famílias pesquisadas no Bairro Cedro estão inseridos nas atividades não-agrícolas, entre 1 e 3 anos (57,1% das famílias pesquisadas). Verifica-se que a inserção em atividades externas ocorreu, em períodos mais recentes, baseada em 02 (dois) aspectos: 1) os filhos estão se inserindo no mercado de trabalho formal (com carteira assinada e direitos trabalhistas); 2) os chefes de família abandonaram a agricultura comercial e substituíram-na pela pecuária extensiva. Como essa atividade não requer muita mão-de-obra e não gera renda suficiente para o orçamento familiar, os chefes de família buscam ocupações externas às propriedades.

No que diz respeito aos tipos de atividades não-agrícolas exercidas pelos membros das famílias pesquisadas no Bairro Aeroporto, pode-se afirmar que a maior participação é dos empregos domésticos (20,6% dos membros inseridos em atividades não-

agrícolas), como diarista ou mensalista na cidade de Presidente Prudente. Em seguida, comparecem com 14,7% os que trabalham na prestação de serviços (prefeitura municipal, contabilidade e secretariado) e com 11,8% os funcionários públicos (com destaque às profissões de escriturário do poder judiciário, policial, secretário da prefeitura local e professoras). A realidade do Bairro Aeroporto mostra que a maior parcela dos membros que exercem atividade sem vínculo agrícola está ocupada nesse tipo de atividade entre 01 e 10 anos (55,9% dos membros das famílias pesquisadas). É notável a participação de 14,7% dos membros que responderam e que desenvolvem atividade externa entre 16 e 20 anos, no caso dos funcionários públicos (professores, escriturário do Fórum e secretaria).

Ao indagar sobre os principais motivos que levaram os membros das famílias pesquisadas no Cedro e Aeroporto a se empregarem em atividades não-agrícolas, destacam-se a estabilidade com 50,0% no Cedro e 34,6 % no Aeroporto, ou seja, atribui-se como vantagem a possibilidade de ter todo mês um salário, diferentemente da atividade agrícola, cuja renda é obtida nos períodos de safra e que depende das boas condições climáticas, entre outros fatores. O salário é o segundo motivo para a inserção em atividade agrícola nos Bairros Aeroporto e Cedro, com 7,7% e 16,7%, respectivamente.

Embora as atividades não-agrícolas sejam importantes na obtenção de renda monetária para as famílias rurais, não significa que tais atividades sejam menos penosas do que as agrícolas; ao contrário, no caso dos empregos domésticos e dos serviços gerais, o grau de precarização e de baixa remuneração é significativo, como ocorre no Bairro Aeroporto, em que 20,6% dos pesquisados estão inseridos em empregos domésticos, cuja remuneração não ultrapassa um salário mínimo por mês.

As atividades não-agrícolas desenvolvidas nos bairros da porção norte não são semelhantes aos localizados na área sul e nordeste, pois no Bairro Córrego da Onça destaca-se a apicultura (44,4%), cuja produção de mel é realizada por abelhas Jataí e o produto é comercializado nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. No Ponte Alta, por sua vez, as atividades relacionadas aos serviços gerais representam o maior percentual (42,8%).

A estabilidade é apontada pelos membros inseridos em atividades não-agrícolas, pois 44,4% dos pesquisados no Ponte Alta mencionaram que o caráter estável se apresentava como o principal motivo dessa inserção fora da agricultura, com destaque aos funcionários públicos. 18,2% dos pesquisados no Córrego da Onça e 22,2% no Ponte Alta mencionaram que o salário auferido na profissão era superior ao ganho obtido na atividade agropecuária, optando, portanto, pela primeira alternativa.

No Bairro Córrego da Onça, 44,4% dos entrevistados que exercem atividades não-agrícolas estão na atividade entre 01 e 10 anos, sendo eles: funcionários públicos e empregadas domésticas, sendo que um (11,1%) é policial rodoviário recém empregado na profissão, por isso tem menos de 1 ano de tempo de trabalho na profissão. No Ponte Alta, 27,3 % dos membros estão inseridos em atividades não-agrícolas, ou seja, no funcionalismo público estão entre 11 e 15 anos exercendo a profissão.

Deve-se ressaltar que as fontes de renda das famílias rurais são múltiplas, abarcando a renda agrícola, a renda não-agrícola, a renda de transferência social e a renda originária de outras formas de trabalho.

A obtenção de renda não está necessariamente articulada a uma atividade ou a um emprego ou ocupação desenvolvida. A aposentadoria, o aluguel de chácaras ou casas e os programas assistenciais do Estado são exemplos de fontes de renda que não dependem diretamente da inserção em uma determinada atividade produtiva, como será analisado posteriormente.

A profissão de feirante ocupa a primeira posição entre as atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos membros residentes nas famílias pesquisadas no Bairro Gramado, pois 30,8% trabalham nas feiras livres de Presidente Prudente de terça a domingo. Na prestação de serviços, com 23,1%, comparecem cobradores, atendentes e técnicos. A tabela 20 revela que 15,4% estão em atividades relacionadas aos serviços gerais (limpeza) e professoras de ensino fundamental e médio.

Dos 13 membros das famílias pesquisadas no Bairro Gramado que exercem atividades não-agrícolas, 30,8% estão na profissão entre 1 e 3 anos, enquanto 23,1% executam essa atividade há mais de 21 anos (no caso de feirantes). Há, portanto, dois extremos, desde aqueles membros há mais de 21 anos na atividade sem vínculo agrícola (feirante) até aqueles com menos de 3 anos (serviços gerais, balconista, técnico e motorista).

Dentre os motivos que levaram os membros a executarem atividade fora da agricultura comparecem, com maior evidência, a possibilidade de complementar a renda agrícola (18,7%) e a estabilidade (18,7%). Cabe relatar que uma parcela significativa dos pesquisados não soube determinar o porquê dessa inserção em atividade não-agrícola, pois 38,5% não informaram o motivo.

Como relata Schneider (2003), tratar sobre rendas é difícil para obter dados fidedignos e confiáveis dos produtores rurais, em virtude da dificuldade de contabilizar os produtos comercializados esporadicamente e também pelo fato de a renda da agricultura não ser mensal, pois a entrada monetária ocorre em épocas pré-determinadas (safra). Além disso,

muitos omitem as rendas eventuais por não serem estáveis e outros têm receio de sofrer algum tipo de violência ou mesmo de fiscalização, e por isso subestimam os valores.

Tais atividades não-agrícolas mencionadas permitem reforçar a idéia de ser a agropecuária a atividade predominante no espaço rural, mas não é a única a gerar renda aos produtores rurais, pois é significativa a associação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas e múltiplas fontes de renda entre as famílias pesquisadas nos dois bairros.

Essas informações permitem levantar duas premissas: 1) as atividades não-agrícolas estão centradas nos empregos em repartições públicas (área de segurança e administrativa) e no emprego doméstico e, portanto, não fogem às condições atuais do município, que tem sua economia ancorada no setor de prestação de serviço público (educação e segurança); 2) os empregos domésticos e serviços gerais vêm apresentando crescimento entre os residentes rurais, devido à falta de qualificação profissional e à baixa escolaridade.

Basaldi (2002) e Graziano *et al* (2005) retratam que os empregos domésticos são os ramos que mais vêm crescendo no país e no Estado de São Paulo nos últimos anos, com baixa remuneração, alto grau de informalidade e precarização. São empregos penosos e que absorvem grande parte das mulheres, como empregadas domésticas, faxineiras, diaristas etc.

Parafraseando Kageyama (2003, p. 415), pode-se afirmar que as atividades e as rendas não-agrícolas dos residentes rurais do Estado de São Paulo “emergem, no plano microeconômico, como resposta à queda dos preços agrícolas e às conseqüentes restrições de renda que ela impõe, tornando-se uma estratégia para viabilizar a permanência no campo”.

As entradas monetárias das famílias pesquisadas nos bairros rurais pesquisados são múltiplas, com destaque às rendas não-agrícolas, agrícolas e de transferência social. Verificou-se que o número de rendas é superior ao número de atividades desenvolvidas nas famílias pesquisadas (tabela 21). Como já mencionado em passagem anterior, as fontes de renda podem ser maiores que o número de atividades desenvolvidas pelos membros da família, pois o recebimento da aposentadoria e do arrendamento, por exemplo, são fontes de renda obtidas sem a necessidade de se desenvolver qualquer tipo de atividade.

Tabela 21- Tipos de rendas das famílias pesquisadas nos bairros rurais

Fontes de renda	Aeroporto*		Cedro*		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Renda agrícola	02	7,7	03	42,8	05	45,5	07	70,0	10	62,5
Renda agrícola e não-agrícola	14	53,8	02	26,8	02	18,2	04	40,0	04	25,0
Renda não-agrícola	03	11,5	04	57,1	03	27,3	06	60,0	08	50,0
RNA obtida dentro da propriedade	01	3,8	02	28,6	01	9,1	00	0,0	01	6,3
Transferência social	12	46,2	02	28,6	08	72,7	07	70,0	08	50,0
Outras rendas	03	11,5	00	0,0	06	64,5	07	70,0	06	37,5
Rendas eventuais	04	15,4	00	0,0	01	9,1	02	20,0	00	0,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

* Múltiplas respostas - Base de cálculo – nº total de propriedades pesquisadas em cada bairro (Aeroporto: 26 - Cedro: 07 propriedades – Córrego da Onça: 11 propriedades – Ponte Alta: 10 propriedades e Gramado: 16 propriedades)

A tabela 21 revela que no Bairro Cedro se destacam as rendas provenientes de atividades não-agrícolas, correspondendo a 57,1% das famílias pesquisadas. As rendas agrícolas destacaram-se em 42,8% das famílias pesquisadas, sobressaindo-se em virtude da comercialização de leite e da carne suína. A fabricação de queijos artesanais é responsável pelas rendas não-agrícolas obtidas dentro da propriedade (28,6%). A transferência social (aposentadoria) responde pela renda de 28,6% das famílias pesquisadas.

No caso do Bairro Aeroporto, a combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas comparece com grande expressividade (53,8%) e, em segundo lugar, aparecem as rendas oriundas de transferência social (aposentadoria), em 46,2% do total das famílias pesquisadas.

No Bairro Córrego da Onça há a presença de todos os tipos de renda, com destaque às rendas de transferência social e outras rendas (arrendamento de terras e aluguel de casas na cidade). Os aposentados representam 72,7% das famílias pesquisadas, cuja renda é utilizada para o sustento da família e para os gastos com remédios. Em 64,5% das famílias, há outras rendas obtidas por meio do arrendamento de terras e do aluguel de casas na cidade. As rendas agrícolas compareceram em 45,5% das propriedades pesquisadas.

É evidente no Bairro Ponte Alta a existência de múltiplas fontes de renda, com destaque às rendas agrícolas (70,0% das famílias pesquisadas), às rendas de transferência social (70,0%) e outras rendas obtidas por meio de arrendamento de pastos e do aluguel de casas na cidade (70,0%). Em 60,0% das propriedades comparecem as rendas não-agrícolas, com destaque aos empregos domésticos e no setor de comércio.

Comparando os dois bairros, percebe-se a importância das rendas de transferência social (aposentadoria), pois 72,7% das famílias pesquisadas no Córrego da Onça e 70,0% no Ponte Alta têm como uma das fontes de renda o benefício social pago pela Previdência Social.

Em 62,5% das famílias pesquisadas no Bairro Gramado, a renda agrícola está presente, o mesmo ocorre com a combinação da renda não-agrícola e de transferência social (50,0% cada), como mostrado na tabela 21.

Constatou-se uma característica divergente entre os bairros, expressa por meio da maior participação de rendas não-agrícolas no Cedro (57,1%), da combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas no Aeroporto (53,8%) e a presença significativa de renda advinda de transferência social e outras rendas nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta. Isso pode estar atrelado ao orçamento total das famílias pesquisadas nos dois bairros (tabela 22 e mapa 09).

Tabela 22 - Orçamento total das famílias pesquisadas nos bairros rurais

Orçamento total das rendas	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Entre 1e 2,9 salários	08	30,8	01	14,3	03	27,3	03	30,0	06	37,5
Entre 3 e 5,9 salários	11	42,3	05	71,4	04	36,4	05	50,0	05	31,3
Entre 6 e 10,9 salários	05	19,2	01	14,3	02	18,2	02	20,0	03	18,7
Entre 11 e 15,9 salários	00	0,0	00	0,0	01	9,1	00	0,0	02	12,5
Entre 16 e 22 salários	02	7,7	00	0,0	01	9,1	00	0,0	00	0,0
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

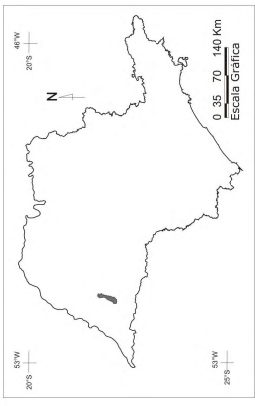
* Salário mínimo: R\$ 300,00

ORÇAMENTO TOTAL NAS PROPRIEDADES PESQUISADAS NOS BAIRROS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

CONVENÇÕES

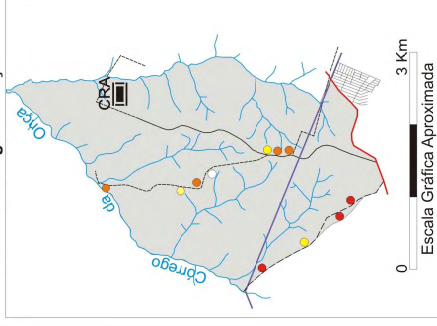
- Orçamento total**
- 1 e 2,9 salários mínimos
 - 3 e 5,9 salários mínimos
 - 6 e 10,9 salários mínimos
 - 11 e 15,9 salários mínimos
 - 16 e 22 salários mínimos
- Menor ● ● ● ● Maior
- Principais rodovias
 - Principais vias pavimentadas
 - Principais vias não pavimentadas
 - Ferrovia
 - Aeroporto
 - Centro de Ressocialização de Pres. Prudente
 - Principais cursos d'água
 - Barragem/represa
 - Malha urbana
 - Limite do perímetro urbano
 - Limite intermunicipal

Localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo

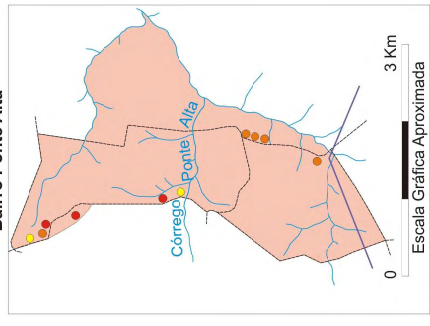


Autora: Erika Vanessa Moreira	Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespagnol
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2005; IBGE, 1996.	Desenhista: Leandro Bruno Santos
Modalidade de Pesquisa: Dissertação de Mestrado	Mapa: 09 Página: 214
Apelo: unesp Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	

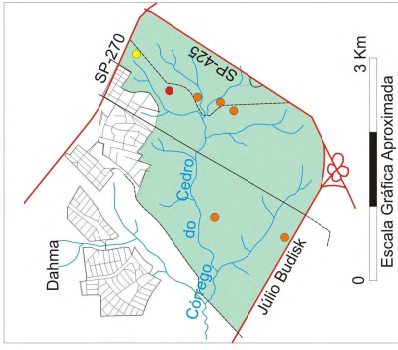
Bairro Córrego da Onça



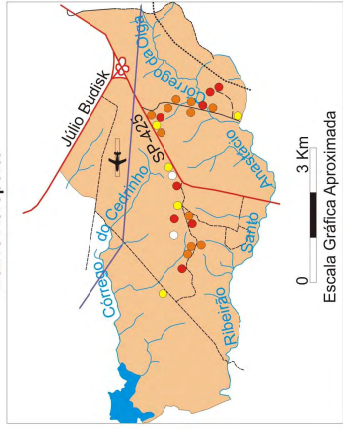
Bairro Ponte Alta



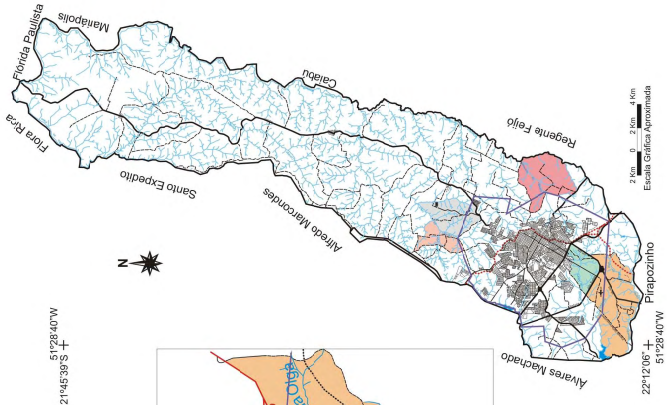
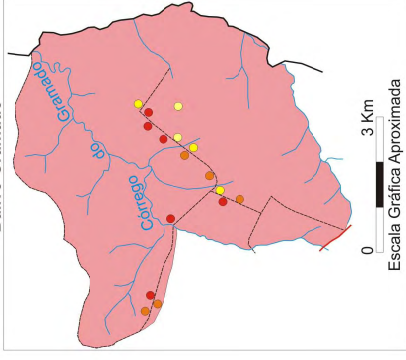
Bairro Cedro



Bairro Aeroporto



Bairro Gramado



51°11'38"W
+ 21°45'39"S

51°28'40"W
21°45'39"S

22°12'06"
51°25'40"W

Observa-se que a composição do orçamento das famílias pesquisadas abarca múltiplas fontes de renda. Para averiguar o orçamento total, apresentar-se-á os dados referentes às entradas monetárias, segundo o número de salários mínimos recebidos mensalmente.

Como relata Schneider (2003, p. 206), o orçamento familiar e os tipos de renda que o compõem expressam, “de modo bastante fidedigno, a forma de utilização da propriedade e as características do grupo familiar e do processo produtivo”.

Para calcular o orçamento familiar das famílias pesquisadas somou-se toda a entrada monetária (renda agrícola, não-agrícola, transferência social, outros tipos de renda e renda eventuais).

Verifica-se, na tabela 22, o orçamento total das famílias pesquisadas nos bairros rurais no Município de Presidente Prudente.

Comparando o orçamento familiar dos Bairros Cedro e Aeroporto, constata-se um ponto comum: a predominância de famílias com renda mensal entre 3 e 5,9 salários mínimos, sendo que 71,4% estão presentes no Cedro, 50,0% no Bairro Ponte Alta e 42,3% no Aeroporto. Há, também, uma característica divergente: a presença de famílias com orçamento familiar entre 16 e 22 salários mínimos no Aeroporto (7,7%).

Essa divergência pode ser explicada, em parte, pela predominância de rendas não-agrícolas e de transferência social no Bairro Cedro e a participação expressiva de famílias pluriativas (combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas) no Bairro Aeroporto.

Tanto no Bairro Cedro como no Aeroporto, pode-se constatar que a faixa salarial entre 3 e 5,9 salários mínimos é predominante, como é perceptível na tabela 22 e no mapa 09.

No tocante ao orçamento total das famílias pesquisadas no Gramado, 37,5% das famílias recebem renda mensal entre 1 e 2,9 salários mínimos. Em posição secundária, aparecem as famílias com renda entre 3 e 5,9 salários mínimos (31,3%).

No caso das famílias pesquisadas no Córrego da Onça, verifica-se, na tabela 22, que a maior parte (36,4%) situa-se na faixa salarial entre 3 e 5,9 salários mínimos. No Ponte Alta, a faixa salarial entre 3 e 5,9 salários mínimos comparece em 50,0% das famílias pesquisadas.

No mapa 09, está espacializada a variável orçamento total das famílias pesquisadas nos bairros supracitados, destacando a faixa salarial entre 3 e 5,9 salários mínimos, sobretudo no Córrego da Onça.

Esses dados corroboram a informação retratada anteriormente no que se refere à predominância de múltiplas fontes de renda no Bairro Ponte Alta e a predominância de rendas de transferência social e agrícola no Córrego da Onça. Portanto, quanto maior for o número de rendas, maior é o valor do orçamento familiar. Por exemplo, na faixa entre 11 e 15,9 salários mínimos há a presença de rendas agrícolas, não-agrícolas, transferência social e arrendamento de pasto, ao passo que entre as famílias com renda entre 1 e 2,9 salários mínimo a composição do orçamento envolve renda agrícola e transferência social, com destaque à aposentadoria.

No Bairro Cedro, as rendas obtidas com as atividades não-agrícolas (incorporou-se as rendas eventuais) abarcam entre 1 e 2,9 salários mínimos, com a participação de 57,1% das famílias pesquisadas, ao passo que em 28,6% comparecem aquelas famílias com rendimento mensal entre 3 e 5,9 salários mínimos. No caso das rendas obtidas com as atividades agrícolas, 28,6% das famílias situam-se nas faixas salariais entre 1 e 2,9 e entre 3 e 5,9 salários mínimos mensais.

No caso das famílias pesquisadas no Aeroporto, as rendas provenientes de atividades não-agrícolas permitem uma entrada monetária entre 3 e 5,9 salários, cuja participação chega a 38,5% do total de famílias pesquisadas. É importante relatar que os 11,5%, cujo rendimento mensal com as atividades não-agrícolas situa-se entre 6 e 10,9 salários mínimos, são funcionários públicos (segurança pública).

Deve-se mencionar o peso das rendas de transferência social. No Bairro Aeroporto, 42,3 % tem pelo menos 1 (um) aposentado na família e, portanto, uma renda mensal estável de R\$ 300,00⁸⁴. A aposentadoria por idade e auxílio doença é a renda mais importante, principalmente em famílias cujo casal de produtores já alcançou uma idade avançada, o que inviabiliza o desenvolvimento de atividades agrícolas e tampouco de atividades não-agrícolas.

No Bairro Córrego da Onça, as rendas obtidas com as atividades agrícolas representa 27,3%, que, por sua vez, auferem entre 1 e 2,9 salários por mês, já no Ponte Alta a maior concentração ocorre entre as famílias com ganhos mensais de até 1 salário mínimo (30,0%).

No que diz respeito às atividades não-agrícolas é no Córrego da Onça que comparece os valores mais altos, pois 36,3% recebem, mensalmente, entre 3 e 5,9 salários mínimos e 9,1% têm renda entre 11 e 15 salários mínimos por mês. Esses salários,

⁸⁴ Valor do salário mínimo no período da realização da pesquisa de campo.

relativamente altos, estão relacionados aos tipos de atividades desenvolvidas, como policial rodoviário, funcionário público e apicultor.

No Ponte Alta, 50,0% das famílias pesquisadas conseguem uma renda entre 1 e 2,9 salários mínimos com atividades não-agrícolas e 20,0% com ganhos mensais entre 3 e 5,9 salários mínimos por mês. Cabe esclarecer que a maior parte das atividades não-agrícolas está ocupada em serviços gerais ou no comércio.

O valor monetário das rendas não-agrícolas é superior às agrícolas. Cabe ressaltar que os maiores salários referem-se aos funcionários públicos com ensino superior completo.

No Bairro Gramado foi possível constatar que a maior parte das rendas agrícolas situa-se entre 1 e 2,9 salários mínimos (43,7%). A importância de famílias com tal ganho monetário com a agropecuária pode ser apontada como um dos fatores que leva à busca por outra atividade sem vínculo agrícola e também por outras fontes de renda.

No caso das rendas oriundas de atividades não-agrícolas, a faixa salarial que tem destaque situa-se entre 3 e 5,9 salários mínimos (31,2%), acompanhada pelas famílias com ganhos entre 1 e 2,9 salários mínimos (12,5%).

Para averiguar o tipo de renda que gera a maior proporção em valor monetário nas famílias pesquisadas dos bairros rurais pesquisados é que se apresenta a tabela 24 e o mapa 10.

Diferentemente dos demais bairros rurais pesquisados, no Gramado as rendas obtidas através das atividades agrícolas são predominantes e geram a maior proporção em termos monetários.

Tabela 23 - Tipos de rendas que geram a maior proporção em valor monetário nas famílias pesquisadas nos bairros rurais

Tipos de rendas	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Renda agrícola	02	7,7	02	28,6	03	27,3	03	30,0	06	37,5
Renda agrícola e não-agrícola	01	3,8	00	0,0	03	27,3	05	50,0	02	12,5
Renda não-agrícola	17	65,4	04	57,1	01	9,1	00	0,0	04	25,0
Transferência social	05	19,2	01	14,3	04	36,4	02	20,0	00	0,0
Outras rendas	01	3,8	00	0,0	00	0,0	00	0,0	04	25,0
Rendas eventuais	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

Na tabela 24 observa-se que a renda não-agrícola é predominante nos Bairros Aeroporto e Cedro, ambos situados na porção sul. No Aeroporto, as rendas de transferência social (aposentadoria) têm peso maior (19,2%), em termos relativos, se comparadas à realidade do Cedro.

A aposentadoria é, no caso dos produtores idosos, uma fonte de renda importante e estável. Para Moura & Bezerra Neto (2002), a aposentadoria revela um peso realmente significativo para a economia rural, pois permite sustentar famílias inteiras.

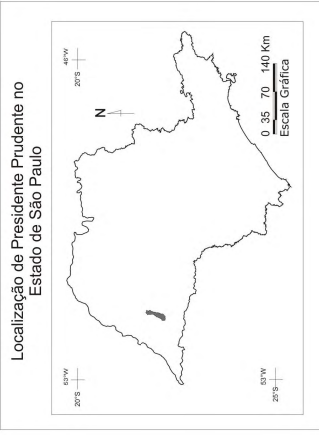
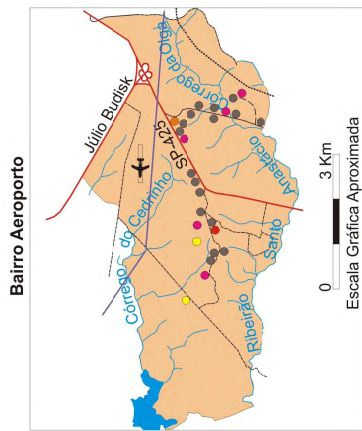
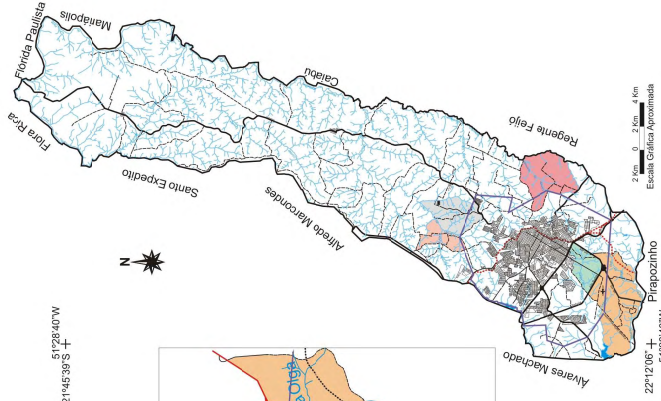
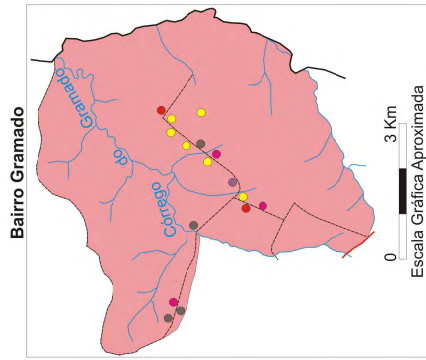
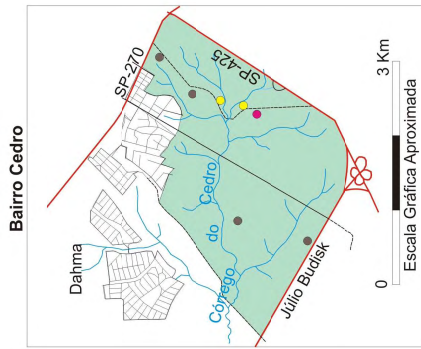
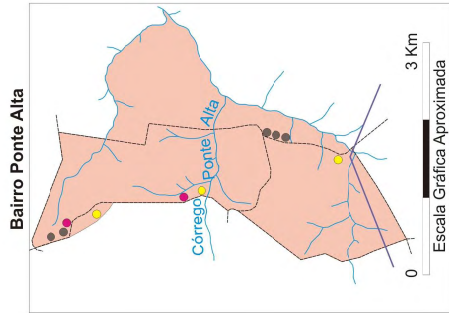
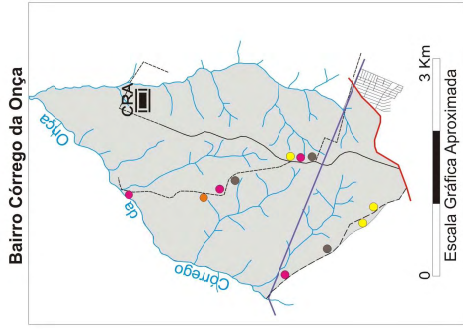
Schneider (2003, p. 175) classifica a família pluriativa como aquela que combina mais de uma atividade, sendo uma delas a agricultura. São excluídos de sua tipologia os aposentados, os trabalhadores volantes e outras categorias que não têm nenhum vínculo produtivo com a propriedade, como proprietários que utilizam o estabelecimento rural para fins de lazer, segunda moradia etc.

O autor utiliza como critério para tal classificação as atividades, mas não exclui da análise empírica as rendas. No caso do trabalho ora desenvolvido, considera-se pertinente uma análise não apenas pautada nas atividades, como também na correlação entre as atividades e as múltiplas fontes de renda.

PREDOMINÂNCIA DE RENDA NAS PROPRIEDADES PESQUISADAS NOS BAIRROS RURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

CONVENÇÕES

- Renda agrícola
- Renda não-Agrícola
- Renda não-Agrícola obtida na propriedade
- Transferência social
- Outras rendas
- Principais rodovias
- Principais vias pavimentadas
- Principais vias não pavimentadas
- Ferrovias
- ✈ Aeroporto
- ▭ Centro de ressociação de Pres. Prudente
- Principais cursos d'água
- Barragem/represa
- Malha urbana
- Limite do perímetro urbano
- Limite intermunicipal



Autora: Erika Vanessa Moreira	Orientadora: Rosângela Aparecida Medeiros Hespagnol
Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2005; IBGE, 1996.	Desenhista: Leandro Bruno Santos
Modalidade de Pesquisa: Disertação de Mestrado	Mapa: 10 Página: 219
Instituição: unesp UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	Apoio: FAPESP FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

No Bairro Aeroporto, as famílias pesquisadas não dependem apenas das rendas obtidas com as atividades agrícolas, porque há uma multiplicidade de fontes de renda. É importante esclarecer que a estrutura fundiária no bairro é composta, predominantemente, de propriedades com até 04 hectares. Contudo, as famílias são relativamente pequenas (média de 04 membros por família). Portanto, a afirmação de que a pluriatividade está presente nas unidades familiares com maior número de membros deve ser repensada no referido bairro.

A maior parte das rendas obtidas sem vínculo agrícola é revertida para o sustento da família e para o complemento da renda agrícola. No caso dos jovens, a renda obtida é direcionada para o pagamento de curso superior e/ou técnico. Este caráter permite levantar a premissa de que as atividades não-agrícolas e as múltiplas fontes de renda não devem ser vistas, apenas, como um instrumento para dinamizar a agricultura, mas, também, como uma estratégia para melhorar as próprias condições sócio-econômicas dos membros da família.

No Bairro Ponte Alta, as rendas não-agrícolas destacam-se, abarcando 50,0% das famílias pesquisadas. Verificou-se que a busca de atividades não-agrícolas no comércio, nos serviços gerais e na feira livres em Presidente Prudente não está relacionada ao investimento na propriedade e, tampouco, na busca de renda complementar. Ocorre o contrário, a renda obtida em atividades sem vínculo agrícola tem duas principais finalidades: 1) as despesas da família; 2) o conforto doméstico.

No Córrego da Onça, tanto as rendas agrícolas como as não-agrícolas apresentam o mesmo percentual (27,3%). Neste bairro, a renda agrícola é expressiva, com destaque à produção de frutas - manga e limão, batata-doce, feijão e pecuária mista. As propriedades abarcam, em média, de 11 a 30 hectares e há pelo menos 1 (um) aposentado por propriedade, denotando o envelhecimento dos produtores rurais e a saída dos filhos na busca de atividades não-agrícolas externas à propriedade.

O peso da transmissão hereditária na continuidade da unidade é um fator que pode favorecer a subdivisão da propriedade e a permanência nela do herdeiro, mas não na agricultura. Com isso, é preciso ressaltar que a unidade não é apenas concebida como um meio de trabalho ou um patrimônio fundiário, pois abarca valores simbólicos e a identidade dos membros da família em relação a este lugar.

A atividade agrícola está presente em todas as propriedades, mas nem todas comercializam, predominantemente, os produtos, porque a finalidade principal é o autoconsumo. Schneider (2003) retrata que a pluriatividade deve ser definida como a

combinação de atividades agrícola e não-agrícola, ou seja, deve ter a entrada monetária de ambas numa mesma família.

No Bairro Gramado, 37,5 % das famílias pesquisadas apresentam maiores valores monetários por meio das rendas agrícolas. Cabe relatar que a estrutura fundiária e produtiva no bairro é diversificada, abarcando propriedades com área entre menos de 1 (um) até 60 (sessenta) hectares, com produção de lavouras temporárias (mandioca, milho, hortaliças), permanentes (manga, pêra, limão), além do desenvolvimento da pecuária leiteira e de corte. As famílias residentes no Bairro Gramado são pequenas (média de 03 pessoas por família) e a saída dos filhos da propriedade em busca de atividades não-agrícolas é freqüentemente incentivada pelos pais.

Nos bairros rurais da porção sul, Cedro e Aeroporto, a agricultura tende a ser direcionada cada vez mais ao autoconsumo e substituída, em termos de área, pela pecuária (leite e carne). A expansão das pastagens e da pecuária está relacionada, além dos fatores supramencionados, à expansão da cidade em direção ao bairro e ao interesse dos proprietários na valorização e especulação imobiliária da área.

Em síntese, pode-se asseverar que o Bairro Cedro está sendo incorporado gradativamente à malha urbana. No Bairro Cedro, a inserção dos membros das famílias pesquisadas em atividades não-agrícolas está relacionada aos seguintes aspectos:

1. Famílias com tempo de residência entre menos de 1 e 10 anos mudaram para o bairro na busca de uma melhor qualidade de vida e, portanto, tem a atividade agrícola como complementar e sem valor comercial;
2. O tamanho reduzido da propriedade inviabiliza o desenvolvimento de lavouras comerciais. Além disso, o receio de arrendar terras para a agricultura e de não conseguir obter rendimentos monetários no final da colheita para o pagamento são apontados como aspectos desfavoráveis à atividade agrícola e à busca por renda sem vínculo agrícola;
3. Muitos produtores rurais tiveram grandes prejuízos nos últimos 08 anos, principalmente com o cultivo da batata-doce, que os endividou perante o banco e acarretou desinteresse na atividade agrícola;
4. Pais incentivam os filhos a estudarem e a se inserirem profissionalmente fora da agricultura, mas desejam que eles continuem morando na propriedade rural ou apenas mantendo-a como um investimento;
5. Ocupações não-agrícolas (urbanas) são desenvolvidas na cidade, em virtude da proximidade da malha urbana e do acesso ao transporte coletivo.

No caso dos bairros rurais localizados na área norte, Córrego da Onça e Ponte Alta, foram apontados pelos produtores como aspectos desfavoráveis à produção agrícola os seguintes fatores: a queda no valor pago ao produto; a falta de compradores, no caso da batata-doce; e a idade avançada dos produtores rurais..

Desse modo, pode-se pontuar alguns aspectos pertinentes ao desenvolvimento das atividades e rendas sem vínculo agrícola:

1. É significativo o emprego dos filhos em serviços públicos incentivados pelos próprios pais;
2. As rendas de transferência social constituem uma entrada monetária estável e uma fonte de renda importante aos produtores rurais com idade avançada;
3. A renda não-agrícola dos filhos é destinada as suas despesas pessoais e, em menor proporção, ao investimento na propriedade e na agricultura;
4. Não há perspectiva de continuidade dos filhos na atividade agropecuária a curto prazo;
5. Idade avançada dos produtores rurais;
6. O baixo retorno financeiro dos produtos agrícolas;
7. As atividades agrícolas são desenvolvidas por famílias com veículo particular, pois o bairro é distante da malha urbana (10 e 12 quilômetros) e não há acesso ao transporte coletivo.

É importante esclarecer que nos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta não há pesque-pague e estabelecimentos comerciais como nos bairros rurais localizados na porção sul. Foram constatadas duas propriedades no Córrego da Onça sendo utilizadas como segunda residência e uma utilizada apenas para a criação de gado de corte sem haver nenhum morador residindo na propriedade.

Assim, pode-se assegurar que a busca e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas comparece de forma ínfima, pois há múltiplas fontes de renda que não estão, necessariamente, vinculadas a uma atividade agrícola, ressaltando o caráter múltiplo das famílias pesquisadas no Bairro Córrego da Onça e Ponte Alta.

Os pontos apresentados evidenciam a busca de atividades e rendas sem vínculo agrícola devido ao baixo retorno dos produtos agrícolas e ao próprio incentivo dos pais em não seguir a profissão de agricultor, motivando os filhos a permanecerem na propriedade, mas não dependendo economicamente da atividade agrícola.

No Bairro Gramado, as famílias pesquisadas apresentam múltiplas fontes de renda, com ênfase nas rendas agrícolas e de transferência social. Cabe assinalar que a

estrutura fundiária e produtiva nesse bairro é diversificada, abarcando propriedades com área entre menos de 1 (um) até 60 (sessenta) hectares, com produção de lavouras temporárias (mandioca, milho, hortaliças), permanentes (manga, pêra, limão), além do desenvolvimento da pecuária leiteira e de corte.

A inserção dos membros das famílias pesquisadas no Bairro Gramado em atividade não-agrícola está relacionada a vários aspectos, dentre os quais se destacam:

1. Muitos produtores rurais tiveram grandes prejuízos nos últimos 8 (oito) anos, principalmente com o cultivo da batata-doce, que endividou muitos perante o banco e acarretou desinteresse na atividade agrícola;
2. Os pais incentivam os filhos no estudo e na inserção profissional fora da agricultura, mas desejam que eles continuem na propriedade rural.

As rendas de transferência social, de arrendamento e aluguel de casas na cidade compõem nas famílias pesquisadas, principalmente entre os produtores rurais mais idosos. Em muitos casos, a aposentadoria aparece como a principal fonte de renda e um dos motivos para abandonar a agricultura de caráter comercial.

Diferentemente de outros bairros rurais, como Aeroporto e Cedro, no Bairro Gramado o desenvolvimento de atividades não-agrícolas e outras fontes de renda não levaram ao abandono da agricultura, mas a uma mudança de finalidade, ou seja, antes era destinada à comercialização com atravessadores e supermercados e, atualmente, são revertidas ao autoconsumo, à venda esporádica ou à comercialização direta com as quitandas dos bairros urbanos próximos. Outrossim, as rendas sem vínculo agrícola não são revertidas para o investimento na propriedade e tampouco na agropecuária, mas no sustento da família e nas despesas pessoais, no caso dos jovens.

Os aspectos mencionados permitem apresentar os tipos de famílias existentes nesses dois bairros rurais. Tal tipologia foi consubstanciada em Graziano da Silva; Del Grossi (2000), Graziano da Silva (2002), Baptista *apud* Balsadi (2002), Schneider (2003) e Conterato; Schneider (2005).

Não faz parte do escopo deste trabalho realizar modelos e tipologias aos diferentes tipos de famílias rurais, mas possibilitar uma análise mais abrangente. Tal tipologia não foi formulada só com a revisão teórica, mas, ainda, com a sistematização dos dados de fonte primária que foram coletados na pesquisa de campo entre outubro de 2005 e março de 2006 nos bairros rurais.

Para averiguar os tipos de famílias existentes nos bairros rurais pesquisados, apresentar-se-á, na tabela 24, o percentual de cada tipo exposto.

Tabela 24 - Tipos de famílias existentes nos bairros rurais pesquisados

Tipos famílias em relação às rendas auferidas	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Família apenas agrícola	00	0,0	00	0,0	01	9,1	01	10,0	02	12,5
Família com predominância de renda não-agrícola	09	34,6	02	28,6	00	0,0	01	10,0	03	18,8
Família pluriativa com múltiplas fontes de renda	15	60,4	04	57,1	09	81,8	07	70,0	08	50,0
Família com predominância de renda de transferência social	02	7,7	01	14,3	01	9,1	01	10,0	03	18,8
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

* Família pluriativa: rendas provenientes de atividades agrícolas e não-agrícolas e sem nenhuma outra entrada monetária - ** Orçamento familiar composto de rendas não-agrícolas, rendas de transferência social, rendas de trabalho eventuais e outras rendas obtidas por arrendamento de pasto e aluguel de casas na cidade. Mas também podem abarcar as rendas agrícolas.

Nos Bairros Aeroporto e Cedro, não foi constatado nenhum tipo de família agrícola, ou seja, aquela cuja única fonte de renda é oriunda da atividade agrícola. Em contrapartida, a presença de famílias com predominância de renda não-agrícolas no Bairro Aeroporto tem uma participação de 34,6%, ao passo que no Cedro essa participação corresponde a 28,6% das famílias pesquisadas (tabela 24).

É representativa, em todos os bairros pesquisados, a presença de famílias pluriativas com múltiplas fontes de renda, sendo que 60,4 % das famílias pesquisadas no Bairro Aeroporto e 57,1% no Cedro abarcam, em seus orçamentos familiares, rendas provenientes de diferentes tipos de atividades.

A inexistência de famílias agrícolas aponta para mudanças na organização e na estruturação das famílias rurais, porque as atividades rotineiras na propriedade já não se manifestam com a mesma intensidade e tampouco de acordo com a divisão tradicional.

A agropecuária, embora não seja destinada à comercialização, colabora no orçamento da família, não em termos monetários, mas em espécie, com o consumo do leite. Além disso, as famílias consomem também os ovos, as verduras, as frutas e as carnes (bovina, suína, frango etc.) produzidas na propriedade e que não são contabilizadas no orçamento, haja vista que não entram no circuito monetário.

São variados os motivos que levam à busca por atividades e rendas sem vínculo agrícola, como a proximidade da cidade, o acesso ao transporte coletivo e a qualificação profissional em atividade fora da agricultura. Em suma, a agropecuária está se tornando, nos Bairros Aeroporto e Cedro, uma atividade complementar e restrita ao autoconsumo. Em contrapartida, as rendas provenientes de atividades não-agrícolas e de transferência social são expressivas, por causa da estabilidade proporcionada pelas mesmas.

No caso dos bairros rurais da área norte, verifica-se, por meio da tabela 25, que as famílias com rendimentos provenientes apenas de atividades agrícolas comparecem no Córrego da Onça com 9,1% e com 10,0% no Ponte Alta⁸⁵. A presença de famílias pluriativas com múltiplas fontes de renda comparece em 81,8% das famílias pesquisadas no Córrego da Onça e em 70,0% no Bairro Ponte Alta.

A distância da malha urbana, a falta de transporte coletivo, a constituição de famílias pequenas, a idade avançada dos pais, o incentivo dos pais à inserção dos filhos em profissão sem vínculo agrícola e a aposentadoria são alguns aspectos que podem dificultar o desenvolvimento da pluriatividade nos bairros supracitados.

No Bairro Ponte Alta não há sítios destinados a aluguel ou pesque-pague, há apenas um clube de laço, especializado na criação de gado e de cavalos para rodeio e apresentações. Na área central do bairro há uma capela, um campo de bocha, uma escola mista (desativada), um pequeno estabelecimento comercial e um campo de futebol, que é alugado nos finais de semana para cidadãos. Além disso, são realizados *treckings* no Bairro Ponte Alta em virtude da presença de pontes, de cursos d'água, do relevo levemente inclinado e da presença de algumas poucas áreas com mata nativa.

No Bairro Gramado, predominam as famílias pluriativas com múltiplas fontes de renda, cuja participação é de 50,0%. Em seguida, comparecem as famílias com predominância de renda de transferência social e também aquelas com rendas provenientes de rendas não-agrícolas (18,8% cada). As famílias agrícolas representam 12,5%, com destaque à produção da batata-doce e pecuária leiteira.

Esse panorama, referente ao grupo familiar nos bairros rurais pesquisados, propiciou uma análise profícua a partir da caracterização do grupo familiar, cotejando também os tipos de atividades desenvolvidas e rendas obtidas. Cada bairro incorpora as mudanças de maneiras distintas, com a busca de atividades e rendas não-agrícolas, como é o caso do Aeroporto e Cedro, e outros combinam as rendas e atividades agrícolas, não-agrícolas,

⁸⁵ Essas famílias têm como única fonte de renda a produção de leite.

transferência social e outros tipos de renda, como a realidade dos Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta, e, finalmente, aqueles que combinam a renda agrícola, não-agrícola e transferência social, como é o caso do Bairro Gramado.

No intuito de averiguar a situação social e econômica das mulheres é que se propõe a seção seguinte, cotejando as atividades realizadas e as rendas obtidas. Busca-se, num primeiro momento, tratar teoricamente da relação de gênero e da invisibilidade do trabalho feminino no campo e, num segundo momento, apresentar a realidade dos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado.

3.3 O trabalho feminino nas propriedades rurais dos bairros rurais pesquisados do Município de Presidente Prudente

Os estudos de gênero vêm ganhando espaço na literatura científica e nas discussões políticas nos âmbitos nacional e internacional. Para tanto, buscar-se-á, nesta parte do trabalho, um embasamento teórico pautado em referências que trazem um debate crítico e reflexivo da temática ora proposta.

Os trabalhos que tratam sobre a mulher, suas lutas, reivindicações e, sobretudo, suas dificuldades, trazem como eixo principal a relação de gênero. A diferença entre sexo e gênero é que este remete às construções sociais que permeiam a existência dos sexos feminino e masculino, e aquele consiste nas diferenças biológicas.

Com respaldo em Colombara (1995, p. 219), pode-se afirmar que gênero constitui-se numa construção cultural do sexo biológico, na qual o homem e a mulher apresentam diferenças biológicas, que acarreta, numa sociedade patriarcal como a brasileira, uma desigualdade social. Assim, a “construção da identidade de gênero [...] são peças contrapostas e necessárias”, que ocasiona privilégios e a subordinação feminina ao domínio masculino.

Apóia-se plenamente a posição de Rua; Abramovay (2000, p. 30) quando ressaltam a importância da análise de gênero para “compreender as relações que homens e mulheres estabelecem entre si, entre grupos, entre a comunidade e a sociedade”.

[...] o conceito de gênero avança enquanto explicação da subordinação das mulheres e homens na sociedade, superando a idéia de que o homem seja a fonte de opressão e privilegiando o código de valores, normas e instituições que apóia as relações de gênero, com destaque para o sexismo, como os responsáveis por esta forma de desigualdade (RUA; ABRAMOVAY, 2000. p. 31).

Shaaf (1996) reforça que as relações de gênero são construídas culturalmente, sendo respaldadas numa visão equivocada de que são relações estáticas que se perpetuam por longos períodos. Na verdade, ocorre o contrário, os papéis femininos e masculinos são moldados e transformados a partir do contexto socioeconômico, político e cultural.

Nesse ínterim, a relação de gênero é uma relação espacial, social e histórica, pois:

[...] as causas das desigualdades de gênero não podem ser compreendidas como radicadas apenas nas estruturas e dinâmicas interpessoais, mas também são produzidas e reproduzidas através das instituições sociais (Estado, família, mercado, sociedade, religião, cultura,...), configurando-se territorialmente (GARCIA, 2004, p. 58).

Amaral (1999, p. 113) destaca dois aspectos interessantes sobre a relação de gênero e a invisibilidade do trabalho feminino perante a herança patriarcal: 1) A hierarquização entre os sexos é fundamentada em “falsos referenciais”, principalmente no que concerne ao espaço, pois atribui a separação entre o espaço da produção e o da reprodução, que na verdade são indissociáveis⁸⁶. Assim, a esfera da produção existe e está imbricada na esfera da reprodução a força de trabalho que, por sua vez, é alimentada e socializada; 2) A diferença biológica entre homem e mulher não justifica a hierarquização e a discriminação entre gêneros.

O capitalismo aprofundou as relações de desigualdade entre mulheres de diferentes classes sociais e diminuiu o tempo livre, de lazer, para explorar a mais-valia da força de trabalho (ROSSINI, 2001).

Mesmo com toda a “onda” feminista da década de 1970 e a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho, a discriminação ainda se perpetua. De um lado, houve a inserção das mulheres no mercado de trabalho (urbano e, em menor grau, rural), mas o crescimento do número de mulheres trabalhadoras não significa que deixaram de sofrer agressões físicas e morais.

⁸⁶ Rossini (2001, p. 157/8) sustenta a idéia de que a produção e a reprodução da vida são indissociáveis, pois o capitalismo levou a subordinação da reprodução à produção, haja vista que o capital necessita de uma reserva de trabalhadores para que a oferta seja maior que a demanda, possibilitando a acumulação de riqueza e gerando desigualdades e contradições. Compartilhando da mesma opinião, Lavinás (1991, p. 5) salienta que há uma impossibilidade de se dissociar espaço da produção (econômico) e espaço da reprodução (familiar) e o mesmo se estende à separação entre classe e gênero, pois ambas relações estão presentes ao mesmo tempo tanto na esfera da produção quanto na reprodução.

3.3.1 Mulher rural

O trabalho da mulher rural é muitas vezes considerado menos valorizado, porque não é concebido como atividade produtiva, haja vista que não é remunerado. Sobre tal assertiva, Cordeiro *apud* Fiúza (2001) salienta a necessidade de se valorizar essas atividades desenvolvidas pelas mulheres rurais, como a costura, o artesanato, a criação de animais e o cultivo de hortaliças, pois é fundamental para o autoconsumo da família no espaço rural.

No estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo⁸⁷, Siliprandi (2004) analisa a situação da mulher rural e urbana, identificando as semelhanças e diferenças entre elas. A associação da mulher rural com a atividade agrícola e da mulher urbana com o comércio e a indústria não é mais válida, pois há uma interação e uma integração entre os dois mercados de trabalho, ou seja, existem tanto mulheres rurais exercendo atividades não-agrícolas (urbanas), como há casos de mulheres urbanas exercendo atividades agrícolas (sobretudo como trabalhadoras volantes).

É comum as mulheres não se identificarem como trabalhadoras, principalmente se realizam tarefas consideradas complementares e com rendimentos menores na composição da renda familiar (SILIMPRANDI, 2004).

Nesse contexto, a mulher rural não considera como trabalho ou não se identifica como trabalhadora, por dois motivos centrais: 1) porque as atividades reprodutivas, aquelas relacionadas ao beneficiamento de matérias primas, são vistas como ajuda e algo secundário; 2) porque o trabalho assalariado no campo ocorre em algumas épocas do ano, ou seja, não é algo permanente e contínuo.

Assim,

[...] o trabalho assalariado das mulheres no campo é, em geral, sazonal, restrito a algumas etapas do ciclo produtivo, não se constituindo, na maioria dos casos, como uma opção de ocupação permanente [...] De uma forma geral, as atividades econômicas continuam sob a tutela masculina (SILIMPRANDI, 2004, p. 127).

Além disso, o contrato e o pagamento do trabalho são realizados apenas ao chefe da família, que não exerce sozinho as tarefas, pois depende dos membros de sua família,

⁸⁷ A Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa no território nacional, entrevistando 2.502 mulheres em 187 municípios de 24 estados, com o objetivo de investigar a mulher brasileira nos espaços públicos e privados, tanto residentes urbanas como rurais. No livro “A mulher brasileira: nos espaços públicos e privados”, são apresentados 21 artigos desenvolvidos a partir dos resultados da pesquisa ora mencionada. Dentre os artigos, tem-se a discussão entre as diferenças e semelhanças entre a mulher rural e urbana, descrito por Emma Siliprandi.

na maioria das vezes acarretando sobrecarga de trabalho para a esposa e filhos. Assim, além de não ter reconhecimento de seu trabalho em casa perante o marido, a mulher também é vista pelo empregador como dependente e mera ajudante do chefe da família.

O trabalho da mulher no meio rural sempre aparece como uma “ajuda”⁸⁸. Essa assertiva se apóia na visão de Brumer (2004) sobre o seu estudo no Rio Grande do Sul, com o objetivo de relacionar a agricultura e as relações de gênero entre os produtores familiares.

Moura (1978, p. 19) também compartilha dessa assertiva, pois a separação entre trabalho pesado e trabalho de casa ocasiona a distinção entre trabalho masculino (roça) e trabalho feminino (afazeres do lar). Assim, “as lides domésticas são sempre ‘trabalho’, podendo ser especificadas como ‘uma ajuda’ em relação ao trabalho na roça”.

Para Karan (2004), a participação da mulher na agricultura orgânica da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, é indispensável e fundamental em todo o processo, desde a fase da produção até a comercialização das hortaliças. Nas famílias tradicionais, a participação da mulher é maior se comparada às famílias neorurais, haja vista que foram as mulheres das famílias tradicionais as maiores incentivadoras e responsáveis pela conversão da produção de verduras do sistema convencional para o orgânico.

No estudo de Fiúza (2001), a *cozinha* é considerada como o local de encontros e também um ponto na “demarcação de fronteiras entre homens e mulheres dentro da unidade de produção familiar”, ou melhor, o local culturalmente vinculado ao “trabalho próprio da mulher”. Isso decorre das tarefas realizadas por elas, tanto na preparação das refeições diárias como na produção de doces e queijos para a venda.

No tocante à religião, é notória a participação efetiva das mulheres nas atividades religiosas da comunidade, principalmente no âmbito do bairro que residem. Nos bairros rurais, a mulher circula internamente, propiciando a manutenção de sua coesão social, além de acentuar os laços de solidariedade entre vizinhos, compadres e parentes. Essa relação de solidariedade entre os moradores do bairro permite criar sua unidade e sua identidade sócio-espacial. A participação expressiva feminina é enaltecida nos setores sociais e culturais, o que não ocorre no setor econômico. Segundo Karan (2004), as mulheres aparecem como fundamentais para a manutenção da trama do tecido social entre os vizinhos, denotando a importância da mulher na sociabilidade nos espaços privados, como os da religião, da família e da vizinhança.

⁸⁸ Para D’Incao; Junior (2001), a mulher tem participado do trabalho produtivo como ajudante, pois algumas etapas do processo são exercidas pelos homens, como a derrubada da mata, a comercialização etc.

De um lado, encontram-se os autores que argumentam e defendem a participação mais visível da mulher nas unidades pluriativas (FIUZA, 2001; KARAN, 2004), e, de outro lado, deparam-se posições contrárias, como Gouveia (2003), ao salientar que a pluriatividade levaria a ocultar as mulheres como sujeitos centrais do desenvolvimento rural.

Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares. O título ilustra muito bem a situação da maioria das mulheres residentes rurais e por que não dizer também daquelas que residem no meio urbano. Gouveia (2003) constata que, na agricultura familiar, a relação de gênero é marcada pela desigualdade e pela falta de uma política mais justa e democrática.

O meio rural é masculinizado e centrado no modelo de família patriarcal⁸⁹. Segundo Gouveia (2003, p. 43), na agricultura familiar, o pai exerce poder não só no empreendimento produtivo, como também no âmbito da família e das relações sociais. “A partir dele, constrói-se uma hierarquia rígida na ocupação de lugares, atribuição de valores, oportunidades e benefícios”.

O trabalho de Garcia (2004) foi de grande importância para a compreensão das relações de gênero no campo, principalmente porque faz uma abordagem geográfica, correlacionando gênero, trabalho e espaço nos acampamentos e assentamentos rurais localizados no Pontal do Paranapanema. A mulher enfrenta vários obstáculos para exercer sua cidadania, sobretudo as residentes rurais, pois, além de ter muita dificuldade nos aspectos econômico, cultural e social, tem que enfrentar os empecilhos impostos no acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e à capacitação.

Garcia (2004) faz alguns apontamentos em relação à divisão sexual e organização do trabalho nos assentamentos e acampamentos rurais, são eles:

1. O trabalho produtivo (roça) das mulheres não é reconhecido como integrante e fundamental, mas como algo complementar e uma mera ajuda.
2. O trabalho reprodutivo (na esfera doméstica) não é considerado trabalho, denotando a invisibilidade do trabalho e a visão estereotipada da mulher como responsável, apenas, pelo trabalho doméstico;

⁸⁹ Se o patriarcado é o sistema de convivência íntima e permanente. Se o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres, a agricultura familiar, ao se organizar a partir deste sistema, reproduz e perpetua tal exploração e opressão (GOUVEIA, 2003, p. 23). Para Rossini (2001, p. 157), o aparecimento da família patriarcal ocasionou a individualização do trabalho da mulher, que ficou responsável pelas tarefas domésticas e pela reprodução biológica, como se a mulher fosse capaz, apenas, de ser esposa e mãe. Soma-se a isso o fato de que a mulher rural, por não exercer uma atividade remunerada, não se considera trabalhadora.

3. Há uma diferenciação na atribuição de valor para as atividades produtivas em função do sexo, ou seja, o valor do trabalho da mulher é inferior ao homem;
4. As ocupações das mulheres são mais diversificadas do que a dos homens.

Em síntese, conclui-se que há no cotidiano dessas mulheres assentadas o padrão de subordinação e invisibilidade de seu trabalho. A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária.

Rua; Abramovay (2000, p. 35) destacam que existem alguns obstáculos ao pleno exercício da cidadania da mulher rural:

a) o seu trabalho produtivo não é reconhecido como componente integrante da produção, mas apenas como atividade subliminar, de ajuda ao trabalho principal – que seria o homem; b) o seu trabalho reprodutivo não é considerado trabalho, mas algo que se situa numa esfera difusa entre, de um lado, o ócio e o lazer, e de outro, os imperativos de sobrevivência; c) a atribuição de valor as mesmas atividades é diferenciada segundo o sexo de quem as desempenha; d) o acesso da mulher a determinadas atividades é obstaculizado pela convicção de que ela não é física ou psicologicamente capaz de desempenhá-las, embora seja reconhecido, genérica e abstratamente, o seu direito de realizá-las.

Na área pesquisada⁹⁰ por Moura (1978), a divisão sexual do trabalho entre roça e casa vai afetar diretamente as regras de herança da terra. Isso decorre da diferenciação estabelecida entre a unidade de produção (roça) e a unidade de consumo (casa). Como a mulher fica restrita ao âmbito da casa e às tarefas relacionadas aos afazeres domésticos, a negociação das terras herdadas pelos pais é realizada pelo esposo ou pelo irmão. São raríssimos os casos em que a mulher atua na negociação ou nas transações da propriedade.

Para Gouveia (2003, p. 47), as mulheres não são invisíveis, mas não há o reconhecimento dos seus papéis na agricultura, ou seja, são considerados sujeitos passivos e não ativos no processo produtivo. “Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribui um lugar menor”.

Onde estão as mulheres no meio rural? Faz parte de uma discussão de Gouveia (2003, p. 47) acerca da desigualdade entre gênero na agricultura familiar. “As mulheres estão em todos os lugares e não estão em lugar nenhum”. A participação das mulheres direta ou indiretamente aparece em todas as atividades e etapas da produção agropecuária. No beneficiamento da produção, a participação das mulheres é majoritária.

⁹⁰ Moura (1978) analisou a relação de parentesco e herança no Bairro Rural São João, no Município de Cristina, em Minas Gerais.

Nas palavras de D’Incao; Junior (2001), o trabalho da mulher na agricultura comparece com menos valor social se comparado ao trabalho exercido pelo homem, mas a participação da mulher no roçado e nas tarefas do lar é indispensável à família e à permanência do grupo familiar no campo.

A invisibilidade⁹¹ é agravada pela elevada proporção de pequenas propriedades em que a produção para a venda é paralela à produção destinada ao autoconsumo. Além disso, as mulheres trabalham quase a mesma quantidade de tempo que o homem na exploração agrícola, sem deixar de lado a sua responsabilidade com os afazeres domésticos.

A divisão sexual do trabalho é marcada pela separação entre *trabalho da roça e trabalho da casa*⁹². O homem fica responsável pelas atividades que exigem força física, como a utilização dos tratores e implementos agrícolas. A mulher, por sua vez, fica incumbida das tarefas relacionadas ao espaço doméstico. Todavia, esse espaço tido como doméstico estende-se também pela propriedade, como “o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim” (BRUMER, 2004, p. 5).

É interessante a argumentação da referida autora quanto à noção de trabalho leve e trabalho pesado no meio rural e a relação destes com os papéis exercidos por homens e mulheres. Tal separação merece ser questionada, uma vez que “a mulher executa tanto trabalhos 'leves' como trabalhos 'pesados' (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio)” (BRUMER, 2004, p. 5).

A divisão do trabalho no meio rural apresenta dois elementos indispensáveis: 1) “a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo” (BRUMER, 2004, p. 5); 2) refere-se à herança do modelo de família paternalista e patriarcal, favorecendo o poder do homem e a submissão da mulher. No campo, é comum destinar algumas tarefas da esfera produtiva e reprodutiva para as mulheres, pois lhes atribui algumas qualidades⁹³: a capacidade de executar tarefas repetitivas, tediosas e intensivas; a capacidade de realizar várias tarefas ao

⁹¹ No estudo realizado pelos referidos autores, há uma nítida separação entre as tarefas femininas e aquelas exercidas pela força masculina. Contudo, algumas tarefas, como rachar lenha para fazer carvão, mesmo exigindo grande esforço físico, são realizadas, na maioria das vezes, pelas mulheres (D’INCAO; JUNIOR, 2001).

⁹² Shaaf (1996, p. 92) destaca que o trabalho manual concentra mais mulheres, e nos trabalhos relacionados aos implementos agrícolas e tratores predominam os homens. E acrescenta que a proporção que o trabalho agrícola sofre uma desqualificação, a participação feminina aumenta.

⁹³ Essas qualidades apresentadas no corpo do texto foram transcritas a partir de Brumer (2004).

mesmo tempo; a possibilidade de associar o trabalho e suas responsabilidades na esfera da reprodução; a disponibilidade para envolver-se em trabalhos temporários; a aceitação de uma remuneração inferior àquela paga ao homem; e, maior docilidade (maior aceitação das exigências do trabalho e menor número de reivindicações).

É nas pequenas propriedades rurais, em que predominam a policultura e o trabalho familiar, que o trabalho da mulher transparece como indispensável e ao mesmo tempo invisível. Numa análise sucinta da mulher no rural, Shaaf (1996) enfatiza que o tamanho da propriedade e as atividades desenvolvidas afetam diretamente as divisões de tarefas entre os membros da família.

Quanto menor o estabelecimento, maior é a participação da mulher na produção agrícola. Pois, além da esfera agrícola, tem que exercer as tarefas domésticas, como lavar a roupa, cuidar dos filhos, limpar a casa, preparar a comida etc.

Segundo Shaaf (1996, p. 89), a divisão sexual das tarefas não é algo estático, mas varia segundo o grau de mecanização, o tipo de lavoura cultivada, o tamanho da família, pois quanto maior o grau de mecanização, maior é a participação masculina. E essa masculinização da agricultura agrava ainda mais a desigualdade entre o gênero e “as tarefas tornam-se específicas por gênero”.

As políticas públicas direcionadas à mulher são vistas, sobretudo, de forma complementar em relação ao homem. A ausência da abordagem de gênero nos projetos e políticas públicas destinados ao rural pode mascarar as relações desiguais entre homens e mulheres.

A mulher é vista no rural como mãe, esposa e ajudante ocasional no roçado, mesmo que as tarefas rotineiras sejam indispensáveis. A invisibilidade transparece no seu cotidiano, pois as decisões de plantar e comercializar são tomadas pelo homem, mas normalmente ouvindo a esposa, legitimando as relações desiguais entre homens e mulheres. “Mesmo quando é reconhecido que a mulher atua em todas as atividades, o discurso de que ‘ajuda’ ou ‘participa’, está presente na afirmação de que elas não assumem responsabilidades econômicas” (RUA; ABRAMOVAY, 1999, p. 162).

Os afazeres domésticos são vistos como tarefas “naturais” da mulher, como se ela fosse apenas capaz de se dedicar aos serviços domésticos. E o trabalho é invisível, pois não é remunerado e não está situado no circuito da mercadoria.

Com o processo de modernização agrícola no Brasil a partir de meados dos anos 1960 e 1970, o meio rural sofreu inúmeras transformações em sua estrutura social, econômica e cultural; todavia, uma das principais conseqüências desse processo foi o

agravamento do desemprego no campo e o aumento da precariedade e miséria entre a população rural.

Segundo Rossini (2001), as propriedades rurais mecanizadas ou que utilizam implementos agrícolas são administradas e dirigidas por homens, sendo rara a presença de mulheres guiando maquinários ou tratores. O campo capitalista é altamente seletivo e machista.

Quanto mais mecanizado fica um conjunto de tarefas num estabelecimento agrícola, mais afastada está a mulher do trabalho agrícola e mais isolada na esfera doméstica. O ser agricultor é a ligação com o mundo exterior para os homens, enquanto para as mulheres o ser dona de casa a exclui desta ligação e assim do mundo dos sindicatos, cooperativas e organismos governamentais (SHAFF, 1996, p. 90).

Para se pensar além da relação desigual entre homens e mulheres, é necessário considerar o trabalho da mulher visível e indispensável à família no campo. “Portanto, a problemática de gênero em relação à agricultura familiar é a falta de reconhecimento das atividades femininas como trabalho” (SHAFF, 1996, p. 90).

As informações coletadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Presidente Prudente sobre a mulher rural apresentam-se de maneira ambígua. Isso porque, a partir do momento em que o trabalhador rural se filia ao sindicato, a esposa também é considerada uma trabalhadora rural, isto é, a esposa é sempre dependente do marido e não pode ser sindicalizada sozinha.

De um lado, o sindicato vê a importância da mulher e, de outro, ainda predomina a visão patriarcal baseada nas relações de gênero, tendo em vista que a mulher aparece como dependente do titular, reforçando a velha visão da mulher como uma mera ajudante, marcada por caráter secundário, subalterno e desvalorizado.

As transformações no meio rural, tais como a diminuição da mão-de-obra em virtude da mecanização e da falta de incentivos governamentais, levam à busca de outras fontes de renda e não apenas ao desenvolvimento das atividades agrícolas. Mas, em muitos casos, são as mulheres que saem para trabalhar fora e sem deixar de se dedicarem às tarefas do lar. Desse modo, o trabalho da mulher no regime familiar é muito, mas muito pouco valorizado e, em muitos casos, nem é reconhecido.

Abramovay (1999, p. 168) destaca que as atividades domésticas são menosprezadas, porque “estão fora do circuito mercantil e consagram certa divisão sexual e social do trabalho, que segmenta as atividades produtivas e reprodutivas”.

Para afirmar tal premissa, utilizam-se as palavras de Brumer *apud* Shaaf (1996, p. 90), que destaca que o termo *ajuda*, comumente utilizado para se referir ao trabalho da mulher no meio rural (e também no urbano), leva a uma noção de trabalho secundário e subalterno, pois “o ajudante é o subordinado naquela atividade”; assim, não decide nem tem autonomia de tomar decisões, apenas recebe ordens. O trabalho da mulher rural é visto “como uma continuação das funções sociais da mulher e não como trabalho real”.

Colombara (1995), por sua vez, destaca que o mundo do lar e o mundo do trabalho estão mais articulados, haja vista a participação da mulher no mercado de trabalho (formal e informal). Além disso, o lar e o trabalho (a reprodução e a produção) não devem ser encarados como dissociados, mas relacionados, pois “existe um número não determinado de tarefas que se realizam dentro do lar e são integradas à economia de mercado”.

A mesma opinião é compartilhada por Capellin (1992), ao relatar que a mulher rural não fica responsável apenas ao âmbito familiar, pois enfrenta uma outra jornada, o trabalho extradoméstico. Essa atividade externa remunerada ocorre pela insuficiência de renda advinda das atividades agrícolas.

Capellin (1992), no artigo *Mulheres Invisíveis*, debate sobre a importância do trabalho da mulher no meio rural e as dificuldades enfrentadas, perante uma sociedade machista e marcada por sua herança patriarcal.

Há dois aspectos excludentes que marcam profundamente a mulher e o trabalho no campo. Um deles é a priorização da identidade doméstica da mulher, obscurecendo as relações sociais e econômicas. E o outro aspecto é a invisibilidade associada ao desamparo legal e jurídico.

A associação das atividades da roça e da casa é, de fato, antiga no meio rural. As mulheres são taxadas de “donas de casa”, desconsiderando a importância de seu trabalho, “a identidade social da mulher como ‘trabalhadora’, implica que ela passa a agir e a querer ser reconhecida pela sociedade como tal” (CAPELLIN, 1992, p. 05). É necessário oferecer visibilidade às suas múltiplas posições sociais e, conseqüentemente, atribuir a estas um estatuto jurídico positivo, que se apóie num vínculo seguro com a manutenção da prática produtiva.

Não se pode ocultar as mudanças nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho no meio rural, pois os papéis ligados à idade, gênero e grau de escolaridade comparecem como variáveis importantes nas redefinições das tarefas e atividades no interior das famílias rurais.

3.3.2 A participação da mulher nos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente

Propõe-se, nesta parte da dissertação, analisar o trabalho da mulher nos Bairros Rurais Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado, tanto nas atividades agrícolas como não-agrícolas, além de cotejar as dificuldades por elas enfrentadas.

Nos bairros rurais pesquisados, verifica-se que a maior parte das atividades relacionadas à agricultura é praticada pelos homens (chefe da família, filhos, genro), enquanto que as mulheres se encarregam das atividades vinculadas à casa, à família e aos cuidados com a horta e com os pequenos animais.

Ao se averiguar a divisão das tarefas no interior da propriedade com algum tipo de atividade agrícola, independentemente da finalidade, constata-se que a participação da mulher é expressiva em todas as etapas e processos. Embora tenham ocorrido mudanças na divisão das tarefas, ainda permanecem dois aspectos: 1) o trabalho considerado “pesado” é vinculado à figura masculina; 2) as atividades vinculadas à “reprodução” e à casa são consideradas trabalhos leves, sendo associadas à figura feminina.

Segundo a análise de Osakabe (2005, p. 3),

Ao se observar as transformações ocorridas no campo, percebe-se que o papel da mulher na composição da renda familiar tem se tornado fundamental na estratégia de sobrevivência destas famílias. A recente inserção feminina em atividades não-agrícolas no meio rural vem contribuindo para ampliar o número de famílias que passam a depender do seu trabalho para conservar ou para elevar o nível de renda. Em momentos de desemprego do chefe da família (homem), a responsabilidade de garantia do sustento passa a ser da cônjuge.

Dentro da família, a divisão do trabalho ou das tarefas divide-se em dois aspectos: 1) as mulheres são vinculadas às tarefas relacionadas à reprodução; 2) os homens estão inseridos nas atividades que demandam força física (produção) e estão relacionadas no âmbito da comercialização, ou seja, o local externo é vinculado à responsabilidade do homem. Contudo, García (2004) lembra que as habilidades e as tarefas associadas a homens e mulheres são construídas, valorizadas e retribuídas socialmente.

Nos Bairros Aeroporto e Cedro, a percepção das mulheres como trabalhadoras é nula, pois nenhuma das mulheres pesquisadas que exerciam atividades sem remuneração respondeu ser uma produtora rural ou uma trabalhadora sem remuneração.

Segundo Silimprandi (2004, p. 126), nas pequenas propriedades rurais ou nas unidades familiares, a agricultura não é uma atividade permanente, mas sazonal, portanto “é comum as próprias mulheres não se identificarem como trabalhadoras”, principalmente se

as atividades forem para a complementação da renda familiar, no caso de fabricação de queijos e pães, costuras de roupas etc. “Elas raramente vão considerar estas tarefas como trabalho remunerado”.

Em relação às principais atividades mencionadas pelas mulheres dos bairros rurais pesquisados, a tabela 26 apresenta as informações coletadas referentes à participação da mulher no âmbito da propriedade.

Tabela 25 – Exercem atividades? Em relação às esposas residentes nos bairros rurais pesquisados

Exercem atividades? (remuneradas ou não)	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Responderam	14	53,8	04	57,2	10	90,9	07	70,0	14	87,5
Não responderam	12	46,2	03	42,8	01	9,1	03	30,0	02	12,5
Total	26	100,0	07	100,0	11	100,0	10	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

Tabela 26 - Principais atividades desenvolvidas pelas esposas residentes nos bairros rurais pesquisados

Principais atividades pelas mulheres	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cuidados com a horta	03	11,5	01	14,3	05	45,5	03	30,0	05	31,2
Cuidado com pequenos animais	03	11,5	01	14,3	04	36,4	02	20,0	06	37,5
Alimentação dos animais	03	11,5	02	28,6	04	36,4	02	20,0	08	50,0
Colheita	02	7,7	00	0,0	03	27,3	02	20,0	05	31,2
Serviços bancários	02	7,7	03	42,8	01	9,1	01	10,0	04	25,0
Responsável pelo orçamento	02	7,7	01	14,3	01	9,1	02	20,0	04	25,0
Decisão da lavoura a ser cultivada	01	3,8	00	0,0	01	9,1	01	10,0	04	25,0
Capinar/arar o solo	01	3,8	00	0,0	03	27,3	01	10,0	04	25,0
Manuseio de produtos químicos	01	3,8	00	0,0	00	0,0	00	0,0	01	6,2
Preparar o solo	01	3,8	00	0,0	02	18,2	01	10,0	03	18,7
Irrigação	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	01	6,2
Total	***	***	***	***	***	***	***	***	***	***

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

*** Múltiplas respostas – base de cálculo: 26 propriedades no Bairro Aeroporto; 07 no Cedro; 11 no Córrego da Onça; 10 no Ponte Alta e 16 no Gramado.

A tabela 25 expressa que no Bairro Aeroporto, 46,2% das esposas não responderam se exercem atividades, pois elas vêem seus afazeres domésticos e na propriedade como um auxílio e não como um trabalho, já que não são remuneradas. Nos demais bairros, a maioria das esposas respondeu que exercem atividades, mas alegaram que são afazeres rotineiros e auxiliares, pois são os homens os responsáveis pela maior parte das tarefas na propriedade.

Nota-se, a partir da tabela 26, que são atividades que não necessitam de “força” física e geralmente estão localizadas nas proximidades da casa, como o cultivo de hortas e a alimentação dos pequenos animais, atividades geralmente desenvolvidas pelas mulheres.

A tabela 26 retrata que, tanto no Cedro (42,8%) como no Aeroporto (46,2%), a maior parte das mulheres pesquisadas não respondeu por considerarem o trabalho feminino como presente em todas as etapas e atividades dentro da propriedade, portanto, não há uma atividade definida.

Alguns fatos interessantes merecem ser relatados para reforçar a participação da mulher nas atividades relacionadas ao autoconsumo. Durante uma visita de campo no Bairro Córrego da Onça, por exemplo, foi encontrado um grupo de mulheres matando e depenando galinhas para o consumo das famílias. Os homens ficavam distantes e sempre mostrando receio em ajudar nessa atividade, mencionando a falta de coragem para efetuar a matança e a limpeza dos animais. Em outra propriedade, a preparação da água para matar os frangos era realizada pela esposa, que se encarregava de efetuar todas as etapas para a limpeza dos frangos.

Além desses dois casos, tem-se o exemplo da Dona Ercília, de 57 anos, que desde criança auxilia na agricultura. Antes de se casar, Dona Ercília era responsável por ajudar o pai na lida na roça e, mesmo após o casamento, nunca deixou de trabalhar na agricultura, ora cultivando batata-doce e feijão, ora capinando o roçado ou cuidando da horta. A limpeza dos estábulos dos animais, a vacinação do gado e a negociação com atravessadores e compradores são atividades de responsabilidade do esposo.

Dentre as atividades desenvolvidas pelas mulheres estão a preparação das refeições para a família, a fabricação de doces e queijos, a costura, a fabricação de sabão caseiro, o cuidado com os filhos e com as flores e plantas cultivadas junto à casa, além da organização das poucas atividades religiosas nos bairros.

Na década de 1940, segundo relato de uma aposentada, os cafezais tomavam conta de toda a área da porção norte, de modo que a mão-de-obra familiar não era suficiente

para o cuidado e a colheita do café, sendo necessária a contratação de peões, camaradas e parceiros para tal atividade. Na época da colheita, todos participavam (homens, mulheres, crianças), mas o pagamento do trabalho era entregue apenas ao chefe da família. Com a decadência do café, depois do algodão, do amendoim, do feijão e, mais recentemente, da batata-doce, a mulher, não tendo ocupação no campo, foi levada a se inserir em outras atividades externas, até conseguir a aposentadoria.

O cuidado com a horta, presente em 45,5 % das propriedades pesquisadas no Córrego da Onça e em 30,0% no Ponte Alta, é realizado pelas mulheres, sendo que o mesmo ocorre com a criação de pequenos animais. Se a atividade é direcionada ao autoconsumo, a manutenção da horta fica sob a responsabilidade da mulher, mas se a horticultura é uma atividade rentável e direcionada à comercialização, a participação da mulher é reduzida e o homem assume a autonomia na atividade.

É notável a presença de 37,5% das mulheres residentes no Bairro Córrego da Onça e 33,3% no Ponte Alta que se consideraram produtoras rurais. Essas mulheres trabalham no cultivo da batata-doce, da mandioca, da manga e do limão.

No Bairro Gramado, a participação da mulher não se restringe apenas ao espaço da casa, uma vez que se estende à agricultura, principalmente no cultivo da batata-doce. Em todos os tipos de família é comum a participação do casal na agricultura, por causa da falta de recursos para pagar empregados, sendo muito raro a contratação de empregados temporários nos períodos de colheita. Como lembra Bombardi (2004, p. 211), os trabalhos femininos e masculinos “se completam e há, portanto, uma clara divisão sexual do trabalho no interior da propriedade”.

Outrossim, o cultivo da batata-doce é realizado, predominantemente, pelo homem, que se responsabiliza pelo manuseio dos maquinários (arado mecânico e animal, plantadeira manual e grade para arar) e pela direção do trator. Cabe à mulher realizar a manutenção da lavoura e da colheita, além de encher os caixotes com a batata-doce. No caso dos produtores do Bairro Gramado, a batata-doce é vendida para Piedade-SP e Sorocaba-SP sem a necessidade da lavagem. Para a produção destinada à venda a granel (consumidor direto, supermercado e feira), no entanto, a lavagem é necessária, cabendo à mulher executar a tarefa.

No caso das famílias agrícolas, a maior parte das atividades que requer força física, como arar o solo, limpar os chiqueiros e os estábulos e dirigir os tratores, é realizada pelo homem. Como a atividade predominante é a produção de leite e constitui-se numa

atividade diária, o casal fica responsável por tirar o leite e armazená-lo nos galões de alumínio.

Para reforçar a participação da mulher no processo produtivo no campo e a invisibilidade de seu trabalho, Brumer (2004, p. 4) explicita que:

Elas também tomam decisões referentes a vendas eventuais de bens por elas produzidos, tais como ovos, queijo, nata, e outros, sendo também as responsáveis pelo uso dos recursos assim obtidos. No entanto, não se deve superestimar a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, tendo em vista, por um lado, que as vendas feitas por elas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, por outro, que as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas.

Atualmente, as mulheres não estão desenvolvendo apenas atividades no âmbito da propriedade e tampouco se dedicam somente aos afazeres domésticos, tendo em vista que cada vez mais buscam inserção no mercado de trabalho não-agrícola, mesmo sendo atividades temporárias e com baixa remuneração, como no caso de diaristas.

Entre as atividades desenvolvidas pelas mulheres e citadas pelas famílias pesquisadas nos bairros rurais pesquisados estão os chamados “trabalhos mais leves”, ou seja, o cuidado com os afazeres domésticos, a educação dos filhos, a poda das árvores frutíferas, o cuidado com as hortas e a criação de pequenos animais. Mas, ao observar atentamente a organização das famílias, é possível perceber que a mulher está presente em todas as etapas e no caso do Bairro Gramado, até mesmo nas atividades relacionadas ao orçamento e serviços bancários.

Isso contraria a realidade descrita por Bombardi (2003) no estudo realizado em um bairro rural localizado entre os Municípios de Valinhos-SP e Campinas-SP, em que a divisão do trabalho ocorria, predominantemente, com base no sexo e na idade entre os membros da família, cuja participação da mulher se restringia aos trabalhos “mais leves”,

Cabe à mulher, ‘que tem a mão macia’, o trabalho de acolher, ou seja, tudo aquilo que está voltado para ‘dentro’, para o interior da casa, é sua responsabilidade, em oposição ao trabalho masculino que exige mais força e enfrentamento daquilo que está fora: a natureza indomada, o mercado (BOMBARDI, 2004, p. 212).

As atividades relacionadas ao espaço “de fora” (MOURA, 1978), antes de responsabilidade do homem, estão sendo feitas pelas mulheres, conforme constatado em 42,8% das propriedades pesquisadas no Aeroporto e 25,0% no Gramado, como o pagamento de contas, a realização de serviços bancários e o gerenciamento do orçamento. Isso porque os

chefes estão exercendo atividades externas à propriedade ou porque ocorre o contrário, isto é, como a mulher está empregada em atividade na cidade, há maior facilidade para efetuar esses serviços.

Uma parte expressiva dos pesquisados não respondeu ou se mostrou indiferente à divisão das tarefas, em virtude da própria ausência de famílias agrícolas e com grande índice de famílias pluriativas com múltiplas fontes de rendas não-agrícolas. Ou seja, a agricultura comparece como atividade complementar e direcionada, em sua maioria, para autoconsumo e para a venda esporádica. Outrossim, a pecuária extensiva como principal atividade agrícola é praticada, em grande parte, pelos homens.

No caso das famílias não-agrícolas e pluriativas com múltiplas fontes de renda, a participação da mulher não se resume, apenas, à casa e à propriedade, mas numa tripla jornada (casa, propriedade e trabalho externo), asseverando a importância da mulher no cultivo de hortas para o autoconsumo e no orçamento familiar, por meio do salário auferido em atividades externas, sem vínculo agrícola.

Com a estagnação das áreas de lavoura comercial, a expansão das pastagens e o tamanho reduzido da propriedade, a busca por atividades e rendas sem vínculo agrícola tornou-se uma estratégia de sobrevivência, principalmente para a mulher, haja vista que a agricultura de caráter comercial e intensiva absorve mais mão-de-obra masculina.

Contudo, a retração das áreas de lavouras ocasionou a liberação de mão-de-obra familiar para outras atividades sem vínculo agrícola. Assim, “muitos dos antigos membros familiares não remunerados acabam ocupando-se na condição de empregados” (BALSADI, 2002, p. 33).

Para reforçar a significativa participação da mulher frente ao crescimento da pluriatividade e das atividades sem vínculo agrícola, Osakabe (2005) afirma que, no Brasil, a participação da mulher permite assegurar que “a pluriatividade entre os membros da família se deve ao trabalho provavelmente não-agrícola das mulheres”. Contudo, Osakabe (2005), Balsadi (2002) e Leone (2001) lembram que a maior parte das mulheres não tem uma boa instrução escolar e nem qualificação profissional, empregando-se como doméstica, diarista ou em serviços gerais (limpeza).

No intuito de mostrar as atividades desenvolvidas pelas mulheres e sua participação em atividades remuneradas, se apresentam as tabelas 27 e 28.

Tabela 27 – Local de trabalho das mulheres residentes com idade acima de 16 anos nos bairros pesquisados

Local que exercem as atividades	Aeroporto		Cedro		Córrego da Onça		Ponte Alta		Gramado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Apenas na propriedade	26	70,3	06	60,0	13	81,3	08	66,7	25	83,3
Atividades externas e na propriedade	11	29,7	04	40,0	03	18,7	04	33,3	05	16,7
Total	37	100,0	10	100,0	16	100,0	12	100,0	30	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

Tabela 28 - Principais atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas mulheres residentes nos bairros rurais pesquisados

Principais atividades desenvolvidas	Aeroporto*		Cedro*		Córrego da Onça**		Ponte Alta**		Gramado**	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Empregos domésticos/ serviços gerais	06	16,2	01	10,0	01	6,3	02	16,7	01	3,3
Comércio	02	5,4	01	10,0	00	0,0	02	16,7	00	0,0
Feirantes	01	2,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0	02	6,7
Professora	01	2,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0	02	6,7
Prestação de serviço	00	0,0	01	10,0	01	6,3	00	0,0	00	0,0
Apicultora	00	0,0	00	0,0	01	6,3	00	0,0	00	0,0
Beneficiamento de produto	01	2,7	01	10,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Total	11	100,0	04	100,0	03	100,0	04	100,0	05	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (Outubro de 2005 a Março de 2006)

* Para efetuar o cálculo da participação das mulheres em atividades não-agrícolas, selecionou-se o número total de mulheres residentes nos bairros rurais e com idade mínima de 16 anos, cuja base de cálculo é de 37 mulheres residentes nas propriedades pesquisadas no Aeroporto e 10 no Cedro.

** Para efetuar o cálculo da participação das mulheres em atividades não-agrícolas, selecionou-se o número total de mulheres residentes nos bairros rurais e com idade mínima de 16 anos, cuja base de cálculo é de 16 mulheres residentes nas propriedades pesquisadas no Córrego da Onça e 12 no Ponte Alta.

***Para efetuar o cálculo da participação das mulheres em atividades não-agrícolas, selecionou-se o número total de mulheres residentes nos bairros rurais e com idade mínima de 16 anos, cuja base de cálculo é de 30 mulheres residentes nas propriedades pesquisadas no Gramado.

Por meio das tabelas 27 e 28 é possível constatar que a maior parte das mulheres residentes nos bairros rurais pesquisados não exerce atividades remuneradas, pois elas estão exercendo atividades no interior das propriedades. Isso ocorre por causa da saída do chefe da família e dos filhos na busca de rendas não-agrícolas.

Os tipos de atividades são diversificados entre os bairros pesquisados, sendo predominante tanto nos bairros da porção sul (Aeroporto e Cedro) como nos bairros rurais da área norte (Córrego da Onça e Ponte Alta) as atividades relacionadas aos empregos domésticos/ serviços gerais e ao comércio. Já no Bairro Gramado (área nordeste), há mulheres atuando como professoras do ensino fundamental na rede municipal de ensino (6,7%) e feirantes (6,7%).

As atividades para-agrícolas são desenvolvidas por 2,7% das mulheres residentes no Cedro, por meio da fabricação de queijos artesanais, e 14,3% no Bairro Aeroporto, com o beneficiamento, o processamento e seleção de verduras e legumes.

Os empregos domésticos estão presentes em todos os bairros, com destaque no Aeroporto, em que 16,2 % das mulheres exercem a profissão de empregada doméstica na cidade de Presidente Prudente.

Essas atividades ilustram bem o que vem sendo discutido, ou seja, a maior parte das mulheres está empregada em serviços domésticos e gerais, cuja remuneração e qualificação profissional são baixas. Isso porque, de acordo com Balsadi (2002, p. 35):

[...] a falta de oportunidades de trabalho na agricultura ainda surge como o principal responsável pela inserção da mulher no mercado de trabalho não-agrícola, muitas vezes em condição bastante precária, como empregadas nos serviços domésticos ou como conta-própria em atividades de pequeno comércio e artesanato.

Para Graziano da Silva (1999), a expressiva participação de empregos domésticos no conjunto das atividades não-agrícolas se deve a três (03) fatores: 1) a dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola; 2) a implantação de chácaras de lazer e condomínios de alto padrão; 3) a presença de população de baixa renda nas áreas rurais, mas empregada na área urbana.

Todavia, no caso dos bairros rurais pesquisados, as mulheres empregadas nos serviços domésticos e gerais estão vinculadas, predominantemente, ao primeiro aspecto mencionado, ou seja, à falta de opção de emprego para os membros da família, ocasionando a saída dessas mulheres na busca de uma atividade remunerada para auxiliar no orçamento familiar.

Em relação ao trabalho doméstico, Osakabe (2005, p. 19) retrata o crescimento desse tipo de serviço entre as famílias rurais no Brasil:

Nota-se que, apesar de existirem atividades no meio rural que demandam a mão-de-obra feminina, a qualificação exigida é muito baixa e justamente por isso as mulheres aí se inserem. O emprego doméstico remunerado tem se

configurado em uma das melhores oportunidades de trabalho para a mulher com residência no campo. No entanto, não exige elevado nível de estudo nem tampouco qualificação profissional.

Nos Bairros Aeroporto e Cedro, em nenhuma das famílias pesquisadas, a renda maior provém do trabalho da mulher, isso porque a renda era obtida de maneira conjunta com o esposo ou o rendimento do chefe da família era superior ao da mulher. Contudo, a participação das mulheres em atividades não-agrícolas é fundamental para a reprodução social e econômica das famílias rurais. É interessante relatar que o salário obtido pela mulher é investido integralmente nas despesas da família.

Constatou-se que 59,5% das mulheres no Bairro Aeroporto e 40,0% das mulheres residentes no Bairro Cedro não recebem nenhuma remuneração. A centralização da renda na figura do chefe de família é expressiva nos bairros rurais da área sul, pois 46,2% no Aeroporto e 40,0% no Cedro ficam com a renda; em seguida, comparecem as famílias nas quais o casal é quem centraliza os recursos financeiros (38,5% no Aeroporto e 40,0% no Cedro).

Além disso, foi possível verificar que 5,4% das mulheres residentes no Bairro Aeroporto recebem mensalmente menos de 1 salário mínimo⁹⁴, enquanto que 27,0% nesse bairro recebem entre 1 e 2,9 salários mínimos, e 50,0% das mulheres do Cedro se enquadram, também, nessa faixa salarial. Apenas 10,0% das mulheres no Bairro Cedro auferem em média entre 3 e 5,9 salários mínimos por mês. Cabe relatar que 8,1% das mulheres no Aeroporto não têm renda individual, mas em conjunto com o esposo.

Em relação à renda obtida pelas mulheres nos bairros da porção norte, 25,0% das residentes no Bairro Córrego da Onça e 16,7% das residentes no Ponte Alta não têm nenhuma fonte de renda monetária. Além disso, foi encontrado em 18,7% das famílias pesquisadas no Córrego da Onça e 16,7% no Ponte Alta que a renda é obtida em conjunto com o chefe da família.

Verificou-se, também, que 37,5% das mulheres no Córrego da Onça e 50,0% das mulheres do Ponte Alta recebem entre 1 e 2,9 salários mínimos. No Bairro Córrego da Onça, 6,3% das mulheres residentes, e 8,3% no Ponte Alta a renda situa-se entre 5 e 10,9 salários mínimos.

A presença de mulheres aposentadas no Bairro Gramado representa 23,3% do total de mulheres pesquisadas, denotando a importância das rendas advindas de transferência social. Em relação às mulheres inseridas em atividades não-agrícolas, as

⁹⁴ Salário mínimo considerado no momento da pesquisa: R\$ 300,00.

professoras apresentam as maiores rendas, pois a média salarial dessas profissionais situam-se entre 3 e 5,9 salários mínimos.

No que concerne à remuneração das mulheres residentes no Bairro Gramado, 56,7% não exercem nenhuma atividade remunerada, 13,3% são produtoras rurais e feirantes que têm uma renda única em conjunto com o esposo, 20,0% das mulheres têm uma renda mensal entre 1 e 2,9 salários mínimos; e, 6,7% das mulheres residentes abarcam uma renda entre 3 e 5,9 salários mínimos.

Nas famílias em que a mulher está inserida em atividade não-agrícola, ela é percebida como trabalhadora, pois a noção de trabalho está associada à obtenção de uma remuneração. Mas, no caso das famílias com forte viés agrícola, a mulher se vê como auxiliar e responsável pelas tarefas domésticas.

No Bairro Córrego da Onça, apenas em 6,3% das famílias pesquisadas a mulher tem a maior renda entre os demais membros, enquanto que no Ponte Alta apenas 8,3% das famílias pesquisadas têm como a principal fonte monetária a renda da mulher.

A divisão das rendas demonstra a permanência do caráter patriarcal e desigual entre homem e mulher, pois 45,5% das famílias pesquisadas no Bairro Córrego da Onça e 50,0% das famílias visitadas no Ponte Alta centralizam as rendas no chefe de família. Em 25,0% das famílias pesquisadas no Córrego da Onça e 40,0% no Ponte Alta cada membro da família fica com a sua parte e auxilia nas despesas da casa.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelas mulheres, independentemente do tipo de família inserida, foram mencionadas a infra-estrutura deficiente dos bairros, como a má conservação de estradas vicinais e as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades agropecuárias, ou seja, o baixo retorno da agricultura e a falta de apoio do governo em relação à produção familiar.

Isso denota que as dificuldades apresentadas pelas mulheres envolvem as dificuldades enfrentadas pela família, ou seja, não compareceu nenhuma resposta que enfatizasse uma valorização do trabalho da mulher no campo ou mesmo uma igualdade na remuneração e nas oportunidades de trabalho. Ao contrário, as mulheres que disseram exercer atividade externa sentem-se mais “capazes” e “trabalhadoras” por causa do emprego remunerado. Mas, ocultam a precariedade e a baixa qualificação e remuneração dessas atividades relacionadas ao emprego doméstico e serviços gerais.

As mulheres mais idosas do Bairro Gramado são responsáveis pela organização das atividades lúdico-religiosas, pela manutenção da capela (limpeza) e pelos almoços beneficentes no bairro. Elas estabelecem as reuniões, as novenas, os terços e marcam

as datas para os almoços e as festas, além de preparem o local e os alimentos servidos. O elemento de coesão social dos vizinhos é a religião, que permite a permanência das relações de vizinhança, as atividades lúdico-religiosas e a manutenção da vida religiosa no bairro, ou seja, a continuidade desses elos sociais e culturais entre os moradores.

É importante ressaltar que as mulheres rurais vêm o trabalho não remunerado não como um “verdadeiro” trabalho, embora seja indispensável para a permanência da família no campo. As atividades relacionadas à lavoura, como a capina, o manuseio de maquinários e os produtos químicos, são associadas à figura masculina, pois a sociedade cria estereótipos que tais atividades devem ser realizadas pelos homens. À mulher, cabem as tarefas domésticas e os trabalhos “leves”, como a horta, a criação de pequenos, o abate dos frangos etc.

As mulheres rurais têm muita dificuldade de se verem como trabalhadoras, em virtude da própria desigualdade de gênero que existe no campo.

[...] devido às desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar - evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra -, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens (BRUMER, 2004, p 20).

Nas palavras de Paulilo (1976, p. 02), a divisão sexual do trabalho opera como um elemento discriminador, “já que ao homem estão destinados os trabalhos ligados ‘a produção’ e à mulher, o trabalho doméstico”. De fato, o estereótipo de que a mulher deve estar submissa ou subordinada ao chefe da família no meio rural é mais expressivo do que nas cidades, justamente pelas questões culturais e econômicas que persistem nessas famílias.

Essa breve caracterização da participação da mulher nos bairros rurais pesquisados enfatiza a invisibilidade do seu trabalho, principalmente no que concerne às atividades agrícolas. Na agricultura, a mulher considera seu trabalho como complementar e secundário, tendo em vista que nenhuma respondeu ou se considerou trabalhadora, mas se contrariou em outra passagem, ao endossar a sua participação no cuidado com a horta, na capina, na criação e na alimentação dos animais, além do beneficiamento de alimentos, como leite e frutas. Ocorre, portanto, a invisibilidade do trabalho feminino no âmbito das atividades domésticas, independente do tipo de família (agrícola, não-agrícola e pluriativa) e dos bairros pesquisados no Município de Presidente Prudente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões fomentadas neste trabalho visaram enfatizar que a pluriatividade e as múltiplas fontes de renda devem ser apreendidas como estratégias de reprodução social objetivando a permanência no campo. Essas estratégias permitem a inserção, ainda que minoritariamente, das mulheres no mercado de trabalho não-agrícola, mas não levam, necessariamente, ao suprimento da invisibilidade do seu trabalho não remunerado praticado no âmbito da propriedade.

No primeiro capítulo foi realizada uma apreensão teórica sobre as estratégias de reprodução social, a pluriatividade e as variáveis utilizadas no estudo da pluriatividade e das atividades não-agrícolas, cotejando a importância que essas estratégias vêm alcançando no espaço rural, frente às transformações estruturais e conjunturais.

Tratou-se, assim, da pluriatividade como a combinação de diferentes inserções ocupacionais dos membros de uma família, sendo uma delas na agricultura. Todavia, essa definição só é válida se levar em consideração a articulação das variáveis endógenas e exógenas.

Não se considera a pluriatividade e as atividades e rendas sem vínculos agrícolas como uma panacéia “o remédio para todos os males”, ou seja, estas não são as únicas formas que podem propiciar o desenvolvimento rural. Assim, as políticas públicas devem levar em consideração, em sua elaboração e aplicabilidade, as especificidades e a dinâmica local/regional nas quais se mostram inseridas.

Atualmente, é necessário pensar que o rural é mais amplo que o agrícola, porque envolve diferentes dimensões, diversas funções e abarca distintos atores sociais. A mudança na concepção de rural permite situar nossa preocupação de evitar se associar o rural apenas ao agrícola e o urbano à indústria.

Foge do escopo deste trabalho tecer reflexões mais profícuas sobre essa questão tão complexa. Todavia, o que se pretende evitar é ficar nesse embate sem progressos ou em discursos tautológicos. O campo e a cidade, o rural e o urbano devem ser pensados no âmbito da realidade investigada.

No capítulo dois, abordou-se a contextualização histórica do Município de Presidente Prudente e, posteriormente, caracterizou-se os bairros rurais pesquisados. Evidenciou-se que a ocupação dos bairros rurais foi baseada na fragmentação e na comercialização de lotes rurais. Além disso, constatou-se diferenças e especificidades na

organização socioespacial dos bairros situados na área sul (Cedro e Aeroporto), na porção norte (Córrego da Onça e Ponte Alta) e nordeste (Gramado). Essas diferenças refletem a inserção de diferentes atores sociais e a coexistência de lógica rural e urbana, ou seja, há uma maior complexidade e heterogeneidade nos bairros rurais localizados nas proximidades da malha urbana (área sul) se comparados àqueles situados mais longínquos (área norte).

No terceiro capítulo foram apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada nos bairros rurais do Município de Presidente Prudente, cotejando as especificidades e as semelhanças na estrutura fundiária e produtiva, na infra-estrutura, na caracterização do grupo familiar e nos tipos de rendas e atividades.

Eis algumas constatações:

1. Ao comparar os bairros rurais, verificou-se uma maior concentração de propriedades obtidas por meio de transmissão hereditária nos Bairros Córrego da Onça, Gramado e Ponte Alta. Nos Bairros Aeroporto e Cedro, a compra e a cessão compareceram de maneira mais expressiva.
2. Ao estabelecer uma correlação entre o tamanho das propriedades e as formas de acesso à terra, verificou-se que nos bairros rurais Cedro e Aeroporto, onde há a predominância da compra e da cessão, as propriedades pesquisadas não ultrapassam 10 hectares, como ocorre no Aeroporto (84,6%) e no Cedro (42,9%). Isso permite deduzir que as propriedades estão sendo divididas (fragmentadas) para a venda. Além disso, os Bairros Aeroporto e Cedro estão situados numa área geograficamente valorizada e próxima à malha urbana, com acesso às principais vias de circulação (Rodovia Assis Chateaubriand, Julio Budiski e prolongamento da Avenida Coronel Marcondes) e transporte coletivo municipal e intermunicipal.
3. Nos bairros rurais mais distantes da malha urbana, como Córrego da Onça (entre 03 e 06 Km), Gramado (entre 03 e 06 Km) e Ponte Alta (entre 06 e 12 Km), as propriedades abarcam, em sua maioria: entre 31 e 70 hectares (Córrego da Onça, 54,5% das propriedades visitadas); No Ponte Alta, as propriedades abarcam, predominantemente, entre 21 e 39 hectares (70,0%); e no Gramado, 50,0% das propriedades abarcam entre 11 e 30 hectares. Desse modo, as maiores propriedades estão localizadas nos bairros rurais mais distantes, com a maior evidência de propriedades com tempo de residência acima de 30 anos e obtidas por meio da transmissão hereditária.
4. No caso do orçamento familiar, os bairros rurais pesquisados apresentam certa semelhança quanto à faixa salarial em que estão inseridas. No Aeroporto, a renda

média situa-se entre 3 e 5,9 salários mínimos⁹⁵ (46,2%), sendo que 69,2% das famílias têm como principal fonte de renda as atividades não-agrícolas. No Bairro Cedro, 57,1% das famílias pesquisadas têm uma renda mensal entre 3 e 5,9 salários mínimos, com predominância das rendas não-agrícolas e agrícolas.

5. Na porção norte, os bairros rurais pesquisados apresentam características semelhantes à da porção sul, pois tanto no Córrego da Onça (36,4%) como no Ponte Alta (40,0%), a renda mensal situa-se entre 3 e 5,9 salários mínimos. Nos dois bairros predominam as rendas sem vínculos agrícolas e provenientes de transferência social.
6. No caso do Gramado, a maior predominância das famílias pesquisadas está situada na faixa salarial entre 3 e 5,9 salários mínimos (43,5%) e a fonte de renda predominante é a agrícola (43,5%).

Esses apontamentos permitem ressaltar a importância das rendas sem vínculos agrícolas, incluindo-se as transferências sociais e os trabalhos eventuais. Isso porque, dos cinco bairros pesquisados, quatro apresentam como principal fonte de renda, em termos monetários, aquelas obtidas sem vínculos com as atividades agrícolas.

As variáveis formas de acesso, tempo de residência e tamanho da propriedade são assinaladas como possíveis fatores indutores da pluriatividade e da busca de atividades e rendas sem vínculo agrícola. Pois quanto menor o tamanho das propriedades, maior é a necessidade de se buscar rendas externas e sem vínculo agrícola.

É importante esclarecer que a decadência do cultivo de lavouras (de caráter comercial) e a predominância da pecuária extensiva também são fatores que propiciaram a busca de ocupações sem vínculos agrícolas, haja vista que o contexto local/regional subestimou a agropecuária em relação a outros setores da economia.

Além das variáveis endógenas, existem as exógenas, como o processo de urbanização, o mercado de trabalho urbano e a dinâmica da agricultura regional. No caso do Município de Presidente Prudente, a economia está ancorada no setor de prestação de serviços, no comércio e na agropecuária, e os residentes rurais estão inseridos nesses setores.

Além disso, a facilidade criada pelos meios de transporte e a inviabilidade de continuar na agricultura levam à busca de outras atividades fora da propriedade rural, combinadas ou não com a agricultura.

⁹⁵ Salário mínimo considerado: R\$ 300,00 (referente aos meses da realização da pesquisa de campo entre outubro de 2005 até março de 2006).

No tocante à acessibilidade ao transporte coletivo, ficou evidente que, na área sul (Bairros Aeroporto e Cedro), há duas (02) linhas de ônibus circular intra-urbano, que interliga os bairros ao centro de Presidente Prudente, com periodicidade entre 60 e 40 minutos. Os pontos de acesso ao circular ficam situados nas Rodovias Assis Chateaubriand e Julio Budiski, além de percorrerem, também, o prolongamento da Avenida Coronel José Soares Marcondes e, em 06 horários, o ônibus percorre a Estrada do Bom Pastor até o limite do Município de Anhumas, a Chácaras Arilenas e a Estrada Bezerra de Menezes. Isso permite aos moradores que residem em áreas mais afastadas da rodovia ter acesso ao transporte coletivo.

Os moradores do Bairro Gramado, localizado na área nordeste, não têm acesso a nenhuma linha de ônibus municipal, pois o bairro situa-se afastado da rodovia. Para ter acesso ao ônibus da linha intermunicipal⁹⁶ os moradores percorrem cerca de 3 km até a Rodovia Ângelo Rena.

Na área norte, onde situam-se os Bairros Córrego da Onça e Ponte Alta, há apenas uma linha de ônibus, cuja periodicidade é de 50 minutos. Todavia, os bairros situam-se afastados da principal via de acesso, a Rodovia Municipal Raimundo Maiolini, principalmente os moradores do Bairro Ponte Alta. Por isso, os moradores tendem a deslocar cerca de 3 a 10 km para ter acesso ao transporte coletivo. No caso específico dos moradores do Bairro Córrego da Onça, há uma linha de ônibus criada em função do Presídio de Montalvão, em três horários (06:00, 17:10 e 18:30 horas), percorrendo a Estrada do Presídio, facilitando, de certa forma, a mobilidade dos moradores.

As famílias residentes nos bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente abarcam múltiplas fontes de rendas, com ou sem vínculo agrícola, as quais estão atreladas às transformações que ocorreram no município após os anos de 1970, com a estagnação das áreas de lavouras e a expansão territorial urbana.

1. As famílias rurais têm mais número de fontes de renda do que de atividades, em virtude da importância da aposentadoria e de outras rendas, como arrendamento de terras e aluguel de casas. Portanto, a pluriatividade constitui-se numa estratégia de reprodução social e não a única forma de sobrevivência no espaço rural;
2. As mulheres sem remuneração são predominantes, sendo que os afazeres domésticos e as atividades desenvolvidas na propriedade são considerados como ajuda e de sua responsabilidade;

⁹⁶ Linha intermunicipal no sentido Regente Feijó / Presidente Prudente.

3. As atividades não-agrícolas não estão atreladas ao potencial turístico ou à descentralização industrial em virtude das próprias características do município. O mercado de trabalho não-agrícola está vinculado ao funcionalismo público, aos serviços domésticos, à prestação de contas e ao comércio, ou seja, aos setores que caracterizam a economia local.

Sobre o trabalho feminino e a participação da mulher nos bairros rurais pesquisados, ficou evidente que o trabalho não remunerado é considerado invisível. Essa invisibilidade está atrelada ao próprio estereótipo fundamentado nos valores criados pela sociedade, em que se identifica, erroneamente, como trabalho apenas a atividade remunerada.

Em suma, este trabalho mostrou que o espaço rural é plural e heterogêneo e, portanto, deve ser visto além do agrícola, ou seja, há uma multiplicidade de atividades, funções e atores inseridos nesse espaço. Os bairros rurais pesquisados no Município de Presidente Prudente não são diferentes, pois constatou-se que as famílias pesquisadas abarcam múltiplas fontes de renda que não estão, necessariamente, vinculadas a apenas uma atividade, como é o caso das rendas de transferência social (aposentadoria).

Além disso, foi possível averiguar que os bairros rurais podem ser traduzidos como palco dos acontecimentos e das coexistências entre o novo e o velho, entre a lógica rural e a urbana. Assim, mesmo com a incorporação de valores urbanos, não houve o desaparecimento de valores rurais, que ainda permanecem, mas não como algo estático. Em outras palavras, o crescimento de atividades e rendas sem vínculos agrícolas ocorre em virtude da busca de estratégias dessas famílias para permanecerem na propriedade, sendo a agropecuária a atividade predominante, mas não a única geradora de renda.

Constatou-se que as causas da pluriatividade e das atividades e rendas sem vínculos agrícolas estão relacionadas ao tamanho reduzido das propriedades rurais, à decadência da lavoura, ao fraco retorno econômico obtido com a agropecuária, à facilidade na mobilidade proporcionada pelo transporte e, sobretudo, à expansão da cidade. A busca de atividades não-agrícolas proporciona mudanças na organização e na estrutura das famílias, como o tamanho e a divisão das atividades no interior da propriedade, além da dissociação entre a casa (unidade familiar) e o local de trabalho.

A contribuição do trabalho foi, principalmente, a de mostrar as peculiaridades existentes nos Bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado, tendo como recorte analítico as rendas e as atividades das famílias residentes. Foi possível constatar que as mudanças econômicas e espaciais não são gerais, pois cada bairro incorpora as variáveis externas de maneira diferenciada. Alguns bairros permanecem com fortes vínculos

religiosos e culturais, como Ponte Alta e Gramado, enquanto outros têm laços mais frouxos, como o Aeroporto, o Cedro e o Córrego da Onça. Porém, em todos foi possível constatar que a identidade e o sentimento de pertencimento é uma característica bastante presente.

É preciso considerar os bairros rurais como uma unidade que abarca não apenas o modo de vida tradicional, sobretudo o aspecto cultural, mas que reúne, também, mudanças e permanências. Aliás, a adaptação ao modo de vida urbana, sem se desvincular dos valores rurais, permite a existência desses bairros como configuração de um rural permeado de distintos atores sociais, diferentes funções e atividades.

Nos bairros rurais localizados na área sul, Aeroporto e Cedro, há a perspectiva de serem, a médio prazo, tomados por uma nova configuração espacial, com a implantação de estabelecimentos com funções urbanas. Na área norte, isso será menos evidente por causa da falta de acessibilidade e a existência de uma infra-estrutura ainda precária.

Um dos desdobramentos evidenciados em todos os bairros rurais pesquisados foi a expressiva participação das rendas de transferência social, em particular a aposentadoria, no orçamento familiar. Caberá, num momento posterior, realizar uma pesquisa sobre a participação da aposentadoria rural no orçamento familiar de forma mais pormenorizada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, nº 702, 2000. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/texto>>. Acesso em julho de 2003.

_____. O futuro do rural. **Revista Globo Rural**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2002.

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCL, 1972.

_____. **Recortes**. Presidente Prudente: Impress, 1997.

_____. **A história da fundação de Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://www.camarapresidente.sp.gov.br/historia/cidade.asp> > [texto jornalístico]. Acesso em 2 de junho de 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Pluriatividade: uma noção válida para a realidade agrária brasileira?. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar**: Realidades e Perspectivas. Passo Fundo: UPF, p. 147-173, 2001

ALMEIDA, Joaquim Anécio; SOUZA, Marcelino de. A multifuncionalidade dos espaços rural e urbano: reflexões iniciais. In: VELA, Hugo (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: UFSM/CCR, p. 195 –214, 2003.

ALVES, José. **A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares**: uma análise das Comunidades Rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

AMARAL, Célia Chaves G. Economia domestica e as discussões sobre gênero. **Revista Múltipla**. Brasília: UPIS – União Pioneira de Integração Social, ano IV n. 06, p. 111-116, 1999.

ARAÚJO FILHO, José R. O café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, n. 68, p. 51-124, 1989.

ARROYO, Mônica. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.) **Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, p. 55-62, 1996.

BACCARIN; José Giacomo; SOUZA, José Gilberto de. **Um questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito da pluriatividade em uma região de pequena agricultura diversificada**. Jaboticabal, 2005 (mimeogr.).

BAGLI, Priscilla. **Novas territorializações e territorialidades: o rural e o urbano em questão no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, 2004. Relatório de pesquisa (FAPESP).

BASALDI, Otavio Valentin. **Mudanças rurais e emprego no Estado de São Paulo nos anos 90**. São Paulo: Annablume, 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Revista Agrária**, São Paulo: USP/Laboratório de Geografia Agrária da FFCLCH, n. 01, p. 55-95, 2004 Disponível em: < <http://www.usp.br/geografia.pdf> > [texto para download]. Acesso em 29 de Junho de 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12 , n.1 jan./abr. 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo.php/> > [texto para download]. Acesso em 27 de junho de 2005.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? **II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho**, Águas de Lindóia, Dezembro de 1996. Disponível em < <http://www.fcc.org.br> >. Acesso em janeiro de 2005.

BUAINAIN, Antonio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; SILVEIRA, José Maria. Inovação tecnológica na agricultura e a agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo M.; WILKINSON, John (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPQ/ Paralelo 15, p. 47-81, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 10^o ed. rev. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2003.

CAPPELIN, Paola. Mulheres Invisíveis. **Revista Teoria e Debate**. n^o. 19, agost/out de 1992. Disponível em < <http://www.fundacaoperseuabramo.org.br> > [texto em html]. Acesso em: 04 de julho de 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. O desenvolvimento rural e o “Novo Rural”. GRAZIANO DA SILVA, José et al. (Org). **O Novo Rural Brasileiro**: Políticas Públicas. Jaguariúna: EMBRAPA, v. 4, p. 117-148, 2000.

CAVAZZANI, A. [1977] In: SACCO DOS ANJOS, Flavio. **Agricultura familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPPEL, 2003. p. 79-80.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica camponesa**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925) 1974, p.96-131.

COLOMBARA, Mônica. Espaço e Mulher: uma contribuição para a geografia de gênero. In: SANTOS, Milton et al (Org.). **O novo mapa do mundo**: Problemas geográficos de um mundo novo. São Paulo: Hucitec-ANPUR, p. 215-222, 1995.

COMEGNO, Maria Cecília (Coord). **Mercado de trabalho feminino no Estado de São Paulo, 1994-1998**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Boletim 01, Julho de 2000. Disponível em < <http://www.seade.gov.br/mulher> > [texto em pdf]. Acesso em 01 de Agosto de 2005.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. **XXXLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Ribeirão Preto, 2005. Anais,..., Ribeirão Preto, 2005. CD-ROM, 22 p.

COSTA, Edgar Aparecido da. **Gestão do espaço urbano de Campo Grande: alternativas de desenvolvimento local?**. Disponível em <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/edgar.pdf>> Acesso em 09 de fevereiro de 2005.

CUNHA, A. A. et al. **Padrões de pluriatividade em uma região de agricultura estagnada: Evidências empíricas para o caso da bacia do Suaçui (MG)**. Disponível em:<<http://www.eco.unicamp.br/projetos/ativotexto.html/>> [texto para download]. Acesso em 19 de Julho de 2002.

D'INCAO, Maria Ângela; JUNIOR, Humberto Cotta. Transformações e permanências no espaço feminino na agricultura familiar. In: D'INCAO, Maria Ângela et al (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. Presidente Venceslau: Letras à margens, p. 429-465, 2001.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 1, 1998. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/rurbano/textos> > Acesso em 10 de julho de 2002.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FERNANDES, Liliana Laganá. **O Bairro Rural dos Pires: estudo de geografia agrária**. São Paulo, 1971, 90f. Dissertação (Mestrado em Geografia) FLLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Bairros Rurais do Município de Limeira**. São Paulo, 1972. Tese (Doutoramento em Geografia). Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Genovan Pessoa de Moraes. O papel do lugar na reflexão de um cidadão do mundo. In: CARLOS, Ana Fani A. (org) **Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 275-284.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes dos conceitos de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano v, n. 09, p. 65-83, julho/dezembro de 2000.

_____. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 22, n.01. p. 43-72, jan/julho de 2002.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Agropecuários de 1970 e 1996**. Rio de Janeiro: FIBGE, vários anos.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos de 1960 e 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE, vários anos.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, p. 85-118, 2001.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Mercado de trabalho da mulher no interior paulista 1994-1998**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Boletim 02, Janeiro de 2001. Disponível em < <http://www.seade.gov.br/mulher/> > [texto em pdf]. Acesso em 01 de Agosto de 2005.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Inserção da mulher no mercado formal de trabalho no Estado de São Paulo entre 2000 e 2002**: uma abordagem regional. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Boletim 13, Novembro de 2004, 29p. Disponível em < <http://www.seade.gov.br/mulher/> > [texto em pdf]. Acesso em 01 de Agosto de 2005.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Banco de dados** Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em 01 de Agosto de 2005

GARCIA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia); Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária?**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil 1992-1997. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). **O Novo rural brasileiro**. v.01, Jaguariúna/ São Paulo: Embrapa/Unicamp, 2000, p. 79-101. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos> . Acesso em 22 de agosto de 2005.

GOUVEIA, Taciane. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares. **Panorama Brasileiro**. Observatório da Cidadania, p. 46 –50, 2003. Disponível em: < <http://www.nead.gov.br> > [texto em pdf]. Acesso em 04 de Janeiro de 2005.

GUIRRO, Mauro Sandro. **Inserção da pequena propriedade rural no entorno da malha urbana de Presidente Prudente/SP**: Pluriatividade e agricultura *part-time*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003. Monografia (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre território, espaço, lugar e ambiente. **Revista Território**. Rio de Janeiro, n. 9, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: **XXXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**. Poços de Caldas, v.2, 1998.

KAGEYAMA, Ângela. Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. **Texto de discussão**, IE/Unicamp, n. 112, outubro de 2003. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/rurbano> > [texto em pdf]. Acesso em fevereiro de 2005.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.01, p.303-320, 2004. Disponível em < <http://www.scielo.com.br/> > Acesso em 10 de março de 2005.

KAUTSKY, Karl. A proletarização do camponês. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986, p. 149-173.

LAMARCHE, Hughes (org). **A agricultura familiar**: Uma realidade multiforme (parte 1). Campinas: Unicamp, 1993.

_____. **A agricultura familiar**: Do mito à realidade (parte 2). Campinas: Unicamp, 1998.

LAVINAS, Lena. Produtoras Rurais: a novidade dos anos 90. **Revista Reforma Agrária**. São Paulo: ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 21, n. 02, p. 4-9, 1991.

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FAFI, 1972.

LEITE, Adriana. Lugar: duas acepções geográficas. In: **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 21, 1998. Disponível em: < http://www.igeo.ufrj.br/anoario_1998/anoario_1998_v21_09_20.pdf> [texto para *download*] Acesso em 03 de maio de 2005.

LÊNIN, Vladimir I. A. A desintegração do campesinato. In: **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985, p. 35-121.

LEONE, Eugenia Trancoso. **O trabalho das mulheres residentes rurais do Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, Boletim 06, Dezembro de 2001, 30p. Disponível em < <http://www.seade.gov.br/mulher/>> [texto em pdf]. Acesso em 01 de agosto de 2005.

LOCATEL, Celso Donizete. **O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales/SP**. Presidente Prudente, 2004, 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annablume, 1999.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo: AGB Nacional, n. 19, ano 18, p. 95-112, julho/dez de 2002

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MATTEI, Lauro. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre a pluriatividade e desenvolvimento rural. In: **XXLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2005, 10p, Ribeirão Preto. Anais...Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, CD-ROM.

MELLO, Márcio Antonio et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura São Paulo**, 50 (1), p. 11-24, 2004. Disponível em < <http://www.nead.org.br/index.pbb?acao=biblioteca&publicacaoID=279> > [texto em pdf]. Acesso em 20 de fevereiro de 2005.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Erika Vanessa Moreira; NORONHA, Elias Oliveira; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A importância da pluriatividade nos bairros rurais localizados nas proximidades da malha urbana do Município de Presidente Prudente. **VI Congresso Nacional de Geógrafos**, 2004, Goiânia. Anais... Goiânia: UFG, 2004. CD-ROM.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MULLER, Nice Lecocq. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1951.

_____. Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 43, p. 83-130, 1966.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas. **I Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável**, Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Alécio Rodrigues de et al. Pluriatividade na agricultura familiar e desenvolvimento local. **VI Congresso Nacional de Geógrafos**, Goiânia, 2004. Anais..., Goiânia, 2004. Disponível em CD-ROM.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de [2003]. In: BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2003 [apresentação].

OSAKABE, Erika. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro. **XXLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2005, 20p., Ribeirão Preto. Anais..., Ribeirão Preto, 2005, CD-ROM.

PAULILO, Maria Inez Silveira. **O trabalho da mulher no meio rural**. Piracicaba, 1976. 145f. Dissertação (Ciências Sociais Rurais), Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura, Piracicaba.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **O limite das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 1997, 228 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Capitalismo e camponeses: rearranjos em curso no Município de Presidente Prudente. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: FCT/GASPERR, p. 53-70, 2001

PEREZ C., Edelmira. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACCA, Norma (Comp.) **¿ Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLASCO/ASDI, p. 17 –29, 2001.

PLEIN; Clério; SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Município de Iporã D'Oeste, Santa Catarina**. Texto enviado via e-mail schneide@vorx.ufrgs.br no dia 14 de abril de 2005, 20p.

PONTES, Karina Furini. **Uma análise geográfica das novas ruralidades e do controle social nas vilas rurais da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambe**. Presidente Prudente, 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. **Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1973.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri. **O Bairro do Tanque – Atibaia (SP): um exemplo da contribuição da colonização japonesa para a evolução do meio rural paulista**. São Paulo, 1973. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

ROMERO, Juan. Empleo no-agrícola en Uruguay su impacto territorial: una primera aproximación. **Terceras jornadas PIEA – Facultad de Ciencias Economicas – Universidad de Buenos Aires, Salto, 2003**.

ROSSINI, Rosa Éster. A modernidade tecnológica no campo exclui a mulher e acelera as masculinidades da agricultura. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, 2001.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia**. Fortaleza: ANPEGE, p. 45-66, 2005.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Mirian. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de Painelas?”: As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: Unesco, 2000.

SACCO DOS ANJOS, Flavio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SAFFIOTI, Heleithe Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: entre o mito e a realidade. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANT'ANNA, Antônio Lazaro; COSTA, Vera Mariza H. de Miranda. **Agricultura familiar, estratégias de base e modo de vida**. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober01/s0126.htm> > Acesso em 03 de outubro de 2005.

SANTOS, Álvaro Barboza dos. **Desenvolvimento regional e capital social**: uma abordagem para a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP. Presidente Prudente, 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, Geneci dos. **Metamorfose dos lugares**: um estudo da incorporação dos bairros rurais ao espaço urbano de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 1999. 295f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, Génesio José dos; SOUZA, Acácia C. Mulher x trabalho rural na agricultura canavieira do Município de São Luiz do Quintude-AL. **VI Congresso Nacional de Geógrafos**, 2004, Goiânia. Anais..., Goiânia, 2004. CD-ROM.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SARACENO, Elena. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia. **Seminário INEA sobre desenvolvimento nas áreas rurais**. Roma, outubro de 1996. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/dwnload/ruralida.html> > Acesso em agosto de 2003.

SCHNEIDER Sergio. **Agricultura familiar e descentralização industrial**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

_____. **A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro:** elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/iisemina/sergio.htm> < [texto para *download*]. Acesso em agosto de 2002.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Rurbanização e Pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO, Fátima de; GOMES, Marília Maciel; LIRIO, Viviane Silva (Org.). **Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária.** Viçosa, 2003a, p. 151-188. Obtido via e-mail schneide@vorx.ufrgs.br, data de envio 08 de agosto de 2005.

SEYFERTH, G. [1984] In: SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e descentralização industrial.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

SHAAF, Aalije Van der. A Mulher rural. **Boletim Gaúcho de Geografia.** Passo Fundo: EDIUPF/ AGB Seção Porto Alegre, n. 21, p. 83-93, 1996.

SILIMPRANDI, Emma. **O que se pensa, o que se faz, o que se diz:** discursos sobre as mulheres rurais. Disponível em: < <http://www.nead.gov.br/> > Acesso em 13 de julho de 2005.

_____. Urbanas e Rurais: A vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 121-136.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1990.

SOUZA, Paulo César. **A resistência dos bairros rurais no Município de Martinópolis/SP.** 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente.** Presidente Prudente, 1990, 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. A formação histórica. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARAES, Raul Borges (Org.). **Conjuntura Prudente 2002**. Presidente Prudente: GASPERRS/FCT/UNESP, p.11-18, 2002.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Agricultura) - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/tese/>> Acesso em 10 de março de 2005.

VALE, Ana Rute. **Definindo o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano**. Disponível em: <http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/eixo3/E3_017.htm/>. Acesso em 03 de dezembro de 2004.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Texto para discussão**, São Paulo: NEAD/MDA, agosto/2001 (mimeog.).

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiante do Nordeste**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

ANEXO

Questionário aplicado nos Bairros Rurais do Município de Presidente Prudente-SP

Nº _____

BAIRRO: _____ DATA: __ / __ / __

I- IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR:

Nome do entrevistado: _____

1. Descrição dos membros residentes na propriedade (Casa principal)

Nome	Grau De Parentesco	Sexo	Estado Civil	Idade	Escolaridade	Exerce Atividade Remunerada? Não ou Sim?	Local De Trabalho

2. Onde residem os membros de sua família?

- todos residem na mesma casa, dentro da propriedade
- os filhos solteiros moram fora da propriedade
- os avós moram em casa separada (mas dentro da propriedade)
- os filhos casados moram em casa separada (mas dentro da propriedade)
- outros integrantes da família (tios, etc) moram na propriedade
- outra forma _____

3. Mobilidade geográfica da família

Membros da família	Município de origem	Origem		Últimos locais que morou (município, Estado, outros bairros etc)	Motivo da mudança para bairro
		Rural	Urbana		

3.1 Há quanto tempo reside no bairro? _____

3.2. Quais eram as condições (acesso a água, energia elétrica, transporte, estradas,...) do bairro no período em que começou a residir nessa propriedade? _____

3.3. Na sua avaliação foram ruins ou boas? Por quê? _____

3.4. Situação da propriedade:

- Compra – de quem? _____
- herança – Quantas repartições: _____
- parceria – Nome do proprietário _____
- arrendatário – Nome do proprietário _____
- cedida – Nome do proprietário _____
- outra forma. Qual? _____

3.4.1. Em caso de herança, qual era a área total da propriedade? _____

3.4.1.1. Houve desmembramento? _____ Se sim, em quantas propriedades? _____

3.4.1.2. Qual a área de cada unidade? _____

II- ESTRUTURA PRODUTIVA E FUNDIÁRIA

4.1. **Tamanho da propriedade:** _____

4.2 A área é suficiente para a atividade desenvolvida: () Sim () Não.

Por quê: _____

4.3. Arrenda terra de outros ou para outros: _____

4.3.1. De quem: _____

4.3.2. Para quem: _____

4.3.3 Como é feito o pagamento: () dinheiro () parte da produção () Outras formas _____

A -Atividades Agropecuárias

5. Quais são as atividades econômicas desenvolvidas pelos membros da família:

() agricultura () pecuária () ambas () outras _____

5.1. Como são divididas as tarefas na propriedade:

Atividades	Atividade não realizada	Todos	Somente Marido	Somente Esposa	Casal	Filhos > de 14 anos	Filhas >de 14 anos	Filhos e Filhas < de 14 anos	Avós	Empregado
Decidir qual a lavoura a ser plantada										
Preparar o solo/ Plantação										
Irrigação										
Manuseio de produtos químicos										
Capina, arar,										
Dirigir o trator										
Colheita										
Decidir o destino da produção										
Responsável pelo dinheiro, orçamento										
Responsável pela compra de insumos, sementes, etc										
Cuidar dos animais										
Tirar leite das vacas										
Limpeza do Chiqueiro										
Serviços burocráticos/admin.										
Outros										

5.2. Há quanto tempo desenvolve essas atividades? _____

5.2.1. Qual é a renda obtida com as atividades agropecuárias? _____

5.2.2. Onde são comercializados os produtos? _____

5.2.3. O que é feito com o dinheiro obtido com as atividades agrícolas:

- () investimentos na propriedade
- () sustento (subsistência) da família
- () tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico
- () nas despesas pessoais
- () não sabe/não respondeu
- () outra _____

5.3. Como é feita a divisão das rendas obtidas com as atividades agrícolas?

- () o chefe da família centraliza os rendimentos
- () o casal (o pai e a mãe) centralizam todas as rendas e as dividem conforme sua decisão
- () as rendas são divididas entre os que trabalham na propriedade de forma igual
- () os jovens que trabalham na propriedade ficam com sua parte e contribuem nas despesas
- () cada um fica com a parte que ganha e os pais sustentam a casa e a família

() não sabe/ não respondeu

() outra _____

6. Desenvolvimento da Pecuária

Tipo	Nº de cabeças	Consumo		
		Autoconsumo	Comercializa	Local
Vaca leiteira				
Gado de corte				
Suínos				
Eqüinos				
Caprinos				
Outros				
Renda total: R\$				

6.1. Lavouras temporárias

Tipo de Lavouras temporárias	Área (ha)	Destino da Produção		
		Autoconsumo	Comercialização	Local

6.2. Lavouras Permanentes

Tipo de Lavouras Permanentes	Área (ha)	Destino da Produção		
		Autoconsumo	Comercialização	Local

6.3. Possui Hortas na propriedade? () Sim () Não

6.3.1. Quais são os produtos? _____

6.3.2. Quem cuida da horta? _____

6.3.3. Qual o sistema utilizado () Tradicional () Orgânico

6.3.4. Comercializa: () Sim () Não

6.3.5. Destino da produção? _____

6.3.6. Renda obtida com a comercialização: _____

6.4. Possui criação de animais de pequeno porte: Sim () Não ()

6.4.1. Que tipo de animais? _____

6.4.2. Quantos animais possuem? _____

6.4.3. Quem cuida desses animais? _____

6.4.4. Comercializa () Sim () Não Local: _____

6.4.5. Renda obtida com a comercialização: _____

B. Atividades não-agrícolas

6.5. Algum membro da família que reside na propriedade exerce atividade externa: () Sim Não ()

Membro	Profissão	Local de trabalho	Renda	Há quanto tempo trabalha nessa atividade	Vantagens

6.6. Qual é a participação deles no orçamento da família?

() auxilia nas despesas da família – Qual a proporção? _____

() somente para gastos pessoais. Quais? _____

() não participa do orçamento familiar

6.7. Na propriedade há outra (s) fonte (s) de RENDA(s), além das atividades agropecuárias?

Quais?

- () Apenas rendas de Atividades Agrícolas
- () Renda de Atividades Agrícolas e Não Agrícolas
- () Apenas Rendas de Atividades Não Agrícolas (fora da propriedade)
- () Rendas obtidas na Propriedade em atividades Não-Agrícolas (beneficiamento, artesanato etc)
- () Rendas das Transferências Sociais (aposentadorias etc)
- () Outras Rendas (aluguel, juros)
- () Ajudas diversas (bolsa escola etc)
- () Rendas Eventuais ou de Trabalhos Temporários

6.7.1. Alguma parte da renda obtida fora da propriedade é destinada para a agricultura ou para a aquisição de algum bem destinado a atividade agrícola? () sim () não () esporadicamente
Se sim, qual a principal destinação: _____

6.7.2. Dentre os membros da família (chefe da família, esposas, filhos, agregados) qual tem a maior renda? Qual atividade desenvolvida? _____

7. Força de Trabalho

Tipo	n. de pessoas	Remuneração	Fases de utilização		
			plantio	colheita	outros
Familiar					
Empreg. Permanentes					
EMPREG. TEMPORÁRIOS					
Parceiros					
Outros					

7.1. Ocorre a contratação de trabalhadores? Sim () Não ()

7.2. Valor pago por dia de trabalho: _____ 7.3. Em que período do ano ocorre às contratações? _____

7.4. Com qual finalidade? _____ 7.5. Onde residem os trabalhadores contratados? _____

8. Crédito rural

8.1. Utiliza financiamento: () sim () não. **Tipo:** () Custeio () investimento () comercialização () outros

8.2. Já utilizou: () sim () não Ano _____ Valor: _____

8.3. Finalidade do crédito? _____

9. Organização dos produtores familiares:

9.1. Participa de alguma organização coletiva: Sim () Não (). Porque?

9.2. Qual participa? () sindicato _____ () cooperativa _____ () Associação _____ () Outro _____

9.3. Qual foi o motivo da filiação? _____

III-UTILIZAÇÃO DE MAQUINÁRIOS E PRODUTOS QUÍMICOS

10. Produtos químicos

10.1. Utiliza Produtos químicos () Sim () Não. Por quê? _____

10.2. Tipos de produtos utilizados: () calcário () fertilizantes () herbicidas () uréia. Outros _____

10.3. Local de compra: _____

10.4. Destino das embalagens dos produtos agrotóxicos? _____

11. Maquinários

11.1 Utiliza maquinários () Sim () Não. Por quê? _____

11.2. Qual (is) utiliza (m): () trator _____ () colheitadeira _____ () plantadeira _____ () Arado mecânico () Arado animal _____ () outros _____

11.3. Aluga Trator: Sim () Não (). 13.2.1. De quem: _____

11.4. Para quem? _____

IV- CONDIÇÃO SÓCIO/ECONOMICA DAS FAMILIAS RESIDENTES

12. Bens de consumo

12.1. Quais bens de consumo possuem?

Aparelho de som/CD	n.
Antena parabólica	
TV	
Computador	
DVD	
Fogão a gás	
Freezer	
Geladeira	

Maquina de lavar roupa	n
Maquina de costura	
Microondas	
Radio de pilha	
Vídeo cassete	
Telefone fixo	
Telefone celular	
Outros	

12.2. Qual (is) bem (ns) de consumo (s) ainda não possui e deseja comprar? _____
Por quê? _____

13. Veículos

13.1. Possui qual tipo de veículo?

() automóvel de passeio () automóvel utilitários (caminhonete, pick-up etc.) () moto () bicicleta
() carroça/charrete () caminhão () não possui

14. Moradia

() própria () cedida/emprestada () alugada () outros _____

14.1. Material da casa: () alvenaria () madeira () mista () outro material _____

14.2. Tempo de residência _____

14.4. Tipo de banheiro: () fossa séptica () privada externa () esgoto

14.5. Há energia elétrica? () sim () não

14.6. Como é obtida a água? () poço comum () poço artesiano () poço semi artesiano () outro _____

14.7. Destino do lixo? () enterrado () queimado () coletado () outro _____

V-Aspectos culturais

15. Religião da família: () católica () protestante () budista () espírita () Outra _____

15.1. Práticas religiosas: () cultos/missas () terço () novenas () reuniões nas vizinhança () outras _____

15.2. Tipos de lazer: () missas () quermesses e festas no bairro () futebol () baile () outras

15.3. No bairro há atividades culturais, como festas (padroeiros, juninas, quermesses etc)? Sim () Não ()

15.4. Quais? _____

15.5. Com qual frequência? _____

15.6. Como são organizadas? _____

15.7. Há a cooperação de todos os moradores para organizar as atividades festivas? _____

15.8. Há a participação de pessoas de outros bairros e outras cidades? _____

16. Utiliza plantas medicinais? () Sim () Não

16.1. Quais os tipos: _____

16.2. Para que serve: _____

16.3. Onde adquire essas plantas? _____

17. Vizinhança

17.1. Qual a frequência que costuma ir visitar os vizinhos?

() raramente () diariamente () semanalmente () quinzenalmente
() mensalmente () não frequenta

17.2. Motivo das visitas: () laços afetivos () laços de parentesco () doenças/morte

() troca de alimentos e produtos () ofertar produtos () outros _____

18. Infra-estrutura existente no Bairro

18.1. No bairro há associação de moradores? () sim () não

Se sim. Qual? _____ Quando foi formada? _____

18.1.1. Quais são as metas/objetivos _____

18.1.2. Quais os principais problemas enfrentados pela associação? _____

18.7.3. **Conhece o Programa Micro Bacias Hidrográficas?** () Sim () Não

18.7.4. No bairro esse programa já foi ou está sendo implantado? _____ Se sim, desde quando? _____
Participa do projeto? _____ Por quê? _____

18.7.5. Quais os problemas enfrentados? _____

18.7.6. Qual a sua avaliação em relação ao programa? _____

18.8. Existe alguma reclamação/sugestão quanto a infra-estrutura existente no bairro? () sim () não
Se sim. Qual (is)? _____

18.8.1. Já foram encaminhadas ao poder local? () sim () não

Se sim, como e quando? _____

18.9. Em caso de necessidade de assistência médica procura atendimento em:

() hospital público _____ () hospital particular _____

() posto de saúde _____ () Outro _____

18.9.1 Com qual frequência costuma ir à sede do Município?

() raramente () diariamente () semanalmente () quinzenalmente () mensalmente

() não frequenta

18.9.2. Quais são os serviços mais utilizados na sede?

() bancários/ administrativos () médico/odontológico () estudo () trabalho () compra de

insumos e sementes () compra alimentícias () correio () igreja () comércio

() outros _____

VI-PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

19.1. A propriedade rural já sofreu mudanças em termos do tamanho?

() Não

() foi ampliada. Ano _____ Área _____

() foi dividida entre os irmãos. Ano _____ Área _____

() uma parcela foi vendida ou arrendada. Ano _____ Área _____

19.2. Tem planos de ampliação da propriedade? () sim () não

19.2.1. Por quê? _____

19.2. Pretende continuar na propriedade? () sim () não

19.2.1. Pretende continuar na agricultura?

Se sim, por quê? _____

19.3. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas para continuar na agricultura?

19.4. Seus filhos têm planos de continuar exercendo as atividades? () sim () não.

Se sim, por quê? _____

19.4.1. Gostaria que seus filhos continuassem exercendo atividades ligadas à agropecuária? () sim () não. Por quê?

19.5. Quais são as medidas e ações que poderiam ser adotadas pelos governantes para a permanência do produtor familiar no campo?

Roteiro de entrevista: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente

Data: ____/____/____

1. Identificação

Nome: _____

Função: _____

Tempo de exercício: _____

2. Estrutura Interna do Sindicato

Número de Funcionários: _____

Número de Técnicos Agrícolas: _____

Número de sindicalizados atualmente, homens e mulheres: _____

Quais são os municípios que o sindicato abrange?

Há critérios e requisitos para poder ser sindicalizado? Quais? Qual a taxa paga mensalmente?

Há reuniões periódicas? Qual a porcentagem de participação? Quais os pontos de pauta discutidos?

Quais os serviços prestados que os sindicalizados mais procuram?

3. Histórico

3.1. Quando e como ocorreu a formação do sindicato no município?

3.2. Quais são os objetivos delineados pelo sindicato? Detalhe-os.

3.3. Numa retrospectiva histórica, quais foram às mudanças mais significativas que ocorreram no espaço rural do nosso município que afetaram o sindicato?

3.4. Dentre os sindicalizados, quais são os pioneiros?

4. Sindicato e os produtores rurais

4.1. Quais são as maiores dificuldades dos sindicalizados em nosso município? Detalhe-os.

4.2. Diante dessas dificuldades apontadas, qual é a atuação do sindicato?

4.3. Há algum projeto ou programa criado pelo sindicato direcionado aos pequenos produtores rurais? Se sim, qual? Se não por quê?

5. Estrutura Fundiária e Produtiva da MRG de Pres. Prudente

5.1. O que o senhor entende por modernização agrícola? Podemos afirmar que houve modernização agrícola em nosso município? Por quê?

5.2. Numa retrospectiva histórica houve mudanças qualitativas e quantitativas na produção agropecuária no município?

5.3. Qual a posição do senhor em relação a estrutura fundiária do município?

5.4. Existe uma tendência a especialização ou diversificação da produção agropecuária?

5.5. Quais os principais produtos agrícolas cultivados em nosso município?

5.6. Podemos caracterizar o município como pautado na pecuária extensiva? Por quê?

5.7. Para o senhor, qual a importância da agricultura familiar?

6. Atividades não-agrícolas e Pluriatividade

6.1. O que o senhor entende por pluriatividade e atividades rurais não-agrícolas?

6.2. Existe algum incentivo ou projeto voltado a essas atividades?

6.3. O senhor conhece algum produtor sindicalizado que está deixando ou deixou as atividades agrícolas para investir em outras atividades não-agrícolas?

7. Trabalho Feminino

7.1. Há mulheres na diretoria deliberativa do sindicato?

7.2. Há muitas mulheres sindicalizadas? Elas participam das reuniões?

7.3. Como o senhor vê o trabalho da mulher no meio rural?

7.4. Há programa ou projetos do sindicato voltados a mulher? Qual?

8. Perspectivas Futuras

8.1. Quais são as perspectivas futuras para o sindicato?

8.2. E para os produtores rurais do nosso município?

Roteiro de entrevista - estabelecimentos

Data: __/__/__

Bairro : _____

Nome do estabelecimento : _____

Nome do proprietário : _____

Nome do entrevistado: _____

Caracterização geral do estabelecimento

1. Tempo de funcionamento no Bairro: _____
2. Área total ocupada (hectares): _____
3. Número de funcionários: _____
4. Origem dos funcionários (média): ___ do próprio bairro ___ de outro bairro (rural) ___ de bairros urbanos ___ de outras cidades
5. Estabelecimento é: () único () filial () matriz

Funcionamento e destino da produção e/ou serviço

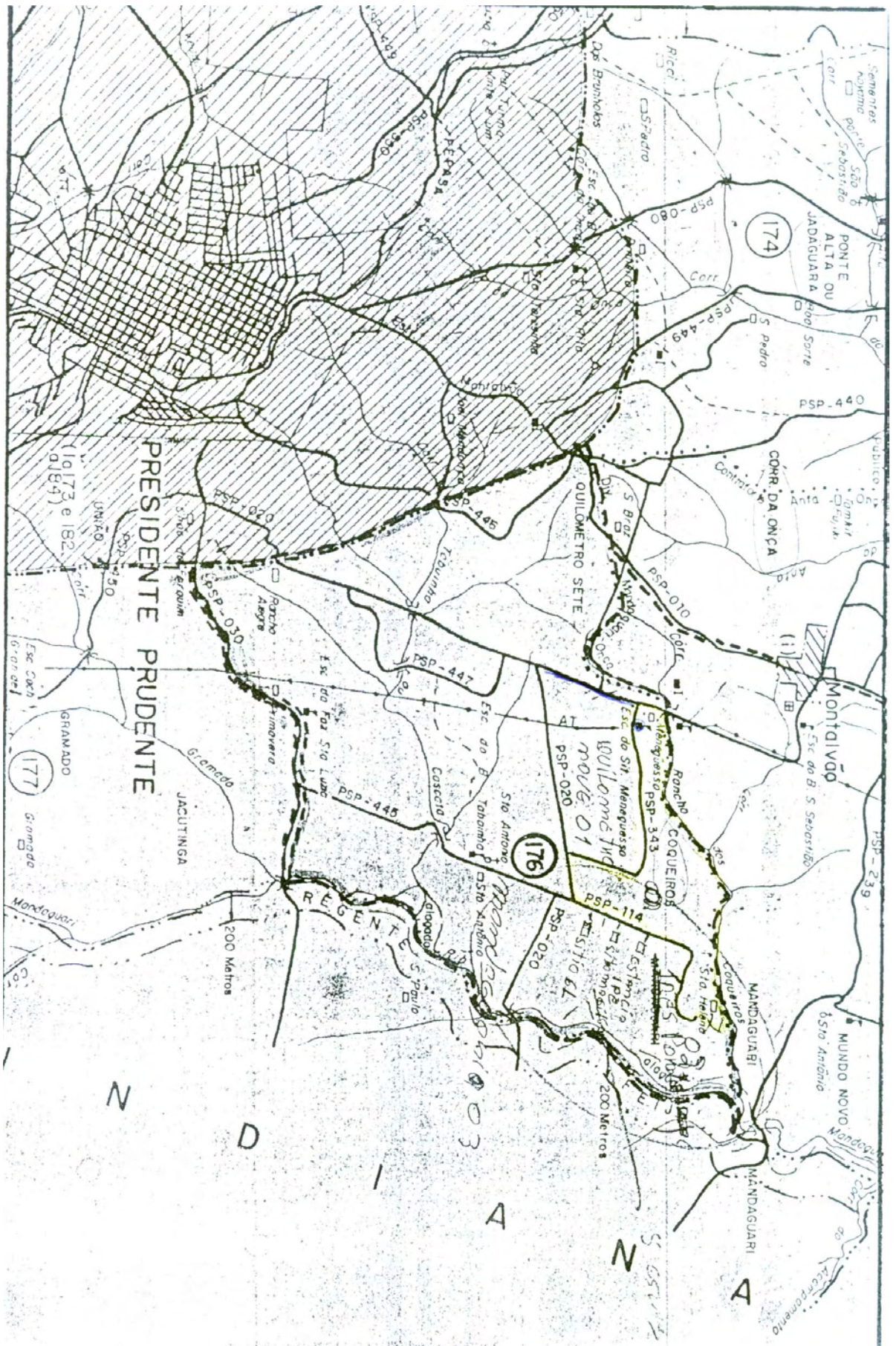
6. Principal atividade desenvolvida: _____
7. Matéria Prima utilizada: _____
8. Origem dessa matéria prima: _____
9. Principais produtos comercializados: _____
10. Tem licença para funcionamento: _____
11. Destino do resíduo produzido: _____
12. Origem da água utilizada: _____
13. Qual é a área de abrangência dos produtos e/ou serviços prestados: () local () municipal () estadual () nacional () internacional

O estabelecimento e o bairro

14. Qual o (s) motivo (s) que levaram a implantar este estabelecimento nesse bairro? _____
15. Como adquiriu a área: () comprou diretamente do proprietário () comprou de loteadores/imobiliária () adquiriu poder público () outra forma _____
16. Neste local onde hoje está implementado este estabelecimento, funcionava o que?

APÊNDICE





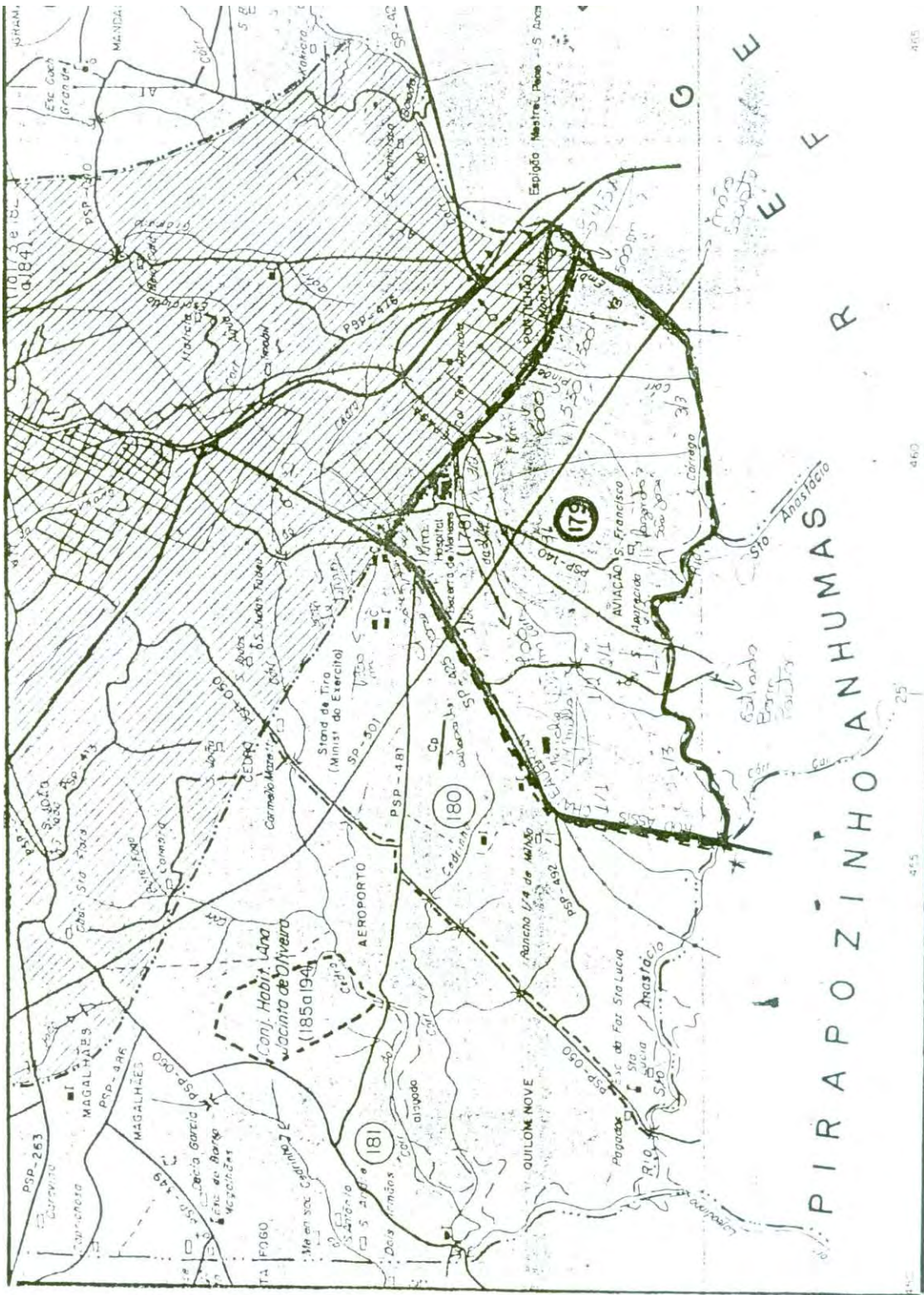




PIRAPAZINHO ANHUMAS

PRESIDENTE PRUDENTE

177



465
460
455
25

